

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EXTREMA-DIREITA, VOLVER!

Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva

EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS

**NITERÓI
2009**

EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS

EXTREMA-DIREITA, VOLVER!

Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Estudos Estratégicos.

Orientação do Prof. Dr. VAGNER CAMILO ALVES

Niterói

2009

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S237 Santos, Eduardo Heleno de Jesus.

Extrema Direita, volver! - Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e a reserva militar / Eduardo Heleno de Jesus Santos. – 2009.

208 f.

Orientador: Vagner Camilo Alves.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Ciência Política, 2009.

Bibliografia: f. 153-171.

1. Anticomunismo. 2. Brasil - Política e governo - 1988. 3. Relações entre civis e militares. 4. Memória e história. 5. Redemocratização. I. Alves, Vagner Camilo. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto

EDUARDO HELENO DE JESUS SANTOS

EXTREMA-DIREITA, VOLVER!

Memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Estudos Estratégicos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Vagner Camilo Alves– Orientador - UFF

Prof. Dr. Celso Castro – CPDOC/FGV

Prof. Dr. Manuel Domingos Neto - UFF

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo (Suplente) – UFF

Prof. Dr. Adriano de Freixo (Suplente) - CEFET/UNIBENNETT

Niterói

2009

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa, financiada pela Capes, não seria possível sem o apoio e colaboração de algumas pessoas, a quem presto o meu reconhecimento. São eles:

Vagner Camilo Alves, pelo apoio, incentivo e paciência nos momentos mais críticos na elaboração desta dissertação.

Eurico de Lima Figueiredo, pela confiança depositada em mim.

Ana Maria de Jesus, pelo auxílio em boa hora.

Edcarla Santos, Erenilda Soeira e Luciano Maia, por acreditarem no meu trabalho.

Fabício Alexandrino, pela ajuda inicial com a bibliografia.

Luciana Pereira da Silva, Arilton Matos, Jane e Leonardo Pereira, pela ajuda e apoio.

Maria Luísa de Castro Muniz, pelo companheirismo nas pesquisas realizadas na Biblioteca Nacional.

Os funcionários da Biblioteca Central do Gragoatá, da Biblioteca da Pós-Graduação em História, da Biblioteca Nacional e da secretaria do PGCP, pela atenção com que atenderam meus pedidos, encontrando soluções para que este material fosse elaborado da melhor forma possível.

Os colegas de curso que se interessam por este trabalho e deram sugestões para o tema e às fontes que dispuseram a ajudar a brindar este trabalho com valiosas informações.

A todos vocês, deixo registrado o meu agradecimento

“O povo não quer mais a opressão dos generais!” – frase repetida pelos estudantes do Centro Acadêmico Candido de Oliveira (CACO) do curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro no aniversário de 24 anos do 31 de março.

“Em nossos dias, diante da avassaladora campanha há décadas conduzida pelos derrotados de 1964, ‘Comemorar a Revolução’ adquire ainda maior significância, especialmente porque as gerações mais novas, expostas aos ventos da revolução cultural gramscista, foram ensinadas a ver, no 31 de Março, a data do ‘golpe que implantou no país os anos de chumbo de sanguinária ditadura militar’. ‘Comemorar a Revolução’ representa, portanto, preciosa oportunidade para refutar falsificações, exageros e mentiras; e, sobretudo, para recordar, compreender, avaliar, exaltar e escutar os acontecimentos, os feitos e os ensinamentos daquela momentosa quadra da História pátria.” (Discurso do general Ulisses Lisboa Perazzo Lannes, no Clube Militar, aniversário de 44 anos do 31 de março)

“Revolução é uma impropriedade, é uma maximização do golpe de Estado que houve. Revolução é uma coisa mais complexa. Nas ciências humanas, o tema está, até hoje, associado a ideia de uma transformação profunda do status quo de uma determinada situação política, social e econômica; transformação caracterizada por uma modificação vertical nas relações de Poder, e pela violência, cruenta ou não, feita a instituições vigentes”. (Depoimento do general Otávio Pereira da Costa na coleção História Oral do Exército – 31 de Março, realizado em 2000, p. 75.)

“(…) muita gente na própria esquerda já admitiu não apenas o caráter maligno e suicidário da reação guerrilheira, mas a contribuição positiva do regime militar à consolidação de uma economia voltada predominantemente para o mercado interno – uma condição básica da soberania nacional. Tendo em vista o preço modesto que esta nação pagou, em vidas humanas, para a eliminação daquele mal e a conquista deste bem, não estaria na hora de repensar a Revolução de 1964 e remover a pesada crosta de slogans pejorativos que ainda encobre a sua realidade histórica?” (Olavo de Carvalho, filósofo e jornalista, em artigo ao jornal O Globo de 19 de janeiro de 1999)

RESUMO

Esta pesquisa é um estudo exploratório e descritivo sobre grupos formados por militares da reserva e civis no período de redemocratização, em especial após 1988, ano de promulgação da nova Carta Magna. Estes grupos, cujo exemplo temos, dentre outros, o Guararapes, o Inconfidência, o Independente 31 de Março e o Ternuma são constituídos, em sua maioria, por oficiais e civis que participaram de alguma forma da quebra institucional do regime democrático em 31 de março de 1964. Estas entidades foram criadas para discutir e protestar contra o rumo que estavam tomando as Forças Armadas na Nova República. A insatisfação que motivou o surgimento destes grupos teve como origem diversos fatores, tais como a diminuição de prerrogativas militares, a dificuldade do governo em solucionar as crises políticas deflagradas por escândalos de corrupção, a diminuição do papel do Estado, as versões da imprensa sobre a memória do regime militar e um suposto avanço do comunismo no Brasil. De uma maneira geral, eles atuam produzindo cartas e manifestos, jornais, sites e eventos, no qual propagam suas concepções ideológicas de cunho nacionalista e anticomunista. Insere-se neste viés a premissa das Forças Armadas como instituição detentora da reserva moral da nação, principalmente nos momentos de crise. Nos períodos de turbulência política, alguns dos grupos pesquisados conseguiram chamar a atenção da mídia por pregarem, em manifestos e cartas apócrifas, o fechamento do Congresso, reavivando o fantasma de um novo golpe militar. Eles também chamaram a atenção da mídia quando foi iniciado o processo de revisão dos crimes ocorridos na ditadura, ao promover manifestos e difundir informações sobre os ex-militantes das organizações de esquerda com base nos arquivos dos serviços de inteligência. Através destes meios, eles procuraram não somente perpetuar sua visão sobre o que aconteceu no governo militar, evidenciando seu ressentimento e sua posição na batalha pela memória, mas fazer uma crítica ao governo, no tempo presente.

Palavras-chave: Anticomunismo, grupos de civis e militares da reserva, memória, redemocratização.

RESUMEN

Esta investigación es un estudio exploratorio y descriptivo acerca de los grupos constituidos por militares en retiro y civiles en el período de redemocratización, en especial, tras 1988, año de la promulgación de la nueva Carta Magna. Estos grupos, entre los cuales tenemos el Guararapes, el Inconfidencia, el Independiente 31 de Marzo y el Ternuma, son constituidos, en su mayoría, por oficiales y civiles que, de alguna manera, participaron en el quiebre institucional del régimen democrático el 31 de marzo de 1964. Estas entidades han sido creadas para discutir y protestar en contra del rumbo que han tomado las Fuerzas Armadas en la Nueva República. La insatisfacción que ha generado el surgimiento de estos grupos tuvo como origen diversos factores tales como la disminución de las prerrogativas militares, la dificultad del gobierno en resolver las crisis políticas provocadas por escándalos de corrupción, la reducción del papel del Estado, las versiones de la prensa sobre la memoria del régimen militar y un supuesto avance del comunismo en Brasil. En general, actúan produciendo cartas y manifiestos, diarios impresos, sitios en la web y eventos, en lo cual propagan sus concepciones ideológicas de timbre nacionalista y anticomunista. En ésta tendencia, está insertado como premisa la idea que las Fuerzas Armadas son la institución detentora de la reserva moral de la nación, principalmente en los momentos de crisis. En los períodos de turbulencia política, algunos grupos investigados lograron atención de los medios por divulgar, en manifiestos y cartas apócrifas, el cierre del Congreso, reviviendo el fantasma de un nuevo golpe militar. Ellos también llamarán la atención de los medios cuando ha sido empezado el proceso de revisión de los crímenes ocurridos en la dictadura, al divulgar manifiestos y difundir informaciones sobre los ex-militantes de las organizaciones de izquierda, con base en los archivos de los órganos de inteligencia. A través de estos medios, ellos no sólo buscaron perpetuar su mirada acerca del gobierno militar, evidenciando su resentimiento y su posición en la batalla por la memoria, sino criticar al gobierno, en el tiempo presente.

Palabras-clave: Anticomunismo, grupos de civiles y militares en retiro, memoria, redemocratización.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, p.12

1 OS GRUPOS, p.16

1.1 LETRAS EM MARCHA, p.17

1.2 OMBRO A OMBRO, p.19

1.3 GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO (RJ), p.23

1.4 GRUPO GUARARAPES, p.25

1.5 GRUPO ARAUCÁRIA, p.30

1.6 GRUPO FARROUPILHA, p.30

1.7 GRUPO POTIGUAR, p.32

1.8 GRUPO DAS BANDEIRAS - UNIÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA, p.33

1.9 GRUPO INCONFIDÊNCIA, p.34

1.10 GRUPO ANHANGUERA, p.40

1.11 GRUPO CABANOS, p.41

1.12 MOVIMENTO NATIVISTA, p.41

1.13 INSTITUTO CATAVENTO, p.43

1.14 GRUPO ESTÁCIO DE SÁ, p.43

1.15 GRUPO CATARINA, p.44

1.16 GRUPO CARTA-COMPROMISSO, p.45

1.17 TERRORISMO NUNCA MAIS – TERNUMA, p.46

1.18 GRUPO QUERO-QUERO, p.51

1.19 GRUPO ATITUDE NACIONAL, p.52

1.20 GRUPO MARINHEIROS, p.52

1.21 GRUPO AD SUMMUS, p.52

1.22 GRUPO BANDEIRANTES, p.53

1.23 GRUPO EMBOABAS, p.53

1.24 QUADRO COMPARATIVO, p. 53

2 MEMÓRIA, p.56

2.1 O CONFLITO ENTRE MEMÓRIAS, p.56

2.2 MEMÓRIA E RESSENTIMENTO, p.58

2.3 O IMAGINÁRIO DO 21 DE MARÇO: GOLPE OU REVOLUÇÃO?, p.57

2.4 NOVA REPÚBLICA: CIVIS E MILITARES EM NOVA PERSPECTIVA, p.62

2.4.1 RESPONSABILIDADE MILITAR, p.63

2.4.2 ICONOCLASTIA, p.64

2.5 A MEMÓRIA DOS PORÕES - AÇÃO E CONTRA-REAÇÃO, p.65

2.6 PRELO FARDADO, p.69

2.6.1 LETRAS EM MARCHA E OMBRO A OMBRO, p.69

2.6.2 REVISTA DO CLUBE MILITAR, p.70

2.6.3 GRUPO INCONFIDÊNCIA, p.71

2.6.4 GRUPO TERNUMA, p.74

2.6.5 GRUPO GUARARAPES, p.76

2.6.6 BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA, p.77

2.7 MEMÓRIAS PARALELAS, p.79

2.7.1 ARGENTINA, p.79

2.7.2 CHILE, p.80

2.7.3 PARAGUAI, p.83

2.7.4 URUGUAI, p.85

3 POLÍTICA, p.90

3.1 A CAMPANHA ELEITORAL DE 1989, p.92

3.2 VOTO FARDADO EM 1991, p.93

3.3 MANIFESTOS E CARTAS APÓCRIFAS NA TRANSIÇÃO COLLOR-ITAMAR, p.94

3.4 VOTO FARDADO EM 1993, p.96

3.5 MOBILIZAÇÃO NACIONAL E NOVOS MANIFESTOS, p.97

3.6 VOTO FARDADO EM 1994, p.104

3.7 A REVISÃO DO PASSADO NA POLÍTICA, p.106

3.8 CARAPINTADAS E HOMENAGEM À PINOCHET, p.107

3.9 VOTO FARDADO EM 1998, p.108

3.10 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002, p.111

3.11 MENSALÃO, p.118

3.12 MINISTÉRIO DA DEFESA, p.121

3.13 LIBERAIS E CONSERVADORES, p.129

3.14 CONEXÃO PT – PCC, p.129

4 IDEOLOGIA, p.131

4.1. IDEOLOGIA NO MEIO MILITAR, p.133

4.2. AMEAÇA VERMELHA, p.141

4.2.1. HISTÓRIA MARXISTA, p.144

4.2.2. PREGAÇÃO ANTICOMUNISTA, p.145

4.3 NACIONALISMO, p.147

4.3.1 . ONGS E ESTADO, p.148

5 CONCLUSÃO, p.150

6 BIBLIOGRAFIA, p.153

7 ANEXOS, p.172

7.1 LETRAS EM MARCHA - ÚLTIMO NÚMERO - JULHO AGOSTO DE 2000, p.173

7.2 LETRAS EM MARCHA - PRIMEIRO NÚMERO - NOVEMBRO DE 1971, p.174

7.3 MANIFESTO DO GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO - LETRAS EM MARCHA - SET OUT 1993, p.175

7.4 OMBRO A OMBRO - PRIMEIRO NÚMERO - JUNHO DE 1988, p.176

7.5 O FAROL – PRIMEIRO NÚMERO – DEZEMBRO DE 1994, p.177

7.6 MANIFESTO DO GRUPO INCONFIDÊNCIA, p.178

7.7 MANIFESTO DO GRUPO ANHANGUERA, p.179

7.8 MANIFESTO DO GRUPO DAS BANDEIRAS, p.180

7.9 MANIFESTO DO GRUPO GUARARAPES, p.181

7.10 MANIFESTO DO MOVIMENTO NATIVISTA, p.182

7.11 MANIFESTO DO GRUPO CABANO, p.183

7.12 MANIFESTO DO GRUPO ARAUCÁRIA, p.184

7.13 ATA DE CONSTITUIÇÃO E MANIFESTO DO GRUPO CATARINA, p.185

7.14 CARTA COMPROMISSO, p.187

7.15 CAMPANHA POLÍTICA NO JORNAL OMBRO A OMBRO – SETEMBRO DE 1998, p.189

- 7.16 ESTRUTURA DO CRIME ORGANIZADO - GRUPO DAS BANDEIRAS E UND - QUADRO APRESENTADO NA PALESTRA DO CLUBE MILITAR, p.190
- 7.17 JORNAL DO GRUPO INCONFIDÊNCIA - NOVEMBRO DE 2007, p.191
- 7.18 ENTREVISTA COM HEITOR DE PAOLA, p.192
- 7.19 ENTREVISTA COM O GENERAL FRANCISCO BATISTA TORRES DE MELLO – GRUPO GUARARAPES, p.193
- 7.20 ENTREVISTA COM A EMPRESÁRIA ANA PRUDENTE – GRUPO ATITUDE NACIONAL, p.201
- 7.21 ENTREVISTA COM CORONEL ABEL MONTEIRO – GRUPO QUERO QUERO, p.203
- 8 ÍNDICE REMISSIVO, p. 204

APRESENTAÇÃO

De 1988 aos dias atuais, período que abrange um pouco mais que duas décadas, ocorreu um significativo rearranjo das Forças Armadas em relação aos poderes constituídos e ao seu histórico de intervenção na política. Estas transformações estão inseridas no processo de aperfeiçoamento da própria democracia, que contou com implementação das garantias da Carta Magna, o aprimoramento das instituições, a melhoria dos mecanismos de controle dos poderes e a solução de crises políticas.

O braço armado também sofreu os reflexos da conjuntura internacional. Com o fim do comunismo na União Soviética e nos países do leste europeu, a ameaça de uma infiltração ou guerra declarada contra os comunistas, que já estava bastante mitigada, praticamente deixou de existir. Sem um perigo iminente, ocorreu, de forma global, a diminuição do orçamento destinado às Forças Armadas e uma redução de suas funções no Estado.

Paralelamente a estas mudanças no campo político e institucional, ocorre, no Brasil e demais países do cone Sul, um processo de transformação da memória social, no qual há a revisão do papel dos militares e das Forças Armadas na política, na sociedade e na História do país.

Este novo *status quo* não se estabelece sem resistência. Neste período, os militares da ativa, da reserva e civis começam a se reunir para discutir o rumo que as coisas estão tomando no governo. Afastados dos núcleos de decisão dentro da própria instituição e ressentidos com a perda de prestígio do regime militar no meio civil, eles criam boletins, jornais e escrevem livros para difundir a sua versão dos fatos. Saudosos do poder político que a instituição possuía e do grau de controle social obtido pela ditadura, eles ficam indignados com os escândalos políticos que surgem no Congresso. Ao se reunirem, formam grupos de estudo, de discussão, de pressão e lançam manifestos pedindo uma nova quebra da ordem institucional.

Cabe ressaltar que as entidades pesquisadas são diferentes dos círculos de oficiais e as associações de praças, clubes voltados para o lazer e as relações entre militares e seus

familiares. Os grupos desta pesquisa foram criados para discutir a política do governo em relação ao tratamento dispensado às Forças Armadas, aos salários, e a questões inerentes às prerrogativas militares existentes após o período de redemocratização. São também entidades constituídas por civis e militares da reserva para perpetuar uma visão sobre o que aconteceu no regime militar, dentro de uma concepção ideológica nacionalista e antiesquerdista.

O objetivo deste trabalho é mostrar como foram formados estes grupos, quem eram os principais articuladores, qual a relação dos seus integrantes com o golpe de 1964, quais são suas ideologias e como reagem às questões que envolvem Forças Armadas e o governo, a memória do regime e a convivência com os partidos de esquerda no Brasil.

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro apresenta os grupos, dentro de uma ordem cronológica de aparição, levando em conta as informações disponíveis sobre a data oficial de fundação, os primeiros manifestos, o modo de organização e forma de comunicação empregada para difusão de suas ideias. Houve, inicialmente, na elaboração deste capítulo, grande dificuldade na obtenção de dados porque estas entidades foram constituídas em diversos estados da federação e muitas já não existiam quando esta pesquisa se iniciou. Na Internet, havia apenas informações sobre os três grupos de maior notoriedade - Guararapes, Inconfidência e Ternuma - e alguns manifestos com assinaturas em conjunto dos outros grupos, menos conhecidos.

Para obter mais informações, foram realizadas entrevistas em profundidade com alguns dos integrantes destes grupos. Buscou-se extrair o máximo de informações do entrevistado, ou seja, ideias, opiniões e reações dele, sobre determinado assunto. No entanto, esta ferramenta não pôde ser utilizada de forma tão ampla. O fato de existirem grupos dispersos em todo o país e a recusa de alguns pesquisados em conceder a entrevista, limitou em parte a apuração. Por sorte, não foram todos os casos. Por outro lado, a pesquisa continuou colhendo dados nas biografias e relatos orais disponíveis na coleção de História Oral do Exército. Com essas primeiras anotações, foi possível esboçar o perfil dos integrantes destas entidades. Mas ainda havia pouca informação sobre o objeto da pesquisa, os próprios grupos. O que mudou radicalmente os rumos desta investigação foi a consulta dos exemplares dos jornais *Letras em Marcha*, *O Farol* e *Ombro a Ombro* que, como veremos mais adiante, agiram como tribuna destes militares.

Das entrevistas e leituras, descobriu-se que os coordenadores e articuladores destes grupos foram, em grande parte, oficiais que atuaram na tropa em 1964. A maioria apoiou ou participou ativamente da conspiração para derrubar João Goulart. Como toda regra tem sua exceção, entre os entrevistados houve quem relatou ter apoiado o presidente. De maneira

semelhante, dos civis integrados a estes grupos, a maioria era contra e mesmo se articulou contra a ameaça do comunismo. Porém, há também de se ressaltar, nestes grupos, a presença de ex-militantes de esquerda, que abandonaram as fileiras durante o regime. Outro fato importante a ser destacado é a presença de ex-integrantes da comunidade de informações das Forças Armadas e do SNI, cuja estrutura sofreu transformações cruciais com a Nova República.

O segundo capítulo trata da relação destes grupos com a memória e as versões da história. São apresentados os mecanismos de formação da memória na sociedade, através das contribuições de Hallwachs e Pollak, para explicar a origem do ressentimento nos discursos pesquisados. As leituras do que ocorreu em 1964 e no período de maior repressão do regime, presentes nos discursos dos grupos, na *Revista do Clube Militar*, nas publicações do Exército, na grande mídia, são fundamentais para se perceber e tentar entender o conflito entre memórias existente na sociedade.

A participação política destes grupos é examinada no terceiro capítulo. O que se buscou nesta parte do trabalho foi mostrar como as eleições e as crises políticas atingiram estes civis e os oficiais da reserva. Na primeira metade da década de 1990, verificou-se a existência de 14 dos 23 grupos pesquisados. Neste período, alguns manifestos e artigos tiveram repercussão na grande imprensa. Como a lembrança do regime militar ainda era próxima, é possível notar, na leitura dos jornais publicados no fim do governo Collor e ao longo do mandato de Itamar Franco, o clima de insegurança, a percepção de conspiração e de golpe dada por estes documentos. A influência política dos grupos não pode ser descartada, uma vez que o coordenador de um deles chegou a fazer parte do governo de transição de Itamar Franco e foi responsável por apurar as irregularidades do governo anterior. Além disso, nos anos de eleição, houve uma mobilização em prol de candidatos ao legislativo que representassem os militares. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que os manifestos pediam a quebra da ordem, o chamamento para as eleições sinalizava a democracia como único caminho para os militares.

O quarto capítulo analisa o papel da ideologia no discurso destes grupos. O anticomunismo é uma característica marcante da maioria destas entidades. Para eles, o comunismo internacional ainda representa um perigo. Para entender a continuidade da *ameaça vermelha* nesta visão de mundo, foi necessária uma abordagem histórica mais ampla para conhecer as origens do anticomunismo no Brasil e sua influência nas Forças Armadas. Há, porém, o nacionalismo. Esta outra ideologia é tão cara ao meio militar, tão óbvia, que poderia ser descartada neste trabalho. No entanto, ela é fundamental para compreender o

radicalismo no discurso destas entidades. A maneira como os discursos partilham o respeito à instituição, os valores comuns naturalizados e o culto às tradições, confere aos integrantes destes grupos uma visão dos militares como uma profissão diferenciada das demais do meio civil. Dentre os atributos afetivos disseminados na formação militar, cabe ressaltar o patriotismo. O amor incondicional ao torrão natal, cujo juramento de honra tributa o próprio sangue, serve em casos extremos como justificativa para negar outras formas de integração ao nacional. Em alguns artigos selecionados desta pesquisa, pode-se notar que as instituições democráticas são desacreditadas, a oposição política se torna um perigo e as Forças Armadas são vistas como as únicas capazes de conduzir a nação em uma época de crise.

A quinta e última parte desta dissertação é uma avaliação geral da pesquisa que, com seu caráter exploratório e descritivo, tenta dar uma contribuição ao estudo das relações civis e militares, sugerindo possibilidades de novas investigações em um tema tão caro a um país que viveu 21 dos últimos 50 anos sob controle das Forças Armadas.

1 OS GRUPOS

Desde 1988, militares da ativa, da reserva e civis vêm se reunindo em grupos para discutir a situação do país. Estes militares são, em maior parte, oficiais de alta patente, generais, coronéis e tenentes-coronéis. Viveram os conturbados anos 60, atuando em quartéis ou em articulações fora da caserna para garantir o êxito do golpe militar de 1964.

Insatisfação e ressentimento são duas das características do discurso destas entidades. Excluídos do poder decisório, tanto institucional como governamental, e se sentindo injustiçados pela sociedade, estes indivíduos tentam através de eventos, cartas, boletins, livros, jornais e sites, defender sua visão sobre o ciclo militar e difundir suas mensagens de alerta à nação. Nestes documentos aparecem, em maior ou menor grau, outras características como o anticomunismo e nacionalismo; o apego às tradições, à religião e aos costumes; uma visão salvacionista das Forças Armadas; uma desconfiança em relação às instituições civis, como o Congresso e a Presidência e um senso de camaradagem com os que partilham dos mesmos ideais.

Os grupos se concentram em algumas cidades, tais como Belo Horizonte, Fortaleza e Rio de Janeiro, e isto se deve a dois fatores nem sempre concomitantes: A existência, por um lado, de grandes unidades militares nestas cidades ou, por outro, um histórico de forte articulação entre civis e militares que resultou no golpe. Não obstante, pela relativa dispersão territorial das Forças Armadas, seus integrantes estão presentes em vários rincões do país.

Em alguns grupos, o número de associados chega a mais de dois mil, enquanto em outros, não passa dos dez. Neste aspecto, cabe ressaltar que existe interação entre estes grupos, associados em comum e, não raro, a assinatura conjunta de manifestos.

Outra peculiaridade é a quase ausência de jovens, uma vez que os militares da ativa não podem fazer parte de associações políticas. Com a morte de seus companheiros, dificilmente o grupo renova o quadro. Não, à toa, muitos grupos deixaram de atuar por este motivo.

É indispensável dizer que tais entidades não representam a instituição e tampouco a totalidade do pensamento dos militares da ativa e da reserva. No entanto, são resultantes de correntes políticas e de matrizes ideológicas que estiveram em destaque dentro das Forças Armadas e em grande parte da sociedade civil antes e durante o regime militar.

1.1 LETRAS EM MARCHA

Apesar de não ser um grupo e sim uma publicação, e ter sido criada em 1971, data fora do recorte histórico desta pesquisa, vale a pena citar este periódico por dois motivos: ele funcionou até o ano 2000, o que dá um bom panorama do que repercutia no meio militar; e foi o principal meio de comunicação de um dos grupos pesquisados. O *Letras em Marcha* foi criado por oficiais alunos do curso de Comunicação Social do Exército e era considerado pela grande imprensa como o porta-voz da linha-dura dos militares. Para se ter uma ideia, em 1984, a *Folha de São Paulo* fez uma matéria sobre um artigo de Mario Pessoa, articulista do *Letras em Marcha*, em que ele acusou o candidato Tancredo Neves, do PMDB, de ser comunista. No artigo, Pessoa alertava que se os políticos em torno de Tancredo “forem derrotados, ou tiverem a certeza de o serem, acionarão o dispositivo oculto onde se resguardam as forças de subversão como reserva estratégica”.¹

Nesta época, o *Letras em Marcha* era anexado ao *Noticiário do Exército*, boletim oficial da Instituição e contava com anúncios do Ministério da Aeronáutica, da Carteira Hipotecária da Aeronáutica, do Senai e da Sharp.² Era impresso na gráfica do *Jornal do Commercio*. O coronel Joaquim Victorino Portella era quem dirigia a publicação da qual participam civis e militares.

Em 1986, o próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, criticou publicamente o *Letras em Marcha* por este ter afirmado que a nação “estava sendo submetida a uma monstruosa lavagem cerebral, por ação de pessoas sob influência do comunismo

¹ JORNAL de militares acusa Tancredo de comunista e critica Frente Liberal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 de novembro de 1984, p.10.

² Idem.

internacional”.³ Na entrevista, ele ressaltou que a publicação não representava o Exército e que “os extremados não prestam bons serviços à nação”.

Em um editorial de 1988, o *Letras em Marcha* adotava o tom de tribuna independente e, com uma ponta de ressentimento, alfinetava a relação entre governo e jornais:

“Nestes 17 anos, *Letras em Marcha* apoiou os propósitos da Revolução de 31 de Março e lamentou seus equívocos; mas nunca teve, como jornais que detratavam os governos, as benesses publicitárias que deles fizeram empresas prósperas voltadas para ideologias estranhas à nossa civilização e à nossa fé cristã”⁴

Nas suas edições, os principais assuntos eram a historiografia militar e um ou outro fato da política nacional, analisado sempre através do prisma anticomunista. Como veremos mais adiante, o jornal preparou um suplemento político de dez páginas para as eleições presidenciais de 1989, a primeira da Nova República, das quais oito eram dedicadas à campanha contra o partido dos Trabalhadores e o seu candidato, Luís Inácio Lula da Silva.

No aniversário de 26 anos do periódico, eram ressaltadas como características principais da linha editorial, o combate ao comunismo internacional, a “ponte aérea” entre a reserva e a ativa, o vínculo com os civis que comungam os mesmos ideais e o serviço como linha auxiliar de Educação Moral e Cívica.⁵ Esta ligação entre a reserva e a ativa mostra como o jornal se apresentava como um porta-voz de todos os militares. Neste momento, porém, a periodicidade havia passado de mensal a bimestral, o que denota esvaziamento da base de leitores. No ano 2000, a última edição chegava aos assinantes.

Interessante observar que na lista de colaboradores do *Letras em Marcha*, temos integrantes da comunidade de informações. Na relação de assinantes do jornal publicada em dezembro de 1988⁶, consta o nome de Néri Kluwe de Aguiar. Este mesmo nome viria a aparecer vinte anos depois na grande mídia, pelas denúncias do caso dos grampos da Abin. Ele é atualmente o presidente da Associação de Servidores da Agência Brasileira de Inteligência, ASBIN. Outros nomes, ligados a um dos grupos que veremos adiante, o

³ LEÔNIDAS critica militares do jornal ‘Letras em Marcha’, *O Globo*, 1º de outubro de 1986, p?, recorte disponível na página virtual da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Arquivo Ana Lagoa*. <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/>, acesso em 26 de janeiro de 2009, às 21h.

⁴ *Letras em Marcha*, novembro de 1988, p.1. Está subentendida a insatisfação não somente com o governo civil mas também com a regime militar, uma vez que eles reclamam da falta de apoio à publicação ao longo dos 17 anos. Basta lembrar que no regime militar os jornais alternaram momentos de coragem empresarial e fases de subserviência necessárias para, entre outras coisas, conseguir receita com a propaganda do governo. Ver mais em ABREU, João Batista de. *As manobras da informação*. Niterói: Eduff, Rio de Janeiro: Mauad, 1ª edição, 2000, p.38.

⁵ *Letras em Marcha*, novembro / dezembro de 1997. p.3.

⁶ *Letras em Marcha*, dezembro de 1988, p.12.

Independente 31 de março, também participaram da área de inteligência. Estes fatos sugerem que o *Letras em Marcha* tinha em seu público pessoal das agências de informação das três Forças e o pessoal do SNI.

1.2 OMBRO A OMBRO

No dia 11 de maio de 1988, o coronel R/1 Pedro Schirmer, o tenente-coronel R/1 Antonio Gonçalves Meira, e os civis José Augusto Galdino da Costa, Renato Osvaldo Winter e Armindo Correa fundaram o jornal *Ombro a Ombro*. Schirmer – que já tinha experiência como colaborador do *Letras em Marcha*, era na época chefe da Divisão de Assuntos Internacionais da Escola Superior de Guerra (ESG)⁷. A primeira edição, de junho, chegou aos leitores no início do mês seguinte. O tablóide era enviado não só para os assinantes, como também para autoridades e organizações das Forças Armadas, da Administração Pública e um seletto público de civis e militares”⁸:

“É para o objetivo de uma informação honesta que surge este jornal, ombro a ombro, em interação absoluta, pretende-se que redatores, articulistas e leitores preencham, em suas trocas afetivas, os espaços vazios que, em veículos de comunicação mais preocupados com a versão dos fatos do que com estes, ...os homens de bom senso não crêem no que essa imprensa lhes diz- a mídia se transforma em **tragicomédia**.”⁹

A composição e a impressão do material ficavam a cargo da gráfica da editora *O Fluminense*, em Niterói, pertencente ao grupo de mídia do mesmo nome. Em uma época em que era forte a lembrança dos anos de regime militar, a repercussão do lançamento do tablóide chamou a atenção dos jornais da grande mídia, como a *Folha de São Paulo*, *Folha da Tarde*, *Globo* e *Zero Hora*. A revista *Veja* publicou:

Foi fundado letras do B

Está em marcha esta semana uma nova infiltração anticomunista no país. Trata-se do lançamento do tablóide mensal *Ombro a Ombro*, fruto da dissidência da publicação *Letras em Marcha*, porta-voz dos militares da linha-dura. Em oito páginas, o novo tablóide vai distribuir sua primeira tiragem de 12000 exemplares via mala direta, para um cadastro de potenciais assinantes que o editor, coronel da reserva

⁷ *Ombro a Ombro*, edições de julho de 1988, p.1 e abril de 2005 p.1.

⁸ O PRIMEIRO número. *Ombro a Ombro*, junho de 1988. p.1

⁹ Idem.

Antônio Gonçalves Meira, colecionou ao longo de anos. Em seu número inaugural, *Ombro a Ombro* traz lado a lado um artigo de críticas ao governo sandinista da Nicarágua e outro de elogios ao ex-ministro-chefe do EMFA brigadeiro Paulo Camarinha, recentemente demitido pelo presidente Sarney por ter criticado a política econômica do governo. Pela natureza ostensiva, pela qualidade gráfica e até mesmo pelo respeito às normas da Língua Portuguesa, esse tipo de publicação expressa, com vantagens, o descontentamento de uma direita de pijamas, que até há alguns anos (sic), valia-se de panfletos apócrifos, produzidos nos desvãos do Centro de Inteligência do Exército e do SNI.¹⁰

Em entrevista ao *Globo*, o tenente-coronel Antônio Gonçalves Meira, diretor administrativo, evitava definir a linha ideológica do periódico: “Não tenho dúvida de que seremos rotulados como sendo de direita, mas ser antimarxista não significa ser de direita”, diria Meira ao diário carioca¹¹.

É difícil mensurar a influência deste jornal na caserna. Porém, um editorial do *Ombro a Ombro*, publicado em setembro de 1990 serviu para uma reportagem do *New York Times* demonstrar a insatisfação dos militares brasileiros com a política de reajuste salarial:

“Determinados a manter a linha de gastos do governo, o presidente recusou aumentar o salário do maior grupo de servidores públicos do país – os 325 mil homens e mulheres das forças armadas. Embora a inflação tenha diminuído para 11% ao mês desde que Collor assumiu o poder em meados de março, a inflação acumulada desde 1º de janeiro, data do último reajuste salarial dos militares, é de 967%.”

“Compreende-se que não podemos comprar comida, roupas, pagar o aluguel e as taxas escolares”, diz a edição de julho do boletim da Associação dos Oficiais da Reserva em Brasília. *Ombro a Ombro*, um jornal castrense que circula entre os oficiais da ativa, preparou um editorial contra a política salarial.¹²

¹⁰ GOMES, Laurentino, PORRO, Alessandro. Foi fundado letras do B. Radar. *Veja*, 6 de julho de 1988, p. 49.

¹¹ *Ombro a Ombro*, julho de 1988, p.1.

¹² Tradução do autor. A parte do texto traduzida é a seguinte: “Determined to hold the line on Government spending, the President has refused to raise salaries for the nation's largest group of civil servants -the 325,000 men and women of the armed forces. Although inflation has slowed to 11 percent a month since Mr. Collor took office in mid-March, cumulative inflation since Jan. 1, the date of the last military pay raise, is 976 percent. “Understanding doesn't buy food, clothing, doesn't rent, the schools fees”, read a july issue of a bulletin in Association of Reserve Officers in Brasilia. Shoulder to Shoulder, a barracks bulletin circulated among active-duty officers, editorialized against salary policy.” BROOKE, James. Brazil's Leader Makes the Army Toe the Line. *New York Times*. Nova Iorque, 9 de setembro de 1990. A versão on-line deste documento está no endereço

<http://www.nytimes.com/1990/09/09/world/brazil-s-leader-makes-the-army-toe-the-line.html?n=Top/Reference/Times%20Topics/Subjects/P/Politics%20and%20Government&scp=5&sq=Shoulder%20to%20shoulder%20brazil&st=cse>, acesso em 6 de abril de 2009, às 18h.

A citação ao jornal norte-americano está também no jornal *Ombro a Ombro* de setembro de 1990, na página 7. O editorial que serviu para o correspondente estrangeiro fazer a matéria foi publicado pelo *Ombro a Ombro* em julho. Parte dele, transcrevo a seguir: “o problema do reajuste dos vencimentos dos militares e dos salários dos civis ganha contornos que atingem as raías da angústia, quando as estatísticas oficiais revelam baixíssimos índices de inflação, que a população de modo geral, entende como sinônimo de custo de vida, e que se chocam violentamente com a veracidade dos preços ao quais somos submetidos no dia a dia das feiras, dos supermercados, das mensalidades escolares etc.”

Folheando as edições do *Ombro a Ombro* correspondentes aos seis primeiros anos de publicação, nota-se o posicionamento de alguns militares sobre o processo de desmobilização e redução dos gastos das Forças Armadas, a polêmica sobre a proposta de isonomia salarial com os demais poderes, a mobilização para a campanha eleitoral e o surgimento de grupos de civis e militares da reserva que através de manifestos tentam pressionar o governo.

É possível notar também a confiança, depois transformada em ressentimento, que a alta oficialidade depositou no governo de Fernando Collor de Mello. Caçador de marajás e carismático candidato - até então desconhecido do público - Collor conseguiu conter o passo da esquerda rumo ao planalto. Em seu mandato, promoveu um ponto de inflexão nas relações entre a presidência e as Forças Armadas. Extinguiu o Serviço Nacional de Informações, substituiu por uma secretaria similar sob o comando de um civil e retirou o status de ministério do Estado-Maior das Forças Armadas. Para o comando das três Forças escolheu líderes mais discretos, a fim de evitar qualquer tipo de crise. Cerca de um ano antes do impeachment, o jornal, em editorial, mostrava seu posicionamento acerca da possibilidade de intervenção militar, o que indicava também um ponto de inflexão destes militares e civis em relação ao histórico de intervenções políticas:

“Os apelos crescentes e as manobras políticas visando a intervenção militar (...) não condizem com a realidade nacional nem com a destinação estabelecida na Constituição, das Forças Armadas. (...) De outra parte, a realidade nacional bem estudada, principalmente sob o estado de debilidade que foram relegadas as Forças Armadas, leva a conclusão de que estas devem ser preservadas de qualquer desgaste prematuro e empregadas somente quando houver certeza da plena consecução dos resultados pretendidos. (...) Nossa crise atual é eminentemente política, tem origem política e foi produzida em grande parte pelos políticos, por isso, cabe exclusivamente aos políticos, aos quais o povo delegou o seu poder, solucioná-las segundo as normas democráticas”.¹³

Em 1991, o periódico lançou uma campanha para mobilizar candidatos às eleições de 1994 para o Congresso, e repetiu-a em 1998, como veremos mais adiante.¹⁴ O jornal também dedicou espaço generoso de suas edições tanto para difundir os programas das chapas que disputaram a presidência do Clube Militar, como para a publicação de artigos do presidente do Clube.

¹³ INTERVENÇÃO militar, *Ombro a Ombro*, outubro de 1991, p.6.

¹⁴ No capítulo sobre política.

Entre as discussões abordadas pelo periódico, está a criação da reserva ianomâmi. Na edição de outubro de 1991¹⁵, o general R/1 Hélio Ibiapina denunciava um documento do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs que preconizava a preservação da floresta e dos aborígenes para desfrute das grandes civilizações européias. Ele usou como base uma reportagem de João Malato, publicada pelo jornal *O Liberal*¹⁶, dois anos antes. Em editorial, o *Ombro a Ombro* criticava a aprovação de uma reserva contínua para os ianomâmis. De acordo com o diário:

“... é triste constatar que a tese de preservação cultural dos índios está alicerçada em ideias ecológicas e antropológicas, impedindo que seres humanos se aperfeiçoem, deixando o primitivismo de suas vidas, para se transformarem em cidadãos úteis à sociedade.”¹⁷

A proposta de criação do ministério da Defesa foi e ainda é alvo de debate no meio militar. Em 1992, um artigo do capitão-de-mar-e-guerra Sérgio Porto da Luz, defendeu o ministério unificado e alegou que “não virá contra nós, será a nosso favor”:

“O ministro militar fica em situação difícil para representar a respectiva Força Singular perante a Nação e o presidente da República (...) há um limite para as postulações do ministro em benefício de sua Força. É difícil equilibrar, simultaneamente, os dois chapéus na mesma cabeça. Como representar os anseios das Forças Armadas e, ao mesmo tempo, dizer aos seus subordinados que os anseios são inatendíveis, *in limine*.”¹⁸

Para o oficial, as negociações no novo ministério seriam mais eficientes no regime parlamentarista e não no “presidencialismo imperial”.

Apesar de ser um jornal cuja temática era predominantemente os assuntos militares, em algumas edições do ano de 1992, foi acrescentado um encarte de quatro páginas, produzido pela Associação de Engenheiros da Petrobrás (AEPET). Em um plano ideológico, o nacionalismo serviu para unir civis e militares da reserva em causa comum, ambos

¹⁵ LIMA, Hélio Ibiapina. Orquestração contra as Forças Armadas. *Ombro a Ombro*, outubro de 1991 p.7.

¹⁶ MALATO, João. Documento estarrecedor, *Alto Madeira*. Caderno-2, Rondônia, 12-13 de novembro de 1989. Op. Cit In: IANOMÂMIS, *Ombro a Ombro*, edição de dezembro de 1991, p.1 e reproduzido integralmente em *Ombro a Ombro*, novembro de 1991, p.8

¹⁷ IANOMÂMIS, *Ombro a Ombro*, edição de dezembro de 1991, p.1.

¹⁸ LUZ, Sérgio Porto da. Não li, mas gostei da ideia...*Ombro a Ombro*, março de 1992, p.4. Um trabalho mais detalhado sobre a criação do ministério da Defesa e a repercussão nos grupos Guararapes, Inconfidência e Ternuma, pode ser visto em SANTOS, Eduardo H.J., ALVES, Vagner, FIGUEIREDO, Eurico. *O velho e o novo no discurso das Forças Armadas*. Trabalho apresentado no GT32 – Forças Armadas e Sociedade. In: 32º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 2008.

preocupados com a possibilidade de privatização do setor petrolífero, cujas empresas seriam destinadas a compor portfólio de conglomerados estrangeiros. À época do lançamento do encarte, eram realizados estudos para privatização da Petroflex, empresa subsidiária da Petrobras.

Em 1993 e 1994, grupos de civis e militares da reserva usaram as páginas deste jornal para divulgarem os seus manifestos, como veremos mais adiante. Os assuntos selecionados mostram a amplitude temática do jornal e o grau de atualidade com o debate na sociedade.

Outra característica deste e dos demais jornais dos militares da reserva é o apego aos grandes nomes da historiografia militar brasileira. Além do culto às tradições, há o cuidado em resgatar construções históricas que sirvam de modelo não só para os contemporâneos, mas sobretudo aos mais jovens.

Na leitura do *Ombro a Ombro*, conclui-se que ele serviu como tribuna para insatisfação dos militares, não de todos, mas em especial da alta oficialidade – generais, coronéis e tenentes-coronéis – da reserva e civis, que colaboraram com artigos em suas edições.

Ao longo de sua existência alguns de seus articulistas fundaram grupos de civis e militares da reserva para reagirem ao governo. Com a morte de Schirmer, em 2004, seus colaboradores resolveram levar adiante a publicação por mais um ano¹⁹. Em dezembro do ano seguinte, o jornal publicou a última de suas 211 edições:

“Não custa nada lembrar... O compromisso do jornal Ombro a Ombro é com o Brasil! Não temos ligações com grupos partidários ou negócios com grupos econômicos. A voz de nossa tribuna é aberta e independente. Daí decorrem os argumentos de nossos colaboradores, de nossos registros, de nossas invocações. **Acima de tudo pelo Brasil**, como um estado nacional, soberano, forte e respeitado tanto quanto solidário respeitador, na comunidade de seus vizinhos e das nações de um mundo onde cada povo resguarda a sua individualidade, a sua cultura e o seu modo de viver”²⁰

1.3 GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO (RJ)

O grupo, com sede no Rio de Janeiro, foi criado pelo general de divisão R/1 Henrique Carlos de Assumpção Cardoso²¹ e fundado em 15 de novembro de 1988. O primeiro

¹⁹ Schirmer, desde 1991, assumira sozinho o empreendimento.

²⁰ NÃO custa nada lembrar...*Ombro a Ombro*, junho de 2004, p.7.

²¹ *Letras em Marcha*, março/abril de 2000, p.2.

manifesto, cujo trecho segue abaixo, foi publicado no jornal *Letras em Marcha* nas edições de junho e julho de 1989:

Convocação à União Nacional

O País atravessa um dos seus mais difíceis e tumultuados momentos históricos, desde a Proclamação da República. A situação exige o máximo de empenho e dedicação, não só dos homens públicos responsáveis diretos pelos destinos da nação, como, em última análise, de todos os brasileiros²²

Ao longo do texto, eles revelam o principal objetivo do grupo, uma vez que estão “preocupados com as obstinadas tentativas das esquerdas radicais” em implantar um “regime de inspiração marxista”. Eles formam um “grupo de brasileiros que vêm pregar a união das Forças Democráticas e lança um brado, um alerta contra a possibilidade de vitória no primeiro pleito presidencial de candidatos socialistas”.

Seu meio de comunicação é um boletim, enviado mensalmente para os seus membros e simpatizantes. Além disso, utilizaram o espaço do *Letras em Marcha* para expressar suas ideias, sendo o principal meio de divulgação do grupo. O 31 de Março chegou a ter 1260 destinatários, perfazendo militares da ativa e da reserva de todas as patentes.²³ Entre seus coordenadores, estão o brigadeiro-do-ar R/1 Márcio César Leal Coqueiro, veterano da 2ª Guerra Mundial, e que em 1964 era tenente-coronel alocado no Estado-Maior da Aeronáutica²⁴. Mais tarde, Coqueiro seria oficial da Seção de Informações do EMFA²⁵. Outro integrante do grupo é o coronel-aviador R/1 Gustavo Borges, que em 1964 era secretário de Segurança Pública do governo Carlos Lacerda, opositor de João Goulart. Borges também foi diretor superintendente do *Letras em Marcha*. O brigadeiro R/1 Carlos Affonso Dellamora, outro integrante do grupo Independente que participava do *Letras em Marcha*, serviu no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA)²⁶. O presidente de honra do grupo é o general R/1 Sebastião Ramos de Castro que, em 1964, era chefe da 3ª seção da 6ª Região Militar, em Salvador.²⁷

²² *Letras em Marcha*, junho de 1989, p.7.

²³ Entrevista ao autor, em 10 de novembro de 2008.

²⁴ MOTTA, Aricildes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003j. Tomo 10, p.89.

²⁵ MOTTA, 2003j, p.89.

²⁶ MOTTA, 2003j, p.105.

²⁷ MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003a. Tomo 1, p.117.

1.4 GRUPO GUARARAPES

O Guararapes foi fundado em 1991 na cidade de Fortaleza, tendo inicialmente 17 militares da reserva²⁸. É um dos grupos mais atuantes e que mais teve repercussão na mídia com seus manifestos, em especial no governo Itamar Franco. No primeiro ano em que o político de Minas Gerais governou o país, eles publicariam o seguinte manifesto no *Ombro a Ombro*:

O Grupo Guararapes contém dentro de si o grito da indignação do cidadão humilhado. Formado, até agora, pelos homens que prezam e que prezarão a farda que vestiram, mas que dentro de pouco tempo, terá o irmão civil ao seu lado, irá gritar, e muito alto, para que toda a Nação saiba que não podemos aceitar a imprudência daqueles que, compondo a elite do país, querem ser os salvadores da pátria. As grandes revoluções tiveram causas políticas, econômicas, sociais e militares. Para nós do Grupo Guararapes, entre todas elas, ressalta-se a quebra da moral social da elite. Acreditamos que nem todas as instituições deste País apodreceram. Há uma que, mesmo com seus defeitos, ainda mantém dentro de si a moral social, a argamassa que preservará a Unidade Nacional e evitará o caos. Esta história é composta das três Forças Armadas. Tenha, povo do Brasil, a certeza de que *continuaremos vivos*, esta Nação saberá julgar os seus verdadeiros filhos.

Fortaleza, 26 de março de 1992.²⁹

De acordo com o *site* do grupo, seus integrantes se reúnem uma vez por semana para discutir os assuntos em pauta. Nessas reuniões comparecem, em média, 30 associados. Em 2003, o grupo contabilizava 233 civis e 263 militares da reserva³⁰. Em cinco anos, quadruplicou-se o número de associados. Na última listagem de membros do Guararapes, elaborada em julho de 2008, somam-se 1568 civis, 460 militares do Exército, 48 da Marinha e 45 da Aeronáutica, totalizando 2121 associados em todo o Brasil. Vale notar que, no desenvolvimento desta pesquisa, no intervalo de oito meses do ano de 2008, houve 283 adesões. Neste período, é expressivo o ingresso de 40 reservistas do Exército no grupo.³¹

²⁸ A primeira reunião, da qual compareceram os dezessete militares, foi realizada em outubro de 1991. O grupo foi fundado um mês depois, no dia 5. GRUPO GUARARAPES, *Quem somos*. Informação disponível em http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/quem_somos.asp?page=1, acesso em 8 de março de 2009, às 16h.

²⁹ GRUPO GUARARAPES. Manifesto. Fortaleza, 26 de março de 1992. *Ombro a Ombro*, abril de 1992, p.8,

³⁰ De acordo com nota publicada no jornal *Ombro a Ombro*, edição de dezembro de 2003, p.8, constavam no grupo 23 oficiais-generais, 212 oficiais-superiores e 28 capitães e tenentes. Não havia informação detalhada sobre a origem dos reservistas que faziam parte do grupo.

³¹ Na contagem realizada em 11 de janeiro de 2008, somavam-se 1838 pessoas, sendo 1334 civis, 420 militares do Exército, 42 da Marinha e a mesma quantidade da Aeronáutica. Houve um acréscimo de 40 representantes do Exército, seis da Marinha, três da Aeronáutica e 134 civis. Interessante observar que contabilizaram nesta “chamada” 30 militares e dois civis “*in memoriam*”. GRUPO GURARAPES. *Relação de grupo*. Disponível em http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/links_relacao.asp, acesso em 17 de março de 2008, às 11h12.

Como veremos mais adiante, uma das características destas entidades é um forte componente antiesquerdista, no qual esquerda e comunismo são entendidos como sinônimos. A esquerda brasileira, para o discurso destes grupos, é um mal a ser exorcizado, um fator de conspiração internacional, a base ideológica do rancor e revanchismo, da erosão dos valores conservadores. Não por acaso, o que motivou a criação do Guararapes foi a percepção de que a presidência de Fernando Collor de Mello “passou a ter em suas hostes elementos esquerdistas, desqualificados, conforme informações colhidas pelo grupo³²”.

Um dos integrantes do Guararapes é o general-de-brigada R/1 Luciano Salgado Campos que em 1964 era chefe da seção técnica de ensino da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Campos também foi chefe da Agência Brasília do SNI, no governo Costa e Silva e chefe de gabinete do ministério das Minas e Energia entre 1979 e 1982³³. O fundador e atual coordenador do Guararapes é o general-de-divisão R/1 Francisco Batista Torres de Melo. Ele foi oficial de ligação entre o Exército e a Polícia na crise da força auxiliar do Piauí, na década de 60. Graças a sua atuação, no início do ano de 1964, o então major Torres de Melo comandava a Polícia Militar piauiense.³⁴ Logo depois, promovido a tenente-coronel, retornou ao Ceará para comandar o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Ele escreveria anos mais tarde sobre sua experiência em 1964 na capital cearense:

“Quando comande o CPOR de Fortaleza, entrei na universidade. Enquanto, no sul, os brasileiros se matavam, aqui, o meu Exército vivia dentro do Templo do Saber”.³⁵

Em outro relato, ele explica como se deu a mescla entre Universidade e Forças Armadas:

“Ao concluí-lo (o curso de Comunicação Social), o chefe do Estado-Maior do IV Exército, o general Correia, mandou-me chamar e montamos um Plano de Operação de Comunicação Social para o IV Exército. Aqui no Ceará, fruto desse plano, eu, o professor Caio Lóssio, o professor Paulo Roberto Pinto e outros, sob os auspícios da Universidade Federal do Ceará, organizamos um curso de Problemas Brasileiros, que era ministrado na Faculdade de Direito, onde havia mais de mil alunos. A cada dia, um professor, uma pessoa do comércio, da indústria, analisava problemas diversos. Os jovens começaram a entender, começamos a conversar com

³² GRUPO GUARARAPES. *Quem somos*. Disponível em http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/quem_somos.asp, acessado em 9 de novembro de 2007, as 10h43.

³³ MOTTA, Aricildes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003d. Tomo 4, p.76

³⁴ MOTTA, 2003d, pp.56-59

³⁵ TORRES DE MELLO, Francisco Batista. Sou brasileiro, *Ombro a Ombro*, edição de fevereiro de 1992, p.5

eles.³⁶ (...)fui comandar o CPOR, que desejava que funcionasse dentro da universidade. Organizamos uns campeonatos, estimulamos no CPOR as atividades culturais. Lembro-me bem que montamos uma grande peça de um teatrólogo cearense, *O Morro de Ouro*, e a levamo-la Brasil afora. Depois foi a época da dança (...),³⁷

Dez anos mais tarde, Torres de Mello assumiu o comando da Força Pública do Estado de São Paulo, a qual comandou entre 1974 e 1977, e, em 1984, terminou o seu serviço ativo à frente da 10ª Região Militar, com sede na capital cearense. Depois de uma longa jornada no poder Executivo, o general Torres de Melo tentou ingressar na política. Nas eleições de 1988, candidatou-se a prefeitura de Fortaleza pela coligação PDS-PMN, obtendo 10,64% dos 586.808 votos válidos³⁸. Foi vereador pela mesma cidade, anos mais tarde. É bem significativo o convite que o presidente Itamar Franco fez a Torres de Melo, chamando-o para ser um dos integrantes da Comissão Especial de Investigação do Senado que apurou as irregularidades do governo Collor.

No entanto, o Guararapes não é o primeiro grupo do qual participa Torres de Melo. Antes do golpe de 1964, ele se reunia com sindicalistas e outros integrantes da sociedade para discutir os rumos do país. Esta experiência resultou na adesão dos sindicalistas cearenses ao movimento cívico-militar:

“No Ceará, participamos de algo muito interessante: um grupo, constituído por Antônio Guimarães, (...) Hélio Lemos, o comandante do 23º BC, o Coronel Diegues, eu e outros, fundou um clube, chamado “Arca de Noé”. Todos os sábados nos reuníamos com o pessoal dos sindicatos e a gente conversava, tomava uns aperitivos e almoçava. Dessa forma, fomos nos preparando e trocando ideias. O resultado é que, em 1964, quando eclodiu a Revolução, o único estado brasileiro em que não houve greve foi o Ceará. Os sindicalistas compreenderam que o Brasil não podia continuar com a anarquia existente”...³⁹

De acordo com relatos de outros integrantes da Arca, disponíveis no projeto de *História Oral do Exército*, a ideia de reunir pessoas de várias camadas sociais partiu do comandante Fernando Cavalcante Macedo, da Capitania dos Portos. A primeira reunião do grupo foi em 1961, quando o país enfrentava a crise institucional logo da renúncia de Jânio Quadros. Dois anos depois, a Arca se tornou pessoa jurídica. O depoimento do empresário

³⁶ Depoimento em MOTTA, 2003d, pp.59-60.

³⁷ Idem, p.59

³⁸ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ. *Eleições Municipais*. Dados disponíveis em <http://www.tre-ce.gov.br/tre/download/Eleicoes%201988.pdf>, acesso em 7 de março, às 11:44h.

³⁹ MOTTA, 2003d, p.57.

Francisco Martins de Lima dá um quadro geral de como funcionava a Arca e ressalta seu poder de articulação:

“Cumpre-me detalhar fatos que tornaram o Movimento *sui generis*, aqui no nosso Estado. Em primeiro lugar, a criação e o funcionamento da Arca de Noé, na Capitania dos Portos, já referida, com feição de um clube beneficente, de apoio a creches, a escolinhas, mas que, na realidade, escondia todas articulações revolucionárias possíveis.... Outra passagem ocorreu quando da prisão do coronel Hélio Lemos... os sócios da Arca de Noé, que eram poucos, aproximadamente uns quarenta, fizeram campanha tão eficiente de visitação ao prisioneiro que mais de duas mil pessoas fizeram fila ao redor do quarteirão do 23º BC”.⁴⁰

Conta, por sua vez, o tenente-coronel Silvio de Magalhães Sampaio, outro contemporâneo:

“A Arca de Noé tinha como objetivo a união de todas as categorias, exatamente o contrário do movimento comunista, que preconizava a luta de classes para a tomada do poder. Tínhamos representantes de todas as classes sociais: estivadores, militares, advogados, juízes, industriais, todos em harmonia, inclusive os representantes de sindicatos patronais e de empregados”⁴¹.

Se na Arca de Noé buscou-se um diálogo com representantes dos sindicatos, tradicionalmente de esquerda, no Guararapes, a razão de ser deve-se à suposta existência da ameaça esquerdista. O general Torres de Melo explica como o procuraram na época em que formaram o grupo:

“Vieram os oficiais, generais e coronéis, que viam que o governo Collor não ia dar certo. Quando o presidente fez a sua campanha, adotou uma postura conservadora, de direita. Quando [*Collor*] ganhou, passou para uma postura de esquerda. Pessoas que eram do staff do candidato da oposição foram chamadas. Haveria um choque, mas não sabíamos como. Determinadas atitudes não condiziam com o presidente da República, tais como fechar a pesquisa de Energia Nuclear e mostrar-se como o salvador da pátria.”⁴²

Além disso, no governo Collor, há uma mudança nas relações entre civis e militares. O comportamento dos oficiais que estão no comando das três forças deu mais agilidade às

⁴⁰ Idem, p. 273. O general Hélio Lemos havia sido punido com 20 dias de prisão no dia 4 de fevereiro de 1964, por se posicionar contra o governo e a favor de Carlos Lacerda. Ver mais em Revista do Instituto do Ceará, número 98, Fortaleza, 1984, p.192. Disponível em <http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1984/1984-DataseFatosHistoriaCeara.pdf>, acesso em 5 de julho de 2009, às 22h.

⁴¹ Idem, p.226

⁴² Entrevista em 26 de maio de 2008.

reformas , ao mesmo tempo em que tais reformas criariam mais rancor e ressentimento aos que estavam acostumados com a forte presença das Forças Armadas no governo.

Mais há um outro componente que tornou o diálogo da Arca de Noé inviável dentro da realidade do Guararapes. O acentuado anticomunismo, iniciado com a Intentona Comunista, em 1935, foi reforçado pela guerra Fria, enrijecido ao longo dos governos militares e da luta armada e se cristalizou, anos depois da redemocratização, com a suposta ameaça de caos com a “esquerda” no poder. Some-se a esta ideologia, a necessidade de preservação da memória, tão cara às instituições tradicionais e seus integrantes, teremos uma visão da história enaltecida pela luta contra o comunismo. Uma contraparte da versão que estava sendo construída pelos *mídia* naquele momento que, por sua vez, sem censura, puderam dar vazão ao outro lado da história, publicando artigos e matérias críticas aos militares, às Forças Armadas, e a qualquer ranço de antigo regime, normalmente pontuando com heroísmo as ações da esquerda, tal como se fora uma resistência ao período discricionário, agora conhecido como os anos de chumbo.

A mescla de tradição e ideologia já começa pela simbologia do grupo. Em princípio, o nome Guararapes remete à batalha histórica de 1648, como vemos a chamada do jornal *Ombro a Ombro*:

A REBELIÃO DAS ELITES

“Sob este título publicamos o artigo do Grupo Guararapes (...) que congrega oficiais das Forças Armadas. Inspirou-lhe o nome e a atuação o histórico Monte onde se descarolaram (sic) os combates que deram início aos ideais de brasilidade – os mesmos com os quais se identifica este Grupo.”⁴³

De acordo com o *site* do grupo, o signatário “mais antigo” é o general-de-Exército (reformado - R/1) Antônio Bandeira, falecido em 2003. Bandeira teve importante papel no regime militar. Em 1964, servia na 2ª seção (informações) do IV Exército e ajudou a articular as mulheres no Recife para que participassem das marchas pela família com Deus, pela liberdade⁴⁴. Oito anos depois, participou da primeira e segunda operações na Guerrilha do Araguaia, à frente da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada. Em maio de 1973, assumiu a

⁴³ GRUPO GUARARAPES. A rebelião das elites. *Ombro a Ombro*, abril de 1992, p.1.

⁴⁴ Depoimento realizado em 1983, para a pesquisadora Eliane Moury In: CASTRO, Celso, D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Visões do golpe: memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2004.

direção da Polícia Federal, onde, segundo Gaspari⁴⁵ se celebrizaria combatendo as composições de Chico Buarque de Hollanda. Ainda segundo o autor, nos dez meses que dirigiu a PF, Bandeira assinou 110 proibições de censura, uma a cada 72 horas.⁴⁶ Comandou a IV Divisão de Exército, em Minas Gerais, e terminou sua carreira comandando o III Exército. Nos tempos de regime militar, sua influência conduziu Tarcísio Burity ao governo da Paraíba, seu estado natal.⁴⁷

1.5 GRUPO ARAUCÁRIA

O grupo Araucária reunia militares da reserva do Paraná. Com sede em Curitiba, a entidade teve uma destacada atuação com o grupo Guararapes na primeira metade da década de 90. Seu coordenador era o major reformado Mauro Stadler de Souza. No governo Itamar, o Araucária lançou vários manifestos endereçados a políticos. Em um deles, assinado por 71 civis e militares da reserva, eles afirmaram que:

“Foi por estarmos tão preocupados com a manutenção da democracia decidimos entrar nesta cruzada para ajudá-la e salvá-la. Um dos caminhos que conduzem à ruptura da normalidade institucional de um país é a desmoralização de sua elite dirigente, ou seja, exatamente o que vem ocorrendo aqui nos últimos anos (...) Por isto, estamos sim, contra ‘esta democracia’ estúpida e suicida que estão nos impondo. Em verdade estamos vivendo sob uma ‘ditadura dos políticos’ que fazem o que bem entendem para atender seus interesses, sem qualquer respeito aos anseios do povo.(...)”⁴⁸

Em outro, defenderam o abandono da Constituição - considerada um monstro -, e descreveram o país como “um barril de pólvora carregado, o rastilho quase pronto, faltando apenas alguém riscar um fósforo”. Souza chegou a prever que a “desinstitucionalização” estava muito próxima e admitiu a possibilidade de golpe.⁴⁹

1.6 GRUPO FARROUPILHA

O Farroupilha foi fundado pelo coronel da reserva Aécio Kauffman Colombo da Silva, em Porto Alegre, em 1º de julho de 1992. Em 1964, como capitão, Silva era

⁴⁵ GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2002b, p.425.

⁴⁶ GASPARI, Elio, *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2004, p.480.

⁴⁷ ANTÔNIO Bandeira, oficial da "linha dura". *Jornal do Commercio*, Recife, 9 de abril de 1998, disponível em http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0904/po0904i.htm acesso em 5 de março de 2008, as 15:51h.

⁴⁸ GRUPO ARAUCÁRIA, 2º manifesto, *Ombro a Ombro*, julho de 1993, p.4.

⁴⁹ GRUPO militar vê iminência de explosão. *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1993. p.4.Op. Cit. ZAVERUCHA, 2000, p.144.

comandante do Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado em Porto Alegre. Mesmo julgando “uma irresponsabilidade o ato do então presidente da república”, o comício da central feito por Jango, procurou manter-se legalista “porque havia uma ordem de comando”. Anos antes, em 1961, viajou 12 horas de carro para alertar João Goulart sobre uma ameaça de atentado. Participou do esquema de informações montado pelo general Osvino Ferreira Alves, braço-direito de Goulart e um dos responsáveis pelo dispositivo militar do governo. Com o golpe, foi cassado⁵⁰.

Anos depois, trabalhou no GBOEx, o Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército, uma das maiores empresas do ramo no país. Com a onda de privatizações no início da década de 1990, um dos temores dos oficiais é que esta instituição fosse afetada. Com a aparição destes grupos, Silva aproveitou para promover o GBOEX no meio militar, destinando verba publicitária os jornais correspondentes.

Em um pequeno artigo, o Farroupilha mostra o motivo de sua fundação:

“A criação deste grupo busca organizar, dirigir e somar esforços e boas intenções para evitar o caos de uma sociedade perplexa com a situação de calamidade ética e moral que assola a nossa nação”.

Nos artigos disponíveis, não há um discurso anticomunista. No final de 1993, quando eram discutidas as reformas constitucionais, entre elas a da Previdência, um manifesto do Farroupilha alertava aos militares sobre as conseqüências da entrada de fundos de pensão estrangeiros no país.

“O problema, no entanto, não é só dos militares. Quando se fala em privatizar a previdência, fala-se para todos os brasileiros. Pretendem que parte da Previdência seja operada por fundos de pensão. Ninguém tem o direito de, por ingênuo, julgar que estes fundos são geridos, apenas, por interesses nacionais.(...) Teremos, portanto, pela desnacionalização da Previdência como um todo, não como militares, mas como brasileiros, que por profissão se preocupam, amam e juram defender esta pátria. (...) Manter a aposentadoria dos brasileiros dentro do Brasil é questão de sobrevivência. Esta, não podemos perder.
Porto Alegre, 14 de outubro de 1993⁵¹”

Há, como nos outros grupos, uma insatisfação com o estado de coisas, e cuja origem muitas vezes passa pelos corredores do Congresso Nacional. Em 1993, no dia 22 de outubro, eles publicaram o seguinte manifesto:

⁵⁰ De acordo com o entrevistado, participavam da “seção de informações” o tenente-coronel Osório, o coronel João Guerreiro Britto, o general Assis Brasil e o coronel Oswaldo Nunes.

⁵¹ GRUPO FARROUPILHA, Revisão da Constituição Federal de 1988. Porto Alegre, 14 de outubro de 1993. *Ombro a Ombro*, outubro de 1993, p. 6.

“Militares da reserva e companheiros civis situados no Rio Grande do Sul identificados sob a legenda Grupo Farroupilha, lavramos este documento, a fim de que se declare pública nossa frontal discordância diante do rumo para aonde a Pátria está sendo arrastada, debaixo de escândalos e descalabros promovidos por uma, a estas alturas, consabida súcia, atuante em setores fundamentais da vida nacional. Estupefata e estarrecida a Nação assiste, impotente, a obscena agressão as mais altas instituições do país. É que, a exemplo dos ataques marginais às casas bancárias, uma pandilha, despudoradamente se movimenta no Congresso Nacional e, mãos armadas, pela certeza da impunidade, agride, em proveito próprio, a burra parlamentar estabelecendo canais subterrâneos de uma impressionante sucção do patrimônio público em seu favor. Tanto quanto nas estruturas do Poder como no tocante ao enriquecimento da parceria, na generalidade do peculato e do negócio sujo, referida gente cabe nos padrões subversivos sem ideologia, que se move entre o deboche e a derrocada da ordem civil. (...) Companheiros. O inimigo está aí, diante de nossos olhos, fixando as suas posições e avaliando as possibilidades das nossas reações. Estamos diante de adversário implacável e que não dará quartel ao povo brasileiro. Urge, portanto, que se não permita lograr êxito nesta investida que tem, como objetivo final, jogar ao lixo a ideia de nacionalidade organizada e proba. Companheiros vamos varrer o entulho e restituir a higiene ao corpo da República. Porto Alegre, 22 de outubro de 1993.⁵²”

Nesta época, a imagem da Câmara estava desgastada devido ao escândalo do Orçamento. Cinco dias antes da carta do Farroupilha, a revista *Veja* havia publicado uma entrevista com o economista José Carlos Alves dos Santos no qual ele denunciou o envolvimento de parlamentares, ministros e ex-ministros, governadores e empreiteiras no esquema de corrupção da Comissão do Orçamento. Três dias depois, o economista relataria à recém-instaurada CPI do Orçamento que 40 parlamentares do Congresso, quatro ex-ministros, dois ministros e três governadores estariam envolvidos no esquema.⁵³ Diante de tantas acusações, o discurso do Farroupilha com o chamamento “para restituir a higiene ao corpo da República” não dá uma direção clara de como será varrido o entulho: através do apoio a um mecanismo institucional ou por alguma solução mais radical. Pela leitura dos artigos disponíveis deste grupo, a primeira hipótese seria a mais provável.

1.7 GRUPO POTIGUAR

Segundo entrevista com os seus fundadores, o grupo foi fundado antes da década de 90, na cidade de Natal. De acordo com uma edição do jornal *Ombro a Ombro*, o grupo do Rio

⁵² GRUPO FARROUPILHA. *Manifesto*. Disponível em http://www.paralerepensar.com.br/paralerepensar/texto.php?id_publicacao=1551 - 18k -, acesso em 6 de janeiro de 2009, às 18h.

⁵³ KRIEGER, Gustavo, RODRIGUES, Fernando, BONASSA, Elvis César. *Os donos do congresso – A farsa na CPI do orçamento*, São Paulo: Ática, 1994, p.233.

Grande do Norte teria sido fundado em 2 de julho de 1993⁵⁴. O inconformismo com a situação existente, gerada pela exposição negativa da imagem das Forças Armadas na mídia e o julgamento do movimento cívico-militar de 1964, foram os motivos para a criação do Potiguar. É uma entidade regional, com menos de 60 membros, que usa de manifestos para mostrar sua indignação com a situação. Ambos oficiais fundadores do Potiguar, os coronéis da reserva José Renato Leite e Dagoberto Galvão, participaram de ações que culminaram no golpe de 1964.⁵⁵ Em 1964, o coronel de artilharia José Renato Leite era capitão do GAC em Fortaleza. Num trecho de um dos primeiros documentos do grupo, eles conclamam “a união de todos brasileiros, civis e militares, em torno desse movimento cívico para a salvação nacional”. Eles finalizam enfatizando que estão com o povo e se inspiram no velho slogan ufanista: *Pra frente Brasil!*⁵⁶

1.8 GRUPO DAS BANDEIRAS - UNIÃO NACIONAL DEMOCRÁTICA

O grupo das Bandeiras foi criado em 1993. O advogado e pecuarista Antônio José Ribas Paiva, diretor-jurídico da União Democrática Ruralista Nacional (UDR) é um dos fundadores, e desde 1995, preside este grupo com sede em São Paulo, capital. Nas reuniões, comparecem em média 50 integrantes, civis e militares da reserva.⁵⁷ Um dos primeiros manifestos do grupo das Bandeiras data de 8 de julho de 1993:

“A omissão é o caminho para a subserviência. Isolados, pouco ou nada representamos. A união é a solução para que possamos ser ouvidos, que nossas ações e movimentos encontrem eco e respaldos nas diferentes áreas e classes de nosso país. Foi pensando desta maneira que organizamos em São Paulo o “Grupo das Bandeiras”, à semelhança de outros existentes em diferentes estados reunindo civis e militares da reserva, dispostos a trabalhar pelo progresso e desenvolvimento de nossa pátria, pelos padrões éticos e morais de nossa sociedade, pelo soerguimento do orgulho nacional, pela união das Forças vivas da sociedade. Nessa trincheira combatemos os movimentos esdrúxulos de dividir aquilo que recebemos soberano, uno e indivisível de nossos antepassados: o território.” (...)⁵⁸

⁵⁴ GRUPOS em ação, *Ombro a Ombro*, outubro de 1993, p.6.

⁵⁵ Entrevista ao autor, em 22 de setembro de 2008.

⁵⁶ GRUPOS em ação. *Ombro a Ombro*, outubro de 1993, p.6.

⁵⁷ Entrevista em 7 de agosto de 2008.

⁵⁸ GRUPO DAS BANDEIRAS, Alerta Brasil. São Paulo, 8 de julho de 1993. *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p. 3.

Embora não tenha uma linha de objetivos clara, nos artigos do grupo fica bem evidente a oposição a uma suposta conspiração internacional que visa a dividir o país. Encabeçando este plano estariam o comunismo internacional ou as organizações de esquerda. Recentemente, em outros documentos do grupo, mostra-se uma preocupação acentuada com uma possível influência dos movimentos sociais e políticos que participam do Foro de São Paulo. Neste sentido, a linha de discurso atual do Bandeiras estabelece uma conexão entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) com o governo Lula, que seria intermediada pelo Foro.

O general-de-exército R/1 Antônio Ferreira Marques, um de seus coordenadores, atuou em 1935 contra a revolta da Intentona Comunista, e contra os integralistas em 1938⁵⁹. Em 1964, Antônio Ribas era um jovem de 15 anos, que já havia participado da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na capital paulista⁶⁰. O grupo das Bandeiras atualmente chama-se União Nacional Democrática.

1.9 GRUPO INCONFIDÊNCIA

Com sede na capital mineira, a entidade foi fundada por civis e militares, em 1º de agosto de 1993⁶¹. Neste mesmo mês, foi publicado no jornal *Ombro a Ombro* o manifesto do grupo:

“Quosusque tandem... ? Até Quando?”

Companheiros, também estamos presentes! O Grupo Inconfidência! Os figos estão maduros. A situação já é insuportável. Até quando senhores devemos tolerar-vos? O que fizeste com nosso país? (...) Não vos preocupastes com a nossa voz – as Forças Armadas sucateadas e ameaçadas em sua operacionalidade e em sua estabilidade familiar (...) Os novos Centuriões já vos observam – pois como organismo está doente e enfraquecido. Montam-se bases estrangeiras em nossas fronteiras. Os jornais anunciam perigos de golpes. O que tendes feito? (...) Estás rico com as burras cheias. (...) Vejam senhores a corrupção, o roubo, a sonegação dos compromissos com o Estado e outros escândalos. Arreentaram os esgotos. Tudo

⁵⁹ MOTTA, 2003g. Tomo 7, p.29.

⁶⁰ MOTTA, Aricildes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003g. Tomo 7, p.329.

⁶¹ Foi formalizado um ano depois, em 26 de maio de 1994. GRUPO INCONFIDÊNCIA. *Estatuto*. Disponível em <http://www.grupoinconfidencia.com.br/estatuto.php>, acesso em 15 de março de 2009, às 12:30h.

cheira mal. Companheiros, também estamos presentes! O Grupo Inconfidência! Os figos estão maduros.

Belo Horizonte, 1º de agosto de 1993

Grupo Inconfidência – 60 patriotas civis e militares⁶²

Como os demais grupos estudados, uma das grandes preocupações do Inconfidência é a influência da ideologia comunista. Além do caráter anticomunista, as outras bandeiras do grupo são a defesa dos valores cristãos e da família. Atualmente distribuem um jornal impresso e mantêm uma página na Internet. No portal do grupo, eles se apresentam:

(...) Dispomos de um quadro coeso de associados, que se dedica às campanhas promovidas pelo GRUPO e especialmente dirigidas ao cidadão, visando atraí-lo para nossa causa.

Mantemos contato com as Forças-Vivas da Nação, particularmente a Família, a Igreja, as Forças Armadas, o Sistema Policial, os Três Poderes e o Sistema de Ensino, que o atual Governo quer inicialmente neutralizar, para após dominar, incentivando-as a reagir (sic), para impedir que o Brasil se converta em uma nova Cuba, onde impera a miséria, a desesperança e um rígido controle policial da população.

Se você aprecia o caráter PATRIÓTICO de nosso Portal, pedimos incentivar os integrantes de sua rede de e-mail a acessá-lo e difundi-lo, solicitando aos Destinatários que adotem o mesmo procedimento e assim por diante, para criarmos um eficaz "EFEITO MULTIPLICADOR".⁶³ (grifo deles)

O historiador e juiz aposentado Wilson Veado, fundador, foi presidente do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais. Durante a 2ª Guerra Mundial, serviu como oficial subalterno no 10º Regimento de Infantaria, em Belo Horizonte.⁶⁴ É atualmente correspondente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil na capital mineira.

O coronel R/1 Waldir Abbês é o vice-coordenador do grupo. Em 1964, no posto de 1º tenente, servia na 4ª Companhia de Polícia do Exército, localizada em Juiz de Fora. O atual editor do jornal do grupo Inconfidência é o tenente-coronel R/1 Carlos Cláudio Miguez Suarez. No dia 31 de março de 1964, no posto de capitão e na função de oficial de Comunicações, era responsável por manter informado o comandante do 4º Grupo de Artilharia, em Uruguaiana, sobre o deslocamento das tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio. Foi para a reserva em 1975. Na política, Miguez foi candidato à Assembléia Legislativa

⁶² GRUPO INCONFIDÊNCIA. Manifesto. Quosque tandem? ... Até quando? Belo Horizonte. 1º de agosto de 1993. *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.3

⁶³ GRUPO INCONFIDÊNCIA. *Quem somos*. Disponível em

<http://www.grupoinconfidencia.com.br/quemsomos.php>, acessado em 25 de janeiro de 2008, às 10:00h.

⁶⁴ *Inconfidência*, edição nº 115, 25 de agosto de 2007.

de Minas Gerais, em 1994⁶⁵, pelo PP, e em 1998, pela coligação PMDB/PST⁶⁶. Em ambas não foi eleito.

Um aspecto histórico interessante merece ser ressaltado. Para isso, recorro ao estudo que Starling⁶⁷ fez sobre a organização de setores da sociedade mineira e a articulação para o golpe de 1964. Neste trabalho, a autora explica a formação, em 1963, de um grupo constituído pelos setores tradicionalistas mineiros que se autodenominam “Os Novos Inconfidentes”.

Meses antes do início da movimentação das tropas do coronel Olympio Mourão Filho de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, um longo trabalho de cooptação das lideranças empresariais, estudantis, militares, políticas, religiosas, estava sendo feito pela representação mineira do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Havia um sentimento anticomunista e antipopulista que unia a “elite modernizante”, ligada ao setor multinacional-associado e a “tradicionalista”, que englobaria os empresários do setor têxtil e alimentícia, latifundiários etc. Seguindo sua orientação ideológica, o Instituto se enraizou em Minas com o apoio dos empresários da elite modernizante⁶⁸. Para não perder de vista o auxílio dos demais grupos, tão insatisfeitos com o governo Goulart quanto os modernizadores, o IPES estimulou a unificação dos tradicionalistas em uma unidade operacional de ação política. Estes grupos, que formariam uma espécie de “Comando Revolucionário” se auto-intitulariam “Os Novos Inconfidentes”⁶⁹. A apropriação do mito Inconfidência pela elite tradicionalista mineira era uma forma de legitimar o grupo e a revolução. A liberdade era o símbolo contraposto ao comunismo, à intervenção soviética. Aluísio Aragão Villar, um dos líderes dos Novos Inconfidentes, e articulador das ligações entre civis e militares na época do golpe, tece os fios históricos que tramam o caminho entre 1789 e 1964:

“Revolução não é mera ou exclusiva atitude de momento. Revolução é sobretudo um estado de espírito que permanece ao largo da história de um povo, até que os objetivos do movimento sejam alcançados. A Inconfidência Mineira parece ter sido o primeiro estágio de nosso movimento revolucionário. Aquele estado de espírito permanente duradouro vincula-se à força psicossocial, embora dinamize-se,

⁶⁵ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Eleições 1994. Votos dos Candidatos a Deputado Estadual - Coligação MPP. Disponível em <http://www.almg.gov.br/eleicoes94/Resultados/Partido/Municipio/CG7PCMPP.htm>, acesso em 8 de setembro de 2008, às 13:41h

⁶⁶ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS. Coordenadoria de Eleições / Secretaria de Informática, disponível em acesso em 08 de setembro de 2008, às 13:48h. Disponível em http://www.tre-mg.gov.br/eleicoes/eleicoes_recentes/eleicoes_98/deputado_estadual_ao_eleitos.htm, acesso em 1º de fevereiro de 2009, às 2:46h.

⁶⁷ STARLING, Heloísa Maria, *Os Senhores das Gerais - Os Novos Inconfidentes e Golpe de 1964*, Petrópolis: Vozes, 1986.

⁶⁸ Segundo a autora, a elite modernizante era composta por empresários que estavam ligados ao projeto de desenvolvimento associado com o capital estrangeiro. STARLING, 1986, pp.81-88

⁶⁹ Idem.

evolua-se na consecução do respectivo ideário. Foi assim que chegamos ao estuário do Movimento de Março de 1964.”⁷⁰

Assim, o nome que identifica o grupo atual pode ser entendido dentro de duas interpretações. A primeira faz alusão ao mito da Conjuração Mineira de 1789, quando os inconfidentes tentaram libertar a colônia da coroa portuguesa. Com a conspiração, Minas se torna na historiografia exemplo da luta pela liberdade, tema estampado em sua bandeira. A outra está relacionada às articulações que sagraram o apoio cívico-militar ao movimento de 1964.

Uma outra ligação com os Novos Inconfidentes é o anticomunismo, a defesa dos valores tradicionais da família, religião e do civismo. Fato interessante é que um dos articulistas do Inconfidência, o jornalista Aristóteles Drummond, foi um incansável militante contra a implantação do comunismo no Brasil, atuando em uma das unidades táticas dos Novos Inconfidentes. Aos 19 anos, era o líder do Grupo de Ação Patriótica (GAP), que se propunha lutar contra a legalização do partido Comunista, a representatividade da UNE e da UEES e a ocupação de postos importantes da administração por comunistas, entre outras bandeiras⁷¹. O grupo era formado por jovens com idade entre 17 e 26 anos e atuava em Minas Gerais, Rio e São Paulo. O GAP aglutinou outros grupos anticomunistas. Com isso, aumentou seu poder de influência. A primeira ação conjunta do GAP foi distribuir livros e folhetos nos colégios da Guanabara, São Paulo e Minas Gerais. A doutrinação anticomunista era baseada nos seguintes títulos:

- *Um engenheiro brasileiro na Rússia*, de John Cotrim;
- *Estudantes brasileiros na Tcheco-Eslováquia*, de Ronaldo Pereira Rodrigues, ex-secretário da UNE;
- *Depoimento sobre a Rússia*, de Nascimento Britto, diretor do Jornal do Brasil;
- *Condição Humana da China Comunista*, de Suzanne Labin.⁷²

A leitura destas obras foi feita não só em colégios, mas em unidades militares, como o 2º Regimento de Obuses 105, em Itu (SP), graças à transmissão radiofônica de uma emissora

⁷⁰ VILLAR, Aluizio Aragão. *Discurso proferido na data da Inconfidência Mineira*. Belo Horizonte, 21 de Abril de 1964, p.1. In: STARLING 1986, p. 84

⁷¹ Conforme depoimento disponível em MOTTA, Aricildes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003i. Tomo 9. p. 145.

⁷² Idem, p.157.

ligada à Igreja.⁷³ Paralelamente à pregação ideológica, o GAP não se contentou com a teoria e muitas vezes partiu para a prática, como conta Hélio Silva:

“Aristóteles Drummond e seus companheiros do GAP transportavam armas e serviam de mensageiros entre o eixo Rio-São Paulo-Minas, chegando a levar metralhadoras em malas, em ônibus da viação Cometa, ao mesmo tempo em que se envolviam com organismo paramilitares como o Movimento Anticomunista (MAC)”.⁷⁴

Em um episódio conturbado, Drummond chegou a ser alvo de investigação do governo, mas a simpatia à causa tributada pelo general Idílio Sardemberg, responsável pelo inquérito, livrou Drummond da cadeia. O prestígio do GAP angariou o apoio do jornal *O Globo* e dos *Diários Associados*.⁷⁵ E Aristóteles Drummond teve seu espaço nos programas da Cadeia da Democracia, uma rede formada pelas rádios Globo, Jornal do Brasil e Tupi, como contraponto à Cadeia da Legalidade de Leonel Brizola. Em 1964, o jovem líder do GAP se tornaria assessor do Banco Nacional.

Outro articulista do jornal do Grupo Inconfidência, o psicólogo Heitor de Paola, também foi militante na década de 1960, no entanto, no lado oposto a Drummond. Em 1964, Paola fez parte da Ação Popular (AP), e foi eleito para uma das vice-presidências da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ele conta como iniciou a militância:

“Olha, não sei muito bem, como poucos sabem como é que entraram nisso. Há um certo entusiasmo inicial - eu comecei como secundarista, fui da União de Estudantes da minha cidade e trabalhei com o pessoal que dava aulas em escolas populares, em favela, com a assessoria dos capuchinhos. Foi aí onde eu aprendi o método Paulo Freire, que estava começando a elaborar a proposta pedagógica dele – a pedagogia da libertação (a pedagogia do oprimido) e eu comecei a tomar contato já aí. A minha entrada para a AP se deu por uma razão: sou de esquerda, sou contra esse negócio, sou socialista. Eu não sabia se eu ia entrar, por que eu sempre tive uma pinimba por ser – como chamavam a época – teleguiado de Moscou. Embora tenha sido, sem saber. Este é o grande problema”.⁷⁶

E os motivos que o levaram à Ação Popular:

“Bom, eu tinha de meter em alguma coisa, estava perdido. Eu era de esquerda, mas esquerda, o quê? A AP me atraiu por ser “não comunista” e por ser cristã. Embora não seja religioso, nunca fui, eu tenho muito respeito pelo cristianismo. Eu tenho muito respeito pelo cristianismo e pela figura de Cristo, que eu acho a mais admirável de toda história. Sempre me liguei muito aos cristãos,

⁷³ Idem, p.157.

⁷⁴ SILVA, Hélio, *1964: golpe ou contra-golpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.210 e SILVA, 258 In: STARLING, p. 209

⁷⁵ SILVA, 1975, p.257.

⁷⁶ Entrevista ao autor em 12 de junho de 2008.

embora nunca aceitasse a parte mais mística e religiosa. Foi natural para mim, porque a AP tinha sido fundada entre 62 e 63 pelo Betinho (Herbert de Souza) pelo padre Vaz”.⁷⁷

Preso em outubro de 1965, em Fortaleza, Paola passou dois meses encarcerado no 23º Batalhão de Caçadores (23º BC). Após a experiência na cela, foi se afastando aos poucos da representação estudantil. No entanto, permaneceu atuando na AP, no Comando Zonal Sul, realizando, entre outras tarefas, transporte de militantes no trecho entre Jaguarão (RS) e a cidade uruguaia de Rio Branco. Desiludido com os rumos da organização, ele se afastou da AP em 1968:

“Eu saí quando começou a luta armada. Eu já estava com um certo pé atrás, uma pulga atrás da orelha por que o negócio acabou, o negócio do socialismo cristão nunca foi verdade, era igual uma mentira para atrair gente (...) Em janeiro de 68, houve uma reunião numa praia em Laranjal, com o pessoal que eu suponho que era cubano, mas não tenho certeza – eles falavam espanhol; a gente que mora ali na fronteira tem um certo modismo para pegar as nuances do espanhol, e esse pessoal do caribe fala diferente, canta um pouco mais, mas poderia ser venezuelano, não sei – e nos fizeram aprovar entrar na luta armada. Nesta reunião eu pulei fora: não vou topar esse negócio, acho isso uma loucura, vocês nunca vão conseguir enfrentar o exército brasileiro, não conseguir porra nenhuma, vocês são malucos! Muita gente vai morrer e eu não quero ser um desses e nem responsável por mandar ninguém para a morte. Eu pulei fora e evidentemente sofri algumas ameaças dos meus ex-companheiros, inclusive do próprio do comando zonal, que eu nunca mais vi”.⁷⁸

Atualmente, Paola se coloca totalmente contra a esquerda. Define-se como liberal, em termos econômicos, e conservador, acerca dos valores. Começou a escrever artigos sobre política após o atentado de 11 de setembro de 2001, como uma forma de manifestar sua indignação com uma série de mensagens antiamericanistas que recebia por email. Através de seus artigos, foi procurado por representantes do grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) e, posteriormente, do Inconfidência. No dia 31 de março de 2008, a convite do Ternuma, apresentou uma palestra no auditório do Comando Militar do Leste sobre a revolução e sua experiência na militância.

Dos grupos levantados, o Inconfidência atualmente é o único a possuir um jornal impresso, com periodicidade irregular. A publicação conta com anúncios do Sistema de Financiamento do Fundo Habitacional do Exército (FHE/POUPEX), da administradora de fundos de previdência privada Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército (GBOEx) e do Clube Militar, além da contribuição dos 500 assinantes e 200 associados. A tiragem, que em

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

anos anteriores chegou a 20 mil exemplares, atualmente atinge, no máximo, sete mil jornais. Eles são distribuídos para as unidades militares do Exército, para os comandos da Aeronáutica e Marinha e para as escolas públicas estaduais e municipais de Minas Gerais.⁷⁹

Nos meses de março, agosto e novembro, a tiragem é ampliada, em função das edições históricas do 31 de março, Duque de Caxias e Intentona Comunista, destinadas às salas de aulas dos estabelecimentos de ensino do Exército⁸⁰. Na edição especial dos 44 anos do movimento cívico-militar de 1964 é possível ter uma noção do público-alvo de suas mensagens:

“Dedicamos a Edição Histórica do Inconfidência à juventude brasileira, distribuindo 15 mil exemplares para faculdades e para todos os alunos das escolas de formação do Exército, a saber - AMAN- Academia Militar das Agulhas Negras; EsSA - Escola de Sargentos das Armas; EsAO - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; EsPCEX - Escola Preparatória de Cadetes do Exército, todos os CPOR e NPOR; Colégios Militares (somente para o último ano do ensino fundamental); EsAEx - Escola de Administração do Exército. E ainda para a EPCAr - Escola Preparatória de Cadetes do Ar, em Barbacena e para o CIAAr - Centro de Instrução e Adaptação de Aeronáutica, em Belo Horizonte. Foram apresentadas palestras em todas as instituições de ensino subordinadas à DEPA - Diretoria de Ensino Preparatório de Assistencial.”⁸¹

As edições históricas são preparadas com uma parte de material inédito e outra de textos já publicados e, como vimos, orientadas aos mais jovens, com intenção educativa, doutrinária.

1.10 GRUPO ANHANGUERA

O grupo Anhanguera, cujo nome aparece em poucos documentos, era o núcleo goiano do grupo Independente 31 de março. Em 24 de julho de 1993, em uma carta assinada por 19 civis e militares, eles apresentam um panorama geral das Forças Armadas e defendem o ingresso de militares na vida política do país:

⁷⁹ Conforme entrevista posterior com o coronel Miguez e informações colhidas em USINA DE LETRAS. *Discursos. I Encontro Nacional por um Brasil Verde e Amarelo*. Disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=3136&cat=Discursos>, acesso em 7 de março de 2008, às 15:13h.

⁸⁰ Entrevista em 18 de agosto de 2008.

⁸¹ GRUPO INCONFIDÊNCIA. *44º Aniversário do Movimento Cívico-Militar de 31 de março de 1964*. Disponível em <http://www.grupoinconfidencia.com.br/jornais/125/aniversario.php>, acesso em 28 de julho de 2008, às 16:15h.

“(...) impossível permitir-se o continuar do abastardamento da imagem das Forças Armadas, com o propósito de deixá-las de ver a essencialidade, para Tarefas Subsidiárias, muito ao gosto de interesses alienígenas apoiados, internamente, pelos que revelaram falta de patriotismo (...) Entende o Grupo Anhanguera que o militar, ao ingressar na vida política do país, não deslustrará a tribuna que lhe foi confiada, porque não se deixar levar pelas seduções e nem pelas preocupações subalternas de política partidária, a exemplo do senador Caxias. (...) Ação tardia é desmoralizadora”⁸²

Entre seus integrantes, estão os coronéis da reserva Marcus Antonio Fleury e Manoel Góes.

1.11 GRUPO CABANOS

As poucas informações disponíveis dão conta que o grupo foi organizado em Belém do Pará, em 1993. O primeiro manifesto, com a data de 15 de agosto, conclama a união dos brasileiros “em busca de uma solução para o estado de anarquia em que vivemos, antes que seja tarde”. O texto também cita a descrença em relação aos “sistemas econômico, político, social e jurídico” e a incapacidade destes em resolver os problemas do país. Pela escassez de dados, pode-se ao menos inferir que esta entidade não era anticomunista, por não ter nada em seu primeiro manifesto que aponte esta característica e pelo fato de o documento apresentar ideias comuns às entidades socialistas, pregando a distribuição de renda, uma vez que riqueza está concentrada “nas mãos de pequenos grupos privilegiados que vivem às custas de seus irmãos”.⁸³

1.12 MOVIMENTO NATIVISTA

Presidido pelo general-de-brigada R/1 Hélio Duarte Pereira Lemos, os primeiros documentos desta entidade do Rio de Janeiro surgiram em 1994, na campanha eleitoral. Neste mesmo ano, eles lançaram o informativo *O Farol*. O diretor da publicação era o coronel Francimá de Luna Maximo e o redator, o coronel Hamilton Franklin Machado. O general Lemos foi veterano da Segunda Guerra Mundial, atuando como capitão comissionado na FEB. Um pouco antes de 1964, participou, junto com o então major Torres de Melo⁸⁴, na já citada Arca de Noé, grupo criado em Fortaleza que tentava cooptar líderes sindicais,

⁸² GRUPO ANHANGUERA. “Vamos mobilizar!” Mais que um dever. Goiânia, 24 de julho de 1993, *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.4.

⁸³ GRUPO CABANOS. Manifesto do grupo. Belém, 15 de agosto de 1993, *Ombro a Ombro*, setembro de 93, p.6. Vide Anexo.

⁸⁴ Ver, no capítulo Grupos, as informações sobre o Guararapes.

preparando terreno para o golpe. Até ir para a reserva em 1975, foi instrutor da Escola de Comando e Estado Maior (ECEME), integrou o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e a chefia do gabinete do ministro do Exército. Em 1964, o coronel Máximo servia como 1º tenente no regimento Santos Dumont⁸⁵.

De acordo com o primeiro número de *O Farol*, o Movimento Nativista surgiu em 1969 como Centelha Nativista, com o lema *Brasil, Acima de Tudo*. A Centelha Nativista foi, na década de 1970, um dos que se opuseram às reformas do governo Geisel e à escolha do general João Batista Figueiredo para ser candidato à presidência. Junto com Movimento Militar Democrático Constitucionalista (MMDC), o Movimento Revolucionário Autêntico (MRA) e o Movimento Revolucionário Democrático, eles formariam a Frente Nacional de Redemocratização. A mobilização contra Geisel contou também com o apoio do partido de oposição, o PMDB. De acordo com o Eliézer Rizzo de Oliveira,

“A oposição civil e militar sabia desde o início que o seu candidato, general Euler Bentes Monteiro, tinha poucas chances de ser eleito pelo colégio eleitoral. Paradoxalmente, a oposição civil se compôs politicamente com a extrema direita militar, adotando a palavra de ordem da adoção imediata da democracia”.⁸⁶

Já em outro momento da política brasileira, no qual a interferência militar havia sido bastante reduzida, o Movimento Nativista demonstrou um certo afastamento com as questões políticas que poderiam envolver os militares. Em um artigo ao jornal *Ombro a Ombro*, eles ressaltavam que “as Forças Armadas são o instrumento militar da Nação e do Estado e não braços armados ou guarda pretoriana de governos, que são transitórios, ou de seus perfis ideológicos”⁸⁷. No próprio título de um dos artigos de *O Farol*, o Movimento sinalizava que não se interessava por correntes político-partidárias, apenas por questões nacionais. Em outra parte do artigo, eles afirmavam que deploravam “o esgarçamento do caráter nacional, como consequência da contaminação irradiada de modelos ideológicos inspirados nas teses emanadas do marxismo coletivista ou do liberalismo consumista”⁸⁸.

Além do periódico - cujas edições disponíveis na Biblioteca Nacional vão até o ano de 1997 -, o Movimento organizou um Núcleo de Estudos Estratégicos denominado Matias de

⁸⁵ MOTTA, Aricildes (coord). *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003(l). Tomo 11, p.195.

⁸⁶ OLIVEIRA, E.R. *Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do general Geisel (1974-1979)*.

In: ROUQUIÉ, A (coord). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p.117.

⁸⁷ LEMOS, Hélio. Movimento Nacionalista (Esclarecimentos). *Ombro a Ombro*, janeiro de 1995, p.6.

⁸⁸ O MOVIMENTO Nativista não se vincula a nenhuma das correntes político-partidárias interessando-se apenas pelas questões nacionais. *O Farol*, dezembro de 1994, p.2.

Albuquerque. Mais preocupados com a elaboração de uma concepção própria e nacional de desenvolvimento do que com o avanço do comunismo, o *Farol* reproduziu artigos de vários representantes de segmentos da sociedade, jornalistas, políticos, engenheiros, juristas, militares que defendiam a causa nacional. A privatização das grandes empresas estatais – Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, entre outras – era motivo de grande apreensão para o grupo.

1.13 INSTITUTO CATAVENTO

As primeiras informações sobre este grupo de Porto Alegre são do mês de abril de 1994, quando enviaram ao presidente da República Itamar Franco um manifesto apoiando-o a dar um golpe de Estado. O criador e coordenador do grupo é o coronel Péricles da Cunha, engenheiro militar. De acordo com o site do Guararapes, são dez o número de associados ao grupo. Eles também publicam um informativo. Em 1995, quando o governo Fernando Henrique preparava um projeto de reforma constitucional, eles afirmariam ao *Farol*:

“Não é justo que se force a reforma sem um debate mais amplo. A Nação já está debatendo. Recebemos os companheiros do grupo Nativista que vieram trazer sua mensagem cheia de patriotismo. Suspeitamos que sentiram por aqui um forte cheiro de omissão, de alienação, incompatível com o passado glorioso dos gaúchos. Está em jogo o futuro deste país. Deixemos de lado mesquinhos interesses pessoais. Recebemos boletins dos grupos Inconfidência e do GESá. É importante a troca de informações. A propósito estamos tratando da questão indígena, preocupação dos companheiros do GESá e de todos nós. Recebemos o “*Farol*”, com uma linha editorial transparente e apontando para a defesa dos interesses nacionais. O “*Ombro a Ombro*”, o “*Letras em Marcha*”. É o processo de convergência de opiniões que certamente nos levará na defesa dos interesses na construção de um Brasil melhor.”⁸⁹

1.14 GRUPO ESTÁCIO DE SÁ

O grupo foi constituído em 1994, por doze militares da reserva, liderados pelo general R/1 Hélio Ibiapina Lima, candidato à presidência do Clube Militar nas eleições do ano seguinte. O GESá atuou, entre 1994 e 2004, enviando cartas para membros e simpatizantes

⁸⁹ CATAVENTO. *O Farol*, novembro de 1995, p.5.

do grupo. Chegou a ter 55 associados que, por sua vez, eram responsáveis por enviar cartas para autoridades e possíveis novos membros. A mala direta chegou a 1400 endereços. No discurso de posse do general Ibiapina no Clube Militar, em 1996, ele enfatizou a ação e criação de grupos:

“Há muitos fatos acontecendo nos dias atuais, sobre os quais, não é aceitável nossa omissão, ou deixar passar esta oportunidade sem marcar nossa posição. Alguns de nós tem lutado em torno do grupo Guararapes (CE), Estácio de Sá (RJ), Inconfidência(MG) entre tantos outros, há mais de dois anos, **contra investidas injustas e de elementos apátridas que buscam o descrédito e o isolamento das Forças Armadas**”. (...) vencimentos aviltados, obsolescência dos equipamentos e armamentos, degradação de suas missões, constantes tentativas de as indispor com a sociedade a que servem e defendem, estimulando dúvidas quanto à necessidade de sua existência, quanto às suas dimensões as incríveis indenizações de famílias de ‘vítimas da repressão’ constituem outro aspecto injusto e de enfoque totalmente equivocado” (...) Que pensam os membros do ‘Tortura Nunca Mais’ quando praticam torturas contra Newton Cruz, Ávila Neto, Ustra, Avólio e tantos outros?”⁹⁰

Em 1964, quando era ainda tenente-coronel da arma de Engenharia, Ibiapina presidiu o Inquérito Policial Militar (IPM) para “apurar as ações subversivas na área do IV Exército”, com sede em Recife-PE.

1.15 GRUPO CATARINA

Criado em 5 de outubro de 1996, em Florianópolis. De acordo com um de seus integrantes, o coronel R/1 Aroldo Veiga, o grupo tinha o objetivo de “rebater as ofensas, apresentar a verdade dos fatos e tentar impedir que a imagem dos militares fosse denegrida perante o povo”. O grupo chegou a ter oitenta integrantes, entre eles civis, militares das três Forças, da Polícia e do Corpo de Bombeiros.⁹¹ Na ata de fundação, eles preconizavam que⁹²

“será estabelecido um estrito contato e um patriótico relacionamento com os grupos congêneres, como são os grupos Inconfidência, Guararapes, Farroupilha, Araucária, Estácio de Sá, além de outros que vierem a se constituir no Brasil, e com o Clube Militar”

⁹⁰ Discurso do Gen Ibiapina, *Revista do Clube Militar*, n° 328, de julho/agosto/setembro de 1996, pp. 7-8 e *Ombro a Ombro*, edição de julho de 1996, p.7. Grifo meu.

⁹¹ Entrevista ao coronel R/1 Aroldo José Machado da Veiga, em 25 de janeiro de 2009.

⁹² GRUPO CATARINA. Ata de Fundação. In: ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS. *Revista Direito Militar* N° 02, outubro/novembro, 1996. <http://www.amajme-sc.com.br/revista2.htm>, acesso em 1° de fevereiro de 2009, às 15h.

Em seu primeiro manifesto, eles afirmavam estranhar como as autoridades lidavam com o julgamento dos processos dos ex-guerrilheiros⁹³:

“Tentam agora os antigos subversivos, hoje encastelados em importantes funções públicas do governo, transformar em herói o ex-Capitão CARLOS LAMARCA, excluído das fileiras do Exército por crime de deserção, ao fugir do quartel do 4º Regimento de Infantaria -Quitaúna/SP- para incorporar-se às forças da subversão comunista que recebiam orientação cubana e chinesa. (...) O senhor Hélio Gregori, Secretário-Geral do Ministério da Justiça, sob inspirações e orientação de autoridades governamentais, credencia-se como o mentor intelectual da Comissão dos Desaparecidos e de seu nefando ato, a conspurcar o nome do Brasil em âmbito internacional, por ser o único País que transformou em herói e indenizou financeiramente um oficial das Forças Armadas desertor e traidor de sua Pátria. (...) *Companheiros: Terrorismo nunca mais!*”

O coordenador do grupo Catarina era o general R/1 Abdon Senna. Em 1968, ele era comandante da 6ª Região Militar. Nesta época, Senna solicitou a D. Eugênio Sales que rezasse uma missa em homenagem ao Ato Institucional nº 5, mas o cardeal se recusou a cumprir o pedido.⁹⁴ O secretário do grupo era o coronel R/1 Jonas José da Rosa Luz.

1.16 GRUPO CARTA-COMPROMISSO

Em 1998, o general Ibiapina redigiu um documento, chamado Carta-Compromisso, assinado por outros quatro grupos⁹⁵ e o Clube Militar, do qual era presidente, para que a linguagem dos manifestos fosse dura, mas respeitosa e que só atacassem os chefes se estes cometessem absurdos contra as Forças Armadas e a Nação. Como Ibiapina se tornou o articulador deste movimento, o GESá começou a associar em suas correspondências o nome Carta-Compromisso. Inicialmente, foram signatários os grupos Catarina, Estácio de Sá, Guararapes, Inconfidência, Independente 31 de Março e o Clube Militar.⁹⁶

⁹³ GRUPO CATARINA. Manifesto à sociedade. In: ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS. *Revista Direito Militar* Nº 02, outubro/novembro, 1996. <http://www.amajme-sc.com.br/revista2.htm>, acesso em 1º de fevereiro de 2009, às 15h.

⁹⁴ DI FRANCO. Carlos Alberto. *Justiça ao cardeal*. Ver artigo em <http://www.masteremjornalismo.org.br/opiniaoview.php?id=87>, acesso em 1º de fevereiro de 2009, às 14:30h.

⁹⁵ Ver anexo

⁹⁶ Ver anexo.

1.17 TERRORISMO NUNCA MAIS - TERNUMA

A entidade, cujo nome traz a referência ao livro *Brasil: Nunca Mais* e ao grupo Tortura Nunca Mais, foi organizada em 1998, por “um punhado de democratas civis e militares, inconformados com a omissão das autoridades legais e indignados com a desfaçatez dos esquerdistas revanchistas”⁹⁷. O objetivo do grupo é “resgatar a verdadeira história da Revolução de 1964 e, mais uma vez, opor-se a todos aqueles que ainda teimam em defender os referenciais comunistas, travestidos como se fossem democráticos”⁹⁸. A data de criação, 25 de julho, coincide com o 32º aniversário do atentado no aeroporto de Guararapes.

A sede do Ternuma fica em um prédio pertencente ao Clube Militar, na rua Graça Aranha, 81, no centro do Rio de Janeiro. Integram o grupo por volta de 150 pessoas, militares da reserva e civis. Apesar de ter sido criado oficialmente em 1998, o nome do grupo surge muito antes de sua fundação.

A expressão Terrorismo Nunca Mais nomeia a quinta parte do livro *Rompendo o Silêncio*, do coronel da reserva Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos fundadores do grupo⁹⁹. Já na reserva, Ustra decidiu responder as acusações da atriz Bete Mendes, escrevendo um livro, um dos primeiros escritos por militares da reserva em defesa das acusações por crimes cometidos nos tempos da ditadura.

Em 1987, ano de lançamento da obra de Ustra, o principal registro das denúncias sobre os casos de tortura no regime militar era o livro *Brasil: Nunca Mais*, elaborado pela Arquidiocese de São Paulo, com o apoio do Cardeal Dom Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo.

Apesar de ter sido oficialmente fundado em 1998, a ideia de formar o grupo é bem anterior. Em um artigo publicado em outubro de 1995, o coronel R/1 Sillas Bueno fez duras críticas a Dom Evaristo Arns:

“A Igreja católica costuma canonizar os santos, não os pecadores. D. Evaristo Arns pensa, porém, diferente: que pôr nos altares terroristas desumanos e submeter ao Tribunal do Santo Ofício os defensores da ordem constituída.” (...) “o ministro Jobim, da Justiça, está laborando num grande equivoco. Afirmou que quem fala pelos militares são seus ministros. **Acontece que as corporações têm**

⁹⁷ TERNUMA, *Apresentação*. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/apres.htm>, acessado em 25 de janeiro de 2008, às 10:15h.

⁹⁸ idem

⁹⁹ ROHTER, Larry. Groups in Brazil Aim to Call Military Torturers to Account. *New York Times*, 16 de março de 2007, disponível no site http://www.nytimes.com/2007/03/16/world/americas/16brazil.html?_r=1&scp=1&sq=ustra&st=cse, acesso em 9 de dezembro de 2008, às 14:37h.

alma própria e muitas vezes o que se diz na cúpula não está em sintonia com o sentimento das bases. É o caso presente. Está em organização em todo o Brasil o Grupo TERRORISMO NUNCA MAIS. Ele informará à Nação a verdade sobre os subversivos. **Dará respostas que as Autoridades Militares gostariam de dar mas não podem.** “Trocaram a verdade de Deus pela mentira e serviram a criatura em vez do Criador, que é bendito pelos séculos. Amém!” (Romanos 1:25 - Bíblia Ave Maria)¹⁰⁰

Em um editorial homônimo à entidade que seria oficializada dois anos depois, o jornal *Ombro a Ombro* ressalta que está se esboçando o antídoto ao Tortura Nunca Mais, “onde se amontoam revanchistas de diferentes matizes do vermelho marxista, que lutaram para entregar a pátria brasileira às garras de um sanguinário regime internacionalista”.¹⁰¹ Outro registro do nome ocorre em 1995, conforme relata um artigo de Sillas Bueno, publicado na edição de julho de 1996 do jornal *Ombro a Ombro*:

“Desde o início de 1995 decidi desencadear uma campanha pessoal contra a ação nefasta de Dom Evaristo Arns e acólitos. Passei a colocar no topo dos envelopes de minhas correspondências a expressão Terrorismo Nunca Mais. (...) A ideia desabrochou em minha mente após a leitura de um documento circular do grupo Estácio de Sá, que me foi remetido pelo general Hélio Ibiapina. Nele era sugerida a organização, no maior número de líderes, de grupos patriotas, com o objetivo de levantar informações sobre subversivos em altos postos do governo e preparar matéria para a difusão na imprensa. A ideia foi e é notável. Permite combater os comunas com as mesmas armas. Não podemos deixar a peteca cair...”.¹⁰²

O patrono da entidade é o general Emilio Garrastazu Médici. É presidido desde a criação pelo coronel-aviador R/1 Juarez de Deus Gomes da Silva. Em 2008, ele foi reeleito para um mandato de dois anos. Juarez era capitão em 1964 e atuava como oficial de informações do 2º Esquadrão do 1º Grupo de Aviação de Caça. Dois dias antes da Revolução, foi preso por ordem do comandante da Base Aérea de Santa Cruz, coronel Rui Moreira Lima, por ter conspirado contra o regime de João Goulart. Conseguiu fugir no mesmo dia e foi se

¹⁰⁰ BUENO, Sillas. A canonização dos pecadores. *Ombro a Ombro*, outubro de 1995, p.6. Grifo meu. As duas passagens grifadas sugerem aparentemente uma ambigüidade, pois criticam a alta cúpula militar por não estar em sintonia com as bases, ao mesmo tempo em que julga que a criação do grupo servirá como a resposta que as autoridades queriam dar, mas não podem. Apesar desta contradição, pode-se entender o texto de Bueno baseando-se no fato de que havia um certo constrangimento em lidar com a revisão do passado, tanto na relação com o governo como no ambiente interno, institucional. Neste sentido, a falta de sintonia viria tanto da necessidade de adequação política da cúpula militar ao governo, como pelo fato de que entre os militares não havia consenso sobre a questão do passado em pontos cruciais como por exemplo, a abertura dos arquivos da ditadura.

¹⁰¹ Terrorismo Nunca Mais. *Ombro a Ombro*, setembro de 1996, p.1

¹⁰² BUENO, Sillas. *Terrorismo Nunca Mais. Ombro a Ombro*, edição de julho de 1996, p.11. Em 1964, Bueno era aluno da ECEME.

encontrar com o brigadeiro João Paulo Burnier no Palácio Guanabara, conforme haviam planejado.¹⁰³

Conta o presidente do Ternuma que a entidade foi formada “em homenagem às vítimas do atentado do dia 25 de julho de 1966, para desmentir a apresentação dos fatos existente na mídia e em grupos como Tortura Nunca Mais”. Ele ressalta que “o Ternuma surge como uma resistência, porque, infelizmente, não deram atenção à área estudantil e a da comunicação”¹⁰⁴.

O Ternuma organiza seminários, reuniões e palestras cujos principais temas se referem à memória do regime militar. E também organizam passeatas em prol de melhores salários, preparam fichas de integrantes do governo que tenham sido esquerdistas no regime militar e mantém um acervo – *os arquivos da ditadura* – em seu site. Na batalha pela memória, o discurso do Ternuma não se dirige aos velhos oficiais. “O público-alvo do grupo é a juventude; não nos interessa dizer o que pensamos aos que pensam como nós... Já recebi e-mails de estudantes que diziam que não conheciam a história”, diz o coronel. Em relação aos oficiais da ativa, ele revela que recebeu “e-mails de majores e capitães (do exército e da aeronáutica) pedindo a filiação no grupo”, no entanto teve “o desprazer de dizer que não poderia; pensei que a participação deles no grupo poderia afetar a carreira, as promoções”.

No entanto, no dia 31 de março de 2008, o grupo organizou uma palestra no Comando Militar do Leste (CML) voltada para militares da reserva, da ativa e o público em geral. A palestra foi antecedida pelo cerimonial dedicado à Revolução: uma formatura militar e a leitura de uma nota alusiva à data. A palestra foi proferida por Heitor de Paola, psicólogo, ex-militante da Ação Popular (AP) e membro do Ternuma e colaborador do Inconfidência. A apresentação foi transmitida simultaneamente para três auditórios do Palácio Duque de Caxias, sede do CML. A manhã de atividades foi encerrada com a inauguração do saguão 31 de março.

É interessante destacar que Paola havia sido convidado pelo Ternuma – Brasília para um evento semelhante, mas o fato de a matriz ter conseguido uma tribuna entre os militares da ativa, fez com que os reservistas de Brasília declinassem o convite, como explica o próprio De Paola:

“Eu fui convidado para fazer a palestra do dia 31 de março em Brasília também. Só não fiz porque tinha sido convidado antes. E quando soube que já estava

¹⁰³ MOTTA, Aricildes. *1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003j. Tomo 10,p.406.

¹⁰⁴ Entrevista em 12 de junho de 2008.

convidado e ia fazer a palestra e para o pessoal da ativa, ele falou: *esquece Brasília! Você vai falar com o pessoal da ativa que é muito mais importante!*”

Dentre os integrantes do grupo no Distrito Federal (Ternuma-Bsb) está o general de divisão R/1 Agnaldo Del Nero Augusto. Del Nero atuou no Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e no Centro de Inteligência do Exército (CIE) em meados da década de 1980. Sob ordens do general Leônidas Pires Gonçalves, então ministro do Exército (1985-1990), foi incumbido de escrever um livro com a versão dos militares sobre o que ocorreu no regime, como veremos mais adiante.¹⁰⁵ Del Nero já havia escrito um livro, *A Grande Mentira*, publicado em 2001, pela Biblioteca do Exército, no qual, a partir de documentos e análise do discurso das esquerdas brasileiras, tenta mostrar que os comunistas tentaram tomar o poder e não restituir a democracia.¹⁰⁶

O economista Marcos Coimbra, um dos fundadores, fez parte da campanha presidencial de Enéas Carneiro, do Prona e foi candidato à prefeitura do Rio de Janeiro em 2000. Entre 2005 e 2007 foi chefe de gabinete da liderança do partido na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Coimbra é conselheiro e perito em economia da Escola Superior de Guerra (ESG), membro efetivo do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (CEBRES), uma entidade sem fins lucrativos, e professor de economia aposentado da UERJ. Ele mantém um site, o “Brasil soberano”, que disponibiliza textos de teor nacionalista. Coimbra também foi editor de economia do jornal *Ombro a Ombro* desde o primeiro ano de funcionamento daquele diário.

O ex-deputado Emilio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro, que em 1964, era líder da bancada de apoio ao governador Carlos Lacerda, e que anos antes havia sido incriminado por participar de uma conspiração contra o presidente, também faz parte do grupo.¹⁰⁷ Nina Ribeiro, neto do patrono da Artilharia general Mallet, é advogado e representou os clubes Naval, Militar e da Aeronáutica no processo que pedia a anulação da

¹⁰⁵ FIGUEIREDO, Lucas. *Generais da reserva defendem livro*. Correio Braziliense, 13 de maio de 2007, Clipping da reportagem disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/maio-2007/generais-da-reserva-defendem-livro/>, acesso às 21:59h do dia 06 de março de 2008.

¹⁰⁶ Entrevista com Del Nero em MACIEL, Ayrton. *Uma versão militar sobre 1964*. *Jornal do Commercio* de 04 novembro de 2001, disponível em http://www2.uol.com.br/JC/_2001/0411/po0411_9.htm e http://www2.uol.com.br/JC/_2001/0411/po0411_7.htm, acesso em 06 de março de 2008, às 22:07h.

¹⁰⁷ Ele foi responsabilizado, junto com a deputada Sandra Cavalcanti, pelas armas encontradas no sítio Capim Melado, no Rio de Janeiro, próximo a um sítio de João Goulart. As dez metralhadoras e dez granadas, além de um rádio transmissor, seriam utilizados em um suposto plano para matar o presidente. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A CIA e a técnica do golpe de Estado*. Revista Espaço Acadêmico, nº58, março de 2006. Disponível em http://www.espacoacademico.com.br/058/58bandeira.htm#_ftnref21, acesso em 20 de janeiro de 2009, às 17h.

promoção post-mortem do capitão Carlos Lamarca a coronel.¹⁰⁸ É o assessor jurídico do Ternuma.

Em 1964, o capitão Ustra servia no Grupo de Canhões Antiaéreos 90mm, no Rio de Janeiro. No governo militar, já promovido, comandou a Operação Bandeirantes (OBAN) e o Destacamento de Operações de Defesa Interna-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército. Além disso, foi instrutor da Escola Nacional de Inteligência e chefe da seção de Operações do Centro de Inteligência do Exército¹⁰⁹. Seu último cargo foi como adido militar em Montevidéu, onde foi acusado pela atriz Bete Mendes de tê-la torturado.

Assim como o Guararapes e o Inconfidência, o alvo dos artigos disponíveis na página do Ternuma não se limita à questão do revanchismo da esquerda; são debatidos temas atuais, relacionados ao governo, ao Ministério da Defesa e à política como um todo.

Inicialmente com atualização quinzenal, o conteúdo do portal hoje é atualizado mais de uma vez ao dia. Em uma das visitas feitas ao site para este projeto, o medidor de acessos totalizava 1.267.859 visitas.¹¹⁰ Não há informação sobre a quantidade de associados.

Em outro site, dedicado ao livro de Ustra chamado *A Verdade Sufocada*, é possível encontrar textos sobre o regime militar e um fórum no qual participam militares da ativa, da reserva e civis. O site, como eles fazem questão de afirmar, não é de propriedade de Ustra, mas ele faz parte da equipe que escreve os artigos. Boa parte destes artigos pode ser vista no site do Terrorismo Nunca Mais, na seção Ternuma-DF¹¹¹.

Em uma das edições do jornal *Inconfidência* e nos textos do Ternuma a que se teve acesso nesse trabalho constam artigos do filósofo Olavo de Carvalho, polêmico por suas posições extremistas. Carvalho é um dos colaboradores do site Mídia Sem Máscara, que prega que a mídia em geral é esquerdista. Além do forte viés anticomunista nos artigos dos demais autores, há uma noção que sacraliza o Exército como fiador da ordem no país e dos militares como partes de um corpo, invulneráveis à corrupção, incólumes a críticas.

¹⁰⁸ MAYRINK, José Maria. *Militares recorrem de anistia a Lamarca*. O Estado de São Paulo, 14 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.estado.com.br/editorias/2007/09/14/pol-1.93.11.20070914.24.1.xml>, acesso em 20 de janeiro de 2009, às 17h.

¹⁰⁹ MOTTA, Aricildes (coord). 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003e, pp. 219-223.

¹¹⁰ TERNUMA. Portal. <http://www.ternuma.com.br>. Acesso às 11:37h do dia 6 de março de 2008.

¹¹¹ A VERDADE SUFOCADA. Endereço em <http://www.averdadesufocada.com/>, acesso em 6 de abril de 2009, às 12h.

1.18 GRUPO QUERO-QUERO

Criado em 27 de março de 2001, em Porto Alegre, numa reunião no auditório do Grêmio Beneficente de Oficiais do Exército (GBOEx) com a presença de 70 oficiais da reserva do Exército, teve como coordenador geral o general-de-brigada R/1 José Apolônio Fontoura Rodrigues Neto. De acordo com o coordenador executivo, coronel R/1 Abel Monteiro, entre 2001 e 2002, o grupo conseguiu cerca de 200 associados e :

“Em 2003, o Grupo Quero-Quero implementou um movimento em âmbito nacional, denominado "Legião Nacional" e procurou coordenar o planejamento de suas ações com um movimento denominado "Pau Brasil", originado em Brasília-DF, e integrado por vários grupos de todo o país”¹¹²

Em um de seus manifestos, intitulado *Considerações sobre o momento atual*, assinado em 19 de fevereiro de 2002 - ano de eleição presidencial, eles avaliam que “o país está marchando, sem querer, para um socialismo apátrida, ou para o caos civil, com a alternativa de uma impotência governativa, por algum tempo”. Para o grupo porto-alegrense, a constituição de 1988 “não permite que o país seja governável”.

“As turbas mal-intencionadas que hoje detém o poder, ou que dele se avizinha - e seus apaniguados do crime - já está com o dispositivo quase pronto. Estão quase neutralizadas as forças de segurança e estão mantidas condicionadas as Forças Armadas. Pouco falta para que com o governo nas suas insidiosas mãos comecem a aparecer “áreas liberadas”(MST?) e as “áreas de conflito social”(CUT? Presídios? Narcotráfico?), o que obrigaria uma reversão difícil, se todo possível.”

O documento prossegue afirmando que “uma vez caído o Brasil, estaria aberto o caminho para a socialização de toda a América Latina”, cujo resultado seria uma guerra com os Estados Unidos. Uma adaptação da teoria do dominó, amplamente divulgada na Guerra Fria.

Em 1964, o general Apolônio era coronel recém saído da ECEME e fazia o seu estágio do quadro de Estado-Maior no comando da 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana.

¹¹³ Abel Monteiro nesta época era capitão, instrutor da AMAN.

¹¹² Entrevista em 30 de janeiro de 2009. Sobre o manifesto, ver em *Ombro a Ombro*, março de 2002.

¹¹³ MOTTA, 2003e. Tomo 5, p.191.

1.19 GRUPO ATITUDE NACIONAL

Liderado pela empresária do ramo editorial Ana Prudente, o grupo foi fundado em São Paulo, em 2001 e formalizado em março do ano seguinte.¹¹⁴ Quando de sua criação, o grupo se contrapôs ao projeto parlamentar que cedia a base aérea de Alcântara, no Maranhão, para o governo norte-americano:

“Tratava-se de um acordo muito mal explicado e que feria gravemente o Estado Soberano do Brasil. A comissão que tratava do acordo jurava que ele havia sido redigido por eles, brasileiros. Ronaldo Sardemberg assinou-o sozinho (sem levar ao conhecimento da Câmara para que fossem formadas as 3 Comissões pertinentes para analisar o tema) e tudo estava em andamento quando uma notinha de jornal chamou a atenção de meia-dúzia de pessoas espalhadas pelo país”.¹¹⁵

Constituído originalmente por quatro civis e dois militares da reserva, atualmente possui cerca de 40 membros, que são coordenadores ou participantes dos grupos citados nesta pesquisa. Seu principal meio de comunicação são as mensagens de correio eletrônico. Assim como os demais, distribuem manifestos.

Ana Prudente que, em 1964, era uma menina de 12 anos, não tem parente próximo militar, mas se identificou com alguns aspectos do imaginário da vida castrense. Hoje também participa, em São Paulo, da Liga de Defesa Nacional e da União Nacionalista Democrática (grupo das Bandeiras). Em 2006, quando se candidatou para o Senado pelo Partido Trabalhista Cristão (PTC), ela entrou com um pedido de impeachment para afastar o presidente Lula da presidência.

1.20 e 1.21 GRUPO MARINHEIROS E GRUPO AD SUMMUS

Eis dois grupos formados por oficiais da marinha. Das poucas informações disponíveis, sabe-se que o Capitão-de-Mar-e-Guerra Cláudio Buchholz Ferreira foi o fundador do Marinheiros e também um dos fundadores do Partido Nacionalista Democrático. Buchholz faleceu em 25 de junho de 2007, mas o grupo continua ativo. Atualmente os integrantes do Ad Summus também fazem parte do grupo Marinheiros. A expressão latina que significa “aqui estamos” é o lema do Corpo de Fuzileiros Navais. Não há informação dos

¹¹⁴ Entrevista em 27 de janeiro de 2009.

¹¹⁵ Entrevista em 28 de janeiro de 2009.

documentos preparados pelos dois grupos, mas eles assinam manifestos em conjunto com as demais entidades.

1.22 e 1.23 GRUPO BANDEIRANTES E GRUPO EMBOABAS

São poucas as informações disponíveis sobre os grupos Bandeirantes e Emboabas. O primeiro tem sede em Campinas e é coordenado pelo coronel reformado Aimar Baptista da Silva. Os dados disponíveis sobre o Emboabas são tanto quanto escassos. Sabe-se que o grupo se articula em lista de discussão na Internet¹¹⁶ e assina algumas cartas e manifestos elaborados pelos outros grupos. Num artigo do jornalista Javier Godinho, do *Diário da Manhã*, ele cita o Emboabas como organização representativa dos oficiais da reserva das Forças Armadas :

“Desde o princípio da década de 80, há, portanto, mais de 20 anos, igrejas cristãs, através de suas missões na Amazônia, estão internacionalizando aquela região, considerando-a não como área dos países que a integram territorialmente, mas como “patrimônio da humanidade”. A determinação é do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs, composto hoje por 375 confissões do mundo inteiro, para as suas missões no Brasil, em vigor desde julho de 1981, de acordo com decisão adotada em Genebra, na Suíça. Esse documento, em completo teor, está sendo mostrado na Internet como alerta, em sites de organizações representativas de oficiais da reserva das Forças Armadas brasileiras, como, por exemplo, [www.\(sic\)grupo_emboabas@yahoo.com.br](http://www.(sic)grupo_emboabas@yahoo.com.br)”.¹¹⁷

1.24 QUADRO COMPARATIVO

O quadro que segue na próxima página reúne, de forma resumida, as informações sobre a origem¹¹⁸, o local, os integrantes¹¹⁹, os meios de comunicação, a ideologia¹²⁰ e a situação atual

¹¹⁶ Grupo Emboabas. Lista de discussão disponível em http://br.groups.yahoo.com/group/grupo_emboabas/

¹¹⁷ GODINHO, Javier. *Amazônia Internacionalizada*. Diário da Manhã, 19 de julho de 2006. Disponível em <http://www.dm.com.br/impreso.php?id=146031&edicao=6830cck=3> e em http://www.supertextos.com/texto/Amaz%C3%B4nia_Internacionalizada/2401. Acesso em 21 de fevereiro de 2009, às 10h.

¹¹⁸ A cronologia levou em conta os dados disponíveis sobre a primeira reunião, o primeiro manifesto ou estatuto, ou formalização – o que ocorresse primeiro.

¹¹⁹ Alguns dados foram coletados na relação de entidades associadas ao grupo Guararapes e outros foram obtidos através de entrevistas com integrantes dos demais grupos.

¹²⁰ A classificação acerca da ideologia se baseou no teor dos textos elaborados por estes grupos e nas principais reivindicações destas entidades. Também serviu como critério, a disposição de seus integrantes em publicar de artigos de intelectuais que escreviam sobre a defesa nacional, independente do viés ideológico. Para considerar um grupo apenas nacionalista, observou-se nos artigos, a prevalência de assuntos ligados à defesa nacional, assim como a inexistência de assuntos relacionados ao anticomunismo.

destas entidades. Um fato a ser salientado é que os grupos surgiram de maneira descentralizada em todo o Brasil. Mesmo sem o número referente a todos eles, pode-se dizer que reúnem, na maior parte dos casos, menos de cem integrantes. De uma maneira geral, podemos observar que nove grupos surgiram no intervalo que compreende o início do governo Collor e o fim do governo Itamar Franco, um período de forte crise política e econômica, no qual há também importantes mudanças nas relações civis e militares.

Os principais meios de comunicação empregados por eles foram os manifestos, cartas e jornais. Os grupos que se mantiveram ativos na década de 2000, passaram a utilizar também as ferramentas disponíveis na Internet para difundir suas ideias, tais como sites e grupos de discussão. Em geral, o anticomunismo e o nacionalismo são características de suas propagandas, sendo poucas aquelas que pregam somente o nacionalismo.

Grupo	Fundação	Sede	Integrantes	Meio de Comunicação	Ideologia	Situação atual
1. Letras em Marcha	1971	Rio de Janeiro	N.D.	Jornal	Anticomunista Nacionalista	Desativado
2. Ombro a Ombro	1988	Rio de Janeiro	N.D	Jornal	Anticomunista Nacionalista	Desativado
3. Independente 31 de março	1988	Rio de Janeiro	80 integrantes e 1260 destinatários em mala direta	Informativo, Manifestos	Anticomunista Nacionalista	Ativo
4. Guararapes	1991	Fortaleza	2177, sendo 1628 civis	Site, livretos, manifestos	Anticomunista Nacionalista	Ativo
5. Farroupilha	1992	Porto Alegre	N.D	Manifestos	Nacionalista	Desativado
6. Araucária	1993	Curitiba	70, ao mínimo	Manifestos	Anticomunista Nacionalista	N.D
7. Potiguar	1993	Natal	60	Manifestos	Anticomunista Nacionalista	Desativado
8. Bandeirantes	Já existente em 1993	Campinas	N.D	Manifestos	Anticomunista Nacionalista	N.D
9. Bandeiras / UND	1993	São Paulo	Mais do que 50	Site, manifestos	Anticomunista Nacionalista	Ativo
10. Inconfidência	1993	Belo Horizonte	~150	Site, jornal e manifestos	Anticomunista Nacionalista	Ativo
11. Anhanguera	1993	Goiânia	20	E-mail, manifestos	Anticomunista Nacionalista	Ativo
12. Cabanos	1993	Belém	N.D	Manifestos	N.D.	N.D.
13. Nativista	1994	Rio de Janeiro	N.D	Jornal e Manifestos	Nacionalista	N.D.
14. Instituto Catavento	1994	Porto Alegre	10	Informativo e Manifestos	N.D.	N.D.
15. Estácio de Sá	1996	Rio de Janeiro	55 sócios e 1400 destinatários	Cartas e Manifestos	Anticomunista Nacionalista	Desativado
16. Catarina	1996	Florianópolis	80	Manifestos	Anticomunista Nacionalista	Desativado
17. Carta-Compromisso	1998	Rio de Janeiro	Variável	Cartas e Manifestos	Anticomunista Nacionalista	Desativado
18. Ternuma	1998	Rio de Janeiro	~150	Site, livretos, cd e Manifestos	Anticomunista Nacionalista	Ativo
19. Quero-Quero	2001	Porto Alegre	200	Manifestos	Anticomunista	N.D
20. Atitude Nacional	2001	São Paulo	40	Reuniões	Nacionalista	Ativo
21. Ad Summus	N.D.	Rio de Janeiro	N.D	Lista de discussão na Internet	N.D.	Ativo
22. Marinheiros	N.D.	Rio de Janeiro	N.D	Lista de discussão na Internet	N.D.	Ativo
23. Emboabas	N.D.	N.D.	N.D	Lista de discussão na Internet	N.D.	Ativo

2 MEMÓRIA

2.1 O CONFLITO ENTRE MEMÓRIAS

Quando falamos de memória, segundo Halbwachs¹²¹, falamos também de um produto coletivo. Nossa memória, ou aquilo que acreditamos que seja nosso, é o resultado de uma série de observações pessoais assimiladas em contribuições e intervenções alheias às nossas lembranças. Ele ressalta que muitas ideias que julgamos originais, são apropriações ‘esquecidas’, que incorporamos ao nosso repertório como se fossem novas e autorais. As reminiscências de infância, por exemplo, não são só resultados dos quadros mentais que conseguimos resgatar através das sinapses, elas são significadas e influenciadas a partir do ponto de vista das outras pessoas que partilharam aquele momento. E, ao longo da vida, esta interação sai de casa e ganha expressão no relacionamento com os amigos de trabalho, nos clubes, na vizinhança, nas várias comunidades a qual a pessoa faz parte. A memória vai sendo assim construída, apresentando elementos fixos e mutáveis, e reconstruída com base nas perspectivas atuais da pessoa que se recorda e do grupo em que se encontra.¹²²

Ao analisar a relação entre memória e identidade social, Pollak¹²³ nos recorda que a memória é constituída por acontecimentos, lugares e personagens, conhecidos direta ou indiretamente, de forma empírica ou por projeção. A seleção dos fatos que irão compor a memória individual ou coletiva mostra que ela é um fenômeno construído:

“A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento

¹²¹ HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

¹²² Da mesma forma que os pontos de referência externos contribuem com a estruturação da memória individual, este também é um ponto de referência para a memória coletiva.

¹²³ POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5, nº 10, 1992, p.202.

constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada”.¹²⁴

O autor prossegue em sua argumentação, observando que na construção de uma memória coletiva como, por exemplo, a memória nacional, este processo se desenvolve sob influência política e é resultante, muitas vezes, do conflito de forças presentes na sociedade:

“Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo”.¹²⁵

Quando há a preponderância de um tipo de memória sustentada por um poder hegemônico em vias de enfraquecimento, a reação, mesmo que tardia, resulta em uma série de transformações que podem não só recuperar o espaço de luta política, mas até eclipsar o poder anterior. Pollak ressalta que a transformação da memória, esse fenômeno renovador contra a ortodoxia:

“consiste muito mais na irrupção de ressentimentos acumulados e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente. Essa memória “proibida” e portanto, “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades.”¹²⁶

Observando a história nacional, podemos constatar que fato semelhante ocorreu no Brasil ao longo do processo de distensão do regime militar, como veremos mais adiante. A memória até então subterrânea - dos opositores à participação militar na política e dos perseguidos pelo regime - se tornaria a memória dominante. A memória relacionada aos supostos benefícios do movimento de 1964 e à intervenção militar na política começa a ser

¹²⁴ POLLAK, 1992,p.203.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ Pollak descreve o processo de transformação da memória na antiga União Soviética, que tem início quando Nikita Krushev denuncia no XX Congresso do Partido Comunista soviético (PCUS) as atrocidades cometidas por Stalin, até então conhecido como “pai dos pobres”. *A desestalinização da memória avança com o fim do regime soviético, com a glasnost e a perestroika.* POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, nº 3, 1989,p.4.

relegada, sucumbida. Esta dinâmica está inscrita nas práticas sociais de fixação da memória, no qual:

“encontra-se entrelaçado aquilo que deve cair no esquecimento, pois o retorno de um sentido silenciado, ou a irrupção de um novo sentido, pode representar uma ameaça ao status quo vigente”.¹²⁷

O termo Nova República por si só representa em qual tempo a democracia será relacionada no processo de construção da memória. Ao passado, o arbítrio. O presente e o futuro são os novos tempos, tempos de democracia. Mas esta construção não foi imediata e tampouco unânime entre os “vencidos” e os “vencedores”.

2.2 MEMÓRIA E RESSENTIMENTO

Nos relatos disponíveis na coleção *História Oral do Exército*¹²⁸, na série de livros produzida pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), nas memórias dos oficiais transformadas em livros, assim como nas entrevistas realizadas para esta dissertação não há como deixar de perceber a evocação de uma sensação de ressentimento dos militares da reserva¹²⁹ com o tratamento que a mídia e a sociedade, de uma maneira geral, dispensaram à construção do imaginário do regime militar.

“As esquerdas radicais, hoje, através da mídia, controlada e tendenciosa, insistem em denominar o período do Movimento revolucionário de 1964 de ‘ditadura militar’ e o período 1969-1973 de ‘anos de chumbo’, fase em que o Estado enfrentou uma guerrilha urbana e rural. Omitem as lembranças, por exemplo, da ‘ditadura Vargas’, exercida por um governo civil, durante longo tempo (...) como justificam, esses difamadores ideológicos, sua estreita vinculação com o Governo de Fidel Castro, que mantém Cuba e os cubanos, esses sim, sob uma verdadeira pressão dos ‘anos de chumbo’?”¹³⁰

¹²⁷ MARIANI, Bethânia. *Discurso, Memória, Esquecimento e Acontecimento*. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, v. 14, 1997, p.36.

¹²⁸ Sobre esta publicação, ver mais detalhes em ATASSIO, Aline P. *Coleção História Oral do Exército: 1964 - 31 de março: Uma análise da construção da história oficial do golpe de 1964 pela força terrestre*. Trabalho apresentado no I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2007.

¹²⁹ Pode-se dizer que os militares que eram jovens oficiais em 1964 pertenciam a geração seguinte dos pracinhas, veteranos da Segunda Mundial que lutaram na Força Expedicionária Brasileira (FEB). Apesar do fato de alguns *febianos* participarem do golpe de 1964, até hoje eles são homenageados nos desfiles de sete de setembro, entre outras cerimônias.

¹³⁰ Depoimento do brigadeiro Márcio Coqueiro Leal, in: MOTTA, 2003j, p.103.

Em alguns relatos é comum a referência à perda da batalha da Comunicação Social, uma batalha que abrange não só o Jornalismo, mas que tem reflexos nos livros de História e na produção da memória nacional sobre o regime. Nestes relatos, apesar de se afirmarem os “vencedores”, o emprego justaposto de seu antônimo, “vencidos”, não é raro nas análises sobre os erros da chamada Revolução de 31 de março de 1964.¹³¹

2.3 O IMAGINÁRIO DO 31 DE MARÇO: GOLPE OU REVOLUÇÃO?

Os próprios nomes que caracterizam a memória do 31 de março sinalizam movimentos opostos desta batalha. É interessante analisar como o imaginário dos que foram pró-regime construiu a memória desta data e como aqueles que se opuseram mais cedo ou mais tarde ao governo fizeram o papel inverso, o da iconoclastia. Ao analisar documentos oficiais, podemos notar que as versões de cada lado constituem um dilema que serve em muito para explicar o ressentimento que motiva a criação de grupos que atuam nas trincheiras da batalha da memória, constituídos por militares e civis que participaram ativamente do ciclo militar.

Tendo como parâmetro esta efeméride, que é fundadora e marco dos legados e equívocos do regime militar, talvez seja possível entender os ranços, os ressentimentos que são perceptíveis nos dois lados. O 31 de março, desde 1983, só é rememorado nos quartéis do Exército, não há festividade no meio civil¹³². A memória favorável à festa e ao regime militar subsiste recôndita à caserna, e forma uma das bases do discurso apresentado pelos grupos de civis e militares da reserva pesquisados para esta dissertação.

Nas ordens do dia alusivas à data, as Forças Armadas a denominam como Revolução de 31 de Março. Entre o pessoal da reserva também é chamada de Redentora. Na coleção *História Oral do Exército*, uma das perguntas comuns ao entrevistados é se o nome apropriado seria Revolução ou Contra-Revolução. Os defensores da segunda escolha partem do princípio que já existia uma revolução comunista em curso no Brasil. Independente desta questão, fora do meio militar, é mais comum a designação de golpe de 64. O período de exceção, por sua vez, é denominado pelas Forças Armadas como regime militar ou governo

¹³¹ O discurso dos ‘vencedores vencidos’ pode representar uma espécie de reconhecimento do erro ou deslocamento de culpa. Se por um lado reconhece os erros, associa-os à falta de atenção do regime sobre a mídia. Por outro lado, também é comum o deslocamento de culpa no qual a infiltração esquerdista na mídia seria a principal responsável pela imagem negativa do regime militar. Grosso modo, seria o mesmo que dizer que a mídia os trata mal porque eles não tiveram um plano de comunicação adequado para lidar com ela, ou porque os esquerdistas se infiltraram a tão ponto que foi impossível participar do processo de criação de memória. Ambas explicações silenciam os arbítrios cometidos pelo regime, razão imediata do ressentimento do outro lado.

¹³² Naquele ano, o comando do I Exército restringiu aos militares a cerimônia. *Jornal do Brasil*, edição de 1º de abril de 1983.p.4.

militar, alcunha também adotada no meio civil. Porém, a expressão ditadura militar ou simplesmente ditadura, não aparece oficialmente no meio castrense como auto-identificação. Mesmo porque, para as Forças Armadas, a intervenção em 1964 serviu como um fiel para a democracia. De acordo com Aricildes Motta, organizador da *História Oral do Exército* sobre o período¹³³:

“Os militares foram festejados como salvadores da Pátria, e o golpe interpretado como uma notável vitória do mundo livre sobre o comunismo. Para os mais exagerados e ufanistas, a deposição de Goulart representou a maior derrota soviética em muitos anos (‘a revolução brasileira derrotou fragorosamente uma das mais bem preparadas e arquitetadas ofensivas da guerra fria’)¹³⁴.”

Cabe lembrar que na ordem do dia de 31 de março de 1965, o general Arthur da Costa e Silva, então ministro da Guerra, reportaria que o Exército muito tem colaborado “para o restabelecimento do regime democrático e para a purificação de nossos costumes políticos e administrativos.”¹³⁵ Ressalta Celso Castro que, em 1967, o Exército, através de sua Comissão de Relações Públicas, “elaborou diretrizes básicas para os festejos em todo país” e que em 1974, “o governo organizou uma semana de comemorações cívicas, com desfiles e concursos militares, missas, palestras, concertos públicos(...)”¹³⁶. Anos depois, na véspera da sucessão de João Figueiredo, o 31 de março estava esvaziado como festejo, mas o discurso parecia ser o mesmo nas Forças Armadas. O general Leônidas Pires Gonçalves, futuro ministro, afirmaria ao jornal *O Globo* que “o ciclo da Revolução de 64 não se encerra com o governo Tancredo Neves, mas se eterniza já que o país chegou à democracia que a Revolução sempre buscou”.¹³⁷ Quando assumiu o ministério do Exército, ele apresentou a mesma argumentação na ordem do dia de 31 de março¹³⁸. A Marinha, de forma semelhante, exortou seus integrantes a “comemorar o fato histórico da Revolução de 1964, como, principalmente, a consecução de seu principal objetivo, a democracia”.¹³⁹ E a ordem do dia da Aeronáutica propôs uma ligeira mudança na interpretação do Movimento:

¹³³ MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p.272.

¹³⁴ PINTO, Bilac. *Guerra Revolucionária*. São Paulo: Forense, 1964, p.166. apud MOTTA, 2002, p.272.

¹³⁵ *Noticiário do Exército*, 31 de março de 1965. Nº 1877.

¹³⁶ CASTRO, Celso. *Comemorando a “revolução” de 1964*. In: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2008, 2008, p.131

¹³⁷ *O Globo*, 9 de março de 1985, p.3

¹³⁸ *O Globo*, 31 de março de 1985, p.2

¹³⁹ idem

“Se ao movimento de antanho denominamos “Revolução”, concebemo-los hoje como “Evolução”. Fiéis aos nossos propósitos, sempre o identificamos como democracia, a exigir de nós a plena participação e nunca a exclusão.”¹⁴⁰

Se em 1964 o movimento teve apoio de boa parte da sociedade e editoriais com loas à Revolução foram publicados, nos momentos seguintes, esta base começou a diminuir lentamente. Circunscritas em campos semânticos diferentes, os dois conceitos, Democracia e Forças Armadas, pareciam cada vez mais antônimos. Em uma pesquisa da *Folha de São Paulo* realizada em 1984, 36,8% dos entrevistados afirmaram que os últimos vinte anos foram ruins e 26,9% responderam que o regime foi bom no início, mas desvirtuou-se. Apenas 10,8% avaliaram como bom o ciclo militar.¹⁴¹ Já em 1964 os jornais *Correio da Manhã* e a *Folha de São Paulo* denunciavam os arbítrios do governo, embora nem sempre estes e outros jornais enfrentassem o regime¹⁴². Ao longo de duas décadas, a imagem do ciclo militar viria ser cada vez mais associada à arbitrariedade, aos Atos Institucionais do que à democracia. Casos rumorosos, como os que envolveram as mortes do deputado Rubens Paiva, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Fiel Filho repercutiram na sociedade mesmo com a censura. Com a liberalização do regime no governo Geisel, a revelação de escândalos políticos, crimes e corrupção desgastaria ainda mais a imagem do regime.

Sem respaldo popular, o aniversário da Revolução havia se tornado, desde 1983, por iniciativa das próprias Forças Armadas, uma cerimônia estritamente castrense, e as cenas de março, com milhares de pessoas apoiando a intervenção, ficariam no passado, como mostra a reportagem do *Jornal do Brasil* publicada na época:

MISSA COMEMORA A REVOLUÇÃO DE 64 E REÚNE 1 MIL E 500

Em sua homilia o capelão militar José Anchieta Costa Carvalho destacou a atuação do Exército – “no sentido de assegurar a liberdade democrática que nós desfrutamos”. Pela primeira vez desde 64, as comemorações ficaram restritas às organizações ligadas às Forças Armadas por ordem do I Exército. Na missa oficial só foram convidadas autoridades militares. (...) ¹⁴³

¹⁴⁰ idem

¹⁴¹ 20 ANOS ruins que agora chegam ao fim. *Folha de São Paulo*, de 1º de abril de 1984, p.8. A pesquisa foi realizada em seis capitais: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Curitiba. A amostra obteve 2.999 entrevistados. Na mesma consulta, os entrevistados deveriam responder se o ciclo já terminou ou se permanece com a mesma força.

¹⁴² ABREU, João Batista de. *As manobras da informação*. Niterói: Eduff: Rio de Janeiro: Mauad, 1ª ed, 2000, p.38. O autor ressalta que muitos jornais entraram na onda ufanista do milagre econômico enquanto outros alternaram momentos de coragem empresarial e fases de subserviência.

¹⁴³ MISSA comemora a revolução de 64 e reúne 1 mil e 500. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º de abril de 1983.p.4. Na época quem comandava o I Exército era o general Heitor Luis Gomes de Almeida. Na mesma edição, a ausência de civis foi alvo de comentário do governador de São Paulo, Franco Montoro

E cada vez mais esvaziada como mostra a matéria do mesmo jornal, publicada em 1º abril de 1985¹⁴⁴:

SÓ 30 VÃO À FESTA POR REVOLUÇÃO

Apenas 30 pessoas acompanharam as evoluções da banda do 1º Batalhão de Polícia do Exército durante a rápida solenidade que comemorou, em frente ao panteão de Duque de Caxias, o 21º aniversário da Revolução de 31 de março de 1964. Oficiais e praças encarregaram-se de engrossar o público da solenidade, que tinha cunho estritamente militar e teve uma salva de tiros em memória de 33 vítimas civis e militares das lutas políticas no Rio.¹⁴⁵

Interessante observar que a efeméride que servia como pauta e que ocupava as páginas da editoria de Política entre o último dia de março e o primeiro de abril passou a ser esquecida pelos jornais¹⁴⁶. Num primeiro momento, não havia mais espaços para avaliar o movimento, só para esquecê-lo. Isto por duas razões: a decrescente relevância política destes documentos o que afetava os critérios de escolha dos editores, e a própria afirmação da Nova República, de seus problemas e desafios, que mitigavam ainda mais este passado. Se em 1985 o *Jornal do Brasil* produziu um caderno especial de seis páginas sobre o assunto, no ano seguinte, ele publicou uma matéria na editoria de política e outra com referência afastada ao tema, na editoria cidade, sobre um professor que havia sido perseguido no regime militar. O texto complementava uma reportagem sobre a greve geral das escolas públicas do Rio de Janeiro. Por outro lado, com o tempo, o assunto ressurgiu referendado pelas opiniões de pesquisadores sobre o assunto, que passaram a ter mais peso do que a versão “oficialista”.

2.4 NOVA REPÚBLICA: CIVIS E MILITARES EM NOVA PERSPECTIVA

Um texto que chama a atenção e serve para retratar a construção de memória que está em consecução no final do regime é esta reportagem da *Folha de São Paulo*. Ela traz os perfis dos deputados Petrônio Portella, do PDS, ex-militante da UDN, e Ulisses Guimarães, do PMDB, também conhecido como senhor *Diretas*.¹⁴⁷

¹⁴⁴ Com o tempo, as ordens do dia das Três Forças deixaram de ser publicadas nos jornais.

¹⁴⁵ SÓ 30 vão à festa por revolução, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, de 1º abril de 1985, p.4.

¹⁴⁶ Para se ter uma ideia do esvaziamento do assunto, até a eleição no Clube Militar, em 1984 - a primeira sem chapa única em 20 anos - , era motivo de artigos e reportagens. As ordens do dia das três Forças alusivas ao aniversário da Revolução, que eram publicadas na editoria de política, deixam no governo civil de ter apelo, relevância. As declarações dos militares deixam cada vez mais de ter importância política.

¹⁴⁷ Em referência à participação no movimento Diretas-já.

“A tarefa do leitor é identificar qual dos dois é o personagem de cada história.

1- Na noite de 21 de março, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o “a esmagar a sedição”. Suas palavras: “Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra os que, em desespero, pretendem defender pelas armas interesses inconfessáveis”.

2- Na primeira semana de abril, um grupo de políticos, - entre os quais o nosso personagem - redigiu um Ato Institucional para legitimar a Revolução e dar poderes excepcionais - inclusive o de cassação de mandatos e cassação de direitos políticos - ao Presidente da República.

Onde está Petrônio Portella, onde está Ulisses Guimarães?

Errou: Portella, que embora pertencesse à UDN, se definia como um radical de esquerda, foi quem se colocou ao lado de Jango “para o que der e vier”. E Ulisses, o líder da resistência democrática ao autoritarismo, foi um dos relatores do Ato Institucional.”¹⁴⁸

E não só os políticos mudaram de feição. Anos mais tarde, um relato interessante do jornalista Mino Carta mostra como a Folha de São Paulo, que hoje faz questão de lembrar em seu manual de redação que foi o primeiro jornal a liderar o movimento Diretas Já, apoiou com meios nada ortodoxos ao regime:

“A Folha de São Paulo não só nunca foi censurada, como emprestava a sua C-14 [carro tipo perua, usado para transportar o jornal] para recolher torturados ou pessoas que iriam ser torturadas na Oban [Operação Bandeirante]. Isso está mais do que provado. É uma das obras-primas da Folha, porque o senhor Caldeira [Carlos Caldeira Filho], que era sócio do senhor Frias [Octavio Frias de Oliveira], tinha relações muito íntimas com os militares. E hoje você vê esses anúncios da Folha - o jornal desse menino idiota chamado Otavinho [Otavio Frias Filho] - esses anúncios contam de um jeito que parece que a Folha, nos anos de chumbo, sofreu muito, mas não sofreu nada. Quando houve uma mínima pressão, o sr. Frias afastou o Cláudio Abramo da direção do jornal. Digo que foi a "mínima pressão" porque o sr. Frias estava envolvido na pior das candidaturas possíveis, na sucessão do general Geisel. A Folha estava envolvida com o pior, apoiava o Frota [general Sílvio Frota, ministro do Exército no governo Geisel]. O [jornalista e diretor de redação] Claudio Abramo foi afastado por isso.”¹⁴⁹

2.4.1 RESPONSABILIDADE MILITAR

No fim do governo João Figueiredo, boa parte dos jornais e revistas que apoiaram a sublevação de março não reproduziriam os seus editoriais da época da quebra institucional,

¹⁴⁸ Portella era governador do Piauí (UDN) em 1964, foi presidente da Arena e ministro da Justiça. Ulisses, foi deputado pelo PSD e depois presidente nacional do PMDB. BRICKMAN, Carlos. Processo político leva muitos a mudar de lado, *Folha de São Paulo*, 1º de abril de 1984, p.4.

¹⁴⁹ SILVA, Adriana Souza *A mídia implorava pela intervenção militar*, Entrevista a Mino Carta., da Redação AOL, abril de 2004. Disponível em http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15717, acesso em 24 de fevereiro, às 22h.

apenas consagrariam o tipo de memória no qual os militares foram os únicos responsáveis pelo estado de coisas.

A revista *Veja*, criada após 1964, teve um importante papel em denunciar o governo. Segue abaixo parte de um artigo, interessante por posicionar os militares como imunes a qualquer interação política com os civis e assim confirmar a visão de únicos algozes do período autoritário. Este material foi escrito já na Nova República, e o que o originou foi a linha de raciocínio do governador de Minas, Newton Cardoso, que afirmou em palestra na Escola Superior de Guerra que as intervenções militares eram fruto da incompetência dos políticos:

“são muitas as bobagens que se dizem no Brasil sobre as relações civis e militares, mas poucas vezes alguém disse tantas em tão pouco espaço. O governador mineiro teria o resto de sua vida para provar que foi a incompetência dos políticos, e não a indisciplina militar, a responsável pelo golpe do Ato Institucional nº 2, em 1965, quando era presidente o marechal Castello Branco. Se conseguisse essa proeza, poderia ter outra experiência para provar que foi a incompetência dos políticos que provocou a rebelião militar de 1968, da qual resultou a proclamação da ditadura do AI-5. E, mesmo que vivesse duas vezes, teria de viver outras 22 para provar que em 1969, quando o general Costa e Silva ficou entevado depois de um penoso processo de arteriosclerose cerebral, foi a incompetência dos políticos que levou os quartéis a um estado de anarquia a partir da qual os ministros militares proclamaram uma patética Junta Governativa. Essas intervenções, as mais recentes, forma produto da indisciplina dos comandantes militares que as praticaram e de incompetência dos que a sofreram. Civis competentes e comprometidos com a democracia, como o mineiro Tancredo Neves, foram para a oposição, sabendo que, quando a disciplina fosse restabelecida e a incompetência desmascarada, os civis voltariam ao poder”¹⁵⁰.

2.4.2 ICONOCLASTIA

Ao longo da redemocratização, jornalistas adotaram os mais variados recursos para mitigar a imagem do regime, uma vez que o fantasma da censura assustava cada vez menos. Nos artigos jornalísticos da época nota-se a indignação com o governo, muitas vezes expressada com humor. Na edição de 1º de abril de 1984 da *Folha*¹⁵¹, entre os diversos artigos de analistas e convidados sobre tema, o repórter Carlos Brickmann lembrava como os revolucionários de 64 lutaram contra a ameaça comunista:

¹⁵⁰ O BRIGADEIRO aterrissa. *Veja*, 22 de junho de 1988, pp.32-37.

¹⁵¹ Cabe ressaltar que nem todos os jornais eram radicalmente contrários ao regime militar. A *Folha* foi o primeiro jornal a se mobilizar pelo movimento *diretas-já*, seguido bem mais tarde pelo *Globo* e *O Estado de São Paulo*.

“Num teatro do Rio, policiais tentaram prender o dramaturgo Bertold Brecht – que não só vivia na Alemanha como fizera a descortesia de morrer uns vinte anos antes; livros sobre o cubismo foram apreendidos, por suspeita de vinculação com Cuba; “*O vermelho e o Negro*”, clássico de Stendhal sobre um cidadão indeciso entre a carreira eclesiástica e a militar sofreu o mesmo destino (e muito justamente, pois não é o vermelho a cor dos comunistas?). Ridículo. Mas não foi ridículo a principal característica das primeiras punições revolucionárias...”¹⁵²

No dia 28 de abril de 1984, o jornalista Ruy Lopes, do mesmo jornal, narrou em um artigo as ações da Polícia Militar e da Polícia Federal em Brasília, sob o comando do general Newton Cruz, que resultou em 15 estudantes feridos:

COMUNICADO DO FRONT

As forças da lei e da ordem, que estão sob o esclarecimento e equilibrado comando do general-executor, atacaram ontem à tarde, uma escola infantil nas proximidades da Universidade de Brasília. A ação revestiu-se de pleno êxito, colocando fora de combate quinze subversivos com idade média de dez anos. O moral das tropas continua excelente e a vitória foi saudada com quinze “hip hip hurras” – um para cada inimigo. Os participantes receberão condecorações por bravura (...) e os vencidos enfrentarão julgamento por desacato à autoridade, resistência à prisão e persistência no uso da mamadeira.¹⁵³

2.5 A MEMÓRIA NOS PORÕES - AÇÃO E CONTRA-REAÇÃO

Ao longo do processo de transição do regime militar no Brasil, em especial, o governo Sarney, o ressentimento dos perseguidos e dos contrários ao regime continuou tendo voz nos programas de tevê, nas músicas, nas novelas e nos jornais. O humorista Jô Soares satirizou a transição com uma personagem, um general gaúcho que recobra os sentidos após seis anos em coma. Ao se inteirar das novidades, o oficial recebe a notícia que um civil chamado José Sarney tinha sucedido seu amigo de turma, general Figueiredo, e desesperado tenta se

¹⁵² BRICKMANN, Carlos. Perseguição invade o terreno da galhofa. *Folha de São Paulo*, 1º de abril de 1984, p.6.

¹⁵³ LOPES, Ruy. Comunicado do Front. *Folha de São Paulo*, 28 de abril de 1984, p.2. Por sua vez, a revista *Veja*, na edição de 22 de junho de 1988, de forma ácida, abordou a reunião ministerial no qual o Brigadeiro Camarinha, ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA) tentou, sem sucesso, influenciar a decisão da mesa sobre o reajuste salarial: “O coronel Joaquim Victorino Portella, editor do jornal *Letras em Marcha*, porta-voz das vivandeiras de pijamas que rondam os quartéis falando maravilhas da finada ditadura do AI-5, também aplaudiu o brigadeiro da URP. “alguém precisava ter a coragem de dizer aquelas coisas e ele teve a coragem”, afirma Portella (...) Como generais e brigadeiros não existem para definir tamanho de mandato ou política salarial, tudo ficaria mais barato se eles simplesmente ficassem calados.” BRIGADEIRO Aterissa, *Veja*, 22 de junho de 1988, pp 36-37.

matar¹⁵⁴. Nas rádios, o rock das bandas de Brasília, Rio e São Paulo criticava o regime que estava acabando, em letras que mostravam a truculência do Estado, pregavam a nova ordem e o fim da censura. Músicas como *Veraneio Vascaína* (Capital Inicial), *Proteção* (Plebe Rude), *Solange* (Léo Jaime e os Miquinhos Amestrados) se somam às canções de protesto da geração anterior, como *Vai Passar e Apesar de você* (Chico Buarque), *London, London* (Caetano Veloso), *Pra não dizer que eu não te falei de flores* (Geraldo Vandré)¹⁵⁵. Na tela de tevê, *Roque Santeiro*, obra de Dias Gomes censurada em 1975, registrava recordes de audiência em sua nova versão, exibida dez anos depois¹⁵⁶.

Reportagens de crimes envolvendo militares apareceram nos jornais como nunca apareceriam na época mais repressiva do regime. Os desdobramentos dos casos Riocentro, Ustra e Baumgarten¹⁵⁷, entre outros, eram sinônimos de notícia. Além da imprensa, os relatórios das entidades de Direitos Humanos mostraram para o mundo as denúncias do que ocorria aqui e nos vizinhos Cone Sul. Um destes documentos, que revelava os horrores da guerra entre a subversão e o governo argentino, intitulado *Nunca Más*, acabou dando origem ao nome do projeto e livro preparados pela Arquidiocese de São Paulo que denunciava os torturadores e os métodos de tortura aplicados na ditadura brasileira. Publicado em 1985, o livro *Brasil: Nunca Mais*, reunia informações sobre o período entre 1964 e 1979, numa pesquisa que analisou processos que transitaram na Superior Tribunal Militar (STM).¹⁵⁸

No mesmo ano, como uma reação institucional às denúncias no livro e na imprensa, o ministro do Exército general Leônidas Pires Gonçalves encomendou ao general Agnaldo Del Nero Augusto a redação de um livro que contasse a verdade sobre os planos e ações da

¹⁵⁴ FIGUEIREDO, Lucas. *O Ministério do Silêncio. História do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.375

¹⁵⁵ Solange é uma versão em português da música *So Lonely* da banda The Police. Léo Jaime adaptou a letra de forma que Solange encarnasse sutilmente a censura e os seus inconvenientes: *Eu tinha tanto pra dizer/ metade eu tive que esquecer /e quando eu tento escrever/ seu nome vem me interromper/eu tento me esparramar / e você quer me esconder /eu já não posso nem cantar/ meus dentes rangem por você/ Solange, Solange (...) Talvez só dê pra liberar/ com cortes pra depois do altar / pára de me **censolange***. Para um estudo detalhado desta e de outras músicas da época, consulte QUADRAT, Samantha Viz. *El brock y la memoria de los años de plomo en el Brasil democrático*, In: JELIN, Elizabeth. LONGONI, Ana. (orgs) *Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión*. Coleccion Memorias de la Represion. Madrid, Espanha: Siglo Veintiuno de España Editores, 2005. Volume 9

¹⁵⁶ Mesmo que não haja referência direta a militares, pois o coronel Sinhozinho Malta, interpretado por Lima Duarte, era na verdade um fazendeiro influente na região, a novela era sempre apresentada como a obra de Dias Gomes censurada no regime militar.

¹⁵⁷ Em 1981, no dia do Trabalhador, houve um atentado à bomba fracassado no Riocentro. O alvo era o público que veio assistir ao show do dia do trabalhador. A detonação do artefato matou um dos militares envolvidos e feriu gravemente o outro. No ano seguinte, o corpo do jornalista Alexander Von Baumgarten foi encontrado na praia da Macumba, no Rio de Janeiro. Baumgarten tinha comprado e relançado a extinta revista *O Cruzeiro*. Ele produzia matérias favoráveis ao regime e recebia verba de publicidade do governo. UNIVERSIDADE DE SÃO CARLOS. Arquivo Ana Lagoa. <http://www.dci.ufscar.br/recortes/cbaumgarten.htm>. O caso Ustra, veremos mais adiante.

¹⁵⁸ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985, p.22.

esquerda na luta armada¹⁵⁹. Inicialmente intitulado “*Tentativas de tomada do poder*”, e posteriormente chamado de Orvil - anagrama de livro -, o documento de 953 páginas foi concluído dois anos depois. Na introdução, o subtítulo *Violência Nunca Mais!* consta uma crítica ao projeto da Arquidiocese de São Paulo:

“Os inqueritos para apuração desses atos criminosos contra a pessoa humana também transitaram na Justiça Militar entre abril de 1964 e março de 1979. Porém, essas pessoas mortas e feridas - onde se incluem mulheres e até crianças e, na maioria, completamente alheias ao enfrentamento ideológico -, por serem inocentes e não terroristas, não estão incluídas na categoria daquelas protegidas pelos "direitos humanos" de certas sinecuras e nem partilham de uma "humanidade comum" de certas igrejas. Nem parece que a imagem de Deus, estampada na pessoa humana, é sempre única. A razão, porém, é muito simples. Essa Igreja está sabidamente infiltrada, assim como o Movimento de Direitos Humanos dominado, por agentes dessa mesa ideologia, como ficará documentado ao longo do livro.”¹⁶⁰

O livro não chegou a ser publicado. Em 2007, vinte anos depois de pronto, o material classificado como reservado foi disponibilizado na Internet. Em entrevista a jornais, o autor, que segundo o *Ombro a Ombro*, teve larga vivência no campo de informações¹⁶¹, ressaltou a necessidade do livro ter sido publicado na época:

“Postos aqueles dados (do livro secreto) nas mãos de um escritor, a história estaria escrita. Perdida a oportunidade, caímos na defensiva. Os subversivos, com alta escola em guerra psicológica, saíram na frente. Na guerra psicológica, o princípio da ofensiva é tão ou mais importante que na guerra convencional e não se ignora que eles movem uma guerra”(…) ¹⁶²

Também em 1985, a atriz e deputada federal (PT) Bete Mendes acusou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra de tê-la torturado nos porões do DOI-CODI paulista. Em carta ao presidente da República, ela revelou:

“não posso calar-me diante da constatação de uma realidade que reabriu em mim profunda e dolorosa ferida. Na Embaixada do Brasil no Uruguai serve como Adido Militar o coronel Brilhante Ustra, personagem famoso do regime passado por sua disposição firme em comandar e participar de sessões de tortura a

¹⁵⁹ Generais da reserva defendem livro, matéria de Lucas Figueiredo para o *Correio Braziliense* e o *Estado de Minas*. Acesso às 21:59h do dia 06 de março de 2008 no link <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/maio-2007/generais-da-reserva-defendem-livro/>

¹⁶⁰ ORVIL, [s.l.], 1987, p.xxix. Disponível em

http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf, acesso em 23 de novembro de 2007, às 10h.

¹⁶¹ *Ombro a Ombro*, junho de 2001, p.10.

¹⁶² idem

presos políticos. Digo-o, Presidente, com conhecimento de causa: fui torturada por ele”.¹⁶³

O caso repercutiu na imprensa brasileira e uruguaia. Ele seria o doutor Tibiriçá, codinome que aparece repetidas vezes no livro *Brasil: Nunca Mais*.

“Por suspeita que a Velha República¹⁶⁴ escondia no exterior os militares envolvidos em crimes e torturas na época da repressão política, a Deputada Federal Bete Mendes encaminha amanhã, no Palácio do Planalto, documento pedindo a relação de adidos militares do País. A decisão é para impedir que episódios como o que ocorreu com ela em Montevidéu – reconheceu o adido militar brasileiro no Uruguai, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, como seu torturador, em 1970 - se repitam”¹⁶⁵

O coronel Ustra escreveu em 1987 o livro *Rompendo o Silêncio* para se defender das acusações feitas por Bete Mendes. Em seu livro ele apresenta uma série de informações sobre a guerrilha, tais como os assassinatos, assaltos, justiçamentos e seqüestros produzidos pelas organizações de esquerda. Em um dos textos, intitulado, *Além de uma calúnia, uma ingratidão*, ele argumenta:

“A imprensa, parlamentares, movimentos em defesa dos Direitos Humanos, associações de classe, exigiram o meu retorno ao Brasil. Paralelamente, aqueles que combateram o terrorismo eram

apresentados ao país como assassinos e corruptos. Ao mesmo tempo, os subversivos e os terroristas eram mostrados como pessoas indefesas que sofreram porque lutavam contra a ditadura.

Houve até o caso do ex-terrorista Theodomiro Romeiro dos Santos (Marcos), militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que foi recebido como herói quando regressou do exterior, onde se refugiara. Theodomiro fora condenado à morte (existia pena de morte naquela ocasião) porque matou com um tiro na nuca o Sargento da Força Aérea Brasileira, Valder Xavier de Lima, que ao volante de um jipe o transportava preso. Agora o nosso Sargento Valder, de vítima do terror passara a ser taxado de agressor de um indefeso.

Com a conivência e a participação da Deputada BETE MENDES fora montada uma das maiores farsas a que este país já assistiu.”¹⁶⁶

¹⁶³ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*. Edição on-line disponível no site “A verdade sufocada”, 1987, p.11, através do endereço: http://www.averdadesufocada.com/images/rompendo_o_silencio/rompendosilencio.pdf, acesso em 6 de março de 2008, às 22h.

¹⁶⁴ Nota-se mais uma vez a clivagem entre a Nova República, democrática, e a Velha República, autoritária.

¹⁶⁵ BETE Mendes pede lista de adidos para ver se há mais torturadores. *Jornal do Brasil*, 18 de agosto de 1985, p.24.

¹⁶⁶ USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio*. Edição on-line disponível no site “A verdade sufocada”, 1987, p.10.

2.6 PRELO FARDADO

2.6.1 LETRAS EM MARCHA E OMBRO A OMBRO

E não foi só Ustra que reagiu. Três anos após o início do governo civil, militares da ativa, da reserva e civis, insatisfeitos, começaram a responder ao que eles chamam de revanchismo da mídia e o caos no governo civil. Já havia no meio militar, desde de 1971, o jornal *Letras em Marcha*, elaborado inicialmente por oficiais que faziam o curso de Comunicação Social do Exército. Era uma espécie de tribuna militar, o que a revista *Veja* chamou de porta-voz da linha-dura.¹⁶⁷ Em 1988, surge o jornal *Ombro a Ombro*, com sede no Rio, com integrantes da Escola Superior de Guerra e ex-colaboradores do *Letras em Marcha*:

“Era imperioso que surgisse um jornal capaz de trazer uma mensagem de civismo e de otimismo para se contrapor ao ranço ideológico esquerdista que grassa em grande parte dos órgãos formadores de opinião.”¹⁶⁸

Assim como o *Letras em Marcha*, o *Ombro a Ombro* publicava artigos de seus colaboradores, civis e militares, cujos temas iam da historiografia militar ao anticomunismo, passando também pelas efemérides militares. Em um artigo sobre o 31 de março, publicado em 1990, eles afirmaram:

“Movimento que a principio empolgou a Nação, foi aos poucos definhando pela ação da mídia e pela omissão de seus condutores. Esqueceram-se as realizações para realçar-lhes os aspectos por ventura negativos, que lhe foram imputados pela ótica de um liberalismo, pela qual até os comunistas olham e falam.”¹⁶⁹

Em outro, de autoria do coronel R/1Aimar Baptista da Silva, do grupo Bandeirantes, e publicado em 1997 pelo *Letras em Marcha*, refletia o ressentimento com a interpretação do 31 de março:

“Tornado um ‘dia das bruxas’, o ‘início dos anos de chumbo’, o ‘começo da fase mais obscurantista da vida política da Nação’, ‘a página mais negra da nossa história’, o 31 de março deixou de ser comemorado para não constringer militante ora no governo”.¹⁷⁰

¹⁶⁷ O BRIGADEIRO aterrissa. *Veja*, 22 de junho de 1988, pp.32-37.

¹⁶⁸ *Ombro a Ombro*, dezembro de 1988, p.3.

¹⁶⁹ 31 de MARÇO de 1964 -1990, editorial, *Ombro a Ombro*, março de 1990, p.1.

¹⁷⁰ SILVA, Aimar B. A Albânia e o 31 de março. *Letras em Marcha*, abril de 1997, p.3.

Ainda na batalha pela memória, artigos sobre a Intentona Comunista também eram publicados, assim como perfis dos mitos da história das Forças Armadas, versões sobre o que ocorreu no regime militar e na história do Brasil como um todo. Em 1997, foi publicada uma carta do ex-presidente e então senador José Sarney, datada de 5 de maio. Nela, Sarney contestou informações de um artigo do general Hélio Ibiapina, publicado na edição de abril do jornal *Ombro a Ombro*. O presidente do Clube Militar atribuiu ao senador ter dito que “a Nação Brasileira foi construída pelos políticos e não pela espada dos generais”.¹⁷¹ Sarney procurou em sua resposta desfazer o mal-entendido, ressaltando a contribuição das Forças Armadas para a história do Brasil e o papel do Congresso na política nacional.

2.6.2 REVISTA DO CLUBE MILITAR

Na presidência do Clube Militar, o general Hélio Ibiapina Lima, que também presidia o grupo Estácio de Sá, mudou, em 1996, o formato da revista do clube, de forma que em cada edição houvesse “um ou mais tópicos da história recente, a partir da renúncia de Jânio Quadros, que nos levaram ao 31 de março de 1964 e aos fatos do período em que nosso país foi governado por generais”¹⁷². Na capa da edição de março de 1998, comemorativa do 31 de março, um desenho mostrava um oficial sentado em um jipe, apertando a mão de uma senhora na calçada e sendo saudado pela multidão. Era a imagem que eles tentavam transmitir do apoio popular ao movimento.

As Forças Armadas, e em especial, o Exército, não estiveram alheias deste processo de manutenção da memória. O ministro do Exército enviou em julho de 1997 uma carta a Ibiapina, cuja transcrição segue abaixo:¹⁷³

Caro Ibiapina,

Tem chamado a atenção o posicionamento de alguns autores modernos, cujos livros apresentam uma visão totalmente parcial da realidade, no que diz respeito ao movimento de 1964. Exemplo disso é o livro “Viagem pela História do Brasil”, de Jorge Caldeira e outros. Nele, são ressaltados apenas os aspectos negativos da Revolução.

Minha sugestão é que os sócios do Clube Militar, particularmente nossos oficiais da Reserva, tomem a peito a tarefa de apontar aos autores e à imprensa as distorções, sejam elas intencionais ou não. Acredito ser essa uma tarefa nobre e que constituirá um desafio à inteligência e à cultura dos companheiros, que assim podem prestar importante colaboração para o restabelecimento da verdade histórica.

Com um forte abraço,

¹⁷¹ SENADOR Sarney contesta o general Ibiapina. *Ombro a Ombro*, junho de 1997, p.7.

¹⁷² *Revista do Clube Militar*, N° 328, edição de julho/agosto/setembro de 1996.

¹⁷³ *Letras em Marcha*, setembro / outubro de 1997, p.2. Veja também na revista do Clube Militar n° 388 de agosto de 1997.

General de Exército Zenildo de Lucena
Ministro de Estado do Exército.

Três grupos ainda em operação, o Guararapes, o Inconfidência e o Ternuma, são os que mais produzem material sobre a memória do período militar. Preocupados com os mais jovens, eles tentam passar a sua versão do passado para aqueles que não viveram os conturbados anos do período de exceção.

2.6.3 GRUPO INCONFIDÊNCIA

Dos jornais acessados para esta pesquisa, o do grupo Inconfidência é o único que promove edições especiais e periódicas sobre o 31 de março, o 25 de agosto e o 27 de novembro. Em que pese tanto o *Letras em Marcha* como o *Ombro a Ombro* dedicarem nestas datas editoriais e artigos sobre o tema, os temas atuais daquela época dividiam espaço com a trincheira da memória. No jornal de Belo Horizonte, assim como os outros, o que se pode observar não é apenas o culto às tradições militares e religiosas católicas, mas a necessidade da manutenção de uma versão da história que evite o silenciamento causado pela construção de memória iniciada pelo “*outro lado*”. Não somente a figura do Duque de Caxias é recordada, mas o seu mito como pacificador e soldado, cuja imagem, quase sacralizada, parece padecer de uma falta de identificação e empatia no meio castrense e civil¹⁷⁴. No caso da Intentona, o episódio histórico é reconstituído com artigos atuais e de jornais da época onde se destacam os militares legalistas e seus familiares como as principais vítimas da sublevação, deixando no silêncio a palavra dos militares que se sublevaram:

(...) O governo popular revolucionário era apenas uma fachada para atrair (sic) ingênuos. Viria, logo depois, atrás d'elle (sic), a verdadeira revolução social, inspirada no lema (sic) : “pão, terra e liberdade”, com um governo de operários, camponeses, marinheiros e soldados de accordo (sic) com os muldes (sic) práticos consagrados pelo golpe de 1917 na Rússia. (*Estado de Minas*, 4 de dezembro de 1935)¹⁷⁵

Desgraçado: Que fizeste do meu filho? Que mal fizeste ele? Mataste-o impiedosamente pela tua ambição de mando e de riqueza... E tu, qual será o teu fim? Certamente na pupila do olho de Moscou. ... Traidor. Assassino. Maldito. (Carta da progenitora do capitão Benedicto Lopes Bragança aos comunistas).

¹⁷⁴ CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 34.

¹⁷⁵ *Inconfidência*, nº 120, novembro de 2007, p. 5.

Em relação à 1964, a construção do imaginário é feita com os relatos dos militares e civis que atuaram pelo golpe, não com o relato daqueles que foram expulsos da corporação ou perseguidos, ou mesmo os legalistas que foram traídos. Se houve revolução é porque já pairavam sinais de uma revolução comunista. No caso do especial sobre a ditadura, se há vítimas, são os que morrem ou são torturados pelos “subversivos”. Por sinal, reclama-se o fato de estas serem *menos vítimas* que os do outro lado, porque não receberam indenização ou reconhecimento da sociedade.

Ainda no plano da historiografia, o Inconfidência mantém a sua versão dos fatos que desencadearam e sucederam o golpe militar de 1964. Se, no ensino, as principais queixas são voltadas aos livros e seus historiadores, em relação à 1964, o descontentamento e revolta são dirigidos a uma audiência mais ampla, que inclui jornalistas e políticos. É fato conhecido que o golpe não foi fruto de um movimento exclusivamente militar, mas que teve ampla participação civil. E que o governo constituído era composto em sua maior parte por civis, em que pese o rígido controle militar. Esta lembrança é importante para tentarmos visualizar a dimensão desta batalha da comunicação. Não à toa, o Inconfidência e os demais grupos disponibilizam aos seus leitores artigos, editoriais e matérias dos principais jornais brasileiros, publicadas entre 1964 e 1985.

Na edição comemorativa dos 42 anos do “movimento cívico-militar de 31 de março de 1964” aparecem os seguintes textos:

- *Ressurge a democracia!* - editorial de *O Globo* de 02 de abril de 1964;
- *Julgamento da Revolução* – por Roberto Marinho, editorial do *Globo* de 07 de outubro de 1984;
- *31 de março* – editorial do *Norte do Piauí*, 16 de abril de 2004;
- *O dever dos militares* – editorial do *Estado de Minas* de 05 de abril de 1964;
- *Exército: Revolução garantiu a democracia* – editorial do *Estado de Minas* de 31 de março de 1985.
- *Basta!* – editorial do *Correio da Manhã* de 31 de março de 1964.

Além de trechos de reportagens dos jornais citados e da *Folha da Tarde*, *Estado de São Paulo*, *O Jornal*, *Jornal do Brasil*, *Tribuna da Imprensa*; das revistas *Cruzeiro*, *Fatos e Fotos* e *Veja*. A mesma estratégia discursiva é empregada na coleção *História Oral do Exército*, que coloca na quarta capa de seus livros as loas que o regime militar recebeu dos jornalistas e donos de jornais no fim de março e idos de abril de 1964.

Na batalha pela memória, o *Inconfidência* apresenta um interessante painel, na edição de 31 de março de 2006, que lista os *golpistas* de 1964, no qual pretendem mostrar o amplo apoio da sociedade para a sublevação de 31 de março:

População brasileira, Mulher Mineira, Igreja Católica, Mídia Nacional, Governadores (exceto Pernambuco e Rio de Janeiro), Congresso Nacional, Governo do Estado de Minas: Magalhães Pinto, José Maria Alkmin, Milton Campos, Afonso Arinos, Oswaldo Pierucetti, Clovis Salgado, Pedro Aleixo, Melo Franco, Aureliano Chaves, Polícia Militar de Minas Gerais (cel PM José Geraldo de Oliveira), Diários Associados: O Cruzeiro, Estado de Minas, Diário da Tarde, Assis Chateaubriand, Geraldo Teixeira da Costa, João Calmon, David Nasser, Pedro Aguinaldo Fulgêncio, Alberto Deodato, O Globo, Tribuna da Imprensa, Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Correio do Povo, Folha de São Paulo, Folha da Tarde, Manchete (Bloch), Fotos e Fatos, Associação Comercial/MG, FIEMG, Sindicatos, Entidades Estudantis, Médicos mineiros (mais de 200), Entidades de Classe, Empresários: Hélio Pentagna Guimarães, Bráulio Carsalade Villela, Dênio Moreira, Francisco Floriano de Paula, Gabriel Bernardes Filho, Heitor Picchioni, José Resende de Andrade, Luíz Gonzaga Fortini, Luís Pinto Coelho, Orlando Vaz Filho, Paulo de Souza Lima, Ruy de Castro Magalhães Barreto, Aníbal Teixeira Soares e dezenas de outros.¹⁷⁶

Na leitura dos demais textos do grupo, está explícita a ideia de que o principal motivo para o julgamento desfavorável aos militares, tanto em relação à 1964, como ao regime que seguiu, é o revanchismo. Na edição de maio de 2008 do jornal, em um comentário sobre uma notícia publicada no *Zero Hora* de 16 de maio de 2008, sobre ação que o Ministério Público move contra os ex-chefes do DOI-CODI, é possível notar essa visão:

“De repente, uma nova orquestração de toda a mídia, escrita, falada e televisada, dirigida pelo ministro da justiça, ministério público federal, direitos humanos, oab, (sic) tentando mais uma vez processar e punir militares que impediram a instalação de um regime comunista em nosso país nos idos de 1970. Saberão eles, que durante os 21 anos do governo autoritário (havia autoridade) morreram de ambos os lados, aproximadamente 400 pessoas? Menos do que em um final de semana prolongado nos dias atuais, nas rodovias sem conservação, na guerra do tráfico de drogas, de dengue, de assassinatos de policiais, em hospitais sem as verbas orçamentárias, nas invasões do MST e congêneres. E sob o regime comunista que defendiam e ainda defendem, mais de CEM milhões de pessoas foram sacrificadas. E continuam matando na China, Coréia do Norte e Cuba, onde traidores e terroristas brasileiros foram treinados e têm Fidel e Guevara como ídolos. Qual será finalidade desse revanchismo? E destilar tanto ódio?”¹⁷⁷

Ainda em relação à memória, o grupo participa e organiza encontros com militares da ativa da no Círculo Militar de Belo Horizonte e outras unidades da 4ª Região Militar. A permeabilidade do grupo nestes locais pode ser interpretada como resultado dos laços de

¹⁷⁶ *Inconfidência*, nº 93, de 31 de março de 2006. p.24.

¹⁷⁷ *Inconfidência*, nº 126, de maio de 2008, p. 6.

camaradagem entre os oficiais, principalmente os mais velhos, cuja aproximação é facilitada pela existência de valores e vivências comuns.

Vale ressaltar que o principal alvo dos grupos que lutam pela preservação da memória não são os seus contemporâneos e sim a geração mais nova. A tradição, um conjunto de hábitos e símbolos que são transmitidos periodicamente, é um elemento fundamental para manter gerações conectadas ao ideário de uma instituição, governo, partido, associação, família. Nas unidades do Exército é comum, passados mais de 40 anos do deslocamento das tropas do general Olympio Mourão rumo ao Rio de Janeiro, comemorar em formatura militar o aniversário da Revolução.¹⁷⁸ Até bem pouco tempo, o aniversário da Intentona Comunista de 1935 era uma data lembrada não só nos quartéis, como no monumento da praia Vermelha e no mausoléu do cemitério São João Batista.

2.6.4 GRUPO TERNUMA

O tratamento que o governo Fernando Henrique Cardoso deu à questão dos desaparecidos - inclui-se aí o pagamento de indenizações -, e que a mídia dispensou às novas versões acerca de episódios da guerrilha, serviu como mote para que alguns militares da reserva, indignados com o tratamento dado aos ex-militantes de esquerda, se reunissem em todo o Brasil. O Ternuma se constituiu como parte deste esforço para difundir a outra versão.

Numa seção especial do portal denominada Revanchismo, há uma série de quinze artigos sobre a luta armada. Dois deles versam em defesa do brigadeiro Burnier – oficial que participou ativamente do golpe e que mais tarde foi acusado pelo capitão Sérgio Macaco de ter preparado um plano para explodir o gasômetro do Rio de Janeiro:

Esta é a base factual do chamado "Caso PARASAR"¹⁷⁹. Nessa linha de comportamento que configurava transgressão disciplinar, o capitão intendente, por motivos que objetivamente se ignoram mas que se pode imaginar, licitamente, tivessem bases pessoais, ideológicas e políticas, passou a promover sub-reptícia campanha contra o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier, um dos mais prestigiosos militares da FAB, chefe de família modelar, profissional de sólida reputação, democrata provado, anticomunista convicto e um dos articuladores da Revolução de 1964.¹⁸⁰

¹⁷⁸ Apesar do Exército adotar o termo Revolução, não há, entre a reserva, uma unanimidade sobre a nomenclatura. Alguns a consideram contra-revolução. Partem do pressuposto que já estava em marcha uma revolução comunista no Brasil.

¹⁷⁹ O Parasar é a tropa de elite da Aeronáutica, responsável por entre outras operações, salvamento e resgate. O nome SAR vem da sigla inglesa Save and Rescue.

¹⁸⁰ TERNUMA. *Revanchismo*. Texto disponível em <http://www.ternuma.com.br/revanche.htm#BRIGADEIRO>, acesso em 24 de novembro de 2008, às 13:00h.

Cabe lembrar que João Paulo Burnier, além de ter conspirado para o golpe de 1964, havia participado da revolta de Aragarças, em Goiás, cinco anos antes. Com o tenente-coronel Haroldo Veloso, ele seqüestrou uma aeronave da empresa Panair. Os rebeldes conseguiram três aviões C-47 Douglas, do Rio de Janeiro, e um Beechcraft, que partiu de Belo Horizonte, em direção à cidade goiana. Lá, iniciaram a rebelião. O plano era bombardear o palácio do Catete, então sede do governo federal.¹⁸¹ Mesmo com este histórico de quebra de disciplina, o Ternuma imputa ao acusador de Burnier “um comportamento que configurava transgressão disciplinar”.

Outro artigo que aparece na seção Revanchismo é em defesa do coronel Ustra. Eles iniciam assim a argumentação:

A mídia tem procurado mostrar o período revolucionário como sendo o período do arbítrio, da violência, do desrespeito aos direitos dos cidadãos. Ataques pessoais são feitos àqueles que trabalharam e lutaram contra o terrorismo, tachando-os de torturadores e de assassinos. Apresenta testemunhos duvidosos, feitos por pessoas impregnadas de revanchismo. Numa posição de desforra, a esquerda revolucionária e jornalistas tendenciosos estão permanentemente atacando, de forma implacável e impiedosa, aqueles que combateram o terrorismo. Tentam e, com muita frequência conseguem, que sejam destituídos de cargos e funções, prejudicando suas carreiras e tirando o sossego e a tranqüilidade de suas famílias. As denúncias não são checadas, os dados não são averiguados e a imprensa, sob o amparo de não ser obrigada a divulgar a fonte nem ser responsabilizada, publica o que quer. Quando os acusados provam a sua inocência, eles silenciam e não voltam ao assunto. Em recente pesquisa, as Forças Armadas foram consideradas como os órgãos de maior credibilidade no País. Tornou-se, portanto, necessário, minar esta credibilidade. Daí a existência permanente desses ataques.¹⁸²

Note-se que neste discurso do Ternuma um dos objetivos da esquerda é destruir as Forças Armadas. Na construção desta suposta conspiração, a rivalidade entre esquerda e direita dá lugar à rivalidade entre esquerda e Forças Armadas. Um outro aspecto desta narrativa vem da ideia de tempo empregada, no qual em um continuum haveria a existente “permanência desses ataques”. O texto prossegue:

A esquerda aguardava, ansiosamente, por uma boa oportunidade para denegrir a imagem do Exército Brasileiro, através do homem que, no período crítico do terrorismo, comandara o DOI/2ª/II Exército, em São Paulo, o então Major

¹⁸¹ Para os insurgentes, o governo era corrupto e estava comprometido com o comunismo internacional. A revolta durou 36 horas, e os seus líderes fugiram para os países vizinhos. Mais tarde, seriam anistiados pelo governo e inclusive participariam do regime militar. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CPDOC) *Revolta de Aragarças*. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/Revolta_de_aragarcas.asp, acesso em 25 de março, às 21h.

¹⁸² TERNUMA. *Revanchismo*. Texto disponível em <http://www.ternuma.com.br/revanche.htm#CORONEL>, acesso em 24 de novembro de 2008, às 13:04h.

Carlos Alberto Brilhante Ustra. Afinal, após os quatro anos de seu comando, o terrorismo, em São Paulo, chegou praticamente ao fim.(...) A esquerda começou, então, avidamente, a montar a farsa para tentar desmoralizar, lá em Montevidéu, o nosso Adido do Exército. A então deputada Bete Mendes foi a escolhida para ser o pivô da campanha contra o Exército Brasileiro, na pessoa do Coronel Ustra. Ela estivera presa no DOI de São Paulo, tinha imunidades parlamentares, era uma artista, e, certamente, representaria bem o papel de vítima torturada, na farsa que se armava.(...) No primeiro capítulo a artista principal, Bete Mendes, banhada em lágrimas, reúne a imprensa e, numa entrevista coletiva, narra o quanto sofreu, ao ver o seu “torturador” perfilado entre as autoridades, no momento em que a comitiva as cumprimentava, após a chegada no aeroporto de Carrasco. Disse ter tido um choque ao reencontrar o homem que a torturara, 14 anos atrás, mas que mesmo assim, como boa heroína de novela, estendeu-lhe a mão, tendo o Coronel agradecido pela maneira educada como o tratou. No segundo capítulo, já empolgada pelo seu melhor desempenho como artista vítima de tortura, em entrevista exclusiva à Revista Veja, de 21/08/85, disse que quando esteve presa no DOI, “o corpo de um amigo, morto a pancadas, foi-lhe mostrado, estendido numa maca, para desequilibrá-la emocionalmente”. “Tudo isto era dirigido por ele, garante a deputada”. No terceiro capítulo ela continua desempenhando com louvor o seu papel na farsa da esquerda. Em resposta à atitude do Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, que defendeu o Coronel Ustra e impediu que o mesmo fosse exonerado de suas funções, Bete Mendes escreveu-lhe uma carta, divulgando-a para a imprensa. Esta carta, entre outras acusações, continha uma denúncia terrível: “e aqueles inocentes como eu, cujos corpos eu vi, e que estão nas listas de desaparecidos?” E assim, cada vez mais acrescentando mentiras, Bete Mendes vai alcançando os maiores índices de audiência de sua carreira de artista. Mas, o que Bete Mendes e os autores desta novela não esperavam era a reação do Cel Ustra, que escreveu o livro “Rompendo o Silêncio”. Nele, Ustra desmente a então deputada em todos os pontos de sua denúncia, a chama de mentirosa e de farsante. (...) Boa artista, vez ou outra faz papéis secundários que jamais terão a audiência de seu brilhante desempenho artístico, ao interpretar o papel de heroína política, em 1985.¹⁸³

2.6.5 GRUPO GUARARAPES

Embora em seu site predomine mais artigos com fundo político, o Guararapes também participa do processo de construção da memória. Um dos livretos do grupo, intitulado *Ontem e Hoje*, foi distribuído em agosto de 2008, em um seminário¹⁸⁴ no Clube Militar. A capa mostra dois uniformes de artes marciais. O da esquerda, abaixo da palavra *ontem*, está marcado por elipses cobrindo pontos vitais, sugerindo os locais onde ‘o lutador’ foi atingido. O segundo quimono, virado de costas, mais à direita, abaixo da palavra *hoje*, tem apenas um quadrado desenhado. Dentro da figura sobressai uma faca enterrada. Com 68 páginas, o livreto trata praticamente de dois temas: as obras realizadas pelos militares no regime e a defesa do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de ter sido torturador no DOI-CODI. A introdução do livro traduz bem o ressentimento com a sociedade:

¹⁸³ Idem

¹⁸⁴ Seminário “A Lei de Anistia : Alcance e Conseqüências”, realizado em 7 de agosto de 2008, no Clube Militar.

Ontem e Hoje

Ontem, NÓS enfrentamo-LOS de frente (sic), expondo corajosa e lealmente o nosso próprio corpo para defesa de uma democracia com responsabilidade.

Hoje, ELES nos injuriam e nos difamam, além de tentarem covardemente nos apunhalar pelas costas ou de atingir mortalmente qualquer parte do nosso corpo sob o manto de um falso ambiente democrático. Na covardia DELES vê-se quanto fel se mistura com o prazer da vingança! No revanchismo DELES, a violência tende a mudar-se em fraude, a fraude em maledicência, a maledicência em suspeição, a suspeição em desconfiança, para tudo desaguar em terrorismo político.¹⁸⁵

O primeiro capítulo traz uma lista das realizações do regime militar, no qual eles se referem como “a maior revolução industrial do século XX”¹⁸⁶, obras estas que impediram, segundo eles, “a implantação de uma FARC no Brasil”.

O segundo capítulo é escrito pelo próprio Ustra, que utiliza artigos de jornais e documentos do Exército, para se defender das acusações. Ele prepara um longo histórico onde mostra que:

- o objetivo da esquerda era implantar uma ditadura e não trazer de volta João Goulart ao poder;
- as ações da luta armada tinham o apoio de Cuba;
- as organizações clandestinas atuavam com extrema violência;
- o AI-5 foi uma resposta à escalada da violência;
- os agentes da segurança interna agiam por espírito de cumprimento da missão e não por sujeição a empresários;
- os presos políticos foram submetidos aos ritos legais;
- o Exército reconheceu seus serviços;
- os revanchistas perderam a guerra, mas escreveram a história.

Ele finaliza escrevendo que se os chefes militares que criaram a estrutura do DOI – CODI estivessem vivos, não o deixariam só, “nesta hora em que os revanchistas de plantão, por vingança, querem colocar-me em julgamento”¹⁸⁷.

Ao final do livreto, o Guararapes endossa a conclusão de Ustra e propõe um desafio aos generais de ontem e hoje, “ter como dever a atitude e a coragem de defender aqueles que cumprem o seu dever.”¹⁸⁸

¹⁸⁵ GRUPO GUARARAPES, *Ontem e Hoje*, 2008, p.3.

¹⁸⁶ GRUPO GUARARAPES, *Ontem e Hoje*, 2008, p.9.

¹⁸⁷ Idem.p.66.

¹⁸⁸ Idem.p.67.

2.6.6 BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Cabe ressaltar que a Biblioteca do Exército lançou, em 2003, uma série de 14 tomos, com 250 depoimentos dos militares e civis que participaram do golpe de 1964. A coleção *1964 – 31 de Março: o movimento revolucionário e a sua história*, é um projeto de História Oral do Exército, instituído por portaria do então ministério do Exército, em março de 1999¹⁸⁹.

Na quarta capa de qualquer um dos 14 tomos que fazem parte da coleção de 1964 - História Oral do Exército, estão impressos trechos de editoriais e matérias jornalísticas elogiosas ao movimento e ao regime militares. Textos publicados em *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã*, emolduram os livros, passando uma ideia de que a mídia impressa deu todo o apoio às Forças Armadas. Por outro lado, ao folhear as páginas desta coleção, vemos em quase sua totalidade, relatos que assumem a derrota na chamada “batalha da comunicação”, e que demonstram ressentimento dos militares e civis entrevistados com o tratamento que os *media* dedicaram ao regime militar.

Na livraria da Biblioteca do Exército, localizada no palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste, é possível adquirir uma cópia em preto e branco da revista “O Cruzeiro” de 10 de abril de 1964. Uma versão digitalizada está disponível no site do grupo Inconfidência. Entre os livros disponibilizados pelo serviço on-line da Bibliex, estão *A Grande Mentira*, de autoria do general Augusto Del Nero Augusto, publicado em 2001 pela Biblioteca do Exército, no qual consta sua versão sobre o movimento militar de 1964.¹⁹⁰ Outro livro no catálogo da livraria, *Rompendo o Silêncio*, de autoria do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, mostra os argumentos do autor contra a denúncia de tortura ao qual é acusado.

Este ano, nas comemorações do 44^a aniversário do golpe de 1964, foi inaugurado o saguão 31 de março no palácio Duque de Caxias. Houve uma formatura militar em homenagem à data, a apresentação de uma palestra e um vídeo sobre o assunto. Estas atividades tiveram apoio do Ternuma, do Rio de Janeiro. No site do CML e do Ternuma

¹⁸⁹ O ministério do Exército foi extinto logo depois, com a criação do ministério da Defesa, no dia 10 de junho de 1999.

¹⁹⁰ MACIEL, Ayrton. Uma versão militar sobre 1964. *Jornal do Commercio*, Recife, 4 de novembro de 2001, disponível em http://www2.uol.com.br/JC/_2001/0411/po0411_9.htm e http://www2.uol.com.br/JC/_2001/0411/po0411_7.htm, acesso em 06 de março, as 22:07h.

aparece a mesma mensagem, uma frase do general-de-exército Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, ministro de Exército do governo Figueiredo:

“Estaremos sempre solidários com aqueles que, na hora da agressão e da adversidade, cumpriram o duro dever de se oporem a agitadores e terroristas de armas na mão, para que a nação não fosse levada à anarquia.”¹⁹¹

Interessante observar que um dos capítulos do livro de Ustra se chama Terrorismo Nunca Mais, nome que seria dado à organização não-governamental criada em 1998 pelos militares da reserva.

2.7 MEMÓRIAS PARALELAS

2.7.1 ARGENTINA

Um movimento semelhante pode ser avaliado nos países do cone sul. Em que pese as singularidades do processo de transição democrática na Argentina, ocorre um fenômeno que serve para explicar o que se passa aqui no Brasil. Ludmila Catela¹⁹² esquematiza a produção da memória da repressão na Argentina em três grandes grupos: memórias dominantes, subterrâneas e renegadas¹⁹³. A memória dominante é constituída a partir dos relatos dos parentes dos desaparecidos políticos, de associações como as das Madres e das Abuelas de la Plaza de Mayo e dos relatórios das entidades de Direitos Humanos. A memória subterrânea é dos camponeses, indígenas e trabalhadores do norte argentino, pessoas que moram distante de Buenos Aires e que possuem “menos capital cultural, político e simbólico para impor seus relatos publicamente”. Antes mesmo da repressão do regime militar, viviam em conflito com padrões e empresas, numa relação “de constantes humilhações, enfrentamentos e

¹⁹¹ COMANDO MILITAR DO LESTE. Disponível em <http://www.cml.eb.mil.br>. No portal foi utilizado o recurso de janela pop-up, ou seja, foi aberta uma caixa de texto com a frase. O acesso foi realizado no dia 1º de agosto de 2008, às 00:16h. No site do Ternuma, a mensagem aparece na página principal. A checagem foi feita nos mesmos dia e horário.

¹⁹² CATELA, Ludmila da Silva. *Violência Política y dictaduras em Argentina: de memórias dominantes, subterrâneas e denegadas*. In: FICO, Carlos, FERREIRA, Marieta de Moraes. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, QUADRAT, Samantha Viz. *Dictadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2008, 2008, p.131, pp. 179-199.

¹⁹³ O original em espanhol utiliza o termo denegadas. Preferi traduzir como renegadas, o que não destitui o sentido.

repressão.”¹⁹⁴ A memória renegada é constituída por relatos de grupos “claramente alinhados à direita” no qual utilizam como estratégia “escritos, fotos de militares assassinados, recordações das vítimas da guerrilha e uma noção de guerra em oposição ao terrorismo de Estado”.

Em contraposição a esta memória dominante, os filhos de militares mortos pela guerrilha reivindicam uma memória completa sobre os anos de repressão. Seja através de blogs ou de reuniões públicas, eles tentam manter a sua posição nesta batalha de memória. Conta a autora que a Comissão de Homenagem aos Militares Mortos pela Subversão e a Associação Civil Argentinos pela Memória Completa organizaram atos para recordar os civis e militares mortos antes e na ditadura. Nesses eventos, compareceram entre as quatro, cinco mil pessoas, militares da ativa uniformizados.¹⁹⁵

“ Ambos atos se caracterizaram por constituir-se em espelhos dos realizados pelos organismo de direitos humanos. Foram realizados em uma praça, utilizaram fotos em preto e branco dos mortos; a palavra de ordem da memória, “verdade e justiça”, se formulou como necessária; a figura das mulheres e dos filhos dos assassinados foi central; gritaram presente diante de cada foto dos mortos projetada num telão; usaram a bandeira Argentina como unificadora da marcha; e solicitaram que o dia 5 de outubro fosse proclamado ‘Dia Nacional dos Mortos pelo Terrorismo’”.

2.7.2 CHILE

Um dos aspectos da dinâmica da memória acerca do regime de Pinochet foi a tentativa de esquecimento do passado, pelo menos em um estágio inicial, que durou os dois primeiros mandatos eleitos de forma democrática¹⁹⁶. No entanto, com o julgamento, a prisão

¹⁹⁴ Nesta região, segundo a autora, existia um entrelaçamento entre o aparelho estatal – Forças Armadas e Gendarmería, e o empresariado – usineiros e mineradoras. Esta memória compreende um espaço de tempo maior, pois seus relatos abrangem um período anterior, contemporâneo e posterior à repressão. Em algumas regiões, os relatos sobre violência englobam um período maior que o da repressão, em outras, somente o período ditatorial é recordado. A autora classifica em memórias curta e longa.

¹⁹⁵ Tradução do autor. Segue o texto original: “Ambos actos se caracterizaron por construirse en “espejo” de los realizados por los organismos de derechos humanos. Fueron realizados en una plaza, se utilizaron fotos de los muertos en blanco y negro; la consigna de memoria, “verdad y justicia”, se formuló como necesaria; la figura de las mujeres y los hijos de asesinados fue central; se gritó presente ante cada foto de muerto proyectada en un gran telón; se utilizó la bandera argentina como unificadora de la marcha; y se solicitó que la fecha, del 5 de octubre sera proclamada ‘Dia Nacional por los Muertos por el Terrorismo’”. Com a repercussão do caso, vinte militares que participaram da manifestação foram para a reserva. CATELA, 2008, p.197.

¹⁹⁶ De acordo com Tomás Moulian existia até então um pacto no país para o esquecimento das atrocidades e uma mirada para o futuro, ao desenvolvimento nos dois primeiros mandatos eleitos por voto direto. Ver mais em

e, mais tarde, morte do general Augusto Pinochet, a batalha de memória passou a ser mais visível na sociedade chilena. As estórias negadas pelo esquecimento começaram a ter voz. Neste processo, ainda com Pinochet na vida política chilena, houve avanços dos dois lados no tabuleiro da memória chilena. O aniversário do golpe de 11 de setembro deixou de ser comemorado nos quartéis em 1998.¹⁹⁷ No ano 2000, foi inaugurada uma estátua em frente à sede do governo, o palácio La Moneda, em homenagem ao presidente Salvador Allende. Em 2003, dois mil *pinochetistas* se reuniam em um evento para resgatar “a verdade histórica do Chile”¹⁹⁸. Em 2006, esta batalha foi materializada no próprio velório do ex-ditador, quando grupos *pinochetistas* e contrários ao ditador prepararam cerimônias para celebrar e comemorar a morte do ex-presidente.¹⁹⁹

Com a eleição da Michele Bachelet, ex-ministra da defesa e filha de um general morto pelas tropas de Pinochet, o novo governo chileno teve em seus integrantes uma quantidade maior de políticos que não viam com bons olhos o mito sobre o general e a ditadura.

Por outro lado, os militares que participaram do golpe que depôs Allende criaram um site, chamado *Movimiento 10 de setembro de 1973*, com o objetivo de “resgatar os princípios e valores que inspiraram a gesta militar e aplicá-los no presente e no futuro”²⁰⁰. Em uma das seções do portal, dedicada aos mártires, há informações de como eles foram assassinados pelas organizações de esquerda. Um dos objetivos do movimento é defender os militares que foram presos pelos crimes cometidos na ditadura:

“Nos tumultuados anos 70 e posteriores, muitos chilenos tombaram na luta. Quem assassinou à mansalva aos defensores da Pátria, hoje goza de liberdade graças a lei da Anistia e a indultos presidenciais. Aqueles que enfrentaram o

MOULIAN, Tomás. *Chile Actual: Anatomía de um mito*, Santiago de Chile: Arcis Universidad – LOM Ediciones, 1997, pp.31-45.

¹⁹⁷ Há, no entanto, cerimônia religiosa nos quartéis. A data deixou de ser feriado por pressão dos congressistas, no momento em que se discutia a “agenda histórica”. O então senador vitalício Augusto Pinochet, personagem principal desta efeméride, prevendo uma derrota no congresso, elaborou uma proposta que abolia o feriado. Ver mais em ARAVENA, Francisco Rojas. *A detenção do general Pinochet e as relações civis-militares*. In: CASTRO, Celso e D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs) – *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Ed FGV: Rio de Janeiro, 2000, p.149.

¹⁹⁸ AMORÓS, Mario. *Chile: la Memoria como fuerza de la Historia*. Disponível em www.rebellion.org/noticia.php?id=32462, acesso em 16 de dezembro de 2008, às 13h.

¹⁹⁹ A presença de Augusto Pinochet no Estado, como comandante do Exército e depois como senador vitalício, era um freio para as iniciativas em torno da revisão histórica. Com a prisão do ex-ditador em Londres em 1998, seu julgamento pela corte espanhola nos anos seguintes e a morte em 2006, colocaram o debate sobre a memória dos mortos pela ditadura como questão nacional. A eleição de Michelle Bachelet, ministra da Defesa, filha do general Alberto Bachelet, da Força Aérea Chilena, morto depois de ser torturado pelas tropas de Pinochet, reforçou o debate.

²⁰⁰ MOVIMIENTO 10 DE SEPTIEMBRE DE 1973. *Quienes somos*. Disponível no site do <http://www.movimiento10deseptiembre.cl/xquienes.php>, acesso em 3 de abril de 2009, às 22h.

extremismo marxista por mandato da lei e em cumprimento do seu dever, são hoje perseguidos, submetidos ao escárnio e encarcerados. Por isso é nosso dever reverter esta situação. Por isso, nosso lema é: liberdade para os nossos prisioneiros!”²⁰¹.

Em fevereiro de 2006, a Coordenação do Pessoal da Reserva das Forças Armadas (Coperffa), uma entidade civil formada por militares da reserva, entrou com uma ação na justiça contra o secretário geral de Estado Osvaldo Pucci por declarações feitas sobre o regime militar. O dirigente havia afirmado ao jornal *El Mercurio* que as Forças Armadas, durante os 17 anos do governo Pinochet, se formaram ao largo da honra.²⁰² A polêmica envolveu não somente os militares da reserva, como os oficiais gerais do alto-comando, formados naquele período. A Coperffa também organiza eventos em memórias dos militares que morreram vítimas dos ataques das organizações de esquerda.

Ainda em defesa da memória, militares e servidores civis que atuavam na Forças Aérea em 1973 e que foram perseguidos por defenderem o presidente Allende, também procuraram a Internet para testemunhar sua visão sobre o passado. Eles criaram um site chamado Prisioneiros de Guerra – Força Aérea Chilena (FACH). Apesar de não serem mais prisioneiros, diz o site, eles se sentem assim porque foram julgados de forma inadequada pelo Conselho de Guerra, sem direito à revisão do processo. De acordo com o grupo, metade dos funcionários perseguidos estão exilados e não possuem condições básicas para retornar ao país. Estes funcionários ainda estão relacionados nas listas negras, não podem entrar em quartéis e instalações militares e tiveram os direitos violados.²⁰³

No dia 29 de janeiro de 2008, o jornal *La Nación* publicou uma matéria que informava que o general de divisão Gonzalo Santelices, comandante da Guarnição Militar da Região Metropolitana, havia participado, quando ainda era um jovem aspirante, de uma operação da caravana da morte. A reportagem teve acesso aos livros da *gendarmeria* que registraram que o oficial havia recebido ordens para embarcar 14 prisioneiros políticos em um

²⁰¹ Tradução feita pelo autor. Texto original: En los tumultuosos años 70 y posteriores, muchos chilenos cayeron en la lucha. Quienes asesinaron a mansalva a los defensores de la Patria, hoy gozan de libertad gracias a la Ley de Amnistía y a indultos presidenciales. Los que debieron enfrentar al extremismo marxista por mandato de la ley y en cumplimiento de su deber, son hoy perseguidos, sometidos a escarnio y encarcelados. Es nuestro deber reverter esa situación. Por eso, nuestro lema es: ¡Libertad para nuestros Prisioneros! MOVIMIENTO 10 DE SEPTIEMBRE DE 1973. *Quienes somos* Disponível no site do movimento 10 de setembro de 1973, <http://www.movimiento10deseptiembre.cl/xquienes.php>, acesso em 3 de abril de 2009, às 22h.

²⁰² TORREALBA, Francisco, Militares en retiro se querellan contra Puccio por dichos sobre FF.AA, *El Mercurio On-Line*, Santiago de Chile, Disponível em <http://www.emol.com/noticias/nacional/detalle/detallenoticias.asp?idnoticia=211239>, acesso em 3 de abril de 2009, às 21:51h.

²⁰³ Disponível em <http://www.prisionerosdeguerrafach.cl/somos.asp>, acesso em 4 de abril de 2009, às 23h.

caminhão.²⁰⁴ Na semana seguinte, Santelices pediu demissão alegando evitar envolver a imagem do Exército com o processo que responderia na justiça.²⁰⁵ Jaime Núñez, presidente do Centro de Generais do Chile, formado por militares da reserva, enviou uma carta aos jornais, acusando o governo de fazer campanha de difamação para menosprezar os funcionários da ativa das Forças Armadas.²⁰⁶

2.7.3 PARAGUAI

O período Stroessner representou a mais longa ditadura da América do Sul no século XX, com seus 35 anos de existência, tendo sido encerrada em 1989 da mesma maneira que se iniciou: através de um golpe militar. A partir de então, os grupos de Direitos Humanos passaram a ter uma presença constante no país, embora atomizada, segundo Marielle Palau.²⁰⁷ Neste processo, a produção da memória das vítimas do regime teve uma profunda transformação em 1992, ano em que foram encontrados os arquivos do terror. A autora ressalta que a lembrança do ex-ditador teve também influência em manifestações organizadas por grupos de jovens na década de 1990, que foram às ruas protestar em dois momentos de forte crise institucional: a tentativa de golpe em 1996, promovido pelo general Lino Oviedo²⁰⁸, e o assassinato do vice-presidente Luis Maria Argaña em 1999, no qual Oviedo, na prisão, foi acusado de ser o mentor intelectual.

Para a autora, as manifestações de estudantes pela democracia frearam soluções ditatoriais nas duas crises em que a presidência da República ficou vaga. Os estudantes não estavam ali para defender os presidentes, e sim, movimentavam-se contra o retorno ou a criação de um novo regime *stronista*:

²⁰⁴ ESCALANTE, JORGE. El general que entregó los presos a la Caravana. *La Nación*, Santiago, 27 de janeiro de 2008, disponível em http://www.lanacion.cl/prontus_noticias_v2/site/artic/20080126/pags/20080126225344.html, acesso em 3 de abril de 2009, às 22:43h.

²⁰⁵ GENERAL Santelices presentó "renuncia voluntaria" al Ejército. *La Nación*, Santiago de Chile, 4 de fevereiro de 2008. Disponível em http://www.lanacion.cl/prontus_noticias_v2/site/artic/20080204/pags/20080204105411.html, acesso em 3 de abril de 2009, às 22:43h.

²⁰⁶ GENERALES en retiro denuncian "campaña de difamación" en contra de militares, *Portal Terra*, Santiago de Chile, 4 de fevereiro de 2008. Disponível em http://www.terra.cl/actualidad/index.cfm?id_reg=918322&id_cat=302, acesso em 3 de abril, às 23h.

²⁰⁷ PALAU, Marielle. Marzo paraguay y memorias sobre la dictadura. *Memorias sobre la Dictadura en Organizaciones Juveniles*. Octubre. 2004. Disponível em <http://168.96.200.17/ar/libros/paraguay/base/Documento%20memoria.doc>, acesso em 6 de abril de 2009, às 10h.

²⁰⁸ Oviedo era comandante da divisão de Cavalaria quando tentou o golpe. Mesmo na ativa participava da política no partido Colorado. Ver mais em PALAU, 2004.

“Foi um momento de emergência da memória coletiva dos grupos juvenis, o passado de Stroessner deveria ser detido neste presente para construir um futuro diferente. Sobre esta ideia se mobilizaram as organizações juvenis. Nenhuma se mobilizou, segundo as entrevistas realizadas – pela morte de Luís Maria Argaña, se mobilizaram, como haviam feito em abril de 1996, para não voltar atrás”.²⁰⁹

Interessante observar que no Paraguai a dialética da memória não se deu somente entre os que lutaram nas Forças Armadas e as vítimas da ditadura. Neste embate, surge a lembrança de outro ator político, a imagem criada em torno do culto à personalidade ao ex-ditador Stroessner. De certo, ao longo dos anos, houve ações para mitigá-la. Em uma delas, uma estátua de bronze do ditador foi retirada do cerro Lambaré e depois fundida para formar um monumento aos mortos pela ditadura. Além disso, foram construídos monumentos em memória das vítimas, do qual o Museu da Memória se destaca por seu acervo.²¹⁰ A imprensa fez também o seu papel para desconstruir a imagem do ditador.

No entanto, ainda há resíduos do *stronismo* na sociedade e, principalmente, na política paraguaia. Uma das datas do calendário da memória nacional é o dia 3 de novembro, quando se comemora o nascimento do general. Esta efeméride nomeia um clube de futebol, um estádio, um bairro, além de outros marcos urbanos. Na política, algumas iniciativas em torno da preservação da imagem de Stroessner foram organizadas pelo partido Colorado (ANR)²¹¹, legenda que se manteve no poder por mais de 60 anos, graças ao ditador. Não obstante tenha adotado um silenciamento sobre seu passado ditatorial²¹², o partido ainda mantém em suas fileiras os políticos *stronistas*.

O então presidente Luiz Gonzáles Macchi, colorado, dedicou em 2001 um programa especial de rádio para o aniversário de 89 anos do ditador, que foi transmitido pela emissora estatal²¹³. Em 2002, os *stronistas* da ANR criaram o Movimento de Reconstrução Nacional Republicana, para apoiar, como principal candidato à presidência, o neto do ex-ditador, o senador Alfredo “Goli” Stroessner. O programa de governo trazia como lema “voltar à época

²⁰⁹ PALAU, 2004, p.23. Texto original : “Fue un momento de emergencia de la memoria colectiva de los grupos juveniles, el pasado de Stroessner tenía que ser detenido en ese presente para poder construir un futuro distinto. Sobre esa base se movilizan las organizaciones juveniles. Ninguna se movilizó –según lo que señalaron en las entrevistas realizadas- por la muerte de Luis María Argaña, se movilizaron como ya lo habían hecho en abril del 96, para no volver atrás.”

²¹⁰ COLMAN, Brigitte, Stroessner y la idolatría al único líder; entre la lealtad y la parodia. *Última Hora*. Assunção, 3 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.ultimahora.com/notas/193359-Stroessner-y-la-idolatría-al-único-líder;-entre-la-lealtad-y-la-parodia->, acesso em 6 de abril de 2009, às 15h.

²¹¹ Aliança Nacional Renovadora.

²¹² PALAU, 2004. p.2

²¹³ PALAU, 2004. p.3.

de paz e progresso”²¹⁴. Um slogan bem parecido com os adesivos colados em automóveis na festa de 92 anos do general, realizadas em 2004, no bairro San Pablo, antes chamado Stroessner: “Eu era feliz e não sabia”²¹⁵. Este sentimento de saudosismo pode ser percebido em uma pesquisa recente, publicada em fevereiro de 2009, no diário *Ultima Hora*. O jornal fez uma pesquisa de opinião sobre o que os paraguaios achavam de Stroessner. Para mais de 50% dos entrevistados ele foi um ditador, cerca de 20% o identificavam como um presidente colorado e menos de 10% o qualificavam como um violador dos direitos humanos. Para mais de 70% da amostra, no governo Stroessner se vivia bem, ou muito bem.²¹⁶

2.7.4 URUGUAI

De acordo com Elizabeth Jelin, a batalha pela memória no Uruguai contempla uma data em especial para os militares que representaram o Estado e outra para os militantes das organizações de esquerda. O dia 14 de abril é um marco para os militares porque nesta data, no ano de 1974, integrantes do movimento Tupamaro assassinaram quatro pessoas – entre civis, policiais e militares. Embora a reação do Estado tenha causado a morte de oito guerrilheiros, as vítimas dos Tupamaros foram transformadas em mártires. Inicialmente a data foi nomeada como o Dia de Homenagem às Vítimas da Insanidade.²¹⁷ Porém, no ano seguinte, os militares a renomeariam como dia dos Mortos na Luta Contra a Sedição²¹⁸. A mudança do nome refletia o desejo da cúpula da instituição em lembrar mais o inimigo subversivo do que a tragédia em si.

A outra data no calendário uruguaio é o dia 20 de maio. Neste dia, em 1976, dois líderes do congresso e dois tupamaros foram assassinados em Buenos Aires. Desde então, a data é associada ao terrorismo de Estado. Desde 1995, a principal manifestação tem sido uma marcha silenciosa pelo centro de Montevidéu.

²¹⁴ PRIMER grupo declarado stronista con ambiciones de poder en ANR. *ABC Color*, Assunção, 13 de setembro de 2005. Ver mais em <http://www.abc.com.py/2005-09-13/articulos/204176/primer-grupo-declarado-stronista-con-ambiciones-de-poder-en-anr>, acesso em 6 de abril de 2009, às 14h.

²¹⁵ STRONISTAS recordaron cumpleaños del tirano. *ABC Color*, Assunção, 3 de novembro de 2004, disponível em <http://www.abc.com.py/2004-11-03/articulos/143133/Stronistas%20recordaron%20cumplea%F1os%20del%20tirano>, acesso em 6 de abril de 2009, às 15h.

²¹⁶ SONDEO: Stroessner fue un dictador pero se vivia bien, *Última Hora*, Assunção, 1º de fevereiro de 2009, disponível em <http://www.ultimahora.com/notas/192783-Sondeo:-Stroessner-fue-un-dictador,-pero-se-vivia-bien>, acesso em 6 de abril de 2009, às 15h.

²¹⁷ JELIN, Elizabeth. *Fechas en la memoria social*. *Iconos*, nº 18. 2004. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/509/50901816.pdf>, acesso em 6 de abril de 2009, às 11:30h.

²¹⁸ De acordo com a autora, o presidente Julio Maria Sanguinetti tentou renomear a data como dia dos Caídos em Defesa das Instituições Democráticas. Mas houve resistência por parte dos militares, que queriam manter a lógica do combate à sedição nas fileiras.

Embora o presidente Tabaré Vasquez, assim que assumiu o cargo, tenha retirado o 14 de abril do calendário oficial, mantiveram-se as manifestações na data.²¹⁹ Uma das principais responsáveis por celebrar a memória dos militares é a Associação Permanente dos Mortos em Defesa das Instituições Democráticas e da Liberdade, ligada ao partido Colorado²²⁰. Criada em 2005, é coordenada pelo general da reserva Raul Mermot e pelo deputado Daniel García Pintos, da direita popular colorada²²¹. Também realizam cerimônias no dia 14 de abril, o Círculo Militar e o Centro Militar. Nestes eventos tem sido freqüentes críticas ao atual governo, de esquerda, em relação ao tratamento dado às Forças Armadas, como mostra esta matéria do jornal *Últimas Noticias*:

Os centros sociais militares e as associações de familiares de integrantes das Forças Armadas mortos antes da ditadura organizaram atos recordatórios para o próximo 14 de abril. O ex-comandante do Exército²²², Fernán Amado, disse que também será necessário homenagear seus camaradas processados no ano passado. Ao referir-se aos eventos que diferentes associações realizarão no dia 14 em homenagem aos mortos, Amado disse a *Últimas Noticias* que para ele será um dia particular, no qual recordará seus companheiros ultimados, mas em particular seus companheiros processados pela Justiça. “É um dia que nós tomamos como símbolo da homenagem aos mortos. Porém, para mim, me faz homenagear a outros camaradas que, ainda conservando-a, perderam o mais precioso: a liberdade. Hoje, vários de nossos camaradas estão sem liberdade no país e no exterior”, disse Amado²²³.

²¹⁹ MILITARES critican a Vázquez y auguran fracaso en política sobre desaparecidos, *La República*, Montevidéo, 15 de abril de 2006. Disponível em <http://www.larepublica.com.uy/politica/208101-militares-critican-a-vazquez-y-auguran-fracaso-en-politica-sobre-desaparecidos>, acesso em 6 de abril de 2009, às 11h.

²²⁰ ANUNCIAN mensaje "fuerte" en acto cívico militar en Plaza de la Bandera, *La República*, Montevidéo, 13 de abril de 2008. Disponível em <http://www.larepublica.com.uy/politica/306978-anuncian-mensaje-fuerte-en-acto-civico-militar-en-plaza-de-la-bandera>, acesso em 6 de abril de 2009, às 11h.

²²¹ Mermot e Pintos organizaram um grupo dentro do partido Colorado (Identidade Oriental) para apoiar a candidatura à presidência de José Amorim Battle. Ver mais em GARCÍA Pintos: “Nos preocupamos por los Derechos Humanos de todos”, *Radio Espectador*, Montevidéo, 6 de fevereiro de 2009, disponível em http://www.espectador.com/1v4_contenido.php?id=143446&sts=1, acesso em 6 de abril de 2009, às 11h. Mermot foi comandante do exército no segundo mandato do presidente Julio Maria Sanguinetti. Renunciou ao cargo quando 41 militares que haviam sido expulsos do Exército, receberam indenização por reparação do Estado. Ver mais em TAGLIAFERRO, Gerardo. Canta las 40 - Raul Mermot. *Crônicas*, Montevidéo, 13 de março de 2009. Entrevista disponível em DIPUTADO GARCIA PINTOS - DERECHA POPULAR, comunicados: http://www.garciapintos.com.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=208:2009-03-13-entrevista-a-ttegralraul-mermot-semanario-chronicas-&catid=40:comunicados-ano-2009&Itemid=2, acesso em 6 de abril de 2009, às 11h.

²²² Amado foi comandante do Exército entre 1998 e 2000.

²²³ Texto original: “Mientras los centros sociales militares y las asociaciones de familiares de efectivos de las Fuerzas Conjuntas caídos antes de la dictadura, organizaron los actos recordatorios del próximo 14 de abril, el ex Comandante en Jefe del Ejército, Fernán Amado, dijo que también será necesario homenajear a sus camaradas procesados el pasado año. Al referirse a los actos que diferentes asociaciones realizarán el 14 de abril en honor a los caídos, Amado dijo a *Ultimas Noticias* que para él será un día muy particular, donde recordará a sus compañeros ultimados, pero en particular a sus camaradas que en la actualidad se encuentran procesados por la Justicia. “Es un día que nosotros tomamos como símbolo de homenaje a los caídos. Pero a mí me lleva a homenajear a otros camaradas que también han combatido. Los caídos dieron la vida, pero hay otros camaradas que, aún conservándola, perdieron lo más preciado: la libertad. Hoy hay varios de nuestros camaradas que están sin la libertad en el país y en el extranjero”, dijo Amado.”

Cabe lembrar que, no governo da Frente Ampla, militares da ativa e da reserva foram julgados por cometerem crimes na ditadura. Houve casos de extradição, como o que envolveu os militares acusados de matar o engenheiro bioquímico chileno Eugênio Berríos²²⁴. Com uma reação à prisão de militares, em 2006, foi criado o site *Em Voz Alta*, coordenado pelo coronel da reserva Ernesto Ramas. Eles reuniram para denunciar que, “sob o governo *progressista* e seus acólitos de sempre, existem prisioneiros políticos”, e que “estão levando a cabo uma política hemiplégica, tendenciosa e totalmente parcial dos tão mencionados Direitos Humanos”.²²⁵ Semelhante ao site do grupo brasileiro Ternuma, eles mantêm em suas páginas arquivos sobre as ações terroristas das organizações de esquerda.

Dos exemplos ocorridos nos países do cone sul, podemos notar semelhanças em relação ao ressentimento que alguns militares da reserva do Brasil têm com a questão da revisão histórica das ditaduras que assolaram a região. Uma das argumentações utilizadas para se defenderem das acusações de crime contra os direitos humanos era de que estavam em serviço ao Estado e que cumpriam ordens. No campo ideológico, a justificativa mais comum é o que o papel que desempenharam foi importante para evitar a implantação de um governo comunista no país. Devido ao grau de violência de cada ditadura, aos traumas resultantes em cada sociedade, assim como o modelo de transição existente em cada país, há peculiaridades que devem ser destacadas. No caso argentino, em que são computadas mais de 30 mil vítimas no período ditatorial e no qual a transição deve-se muito a uma desastrosa guerra que desmoralizou a imagem do governo e das Forças Armadas, abrindo caminho para uma transferência de poder a partir do colapso do poder político, o julgamento dos militares teve um efeito transformador sobre a produção da memória nacional. Não houve pacto entre os setores da sociedade argentina a respeito da transição e no meio castrense surgiu uma crise de identidade, em parte causada pela mudança do padrão de controle civil sobre as Forças Armadas, em parte causada pela redefinição de sua missão constitucional, diante da

AMADO quiere homenajear a procesados. *Últimas Noticias*, Montevideu, 10 de abril de 2007, disponível em <http://www.ultimasnoticias.com.uy/hemeroteca/100407/prints/act02.html>, acesso em 6 de abril de 2009, às 12h. Também disponível no portal EN VOZ ALTA. Endereço eletrônico em http://www.envozalta.org/Amado_Homenaje.pdf, acesso em 6 de abril de 2009, às 12h.

²²⁴ Berríos era agente da DINA e inventou o gás Sarin. Ele participou de uma tentativa para assassinar o general Orlando Letelier, acondicionando o veneno em um frasco de perfume. Foi morto pelos militares uruguaios. Ver mais em MILITARES pasibles de extradicion por el archivo del caso Berríos. *La República*, Montevideu, 14 de fevereiro de 2006, disponível em <http://www.larepublica.com.uy/politica/202646-militares-pasibles-de-extradicion-por-el-archivo-del-caso-berrios>, acesso em 6 de abril de 2009, às 14h.

²²⁵ Grifos deles. Texto original: “nos hemos unido para denunciar, informar, concientizar y demostrar a todo aquel que quiera verlo dentro y fuera de fronteras, que bajo este gobierno “progresista” y sus acólitos de siempre, existen “PRISIONEROS POLITICOS” y como han llevado a cabo una política hemiplégica, tendenciosa y totalmente parcial de los tan mentados “Derechos Humanos. Texto em: EN VOZ ALTA. Quienes Somos, disponível em <http://www.envozalta.org/quienessomos.html>, acesso em 6 de abril de 2009, às 14h.

evolução do novo quadro geopolítico. Neste contexto, iniciativas providas de setores da sociedade, entre eles a organização das Mães da Praça de Maio, foram semeadoras de uma nova memória dominante, no qual se buscou afastar o *status quo* antigo, do regime militar. No entanto, o número de vítimas dos dois lados do conflito entre Estado e guerrilha, e os seus efeitos na sociedade como um todo, tiveram como resultado a irrupção de grupos que lutam pela memória completa, que abranja os relatos das famílias dos mortos pelos montoneros e pelas demais organizações de esquerda.

No Chile, a longa permanência de Pinochet, o culto à personalidade, a continuidade do marco constitucional de 1980, feito no governo do ditador, a transição pactuada no qual prescindiu-se o futuro em relação ao passado, mantiveram em silêncio por alguns anos a memória contrária ao regime. A prisão de Pinochet, cujo processo no final da década de 1990 teve início através das denúncias publicadas no livro *A Caravana da Morte*, de Patrícia Verdugo²²⁶, e que foi finalizado anos depois em um tribunal de Londres, estabeleceu um marco nas relações civis e militares no Chile. Não obstante, o próprio reconhecimento do Exército em relação aos crimes cometidos no passado e a vitória de Michele Bachelet, filha de um general assassinado na ditadura, ampliou a reação dos contrários ao ex-ditador. Através dos meios legais, os familiares das vítimas tentaram punir aqueles que cometeram crimes no período *pinochetista*. Dada a especificidade da polarização política da sociedade na década de 1970, a batalha pela memória no caso chileno envolve não somente militares da reserva e civis que serviram o governo Pinochet, como também aqueles que foram punidos por serem leais ao presidente Salvador Allende.

Um pouco mais afastado dos demais exemplos, vem o caso paraguaio. A transição paraguaia foi feita a partir de um golpe elaborado na cúpula das Forças Armadas, com a ajuda de uma facção do partido colorado. As ligações entre o partido e a alta oficialidade, se originam antes mesmo do governo ditatorial e certas características da militarização da política paraguaia ainda são perceptíveis. A ditadura paraguaia foi a mais longeva entre as do cone sul, com seus 35 anos, e a hegemonia dos colorados durou 60 anos. Nos governos que se seguiram, os colorados e suas facções se mantiveram no poder. Não havia um poder político forte o suficiente para desacreditar a história da legenda e sua contribuição para a ditadura. Mesmo com a descoberta dos arquivos do terror, a punição aos criminosos não teve a mesma força do processo argentino.

²²⁶ O livro foi publicado em 1985, mas só se tornou um best-seller no período de redemocratização.

Guarda semelhança com o caso chileno a situação encontrada no Uruguai. A eleição da Frente Ampla, coalizão de esquerda, possibilitou o avanço do processo de revisão histórica e o julgamento dos militares envolvidos em crimes cometidos no período ditatorial.

O caso brasileiro, no qual houve uma transição pactuada, apresenta uma mudança destacável no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando é feita a revisão dos crimes ocorridos na ditadura. Se os grupos até então mobilizados tinham um caráter de tribuna política, ou de trincheira para o que era publicado na imprensa, a partir de então eles ampliam claramente o leque para a discussão sobre a memória produzindo material e publicando as fichas criminais dos ex-militantes da esquerda. Ao contrário do caso argentino em que os protestos foram feitos nas ruas, os grupos brasileiros se restringiram a manifestos e documentos impressos em jornais e sites próprios.

3 POLÍTICA

Antes de iniciar o estudo sobre a política para estes grupos, cabe lembrar que os periódicos e sites utilizados na pesquisa não são a primeira e nem a principal mídia segmentada a fazer parte do meio castrense e dos lares dos civis e militares da reserva²²⁷. Temos, como exemplo, as revistas dos Clubes Naval, Militar e da Aeronáutica, publicações voltadas para os sócios destas tradicionais entidades. No caso especial dos jornais desta pesquisa, que são orientados a um público menor²²⁸, estas mídias segmentadas serviram como tribuna para diversos representantes dos grupos pesquisados exporem suas opiniões, sem o constrangimento político-institucional destas entidades. O contingente a que eu me refiro é formado por civis e militares da reserva, boa parte atuante em 1964, que em maior ou menor grau são nacionalistas, anticomunistas e vêem as Forças Armadas como uma instituição capaz de salvar a Nação nos momentos de crise, tendo inclusive preponderância e superioridade – tanto institucional como individual de seus integrantes – em relação ao meio civil.

Se os jornais destes grupos dão informações sobre o *pensamento* de seus integrantes, o material apurado na grande mídia nos traz uma noção sobre as *ações* destas entidades. Sua repercussão, seu momento histórico-político e seus desdobramentos fornecem indícios do poder de influência destas organizações. Dentre os assuntos políticos selecionados estão as campanhas eleitorais, o julgamento dos crimes no regime militar e os manifestos contra o governo.

²²⁷ A existência de jornais na caserna data de 1854, quando o jornal *O Militar*, escrito por jovens militares da ativa, foi lançado. O periódico que deixaria de circular no ano seguinte, teria uma nova fase entre 1860 e 1861, e em sua curta existência denunciou o sistema político imperial e serviu, na opinião do historiador militar, John Schulz, como “uma excelente fonte de informação” acerca da jovem oficialidade ressentida com o tratamento que o império lhe dispensava. Outro destaque da imprensa fardada é a *Tribuna Militar* que circulou na década de 1880 e refletiu tanto a insatisfação com o tratamento dado às Forças Armadas depois da guerra do Paraguai, como o pensamento de parcela dos militares a respeito da abolição, imigração, e industrialização. Ver em SCHULZ, 1990, p.87.

²²⁸ Em um documento do grupo Carta-Compromisso são contabilizados 14 mil sócios somente no Clube Militar. Apesar do esvaziamento da entidade, ainda é um número superior aos dos grupos somados.

A Nova República começou com um governo civil, no qual o presidente eleito por colégio eleitoral acabou morrendo sem tomar posse e o seu vice-presidente conseguiu articular um governo de transição com duração maior que os mandatos dos presidentes eleitos posteriormente pelo povo.

Em termos de relações civis e militares, o governo de José Sarney é considerado por brasilianistas e cientistas políticos daqui como um governo sob tutela militar, em que certas prerrogativas militares ainda se mantiveram, apesar do fim do regime²²⁹.

A popularidade do governo teve como fiel da balança a eficácia de dois planos econômicos que fracassaram. Os zeros cortados das notas e as greves surgidas nos pátios das empresas eram sintomas da economia que seguia tão mal com a crise da década perdida que o governo declarou a moratória da dívida externa.

O *centrão* ditava o ritmo da Nova Carta. A Constituinte andava a passos lentos desencantando a esquerda e extrema-direita, ambas minorias. E a sociedade começava a desacreditar mais ainda a imagem do Congresso, já maculada pelos escândalos e corrupção.

Para Bolívar Lamounier, “esse clima de desgaste do Congresso Constituinte trouxe violentamente à tona o componente antipolítico e principalmente antiparlamentar que existe em muitas culturas ibero-americanas”²³⁰. Hélgio Trindade ressalta que o governo Sarney e o PMDB, maioria no Congresso, foram alvo do “fogo cruzado dos nostálgicos do regime militar e da esquerda ideológica” e que isso teve papel decisivo no resultado eleitoral.²³¹

No plano político, é neste ambiente de crise de governabilidade, que surgem os grupos de civis e militares, insatisfeitos com os rumos da tutela, reivindicando melhorias salariais e choque de ordem, alertando aos seus camaradas o avanço das esquerdas. Sua legitimidade é garantida pela constituição que permite aos oficiais da reserva que se reúnam em associações, entidades e grupos.

²²⁹ Para Zaverucha, as Forças Armadas deixaram o governo, mas não poder. ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, Forças Armadas e Polícia – entre o autoritarismo e a democracia*, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005, p.11. Stepan lembra que no governo Sarney os militares comandavam seis dos 26 ministérios. STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*; tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amêndola. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986, p.106.

²³⁰ LAMOUNIER, Bolívar, *Partidos e Utopias: O Brasil no limiar dos anos 90*, São Paulo: Loyola, 1989, p.118 apud TRINDADE, Hélgio. *América Latina – eleições e governabilidade democrática*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1991, p.17

²³¹ TRINDADE, 1991, p.17.

3.1 A CAMPANHA ELEITORAL DE 1989

Durante as eleições, as primeiras diretas para a presidência depois de quase 30 anos, o *Letras em Marcha* fez campanha contra as esquerdas, preparando inclusive um suplemento de política, onde nas dez páginas, oito faziam referência direta ao partido dos Trabalhadores e ao candidato Luis Inácio Lula da Silva. Títulos como *Ser ou não escravo, Programa do PT para as Forças Armadas, Lula e a Dívida Externa, Assalto ao Poder, PT assume a subversão, Eleição de Lula – etapa inicial da Revolução* davam o tom da ameaça. Meses depois, a derrota de Lula foi festejada efusivamente pelo periódico, que estampou na primeira capa uma foto de um Fernando Collor sorridente. O general de divisão R/1 Henrique Carlos Assumpção Cardoso, então secretário-geral do grupo Independente 31 de março, em artigo para o jornal, proclamou: “É mais que uma reunião plenária de rotina, pois estamos comemorando uma VITÓRIA, uma grande VITÓRIA!”, escreveria ele para o *Letras em Marcha*. Ele se refere à eleição do candidato do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) como a vitória do Hino Nacional sobre a Internacional Socialista, da pátria brasileira sobre Cuba e Nicarágua, das cores da bandeira nacional sobre “aquele pano vermelho com a foice e o martelo”. E finaliza, “com as mesmas palavras de Mallet em Tuiuti, Foch em Verdun, vaticinadas com toda ênfase e coragem por Collor de Mello: *eles não passarão!*”²³²

O presidente eleito surgiu no cenário político como o caçador de marajás, capitaneando a esperança dos brasileiros que viam na corrupção a fonte das mazelas do país. Empresário, jovem, carismático, personificava o ideal modernizador da Nova República para as elites e a população que lhe elegeram no segundo turno das eleições de 1989 com 58% dos votos. Sua legenda, o desconhecido PRN era minoria no congresso, com 8,2% das cadeiras da Câmara e 2,5% das cadeiras do Senado²³³.

No primeiro trimestre do governo, Collor editou um plano econômico que proporcionou o confisco das aplicações em poupança para os investidores que possuíam mais de 50 mil cruzeiros. A medida, extremamente impopular, acabou com o sistema de correção monetária, o overnight, que garantia reposição diária das contas correntes e abriu o caminho para a primeira crise de governabilidade.

²³² CARDOSO, Henrique Carlos Assumpção. Eles jamais nos vencerão! *Letras em Marcha*, janeiro de 1990, p.8.

²³³ Estas informações fazem parte de outro trabalho autor, ainda não publicado. SANTOS, Eduardo H. J. *Crimes de responsabilidade: Uma análise do caso peruano*, fevereiro de 2008. (Texto digitado) Nele, são comparados os impeachment de Fernando Collor e Alberto Fujimori.

Ao longo do mandato, os casos de corrupção abalaram a imagem que criara na campanha. O caso PC-Farias e as acusações do próprio irmão, Pedro, arruinaram a sustentação do político alagoano. No caso específico das Forças Armadas, o governo Collor, diferentemente da etapa de transição de Sarney, representou um ponto de inflexão nas relações civis e militares. Ele extinguiu o Serviço Nacional de Informações e retirou o status de ministério do Estado Maior das Forças Armadas. O descontentamento com o ex-caçador de marajás era patente, como observam Celso Castro e Maria Celina D’Araújo:

O general Zenildo, então vice-chefe do Estado-Maior do Exército, acha que o período do governo Collor foi muito ruim para os militares: “nós nos sentíamos lá embaixo (...), no nível mais baixo do nosso moral, da nossa auto-estima”. O almirante Mauro César afirma que, para a maior parte da oficialidade da Marinha, a sensação era de que Collor tentava deliberadamente “espezinhar” os militares, tratando-os não apenas com “um desprezo total”, mas, pior que isso, “com a intenção de machucar”.²³⁴

Na última edição de 1991 do *Letras em Marcha*, uma foto do presidente cabisbaixo contrastava com aquela publicada logo após a eleição. E o teor do jornal era de severa crítica a Fernando Collor por este, entre outras coisas, não ter comparecido à cerimônia em homenagem aos mortos na Intentona Comunista, rompendo o ritual seguido pelos chefes de Estado desde de Getúlio Vargas.²³⁵

3.2 VOTO FARDADO EM 1991

O *Ombro a Ombro*, por sua vez, promoveu em fins de 1991 uma mobilização para que os militares e familiares votassem em candidatos militares ou comprometidos com a causa militar.²³⁶ Anos antes, na edição de janeiro de 1989, o coronel de artilharia (R/1) João Cassétia havia proposto a criação de um partido Verde Amarelo:

“Não sei que total atinge a soma dos militares reformados, da reserva e da ativa com seus respectivos familiares mas, parece-me o suficiente para que possamos constituir o nosso próprio partido político (...) Criemos o Partido Verde Amarelo!”²³⁷

²³⁴ CASTRO E D’ARAÚJO, 2001, p.28.

²³⁵ *Letras em Marcha*, dezembro de 1991, p.1.

²³⁶ VAMOS mobilizar! *Ombro a Ombro*, novembro de 1991, p.10.

²³⁷ CASSÉTIA, João, Basta!, *Ombro a Ombro*, janeiro de 1989, p.7.

Para o jornal, a decisão de votar em candidatos da caserna não era sectarismo, ou ofensa ao mundo civil, mas a “constatação de uma realidade que não pode ser ignorada”.²³⁸ Na edição seguinte, um artigo do general Hélio Ibiapina Lima, que mais tarde seria presidente do Clube Militar e do grupo Estácio de Sá, criticava os jornais que noticiaram a intenção de se criar um partido político das Forças Armadas, pois entendia como um fator de desentendimento entre as Forças Singulares e seus componentes.²³⁹

3.3 MANIFESTOS E CARTAS APÓCRIFAS NA TRANSIÇÃO COLLOR-ITAMAR

Em maio de 1992, a revista *Veja* publica uma bombástica de Pedro Collor no qual ele confirma que seu irmão tinha conhecimento do esquema de corrupção controlado por Paulo César Farias. Cada vez mais aumentava insatisfação da sociedade com os políticos e a Nova República enfrentava mais crise de governabilidade. A nostalgia em relação ao período militar alimentava o espectro da possibilidade de golpe. O que, sem dúvida, também foi aproveitado pelos jornais. O Guararapes, criado no ano anterior, sob a justificativa de haver esquerdistas no governo, começou a difundir manifestos contra a situação vigente. No início de junho, quando estava sendo instaurada a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o caso PC Farias, o grupo emitiu um documento que chamou a atenção da imprensa pela ideia de golpe, dentro de uma lógica salvacionista das Forças Armadas, como mostra o *Jornal do Commercio*:

Militares condenam ação de políticos

O grupo Guararapes – que reúne oficiais reformados ex-chefes de unidades militares – analisa no documento *A História Brasileira e o Poder Político* o que chama de descalabro administrativo do Brasil. O manifesto, divulgado esta semana, adverte: “marcharemos a passos largos para uma crise grave. As nossas Forças Armadas serão chamadas para solucioná-las”.

O grupo Guararapes é liderado pelo major-brigadeiro do ar, Paulo de Vasconcelos Sousa e Silva, que assume a autoria do texto, com 36 assinaturas. A primeira é do general Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, do Rio. Subscvem quatro generais: Hélio Ibiapina, Francisco Batista Torres de Melo, Luciano Salgado Campos, Luis Henrique de Oliveira Domingues e Manuel Teófilo Gaspar Neto.

“Estamos em crise moral, social, econômica e política. Todo dia surge um escândalo. O último do Governo foi um descalabro administrativo”, diz o documento. O Guararapes escreve ainda, que o “o povo sofrendo e sofrido assiste à incapacidade de o poder político governar a nação. O incrível de tudo é a falta de fortaleza para estancar a hemorragia que sangra a debilidade do governo”.

²³⁸ Idem.

²³⁹ LIMA, Hélio Ibiapina. Partido político das Forças Armadas. *Ombro a Ombro*, janeiro de 1992. p.7.

Citando o ministro da Saúde, Adib Jatene, o manifesto denuncia que “as obras do país não são feitas dentro de um planejamento em benefício do povo. São construídas tendo em vista a convivência com empreiteiras”. Para os militares “nenhuma providência é tomada com uma denúncia dessas. As razões dessa indiferença, apatia, desprezo, são o amolecimento do caráter público, a falta de dignidade, da justiça, do comportamento amoral do homem público que aceita desde que ele e o seu grupo possam sobreviver”²⁴⁰.

Três meses depois desta matéria ser publicada, o presidente Fernando Collor era afastado de suas funções, por determinação do Congresso. Não houve golpe, nenhuma tropa se aventurou a sair dos quartéis. O processo, inédito no Brasil, foi conduzido dentro das normas legais e baseado na interpretação de uma lei de 1950 e do artigo 85 da Constituição de 1998, que previa o impedimento do presidente da República.²⁴¹ A Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil deram entrada no pedido de afastamento, aceito pela Câmara. As informações produzidas pela CPI do caso PC Farias sustentaram as argumentações para o julgamento político do presidente. Em 29 de setembro, ele era afastado do planalto.

Com a assunção de Itamar Franco, a agitação política daria um pouco de trégua. Mas a pausa foi extremamente momentânea. Novos escândalos e protestos continuaram a surgir. E com eles, a ameaça de golpe.

Em 1993, o general-de-divisão R/1 Torres de Melo, um dos articuladores do Guararapes, seria convidado pelo presidente Itamar Franco para fazer parte da Comissão Especial de Investigação responsável por apurar o mau uso de verbas públicas no governo Collor.²⁴² Mesmo com um de seus integrantes no governo Itamar, o Guararapes continuou lançando manifestos.

Outra ação vinculada pela imprensa ao Guararapes ocorreu em meados de 1993. No dia 24 de junho, o deputado Jair Bolsonaro foi alvo de uma ação penal pública por ter defendido o fechamento do Congresso com um novo golpe militar.²⁴³ Um mês antes ele já tinha organizado uma manifestação com esposas de militares na esplanada dos ministérios, no qual elas, vestidas de preto, carregavam faixas em que defendiam o antigo regime²⁴⁴. Em julho, o autor da ação contra Bolsonaro, deputado Vital do Rego, convocou a imprensa para

²⁴⁰ MILITARES condenam ação de políticos. *Jornal do Commercio*, 12 de junho de 1992, p.2.

²⁴¹ BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=80592>, acesso em 15 de abril de 2009, às 11h.

²⁴² ZAVERUCHA, 2000, p.158.

²⁴³ ZAVERUCHA, 2000, p.134-135

²⁴⁴ idem, 128.

comunicar que estava sendo ameaçado de morte através de cartas preparadas por grupos de militares da reserva e civis:

Deputado denuncia os militares por ameaça

Com erros ortográficos, a carta traz um a ameaça sutil de fechamento do Congresso se Bolsonaro perder o mandato, segundo Vital do Rego. O texto acrescenta que não necessário colocar assinaturas porque “não seria justo com 150 milhões de brasileiros que também apóiam Bolsonaro”. Com base em um fax do governador da Paraíba, Ronaldo Cunha Lima, avisando do risco de vida, ele pediu providências à Câmara. O procurador da Câmara, deputado Vital do Rego acusou os militares dos movimentos Araucária, no Paraná, e Guararapes, em Pernambuco, de serem os autores da carta anônima ameaçando-o de morte se levar adiante o processo de cassação do deputado Jair Bolsonaro.²⁴⁵

3.4 VOTO FARDADO EM 1993

Enquanto isso, a campanha eleitoral no meio militar não se restringia mais ao Congresso ou ao palácio do Planalto. O *Letras em Marcha e o Ombro a Ombro* publicaram artigos sobre o plebiscito de 1993, no qual o povo escolheria entre a república ou a monarquia, o parlamentarismo ou o presidencialismo. Nos dois jornais os artigos sobre a opção monárquica foram ressaltados. O brigadeiro Marcio César Coqueiro Leal, do grupo Independente 31 de Março, era o secretário-chefe do Conselho Pró-Brasil Monárquico do Estado do Rio de Janeiro e convidava os leitores do *Letras em Marcha* para se juntar à causa.²⁴⁶ Em abril de 1993, uma pesquisa informal realizada com 400 capitães, alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), apontou que 70% dos entrevistados eram a favor da monarquia, mesmo com o parlamentarismo. O Independente 31 de Março realizou um plebiscito no qual a monarquia obteve 22 votos, o presidencialismo, 19, e o parlamentarismo, seis. O coronel Cid Osório, representando os 83 oficiais-generais da entidade, declarou ao *Jornal do Brasil* que: “o grupo entende que os atuais políticos estão totalmente desmoralizados sob todos os aspectos e que o poder moderador do rei surge como uma esperança para a extinção dos maus políticos”. Em evento no clube militar, o general da reserva Nelson Werneck Sodré, historiador marxista, considerou uma piada a pesquisa.²⁴⁷

Neste período é interessante observar a publicação dos primeiros manifestos e notas sobre diversos grupos que vão surgindo no país, exceto o do grupo Independente 31 de Março, que já utilizava o espaço do *Letras em Marcha* para divulgar o seu informativo

²⁴⁵ DEPUTADO denuncia os militares por ameaça. *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1993, p.4.

²⁴⁶ *Letras em Marcha*, novembro / dezembro de 1992, p.5.

²⁴⁷ BARROS. Jorge Antonio, Nos quartéis também há amigos do rei. *Jornal do Brasil*, 21 de abril de 1993, p.5.

Vontade Nacional. O grupo Independente até então tinha lançado poucos documentos, em uma estratégia diferente do Guararapes, que em três anos preparou 155 manifestos²⁴⁸. No *Alerta à Nação*, o Independente propõe “lutar com todas suas forças e meios disponíveis” e “evitar que mais uma desgraça venha acontecer no pleito de 1994, com um desastroso resultado das eleições, beneficiando as esquerdas pela inconseqüência de uns, pela ambição e insensatez de outros, e, ainda, pela omissão de muitos”. O grupo afirma continuar “fiel aos ideais da Revolução” e que em 1964 a sociedade estava seriamente ameaçada, “como está agora, pelos mesmos inimigos da pátria”. O grupo “manter-se-á atento, vigilante e intransigentemente postado (...) às tentativas de implantação em nosso país de um regime de governo socialista de infiltração marxista”.²⁴⁹

3.5 MOBILIZAÇÃO NACIONAL E NOVOS MANIFESTOS

Em duas edições de 1993, agosto e setembro, o *Ombro a Ombro* dedicou uma coluna para trazer as notícias dos grupos recém-formados. Aparecem aí os grupos Araucária (PR)²⁵⁰, Anhanguera (GO)²⁵¹, Cabano (PA)²⁵², Potiguar (RN)²⁵³, das Bandeiras (SP)²⁵⁴, Bandeirantes (SP)²⁵⁵, Inconfidência (MG)²⁵⁶, o Movimento Nativista (RJ)²⁵⁷ e o Movimento Cívico-Nacional (RJ). Este último pretendia se tornar um partido político para concorrer às eleições de 1994. Formado por civis e militares do Paraná, o grupo Araucária contribuiu para instigar o clima de golpe nos quartéis e desacreditar a Carta Magna de 1988, como mostra o *Jornal do Brasil*:

²⁴⁸ Ver em anexo.

²⁴⁹ GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO. *Alerta à Nação*. *Letras em Marcha*, setembro / outubro de 1993, p.7.

²⁵⁰ GRUPO ARAUCÁRIA – 3º Manifesto, Curitiba, 2 de setembro de 1993. *Ombro a Ombro*, setembro de 93, p.6.

²⁵¹ GRUPO ANHANGUERA. “Vamos mobilizar!” Mais que um dever. Goiânia, 24 de julho de 1993. *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.4.

²⁵² GRUPO CABANOS. Manifesto do grupo. Belém, 15 de agosto de 1993. *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.4.

²⁵³ O Potiguar lançou no período o segundo comunicado. *Ombro a Ombro*, outubro de 1993. p.6.

²⁵⁴ Realizou no dia 29 de setembro no Instituto de Engenharia da USP a palestra “Uma visão da conjuntura Nacional” que contou com a participação do comandante da Escola Superior de Guerra, general Oswaldo Muniz Oliva. Idem.

²⁵⁵ O grupo da cidade de Campinas emitiu manifesto em setembro de 1993. Idem.

²⁵⁶ GRUPO INCONFIDÊNCIA. Manifesto. Quosque tandem? ... Até quando? Belo Horizonte. 1º de agosto de 1993. *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.3.

²⁵⁷ MOVIMENTO NATIVISTA. Manifesto à Nação. *Ombro a Ombro*, setembro de 1993, p.6.

Grupo militar vê iminência de explosão

Curitiba – O grupo Araucárias, que reúne 70 oficiais da reserva no Paraná, lançou ontem mais um manifesto que ataca os políticos e descreve o país como “um barril de pólvora carregado, o rastilho quase pronto, faltando apenas alguém riscar um fósforo.” Ainda este mês, o grupo recebera o brigadeiro Ivan Frota, provável candidato à Presidência da República.

Divulgado em almoço que reuniu mais de 300 pessoas – parentes dos militares e adeptos civis – o manifesto sustenta que “na luta para a real implantação do regime democrático” valerá até “a força física da nação indignada”. O grupo prega o abandono da atual Constituição, duvidando que na revisão prevista para outubro “esses congressistas incapazes vão conseguir transformar o monstro em algo aproveitável”, e propõe a convocação de uma “Constituinte com gente séria, competente, fora das lides viciadas da política”.

O coronel da reserva Mario Stadler, coordenador do grupo Araucária admite a possibilidade de golpe, prevendo que a desinstitucionalização está muito próxima.²⁵⁸

Haveria realmente uma real possibilidade de golpe, ou a promoção da ameaça era uma propaganda para manter estas entidades como elementos de pressão política?. Zaverucha, em seu estudo sobre as relações civis nos governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso, ao relatar os manifestos elaborados por estes grupos, além de outros fatos ocorridos no período, recorda que em 17 de novembro de 1993, o “deputado Domingos Dutra denunciou a existência de 90 militares detidos” na capitania dos Portos de São Luís (MA) por envolvimento no roubo de armas militares. Apesar de não confirmar o número de presos, a Marinha confirmou as prisões.²⁵⁹ Meses antes, segundo o autor, o jornalista Élio Gaspari havia advertido que a situação do país - forte crise econômica, falta de segurança pública, poder executivo em colapso e o legislativo em descrédito – faria com que a classe média e os empresários apoiassem o golpe.²⁶⁰ O escândalo do Orçamento envolvendo nada menos que 40 parlamentares do Congresso Nacional, quatro ex-ministros, dois ministros e três governadores criaria uma crise de credibilidade no governo. Numa reunião secreta dos integrantes da CPI do Orçamento, já se cogitava a possibilidade de golpe militar em gestação²⁶¹. Autoridades militares descartavam o golpe, mas políticos usavam do alerta de quebra institucional para poder mandar o seu recado à sociedade. Zaverucha relata também que o ministro da Justiça, José Mauricio Correa, revelou em um programa de tevê que, entre

²⁵⁸ GRUPO militar vê iminência de explosão. *Jornal do Brasil*, 3 de setembro de 1993. p.4.

²⁵⁹ ZAVERUCHA, 2000, p.148.

²⁶⁰ Idem, p.130.

²⁶¹ KRIEGER, RODRIGUES, BONASSA, 1994, p. 233-235

outubro e novembro de 1993, civis e militares haviam proposto ao presidente Itamar Franco a *fujimorização* do país.²⁶²

No entanto, tinha a voz destes militares da reserva respaldo dentro da instituição? Pode-se dizer que não. As articulações que prepararam o golpe de 1964 foram planejadas com três anos de antecedência, contou com setores civis e militares. Por mais que o movimento das tropas de Olímpio Mourão não tenha sido parte do esboço, serviu como determinante para a quebra institucional. Mas a realidade nos anos noventa era bem diferente. Basta lembrar que meses antes da crise no governo Itamar, outra crise de maior monta resultou no primeiro impeachment na América do Sul e foi um importante passo para a consolidação da democracia. Nas ruas, não mais as marchas em nome da família e bons costumes contra o comunismo. Os estudantes que protestavam contra Collor, os caras pintadas brasileiros, eram também contra a presença das Forças Armadas no poder. A Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil, entidades que deram início ao processo constitucional de impedimento do presidente, também não apoiavam uma quebra institucional. E os chefes das Forças Armadas, cientes da falta de apoio popular e da oportunidade de obterem maior crédito se enquadrando nos limites legais, não teriam vantagens em dar suporte a um golpe. O vice-presidente assumiu, mas não tinha o carisma de seu antecessor, um caçador de marajás antes das eleições, ou de um Fujimori, que havia acabado com a guerrilha. Tampouco havia ameaça interna ou externa que justificasse uma atitude mais radical. Estes aspectos ajudam explicar os motivos pelo quais seria muito difícil para o presidente Itamar retroceder e aplicar um autogolpe.

A reportagem que se segue, do Jornal do Brasil, pode dar uma dimensão do que ocorria no fim de 1993:

Os militares inquietos

Já se fala em golpe, cassação e até triunvirato

Porto Alegre – A sucessão de escândalo de corrupção no Congresso Nacional está provocando uma crescente mobilização de entidades de militares da reserva, e até de militares da ativa, não só para pedir a punição dos políticos corruptos mas crescentemente a favor de um golpe, seja dado pelo próprio presidente ou iniciado por generais e oficiais da ativa. As propostas já falam em cassação de todos os parlamentares, sem exceção, fechamento do Congresso e Judiciário, criação de uma Comissão Geral de Investigações e até de um triunvirato de poder a Itamar Franco, entre outras. O coronel R/1 Pérciles da Cunha revelou ter recebido carta do ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) Sebastião Ramos de Castro, que contou , como exemplo dessa crescente mobilização em

²⁶² ZAVERUCHA, 2000, p.156. O programa de tevê citado é o *Jogo do poder*, da rede Manchete, exibido em 5 de janeiro de 1994. Fujimori havia proclamado um autogolpe no ano anterior e governava discricionariamente o país.

favor de um golpe, da existência de uma grande “articulação entre pequenos e médios empresários com militares de São Paulo”.

Fax – No Rio, o Clube Militar - histórico centro de agitação militar – cedeu a sala 120 da sua sede na avenida Rio Branco para os trabalhadores da Comissão de Cooperação (entidade que reúne oito entidades de militares da reserva e dois movimentos cívicos, conforme revela documento oficial de uma de suas reuniões) .

Ontem, começou a circular, pelo país um fax do Movimento de Salvação Nacional, que é liderado pelo general Euclides Figueiredo (irmão do ex-presidente-general João Figueiredo) no Rio. O fax defende a renúncia de Itamar Franco, a instauração de um triunvirato militar, recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado, convocação de uma Constituinte, após a qual seriam realizadas eleições gerais.

Manifestação – Há cerca de um mês, o comandante militar do leste, general Bayma Denis, conseguiu evitar após muita insistência, que ocorresse uma manifestação de protesto de oficiais da ativa e familiares no Realengo, no Rio de Janeiro, contra a corrupção dos políticos e exigindo providências.

Nos últimos meses as manifestações de apoio de telespectadores transformou numa das estrelas locais da TV Pampa, em Porto Alegre, o comandante da Marinha Dácio Giordano, - há cinco meses preso por dez dias por ofensas ao presidente Itamar. Sua popularidade é creditada ao lixão – um arquivo de computador com notícias de corrupção de políticos.

Suas denúncias obrigaram o deputado Luis Pontes vir a Porto Alegre para contestar as acusações. Vários faxes são frenética e quase diariamente trocados entre as entidades de militares da Reserva. O fax de ontem do Movimento de Salvação Nacional pede uma ampla divulgação e afirma ao final: “a partir de agora vamos submergir, voltaremos a tona no dia da ação”.

O Movimento Guararapes, de Fortaleza, divulgou no último dia 3 novo manifesto, em que pede que o presidente Itamar Franco chame as Forças Armadas e, “num ato institucional, intervenha nos outros dois poderes por decreto, salve a Nação do caos”.²⁶³

Um detalhe há de ser registrado. Os dois militares da reserva que aparecem no lide, o primeiro parágrafo da reportagem, o coronel Péricles da Cunha e o general Sebastião Ramos de Castro têm ligações estreitas com os grupos. O coronel Péricles criaria no ano seguinte o Instituto Catavento e o general Sebastião Ramos de Castro nesta época era presidente de honra do grupo Independente 31 de Março. Qual o grau de isenção destes dois militares, uma vez que não é mencionado que participam de grupos na reportagem, para falar sobre a possibilidade de golpe? São representativos de toda a reserva? É outra pergunta que não se propõe a responder esta dissertação, embora deixe para o exame do leitor. Um outro fato que merece questionamento é saber até que ponto a própria imprensa estaria amplificando a ameaça de golpe para vender mais jornais ou fazer pressão sobre o governo.

Pesquisando os manifestos do período nota-se que apesar da indignação com o governo, os políticos e o rumo que as coisas estão tomando, não se pode afirmar que todos os grupos adotavam como melhor solução para crise a reação *manu militari*. Assim como é

²⁶³ OS MILITARES inquietos, *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1993, p.5.

errôneo ver os militares como um bloco único, esta premissa também serve para a reserva e os grupos formados por eles e os civis. O grupo Inconfidência, de Minas Gerais, descartou o uso da força naquele momento:

Não é hora de falar em golpe

O golpe não vai resolver o nosso problema inflacionário.

Na atual conjuntura, prego a Revolução pelo voto, condeno a Revolução pelas armas. Vamos eleger de 20 a 25 deputados federais em 1994 e pelo menos um em cada Assembléia Legislativa de nosso país. Temos companheiros muito mais competentes e honestos do que a maioria de nossos partidos. Este é o nosso golpe. Não está na hora de inovar? Cremos que é a nossa grande oportunidade! Pensem nisto!! A Revolução pelo voto!!!²⁶⁴

Um de seus integrantes, o coronel R/1 Carlos Cláudio Miguez Suarez, seria candidato à Assembléia Legislativa mineira no ano seguinte e em 1998. No entanto, o general Francisco Batista Torres de Melo, do grupo Guararapes, conhecido por suas posições em relação ao fechamento do Congresso, também seria candidato nas eleições de 1994. No início daquele ano, seu grupo enviaria o seguinte manifesto:

O tropel das legiões

(...) É chegado o momento de decisões duras e corajosas. Redigir uma nova constituição? Fechar o Congresso? Reformular as atividades da Justiça? Substituir as câmaras legislativas por conselhos de homens de bem? Não sabemos. O que sabemos é que do jeito que está não é mais possível. Já se ouve na rua o tropel das legiões. Nelas acreditamos. Estamos vivos!

Fortaleza, 17 de março de 1994²⁶⁵.

Dias depois, outro manifesto do Guararapes ganhou a atenção da mídia. Nele, o grupo dizia crer que refletiam “o clamor surdo da nação e por isso não ficariam calados”. Pediam o fechamento do congresso, a convocação de eleições em 60 dias, e a substituição dos membros do STF por “juízes que mostraram honradez no cumprimento do dever”. No dia 27 de março de 1994, uma reportagem da jornalista Luciana Conti, do *Jornal do Brasil*, abordou este manifesto e passou outra interpretação sobre os grupos de civis e militares da reserva, mitigando a imagem de sombras ameaçadoras que as matérias anteriores sugeriam:

²⁶⁴ GRUPO INCONFIDÊNCIA. Não é hora de falar em golpe! *Ombro a Ombro*, 11 de novembro de 1993.

²⁶⁵ GRUPO GUARARAPES. O tropel das legiões. *Ombro a Ombro*, abril de 1994, p.6.

Guararapes, o golpe que não houve

Planalto deu ouvidos a militares da reserva que pediram o fechamento do Congresso

Luciana Conti

A inabilidade do Almirante Mario César Flores, secretário de Assuntos Estratégicos, trouxe de volta para o cenário político a discussão sobre o golpe militar. Só que desta vez seria liderado por um fantasma que já não assombra mais: o poder militar de pijama e capim na porta. Autoproclamando-se dono de um discurso moralista, o Grupo Guararapes, de Fortaleza (CE), com a divulgação de seu manifesto feito pelo ministro na reunião presidencial do dia 19, ganhou notoriedade e importância nunca esperados. Só que a segunda batalha de Guararapes, como a de Itararé, não aconteceu.

Escondidos e alimentados pela inatividade de quem já não tem tropa, os oficiais da reserva deram corpo nos últimos dez anos a 15 grupos semelhantes ao Guararapes. A posição sempre alerta que mantêm em relação às ações dos civis lhes garante pequenos espaços no poder.

Um dos líderes do Guararapes, que já lançou 155 manifestos, o general Francisco Batista Torres de Melo, foi nomeado pelo presidente Itamar Franco para a Comissão Especial de Investigação que apura casos de corrupção no Executivo. Mesmo trabalhando para um governo democrático, o general declara-se a favor do fechamento do Congresso, da decretação do Estado de Defesa e da convocação de uma constituinte para organizar juridicamente o país. “O Guararapes entende que a democracia é o regime dos homens responsáveis. E pergunto: as atividades do congresso nos últimos tempos são responsáveis? Roubar é cumprir a lei? Parece que a elite brasileira está cega, surda e muda”, julga.

Expressão – O manifesto do Guararapes foi assinado por 103 oficiais da reserva – inclusive pelo general Euclides Figueiredo, que lidera o Conselho Nacional de Mobilização – o que é um número expressivo se comparado com a média de participação dos outros movimentos. A maior parte deles se mantém com cerca de 60 oficiais da reserva que se reúnem periodicamente para discutir política.

Fora da caserna e distantes do governo, esses grupos vêm (sic) nos manifestos um canal de expressão. Essa é a forma encontrada por eles para manter a ilusão de um poder desfrutado nos 21 anos de governos militares e perdido com a redemocratização. Mas, mesmo sem sonhar com a propaganda tão ampla, como a dada aos Guararapes, nem todos abusam dos manifestos. Em cinco anos, o Grupo Independente 31 de Março, lançou apenas dois.

‘Linha macarrão’, ora mole, ora dura

A *linha macarrão*, descrita pelo general Newton Cruz, que ora fala mole, ora fala duro, parece estar dando o tom do discurso dos militares de pijama. Ao mesmo tempo em que falam de democracia fazem questão de lembrar que se chamados pela sociedade, estarão dispostos a intervir novamente. A disposição para o golpe estaria ainda contida, como se diz no jargão militar, pelo legendário general inércia, que comanda a tropa enquanto não surgem clamores fora da caserna.

Sem lideranças político-militares, o poder desses movimentos de oficiais da reserva é classificado de modesto até mesmo por seus integrantes. Um oficial reformado de alta patente, que não quis se identificar, acha que posições radicais não conseguem insuflar nas tropas um animo conspiratório. Ele lembra que as reformas do governo Castello Branco, limitando em 12 anos o tempo de um general na ativa, impediram a formação de lideranças, como a do brigadeiro Eduardo Gomes, no período pré-64.

Tendo ocupado cargos importantes do regime militar, esse oficial diz que não cabe a quem está na reserva se intrometer em assuntos de governo. Ressalta que a maioria não é conhecida pela tropa, porque mesmo os que cumpriram os 12 anos de general não passaram todo este tempo à frente de unidades combatentes. Mas há quem relembre velhos discursos.

“Como a coisa está caminhando, ou o povo faz um quebra-quebra para valer ou alguém vai ter de tomar o pião na unha”, diz o general Hélio Ibiapina Lima, coordenador do Grupo Estácio de Sá. Mas há também os menos afoitos, que temem embarcar numa canoa furada e acham que hoje eles não teriam solução para os grandes problemas do país. O mesmo oficial, que não quis se identificar, lembra que 64 foi planejado três anos.

Talvez por saberem de seus limites na articulação de bastidores, vários oficiais começam hoje a reconhecer a importância de se fazerem representar no mesmo Congresso, que é alvo de tantas críticas. O brigadeiro Márcio César Leal Coqueiro, integrante do Grupo Independente 31 de Março e coordenador do braço eleitoral do grupo – o Conselho de Ações Políticas -, defende as candidaturas de militares reformados. “Militar também é cidadão. Por que somente nós não podemos eleger nossos representantes?”, diz Coqueiro, que mesmo assim não se constringe em insistir que a sociedade está “pedindo pelo amor de Deus para fechar o Congresso”.²⁶⁶

Um mês depois, de acordo com Zaverucha, foi a vez do Catavento, do coronel R/1 Péricles da Cunha, também candidato às eleições, lançar um manifesto em apoio ao presidente no sentido de fechar o Congresso. Itamar Franco havia emitido uma nota criticando o STF por ter alterado a regra de conversão de salários pela Unidade Referencial de Valor, beneficiando juizes e funcionários do judiciário, aumentando em 11% o salário. A Câmara dos deputados, além de derrubar o “veto do presidente em favor da isonomia salarial”, aprovou o reajuste de 83% nos próprios salários:²⁶⁷

A partir da nota presidencial, ouviu-se uma saraivada de declarações políticas feitas por militares. Um grupo de oficiais da reservas, o Cata-vento, distribuiu um manifesto pró-golpe, intitulado “Tente, Presidente”. Ou seja, tente fechar o Congresso e formar uma Comissão Geral de Investigação para “passar o país a limpo através de ritos sumários”.²⁶⁸

E, no mês de junho, a *Tribuna da Imprensa* publicou na íntegra outro manifesto do Guararapes, no qual o grupo pregava que:

“se o presidente da República, como um verdadeiro patriota, quiser fazer um bem a este país, marcando definitivamente o seu nome na história, dissolva imediatamente este congresso ineficiente, incompetente, preguiçoso, patriótico,

²⁶⁶ CONTI, Luciana. Guararapes, o golpe que não houve. *Jornal do Brasil*, 27 de março de 1994, p.6.

²⁶⁷ ZAVERUCHA, 2000, p.166.

²⁶⁸ BRAGA. Teodomiro, Informe JB, *Jornal do Brasil*, 21 de abril de 1993, op cit in: ZAVERUCHA, 2000, p.16

corrupto, perdulário, e que somente tem atrapalhado o governo de Vossa Excelência na difícilíssima gestão dos negócios públicos”²⁶⁹.

3.6 VOTO FARDADO EM 1994

Discursos golpistas à parte, nas páginas do *Ombro a Ombro* seguia a campanha para que os militares da ativa e da reserva fossem representados no Congresso nas eleições de 1994. Um dos leitores da publicação escreveria ao jornal:

“Aqui no Rio Grande do Sul, o movimento Vote Exército – VOTEX – se propõe justamente a canalizar os votos da família militar e dos civis simpatizantes a fim de eleger representantes gaúchos para as casas legislativas”.²⁷⁰

Como vemos na próxima tabela, o Rio Grande do Sul foi um dos Estados que mais contribuiu com candidatos do meio militar.

Candidatos / 1994 ²⁷¹	UF
Cel João Nolasco de Carvalho – Dep Fed	BA
Sgt Alberto Rodrigues Verde – Dep Est	BA
Artur de Freitas Torres de Melo	CE
Cel João Manoel Sinch Brochado	DF
Gen Osvaldo Pereira Gomes – Dep Est	MG
Cel Carlos Cláudio Suarez Miguez	MG
Attila Bailari Barroso	PR
CMG Porto da Luz	RJ
C Alm Roberto Gama e Silva	RJ
Cel Aurélio Valporto	RJ
Marcos Coimbra (substituído por Vanderlei Alves de Sousa)	RJ
Gen Euclides Figueiredo	RJ
Brig Ivan Frota	RJ
Cel Pedro Ivo Rostey	RJ
CT Paula Silva	RJ
Eri Gonçalves	RJ
Cel Nilton de Albuquerque Cerqueira	RJ
Ten Med R/2 Messias Carneiro	PR
CMG Jacob Ennes	RS

²⁶⁹ ZAVERUCHA, 2000, p.173.

²⁷⁰ VAMOS mobilizar! *Ombro a Ombro*, setembro de 94, p.6.

²⁷¹ *Ombro a Ombro*, maio, p.6, junho, p.4 e 8, julho, p.6, agosto, p.6, setembro, p.6, todas do ano de 1994.

Cel Pedro Américo Leal	RS
Cel Roberto Dias Torres	RS
Cel Péricles da Cunha	RS
Cel Rudá de Silveira de O. Freitas	RS
Ten-Cel Antonio Augusto Brasil Lanes	RS
Cap Enir Garcia dos Reis	RS
Ten Leão Serrano	RS
Subten Nede Soares	RS
Subten Valêncio F. S. Picolli	RS

Para a presidência da República, o *Ombro a Ombro* alertava que os leitores tivessem cuidado com a “polarização induzida de modo a deixar sem opção os verdadeiros patriotas”, uma vez que os dois candidatos mais bem colocados nas pesquisas – Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva – eram “as duas faces de uma mesma moeda”. O candidato petista, segundo o editorial, constituía ainda uma ameaça adicional por causa das contradições internas nas bases do partido. A comparação de Fernando Henrique a outro Fernando, Collor, era um dos eixos da argumentação, que concluía, parafraseando Marx, que se a História das eleições se repetir como farsa, será uma tragédia nacional.²⁷²

Apesar do número de candidatos, o resultado das eleições em 1994 frustrou a direção do *Ombro a Ombro*, que reconheceu que a tentativa “redundou num tremendo fracasso”.²⁷³ No ano seguinte, eles reiniciaram a campanha, enfatizando “que os tempos mudaram” e que o “Congresso é o campo de batalha onde se travam as lutas justas pelos anseios de nossa categoria”.²⁷⁴ O golpe parecia ser assunto do passado.

3.7 A REVISÃO DO PASSADO NA POLÍTICA

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso e o conseqüente afastamento da esquerda de Lula - que representava a grande ameaça na visão dos grupos da reserva, o discurso golpista começa a abrandar. A economia, sustentada pelo plano Real, começa a se tornar estável, e não era mais foco de tensão. O governo eleito democraticamente possuía legitimidade para seguir adiante e o Congresso estava oxigenado pelos novos parlamentares que assumiram em 1995. Os manifestos dos grupos se tornam cada vez mais raros nas edições do *Ombro a Ombro* e do *Letras em Marcha* e de certa forma, o *fantasma* do golpe

²⁷² POLARIZAÇÃO induzida, editorial, *Ombro a Ombro*, agosto de 1994, p.1.

²⁷³ *Ombro a Ombro*, novembro de 1994, p.8.

²⁷⁴ CAMARGO FILHO, Rodolfo B. Vamos mobilizar... *Ombro a Ombro*, abril de 1995, p.3.

parecia estar longe. Porém uma série de acontecimentos protagonizados pelo governo instiga nova reação dos militares da reserva.

A criação da Comissão de Desaparecidos Políticos e as novas informações sobre os casos de tortura, causaram espécie aos grupos. Em 1995, sob pressão do governo inglês, o Planalto retirou o adido militar na Inglaterra, coronel Armando Avólio Filho, acusado pelo grupo Tortura Nunca Mais de ter sido torturador no regime militar.

Também em 1995, o general Ibiapina, do grupo Estácio de Sá, em correspondência com outros oficiais, sugeriu “a organização, no maior número de líderes, de grupos patriotas, com o objetivo de levantar informações sobre subversivos em altos postos do governo e preparar matéria para a difusão na imprensa”.²⁷⁵ É desta época que começa a ser organizado o grupo Terrorismo Nunca Mais, formalizado três anos depois. O coronel R/1 Sillas Bueno, o primeiro a se referir ao Ternuma no jornal *Ombro a Ombro*, em 1995, escreveria ao tablóide que a eleição de Fernando Henrique Cardoso criou o “seguro de vida da subversão”. Mas ressaltou que o que não pode ser feito pelos ministros militares – dar a resposta sobre as acusações de crime no regime militar - será feito pelos oficiais da reserva²⁷⁶. O editorial do *Ombro a Ombro* foi mais brando e reconhecia, por parte da esquerda, como “legítima e consensual a necessidade de reconhecimento de seus mortos”, porém advertia que:

“qualquer concessão envolvendo a apuração de casos e a identificação dos responsáveis pelas mortes, representa uma inaceitável provocação às Forças Armadas que, afinal se colocaram na linha de frente em defesa do país contra uma insurreição que tinha orientação e financiamento exógenos”²⁷⁷.

O coronel aviador R/1 Gustavo Borges, do grupo Independente 31 de março, escreveria ao *Letras em Marcha* que “a tolerância do governo com os terroristas, em pagar ‘indenizações’, alegando estarem sob custódia das Forças Armadas quando ocorreram as mortes, é revoltante contorção mental”. O autor contabilizou 102 mortes causadas pela esquerda, sendo 37 vítimas civis inocentes, 33 sargentos e três oficiais das Forças Armadas e PM, dez policiais civis, um delegado e três pessoas *gratas* ou turistas. No artigo de duas páginas, estão listadas os nomes dos mortos e um breve resumo de como os crimes ocorreram. Ele ressalta que antes do AI-5 haviam morrido do lado do governo 13 pessoas.²⁷⁸

²⁷⁵ BUENO, Sillas. Terrorismo Nunca Mais. *Ombro a Ombro*, edição de julho de 1996, p.11. Em 1964, Sillas Bueno era aluno da ECEME. Ver também a informação no capítulo Grupos.

²⁷⁶ BUENO, Sillas. A canonização dos pecadores. *Ombro a Ombro*, outubro de 1995, p.6.

²⁷⁷ OS DESAPARECIDOS nos bastidores do governo. *Ombro a Ombro*, setembro de 1995, p.1.

²⁷⁸ BORGES, Gustavo. Indenizações para familiares de mercenários. *Letras em Marcha*, novembro / dezembro de 1996 p.6.

3.8 CARAPINTADAS E HOMENAGEM À PINOCHET

Além do caso Avólio, dois episódios além fronteiras servem para dar uma ideia de como estes grupos tratavam temas que envolviam julgamentos de companheiros de farda. Veterano das Malvinas, o coronel Mohamed Ali Seineldín, do exército argentino, foi adido no Panamá, onde organizou o esquadrão “dignidade”, responsável pela proteção do presidente Noriega. Na Argentina, ele liderou o levante militar dos *carapintadas*, em 3 de novembro de 1990, tomando de surpresa o Alto Comando do Exército, localizado a menos de 300 metros da Casa Rosada.²⁷⁹ Em 1996, Seineldín foi preso por determinação da justiça e condenado à prisão perpétua. O jornal *Ombro a Ombro* lançou uma campanha para a libertação do militar argentino, que escreveu do cárcere uma carta agradecendo o apoio do coronel Pedro Schirmer, diretor do jornal. No documento, com o carimbo do *Movimiento por la Identidad Nacional e Integracion Iberoamericana*, ele afirmava:

“Hoje, diante do perigo comum que padecem nossas soberanias e nossas forças armadas, lutas como a sua e de seus colaboradores são protegidas por Deus e nossos próceres, que desde a História nos observam (...)”²⁸⁰

Schirmer se tornou foi secretário-executivo do Comitê Brasileiro para Libertação de Seineldín²⁸¹. Autor de alguns livros sobre a vida castrense, seria mais tarde o tradutor de *Malvinas, um sentimento*, escrito pelo argentino e lançado pela editora Estandarte, a mesma do jornal *Ombro a Ombro*. O presidente de Honra do comitê era o general Tasso Villar de Aquino e o presidente, o vice-almirante Sérgio Tasso Vasquez de Aquino, ambos colaboradores dos jornais *Letras em Marcha* e *Ombro a Ombro*.

Em 1997, o Instituto Geográfico Histórico Militar Brasileiro (IGHMB), sob iniciativa do coronel R/1 Luiz Paulo Macedo Carvalho outorga ao capitán-general Augusto Pinochet a distinção de sócio correspondente da entidade, por seus livros de História. A homenagem causou a reação da mídia brasileira e protestos de entidades de direitos humanos. O *Letras*

²⁷⁹ CASAS. Juan Carlos. *Um novo caminho para América Latina*. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.77.

²⁸⁰ Tradução do autor. Segue o texto original: Hoy ante el peligro común, que padezcan nuestras soberanias y nuestras fuerzas armadas, lucha como la suya y de sus colaboradores, son protegidas por Díos y nuestros próceres, que desde de la historia nos observam. SEINELDÍN, Mohamed Ali. *Ombro a Ombro*, outubro de 1996, p.10.

²⁸¹ *Ombro a Ombro*, abril de 2002, p.11.

em Marcha saiu em defesa do oficial chileno, “líder e homem de letras”, afirmando que “era pura desfaçatez”:

“(.) esse prurido democrático exibido por esses servos ideológicos ao fazerem ecoar na nossa imprensa protestos de entidades não governamental em homenagem ao general Pinochet. Pinochet é militar da melhor escola castrense de seu país, historiador dos seus fastos históricos”²⁸²

3.9 VOTO FARDADO EM 1998

Em 1998, o *Ombro a Ombro* realizou mais uma campanha para eleger representantes dos militares para as Assembleias e o Congresso. Para o pleito de outubro, os seguintes candidatos foram sugeridos pelo jornal:

Deputado Federal /1998	UF²⁸³
Maj Ramos Magalhães	GO
Cel Francisco Ozeas	MG
Nivaldo Duarte	MS
Sgt Cil Farnei de Lacerda	PE
Ten Cel Av Luiz Roberto Moura e Souza	RN
Cap Dentista Enir Garcia dos Santos	RJ
Cap Jair Bolsonaro	RJ
Gen Nilton Cerqueira	RJ
R. Garcia	RJ
Cel Pedro Pola	RS
Renato Bolsonaro	SP

Deputado Estadual / 1998	UF²⁸⁴
Cel Miguez	MG
SubTen Elis Vidal	PR
Cel José Alves de Oliveira	PE
Cap João Vanderlei Calazans	RN
Sgt Carlos Smidt	RS
Cel Pedro Américo Leal	RS
Cel Paulo Gonçalves Roma	RS
Sgt José Maria Ibiapina Ramalho	RJ
SubTen Carlos Franco	RJ
Cel Erasmo Dias	SP

²⁸² PINOCHET, o intelectual homenageado, *Letras em Marcha*, novembro / dezembro de 1997, p.1.

²⁸³ *Ombro a Ombro*, abril de 1998. p.1 e setembro de 1998, p.7

²⁸⁴ *Ombro a Ombro*, abril de 1998. p.1 e setembro de 1998, p.7

Interessante observar a diminuição no número de candidatos, quando comparamos à eleição de 1994. Por outro lado, ao contrário da mobilização anterior, já não apareciam manifestos dos grupos, exceto alguns artigos do Guararapes. A ausência de manifestos talvez possa ser explicada através de um documento chamado Carta-Compromisso, elaborado pelo general Ibiapina, presidente do Clube Militar, e assinado pelos grupos Catarina (SC), Inconfidência (MG), Guararapes (CE), Independente 31 de Março (RJ) e Estácio de Sá (RJ). No final do documento, havia as seguintes recomendações²⁸⁵:

1. Não atacar os nossos chefes a menos que cometam absurdos contra as FFAA ou contra a Nação.
2. Usar uma boa linguagem, dura, porém, respeitosa.
3. Apresentar os fatos e definir posições sem uso de palavrões, desaforos, mentiras.
4. Expedi-las com oportunidade; não perder tempo com consultas prévias.

Em 1999, um manifesto escrito pelo tenente-brigadeiro R/1 Ivan Frota, que havia sido candidato no ano anterior à presidência da República pelo PMN, pregava “veladamente a derrubada” de Fernando Henrique Cardoso e mostrava uma série de irregularidades no governo. Entre os oficiais das três Forças que assinaram o documento, estava o general Hélio Lemos, presidente do Movimento Nativista²⁸⁶. Ambos oficiais citados na matéria publicada pelo *Jornal do Commercio* não faziam parte do grupo Carta-Compromisso, o que sugere que os grupos signatários deste acordo não participaram do manifesto elaborado por Frota.

Enquanto isso, outra manobra já estava em curso. A resposta sugerida pelo coronel R/1 Sillas Bueno - a reserva responder pelos que estão na ativa as acusações de crimes – vai tomando corpo. Formalizado em 1998, o grupo Terrorismo Nunca Mais, com sede no Rio de Janeiro e uma filial em Brasília, começa oficialmente a atuar. Dois anos depois, eles criariam sua página na Internet para deixar a sua versão da história, como mostra a *Folha de São Paulo*:

Desde maio de 2000, o grupo Terrorismo Nunca Mais, dedicado a divulgar a visão militar sobre o combate entre os órgãos de Estado e os agrupamentos esquerdistas, põe a cada quinzena, sem citar a fonte, trechos do livro na sua página

²⁸⁵ Ver anexo. CARTA COMPROMISSO DE 31 DE MARÇO, Rio de Janeiro, 31 de março de 1998.

²⁸⁶ MILITARES da reserva defendem saída de FHC, Agência Estado. *Jornal do Commercio*, Recife, 27 de julho de 1999. Disponível em http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2707/po27071.htm, acesso em 28 de janeiro de 2009, às 02:10h.

na Internet (www.ternuma.com.br), na seção "Recordando a História". Só uma parte ínfima do livro já está no site.

A gênese do livro é a irritação nas Forças Armadas com a publicação, em 1985, do livro "*Brasil Nunca Mais*", um projeto coordenado pela Igreja com a descrição de crimes cometidos pelo regime militar, como tortura e desaparecimento de opositores. Os militares tinham a impressão de que, após 21 anos de governos conduzidos por eles, os "derrotados de 1964" estavam ganhando a guerra pela hegemonia do balanço histórico sobre o período encerrado em 1985.²⁸⁷

Esta briga de versões não iria envolver só os militares da ativa e reserva, mas colocaria do outro lado civis que fizeram parte das organizações clandestinas de esquerda no regime militar e agora faziam parte do governo. Sem difundir manifestos, o Ternuma iniciou sua contrapropaganda ao governo. A Ong publicou, em 2001, no jornal *Ombro a Ombro*, o *Curriculum Vitae* de Aloysio Nunes Ferreira, secretário-geral da presidência da República, e depois ministro de Estado:

“pelo visto, no governo do atual Presidente, sempre haverá lugar para ex-terroristas, mesmo sendo este cargo o de Ministro da Justiça, o homem que entre outras atribuições, deverá combater o crime organizado, o narcotráfico, e o terrorismo, caso ele volte a ser implantado no país.”²⁸⁸

Em 2002 foi a vez da ficha do secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro aparecer no site da entidade, como mostra a *Folha On Line*:

Anos de chumbo

O Ternuma -ONG de militares da reserva que usa papéis cuja origem a esquerda atribui ao "arquivo" do Centro de Informações do Exército- colocou em seu site na Internet dados sobre Liszt Benjamin Vieira, o novo secretário de Meio Ambiente de Benedita da Silva (PT-RJ).

Monitoramento contínuo

Os militares listam ações de Liszt na guerrilha (como o sequestro do cônsul do Japão em SP, Nobuo Okuchi, em 70). Mas também atividades mais recentes, como na Eco-92, onde o secretário participou da coordenação do Fórum Global.²⁸⁹

²⁸⁷ MAGALHÃES, Mário e TORRES, Sérgio. Internet revela livro secreto. *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 2000. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200017.htm>, acesso em 9 de dezembro de 2008, às 14:37h.

²⁸⁸ TERNUMA. *Curriculum Vitae* de Aloysio Nunes Ferreira. *Ombro a Ombro*, novembro de 2001, p.7.

²⁸⁹ PAINEL, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 de abril de 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1604200201.htm>. Acesso em 9 de dezembro de 2008, às 14:37h.

Os escândalos do Congresso continuaram a mobilizar grupos de civis e militares da reserva. Em 2001, eles enviaram para os quartéis um manifesto contra o presidente Fernando Henrique Cardoso e o presidente do Senado, senador Jader Barbalho:

Militares da reserva distribuem documento criticando FHC e Jader

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE

Entidades de militares da reserva estão distribuindo nos quartéis brasileiros e na Internet um manifesto "às autoridades do país", em que acusam a "tentativa de destruição das nossas Forças Armadas" e a "anarquia no poder". O documento diz, também, que não há "nada mais constrangedor" do que a tropa ser obrigada a respeitar um presidente do Senado [senador Jader Barbalho], "acusado de ser ladrão". "Nas conversas de corredores, sabe-se que as Forças Armadas estão enojadas de participar de um governo corrupto", afirma. "Nada mais repugnante ou constrangedor do que a tropa prestar continência a um presidente do Senado que é acusado de ser ladrão. Imaginamos a humilhação do comandante que teve que cumprir esta ordem". Em seguida, critica diretamente Fernando Henrique Cardoso. "O mesmo acontece com a tropa que vai garantir a fazenda dos filhos do presidente, que até hoje não se sabe como foi adquirida e que, possivelmente, esteja ligada a algum escândalo encoberto pela ditadura hoje existente." (...) O documento aparece assinado por entidades de militares da reserva como o Grupo Guararapes (CE), o Clube Militar (RJ), o Inconfidência (MG), o Anhanguera (GO), o Independência 31 de Março (RJ), entre outros, mas não traz nenhum dos nomes.²⁹⁰

No ano seguinte, a empresária Ana Prudente, de São Paulo, participante dos grupos Atitude Nacional e das Bandeiras, organizou um encontro na cidade de Avaré para reunir os coordenadores dos demais grupos espalhados no Brasil. Quinze grupos mandaram representantes e na reunião compareceram 30 pessoas. O evento funcionou como um pequeno fórum, onde foram discutidas questões de interesse nacional, como a possível utilização da base aérea de Alcântara pelos Estados Unidos. Neste encontro, eles produziram um documento chamado carta de Avaré.

3.10 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002

Em um novo ano de eleições, a dinâmica destes grupos era bem diferente da observada nas campanhas presidenciais anteriores. Pelo menos dois grandes grupos, o Guararapes e o Ternuma, já dispunham de sites próprios para difundir suas ideias. E o uso do correio eletrônico acelerava a comunicação entre os integrantes e o público-alvo.

²⁹⁰ GERCHMANN, Léo. Militares da reserva distribuem documento criticando FHC e Jader. Agência Folha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de maio de 2001. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1505200122.htm>, acesso em 7 de março de 2008, às 13:04h.

No meio impresso, o jornal *Letras em Marcha* havia deixado de circular em 2000. Nas páginas do *Ombro a Ombro* não se viam mais a criação de grupos e a profusão de manifestos contrários à situação política, como foi observado em 1993. A campanha por candidatos militares no Congresso era organizada agora pela Confamil – Confederação da Família Militar e não diretamente pelo jornal de Pedro Schirmer, que apenas publicava os anúncios da entidade.

Um dos poucos manifestos publicados no *Ombro a Ombro*, assinado pelo grupo Quero-Quero, avaliava que, naquele momento, o país estava “marchando, sem querer, para um socialismo apátrida, ou para o caos civil, com a alternativa de uma impotência governativa, por algum tempo”. Para o grupo porto-alegrense, a constituição de 1988 não permitia que o país fosse governável, e os movimentos sociais surgiam como ameaça:

As turbas mal-intencionadas que hoje detêm o poder, ou que dele se avizinha - e seus apaniguados do crime - já estão com o dispositivo quase pronto. Estão quase neutralizadas as forças de segurança e estão mantidas condicionadas as Forças Armadas. Pouco falta para que com o governo nas suas insidiosas mãos comecem a aparecer “áreas liberadas”(MST?) e as “áreas de conflito social”(CUT? Presídios? Narcotráfico?), o que obrigaria uma reversão difícil, se todo possível.²⁹¹

O documento prossegue afirmando que “uma vez caído o Brasil, estaria aberto o caminho para a socialização de toda a América Latina”. Este futuro sinalizaria uma guerra com os Estados Unidos, cujas conseqüências seriam uma luta sangrenta ou a soberania perdida.

Os artigos publicados no *Ombro a Ombro* refletiam a falta de opção nas eleições presidenciais. No mês de maio, o coronel R/1 Erasmo Dias, vereador pela cidade de São Paulo, escreveu um artigo com base nos resultados pesquisas de intenção de voto, em que afirmava que havia “um monopólio absoluto, uma maioria maciça da esquerda e praticamente a ausência absoluta de partido e candidato contrário”. Para ele, 81% do eleitorado preferia a esquerda. Em sua análise, ele somava os 35% de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, com os 18% de José Serra, do PSDB, os 17% de Anthony Garotinho, do PSB e os 11% de Ciro Gomes, do PPS. No seu entender, estava em curso um movimento revolucionário da esquerda brasileira, de concepção gramscista, que previa entre outras coisas, a superação do senso comum, a neutralização dos aparelhos de hegemonia da burguesia, a ampliação do estado a

²⁹¹ GRUPO QUERO-QUERO. *Considerações sobre o momento atual*, Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2002. *Ombro a Ombro*, março de 2002, p.4.

“penetração intelectual e moral na sociedade”.²⁹² Por sua vez, Carlos Illich Azambuja, em um artigo publicado em junho, ressaltava que a esquerda estava unida, e que a construção de uma frente partidária era “tática permanente dos partidos comunistas”, desde o VII Congresso da Internacional comunista, em 1935.²⁹³

O governo de Fernando Henrique Cardoso, ao qual o candidato José Serra tentaria dar continuidade, também era alvo de crítica no *Ombro a Ombro*. Na edição de agosto de 2002, o jornal dedicou um editorial ao soldado brasileiro²⁹⁴, dando a entender que o governo atual havia abandonado-o:

Nunca, soldado brasileiro, foste tão desconsiderado, humilhado,
desprezado como agora por aqueles a quem caberia prestigiar-te, amparar-te,
animar-te ...²⁹⁵

No mesmo mês, um artigo na página do grupo Guararapes, de Glacy Cassou Domingues, alertava que:

Para que o plano de tomada pacífica e consentida do País, só falta a entrega oficial das chaves dos quartéis. Não foi preciso invasão ou qualquer outro ato mais belicoso, para que esse imensurável, cobiçado acervo moral caísse nas mãos do velho, mais persistente e implacável inimigo; o comunismo, hoje chamado de ESQUERDA.(...) ²⁹⁶

Em sua argumentação, ela mostra como este processo de tomada de poder se sucedeu nas Forças Armadas e na comunidade de informações:

Começou ainda com o Presidente deposto, que a primeira promessa que fez ainda candidato, foi acabar com o «famigerado»²⁹⁷(sic) SNI. Ele começou e seu sucessor arrematou. Logo percebeu que não poderia ficar sem um serviço de informações e criou a ABIN. Mas, não era mais o eficiente órgão treinado com gente capacitada e devotada, com o compromisso apenas do bem estar do País. Era agora, o KGB. E aos poucos, medidas iam sendo tomadas aparentemente inofensivas, mas que iam minando as forças do inimigo, as Forças Armadas. Os instrutores da Academia Militar das Agulhas Negras(AMAM) (sic²⁹⁸), por exemplo, eram escolhidos entre os que mostravam alguma simpatia às ideias do governo. Ali,

²⁹² DIAS, Erasmo. O movimento revolucionário da esquerda brasileira. *Ombro a Ombro*, maio de 2002, p.7.

²⁹³ AZAMBUJA. Carlos, Illich. Construção da frente, tática permanente dos partidos comunistas. *Ombro a Ombro*, junho de 2002, p.8

²⁹⁴ O dia do soldado é comemorado no aniversário de Caxias, 25 de agosto.

²⁹⁵ SOLDADO Brasileiro!, editorial, *Ombro a Ombro*, agosto de 2002, p.1

²⁹⁶ DOMINGUES. Glacy Cassou. GRUPO GUARARAPES. À direita volver. Fortaleza, 16 de agosto de 2002. Disponível em <http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/msg.asp?msg=48>, acesso em 15 de março de 2009, às 13h.

²⁹⁷ Grifo da autora.

²⁹⁸ Grifo do autor.

os cadetes iam tendo sua lavagem cerebral, sem se aperceberem do fato. Quando chegavam nos quartéis já como oficiais, cumpriam sua tarefa fazendo a cabeça da tropa a seu comando, às vezes, sem saber a intenção da instrução. Aos mais graduados, no auge de suas carreiras foram oferecidos cargos fora do País, ou postos que aparentemente eram prêmios, mas implicavam em compromisso de trair a Instituição exemplo de disciplina, hierarquia, que os tornou homens, até então, patriotas. Não agüentaram a tentação.(...)

Tiraram o status de Ministros dos Oficiais Gerais das Forças Armadas, e deram a um civil que talvez nem saiba a diferença das divisas de um cabo, das de um sargento. Junto com as medidas que iam sendo tomadas, vinha o corte de recursos para manter os quartéis e bases, a instrução da tropa, a alimentação dos soldados, conservação de material, combustíveis, das instalações militares.(...)

Tomara Excia, que o feitiço vire contra o feiticeiro. E se isso acontecer, não tenha medo, o barulho que vai ouvir serão apenas os aplausos do povo, dos soldados das três Forças Armadas. Nos Regulamentos Disciplinares dos militares não existem as palavras VINGANÇA, ÓDIO, IDIOSINCRASIA²⁹⁹.

Na edição de setembro do jornal *Ombro a Ombro*, o general R/1 Sérgio de Avelar Coutinho fez um panorama do pleito do próximo mês e avaliou o quadro eleitoral como exclusivamente “sinistro”. Para Coutinho, as alternativas atuais para o eleitor eram de esquerda porque o centro não cumpriu o seu papel e os partidos de direita não tinham expressão. Segundo o autor, em 1998, ocorreu algo semelhante, as opções do eleitor brasileiro fecharam-se completamente, e “a nação teve de fazer a escolha pelo mal menor”.³⁰⁰ Ele descreve Luiz Inácio Lula da Silva como socialista, xenófobo e radical, e a sua legenda como laborista e nasserista. Em sua análise sobre a ideologia do PT, ele afirma que o partido adota a conformação gramsciana, embora não seja marxista.

Assinado no dia 15 do mesmo mês, outro artigo do Guararapes reclamava a falta de opções e sugeria votar nos candidatos menos cotados nas pesquisas de intenção de voto, como uma forma de superar o dilema entre o continuísmo do governo Fernando Henrique e a implantação de uma república socialista:

“Estão aí as eleições. E os brasileiros que só pensam no bem do País, numa dúvida cruel. Na situação de ‘no mato sem cachorro’. As duas candidaturas à frente nas pesquisas: - de um lado, o candidato de um partido que, manifestando o propósito de conquistar o PODER democraticamente, não consegue esconder a intenção de fazer deste País uma república socialista; de outro, um candidato escolhido a dedo para a continuação do desgoverno atual; candidato no qual são apostadas todas as fichas do próprio governo, à custa do contribuinte, como é norma. E de há muito já se pode prever a exploração que vem aí, ou melhor, que já começou: é preciso votar ‘nele’ para evitar o ‘desastre’ que seria a eleição do ‘outro’. Um ou outro, trocado por qualquer outro candidato, pior não poderá ser. Só nos resta, pois, a esperança de votarmos – e batalhar para que outros e muitos outros o façam – numa das opções restantes. Mas cada um de nós que faça sua própria opção, estudando seriamente o passado e os feitos dos demais candidatos

²⁹⁹ Idem

³⁰⁰ COUTINHO, Sérgio de Avelar. *Ombro a Ombro*, setembro de 2002, p.6

apresentados. Vencendo qualquer destes, PIOR NÃO SERÁ. Certamente, MELHOR SERÁ”.³⁰¹

No mundo virtual, o Ternuma disponibilizava em seu site um artigo de Olavo de Carvalho, publicado no *Jornal da Tarde*, em 16 de setembro, no qual ele avaliava, de forma mais radical, que:

“É notório que os concorrentes do sr. Luís Inácio da Silva, ao mesmo tempo em que se pegam a tapa, fazem o possível e o impossível para deixar a salvo de qualquer arranhão mais sério a imagem do seu adversário maior. É que entre os quatro há algo mais que a comum ancestralidade ideológica: há um compromisso ao menos tácito de evitar qualquer iniciativa que possa prejudicar, acima de algum deles em particular, a hegemonia esquerdista à qual todos devem sua presença no cenário político nacional”.³⁰²

Para o filósofo, o candidato do PT era o símbolo e a encarnação do esquerdismo triunfante e, por isso, seria poupado por seus adversários. Além disso,

“O sr. Inácio, com efeito, é, ao lado de Fidel Castro, o maior propagandista e patrono das Farc no mundo, e as Farc, através de Fernandinho Beira-Mar, são a principal fonte fornecedora de cocaína ao mercado nacional. Os documentos que provam isso são notórios e abundantes: de um lado, sucessivos pactos de solidariedade assinados no Foro de São Paulo entre o candidato e a narcoguerrilha, publicados no jornal oficial cubano ‘*Granma*’ e ao alcance de qualquer navegador da Internet”.³⁰³

Com tom mais moderado, o editorial do *Ombro a Ombro*, preparado antes do resultado das urnas e publicado em outubro, já levava em conta o favoritismo de Lula na corrida presidencial e afirmava que era “alvissareira”, “a rejeição de três quartos do eleitorado ao modelo econômico de Fernando Henrique Cardoso”, o que dá a entender que para o jornal, naquele momento, o menor dos males era o PT:

“O próximo presidente da República será forçado a transcender as suas limitações pessoais e repensar os seus condicionamentos políticos, se não quiser que a expectativa de seus governados se transforme em uma ilusão trágica. Como cidadãos e patriotas, esperamos que ele seja bem sucedido em sua missão”.³⁰⁴

³⁰¹ GRUPO GUARAPES. Pior não será. Fortaleza, 15 de setembro de 2002. Disponível em <http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/msg.asp?msg=51>, acesso em 14 de março de 2009, às 23h.

³⁰² CARVALHO, Olavo. Democratizando a culpa. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 26 de setembro de 2002. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/culpa.htm>, acesso em 15 de março de 2009, às 13h.

³⁰³ Idem

³⁰⁴ ELEIÇÕES e expectativas, editorial, *Ombro a Ombro*, outubro de 2002, p.1

No mês seguinte, o *Ombro a Ombro* analisava que a vitória de Lula veio “dos votos dos seus fiéis súditos partidários de todas as eleições”, cerca de 30% do eleitorado, ”somados aos votos de repúdio ao continuísmo de FHC”. Para o jornal:

“A nação...aguarda esperançosa o fim dos desmandos que levaram nosso país a um estado de debilidade que acelerou a criminalidade, espalhou a violência e a insegurança que atormentam o nosso povo....”³⁰⁵

Se a expectativa era positiva em relação a Lula, a visão que o jornal tinha do Partido dos Trabalhadores era menos favorável. Para ter êxito na presidência, o editor sugeria que o “radicalismo pedante” das alas do partido ligadas ao MST, às Farc e ao Foro de São Paulo, fossem neutralizados, e que o governo percebesse “o que é bom, o que é mau, escoimando a nefasta política da oposição sistemática”. Para o *Ombro a Ombro*, a administração Lula deveria por fim a práticas revanchistas e de menosprezo às Forças Armadas - uma crítica clara ao antecessor, Fernando Henrique Cardoso. E pediam para que escolhesse um ministro da Defesa de origem castrense.

A coluna *Acorda Brasil*, do mesmo jornal, informava que, embora “Luiz Ignácio (sic) tenha declarado que porá nas chefias das estatais só funcionário de carreira”, “as palavras do ‘chefão’ antagonizam a realidade”. Para o colunista, que assinava com o pseudônimo V.Cincinato³⁰⁶, “o primeiro plano do PT” era “colocar nos diversos postos elementos fiéis que servem de olhos e mão de ferro dos políticos”.³⁰⁷

Menos preocupado com o partido e mais atento à política internacional, o coronel R/1 João Batista Pinheiro, do grupo Guararapes, escreveu um artigo ao jornal, intitulado *Sem medo do Lula*, no qual avaliava a balança de poder mundial:

“Nem socialismo, nem gramscismo, nem comunismo, nem neoliberalismo. O verdadeiro perigo que o mundo de hoje vive é a arrogância do primeiro

³⁰⁵ Vitória do PT, editorial, *Ombro a Ombro*, novembro de 2002, p.1

³⁰⁶ Lucio Quinto Cincinato foi um general romano, a quem o senado atribuiu as funções de cônsul para resolver algumas contendas da república. Depois de cumprida a sua missão, afastou-se do poder para se dedicar às atividades pastoris. Quando a ameaça dos bárbaros chegou às fronteiras da república, Cincinato foi convocado mais uma vez, agora com os poderes de ditador. O mito de Cincinato é utilizado na política para se reforçar a imagem do salvador desinteressado, como conta Raoul Girardet:

“..uma imagem legendária é, de qualquer modo, a de um velho homem, que se tornou ilustre em outros tempos nos trabalhos de paz ou da guerra. Exerceu com honra altos cargos, grandes comandos, depois escolheu um retiro modesto, longe dos tumultos da vida. Interrompendo uma velhice tranqüila e respeitada ... a angústia de todo um povo bruscamente confrontado a desgraça e o chama ou o traz de volta à frente do Estado.. sua tarefa é apaziguar, proteger, restaurar.” GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.87.

³⁰⁷ CINCINATO, V, *Acorda Brasil*, *Ombro a Ombro*, novembro de 2002, p.4.

mandatário do rico irmão do norte. A grande fera adestrada por eles é o mercado.... Com o mercado em uma mão e o poder bélico na outra são praticamente imbatíveis... A Farc, o Hugo Chavez, o Fidel, o PT, o MST, e outros rebeldes são peixes miúdos; com algumas palmadas no traseiro e algumas reprimendas ficam de castigo no canto da sala. (...) Não devemos temer o Lula. Com sua limitação cultural, o Lula pode ser o homem. Basta ter bom senso e mais cuidado para não perder outra parte importante do corpo numa prensa".³⁰⁸

Em que pese o Guararapes e o *Ombro a Ombro* terem reconhecido a vitória de Lula, e com isto, utilizado maior moderação em seus textos, para os integrantes do Ternuma, a anticampanha estava apenas começando. Seguindo a tática de publicar fichas dos ex-militantes do comunismo e das vítimas da guerrilha, no fim de outubro o Ternuma disponibilizou em sua página na Internet informações sobre crimes cometidos na época da ditadura, como mostra o jornalista Feichas Martins, colunista da Agência Brasileira de Notícias:

Nem foi proclamada oficialmente a vitória de Lula, e o grupo "Terrorismo Nunca Mais"- "Ternuma"- entra em campo com denúncias de uma série do que considera assassinatos cometidos por militantes da esquerda brasileira, inclusive do PT, contra civis e militares brasileiros, no período do regime militar, no mês de outubro.

Como esta coluna está aberta a todas as correntes de pensamento e ação, no objetivo de formar e informar, o "Ternuma" envia-me email reverenciando os que tombaram "pela fúria política de terroristas", afirmando que "os seus assassinos, sob a mentira de combater uma ditadura militar, na verdade queriam implantar uma ditadura comunista em nosso País. Para isso, atentaram contra o Brasil desprezando os direitos humanos verdadeiros e os princípios realmente democráticos". (...) "Os mortos acima relacionados não dão nome a logradouros públicos, nem seus parentes receberam indenizações, mas os responsáveis, diretos ou indiretos, por suas mortes dão nome a escolas, ruas e estradas"- conclui o grupo "Ternuma".³⁰⁹

O grupo também disponibilizou informações sobre Dilma Roussef, então secretária de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul, indicada para compor a equipe de transição do governo Lula. A *Folha On Line* usou parte destes dados para compor um perfil da nova integrante do governo:

Dilma também já foi filiada ao PDT. Segundo a ONG Ternuma, ela foi presa política em São Paulo em 16 de janeiro de 1970. Era conhecida na clandestinidade pelos codinomes Estela, Luiza, Patrícia e Wanda. Foi militante em 1967 da Política Operária (POLOP) em Minas Gerais, junto com seu marido Claudio Galeno de Magalhães Linhares, conhecido na época pelos codinomes Aurélio e Lobato.(...) Saiu da POLOP e, também com seu marido, ingressou no

³⁰⁸ PINHEIRO, João Batista. Sem medo do Lula, *Ombro a Ombro*, novembro de 2002, p.3.

³⁰⁹ MARTINS. Feichas. "Ternuma" inicia oposição com denúncias. Agência Brasileira de Notícias. Brasília, 28 de outubro de 2002. Disponível em <http://www.abn.com.br/colfeichas281002.htm>, acesso em 14 de março, às 23h.

Comando de Libertação Nacional (COLINA), tendo sido eleita, em abril de 69, membro do comando nacional. Ela acompanhou a fusão entre o COLINA e a Vanguarda Popular Revolucionária, que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P). Em setembro de 69, participou como convidada - só com direito à voz - do 1º Congresso da VAR-P, realizado numa casa em Teresópolis. Nessa ocasião, Darcy Rodrigues, um ex-sargento do Exército oriundo da VPR, tentou agredi-la, sob a ameaça de Dilma não mais poder participar das ações armadas.³¹⁰

Desde então, o Ternuma continuou publicando informações sobre os ex-militantes de esquerda na luta armada³¹¹.

3.11 MENSALÃO

Em setembro de 2004, a revista *Veja* publicou uma reportagem que denunciava o esquema de compra de votos por parte do PT, no qual a legenda se comprometia a pagar 150 mil reais pelos votos de cada deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Segundo a *Veja*, os dez milhões de reais necessários para isso não saíram do erário e sim dos cofres do próprio Partido dos Trabalhadores. Esta seria a primeira de uma série de reportagens da revista que revelariam uma rede de corrupção e lavagem de dinheiro que teria ramificações no Congresso, na Empresa de Correios e Telégrafos e em empresas da iniciativa privada.

A repercussão do caso Mensalão arranhou a imagem do PT. Sempre atuando como oposição aos governos que se sucederem na Nova República, o partido até então não havia se envolvido em nenhum caso grave de corrupção. Depois de dois anos de poder, seus integrantes estariam no banco dos réus perante a opinião pública.

No dia 5 de junho de 2005, o grupo Guararapes enviou uma carta ao presidente da República, no qual demonstra o descontentamento com a conduta do partido e com o tratamento dispensado pelo governo às Forças Armadas:

Em 2002, o povo elegeu Vossa Excelência para o mais elevado cargo público da Nação Brasileira. Muitos tinham uma esperança de mudança, não só no campo econômico, mas nos costumes políticos que desgraçavam o Brasil. Aí se encontrava e se encontra a desgraça da pobreza do nosso País. Começou-se a temer pelo nosso destino. Políticos, tão atacados pelo seu Partido no passado, passaram a

³¹⁰ RIPARDO, Sérgio. Veja perfil de secretária de Energia do RS, indicada para equipe de Lula. *Folha On-Line*, São Paulo, 5 de novembro de 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u42152.shtml>, acesso em 14 de março de 2009, às 22h.

³¹¹ Em 2008, eles anunciaram em um out-door na avenida presidente Vargas, uma das mais movimentadas do centro do Rio, que os arquivos da ditadura seriam abertos. A publicidade visava atrair visitantes para o site da entidade, onde há uma série de dados sobre as vítimas das ações dos grupos de esquerda.

sentar-se na MESA DO PODER e a influir nas ações do seu Governo. Começou-se a sentir que os "300 picaretas" (como V Exa teve a coragem de alcunhar quando se candidatava à Presidência) se banquetavam e novos picaretas chegavam e eram abraçados até por Vossa Excelência. Dizer que o Presidente não sabia sobre eles não convence, pois é para isso que o governo dispõe de um Serviço de Informações (a ABIN), que tem o dever de informar ao Governo tudo que está errado e é ilícito, para fundamentar as decisões presidenciais, inclusive para a nomeação de pessoas para cargos públicos, pois são todos, afinal, de confiança.

(...)

Nessa balbúrdia, vemos as Forças Armadas caladas, humilhadas, sem rumo e sem destino, sujeitas à hierarquia e à disciplina que lhes restringem manifestar-se, senão pelo pessoal da reserva. Na certa, falam nos seus ouvidos, Presidente, que há saudosismo e o que elas querem é voltar ao Poder. Esqueça. Elas não desejam o Poder, senão para defender a Pátria. Elas querem é dignidade. Elas querem cumprir com o DEVER e com o que está escrito na Constituição. As Forças Armadas, por formação, são pela LEI e odeiam a bandalheira, a canalhice, o roubo, a mentira e a falsidade. Não foram elas que tiraram COLLOR do Poder. Não foram elas que mataram Getúlio. Não foram elas que deram causa ao movimento de 64, mas que atenderam ao apelo popular e da imprensa para salvar a Democracia.

(...)Vossa Excelência não recebe as esposas dos militares que lutam por suas causas justas, como V Exa fazia como líder sindical. Elas não são leprosas nem criminosas. Mas Vossa Excelência, incoerentemente, recebe criminosos porque subversivos do MST, a maioria de falsos rurais sem terra, com dinheiro e recursos outros à larga, muitos vindos do próprio governo; e o faz com riso acovardado e ainda deslustra o cargo colocando o boné vermelho na cabeça, símbolo da violência do socialismo-comunista. Isso não lhe acode como um insulto a toda a Nação? Vossa Excelência, se não se cuida e atenta para a verdade que lhe dizem, mesmo a que dói, será posto para fora do cargo pelo voto, pelos que sofrem, pelos jovens sem escolas, pelas caras pintadas, pois nem mais rosto os amigos de Vossa Excelência têm, pois até de se ajoelharem já são capazes para pedir aos canalhas que os salvem.³¹²

No dia oito de julho, o assessor do PT no Ceará, José Adalberto Vieira da Silva, que trabalhava para o irmão de José Genoíno, então presidente do partido, foi preso pela Polícia Federal com cem mil dólares escondidos sob a cueca.³¹³ Com a repercussão deste escândalo, Genoíno pediu afastamento da presidência do partido.

Em meados do mês, o presidente Lula, que até então vinha evitando a imprensa, deu uma entrevista em Paris para Melissa Monteiro, uma brasileira que trabalhava como produtora *free-lancer* na França. O vídeo foi comprado pela rede Globo, que o exibiu no programa Fantástico. Nele, Lula afirmava que apuraria o caso até o final. No entanto, reconheceu que sob o ponto de vista eleitoral, o que o PT fez, apesar de errado, era feito sistematicamente no

³¹² GRUPO GUARARAPES. Excelentíssimo Senhor Presidente. Fortaleza, 7 de junho de 2005. Publicado em 06 de agosto de 2005. Disponível em <http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/msg.asp?msg=132>, acesso em 15 de março de 2009, às 17h.

³¹³ GALLI, Ana Paula. ENTENDA o escândalo do Mensalão. *Época*. São Paulo, 22 de agosto de 2007. Especial disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78680-6009,00-ENTENDA+O+ESCANDALOB+DO+MENSALAO.html>, acesso em 15 de março de 2009, às 16h.

Brasil.³¹⁴ A partir do material exibido no Fantástico, Augusto César C. Barros, do Ternuma-Brasília, escreveu um artigo em que salientava:

Ao assistir a entrevista do Presidente Lula no programa Fantástico da Rede Globo(...), fiquei com a impressão de que este senhor pensa que nós todos somos ignorantes ou indo para o português mais claro burros, imbecis e idiotas e subestimam nossa inteligência. (...)³¹⁵

Outro texto, de Carlos Alberto Cordella, também do Ternuma-Brasília, chamava o PT de “Pilhadores do Tesouro” e afirmava que o partido

“Salvacionista, promoveu um verdadeiro arrastão nos cofres públicos, tudo sob a complacência dos melhores congressistas que o nosso dinheiro pode comprar. E o presidente, indiferente a tudo, e seu partido, uma gangue de punhuistas, tentam passar a nação que Lula nada sabia. Passa-nos também a ideia de tratar-se de um caso típico de idiotia compulsiva. Deveriam colocar à frente do Palácio do Planalto um *outdoor* com os seguintes dizeres: “Neste governo é proibido roubar, não permitimos concorrência”.³¹⁶

No mês seguinte, foi aberta a CPI do Mensalão. Seguindo a rota do dinheiro, as investigações da imprensa e da Polícia Federal mostraram ao público que o esquema de propinas incluía lavagem de dinheiro e utilização do caixa dois dos partidos. Apurou-se que o principal mentor do esquema de compra de votos era o ex-chefe da Casa Civil, José Dirceu; o operador das remessas para fundos de campanha era o empresário Marcos Valério; e o responsável pelas negociações no PT era Delúbio Soares, tesoureiro do partido. A rede de articulações do mensalão e do caixa dois de campanha incluía uma empresa no Uruguai, outra nos Estados Unidos, além das empresas de Valério. Soube-se mais tarde que um esquema parecido já havia sido montado no governo Fernando Henrique, quando o senador Eduardo Azeredo, do PSDB, mantinha contato com Valério para arrecadar fundos para sua campanha. A lista de envolvidos reuniu 19 congressistas, - políticos petistas, aliados governistas e até

³¹⁴ ENTREVISTA com Lula. Fantástico, 17 de julho de 2005. Disponível em <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA997182-4005,00.html>, acesso em 15 de março de 2009, às 19:55h

³¹⁵ Disponível em <http://www.ternuma.com.br/bsb165.htm>, acesso em 15 de março de 2009, às 19:10h.

³¹⁶ CORDELLA, Carlos Alberto. Há palavras que choram e lágrimas que falam. Ternuma Brasília. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/bsb166.htm>, acesso em 15 de março de 2009, às 19h.

um da oposição³¹⁷. Na lista das empresas supostamente beneficiadas, estava a Game Corp, cujo um dos sócios era o filho do presidente Lula. Ao longo de todo o processo, dois ministros foram afastados. Antônio Palocci, da Fazenda, e José Dirceu, da Casa Civil.

Neste período, apesar das graves acusações e do envolvimento de um número maior de pessoas, empresas e instituições do governo, nada foi comprovado em relação à participação direta do presidente da República no caso. Embora a oposição tentasse associá-lo aos esquemas do mensalão e de financiamento ilegal de campanha, a imagem do presidente parecia imune ao caso. No entanto, a credibilidade do PT foi duramente atingida.

Em dezembro de 2005, a última das 211 edições do jornal *Ombro a Ombro* era publicada. O seu editorial, intitulado *Rumo a 2006*, afirmava que se Lula se reelegesse em 2006, haveria “um atraso histórico no país”. Para o jornal,

Ninguém pode negar que a garra do presidente Lula para disputar a reeleição é mais do que política. O seu apego ao poder e a luta pela manutenção da imagem cristalina são uma amostra clara de que ele será capaz de qualquer coisa em 2006. Operações criminosas, transações de Marcos Valério, o roubo do Erário, caixa dois, falsos empréstimos, mensalão, formação de quadrilha, uma “piada de salão”... enfim, somos todos idiotas.³¹⁸

Em janeiro de 2006, ano de eleição presidencial, o grupo Guararapes pedia o impeachment do presidente Lula:

O GRUPO GUARARAPES tem se caracterizado pela moderação, pois não adianta tocar fogo no País. Pensa, agora, que chegamos a tal ponto de degradação do comportamento humano, que não podemos deixar de aumentar a nossa voz para que alguma providência seja tomada. De logo estamos ao lado da ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, que começa a colher dados para dar início ao IMPEACHMENT do Presidente. Até esse documento nunca tínhamos falado a respeito dessa providência, pois não havia certeza da responsabilidade do Chefe da Nação no descalabro a que chegamos. Para que bem se compreenda esse documento há que se entender a posição firme do GRUPO nos seguintes pontos fundamentais: Nada temos contra alguém, contra qualquer Partido Político, não defendemos centro, direita ou esquerda e sim o PAÍS, que deve ser colocado acima das paixões e das conveniências pessoais e, finalmente, abraçamos as ideias de Thomas Jefferson e Santo Agostinho que nos ensinaram respectivamente: "o homem público e, como tal, não pode estar protegido por nenhum tipo de sigilo" ou "estado sem valores é igual a uma quadrilha"(...) O GRUPO GUARARAPES só deseja a verdade. A Nação sofre a falta de caráter de seus homens públicos. Tudo será resolvido, caso seja

³¹⁷ A lista pode ser vista em: CÂMARA absolveu 12 suspeitos de envolvimento com o "mensalão"; veja nomes. Folha on-line. São Paulo, 08 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ult96u87563.shtml>, acesso em 15 de março de 2009, às 16h.

³¹⁸ RUMO a 2006, editorial, *Ombro a Ombro*, dezembro de 2005. p.1

colocado na entrada de cada prédio público o pensamento do grande RICHELIEU: "NÃO HÁ MAIOR CRIME CONTRA O INTERESSE PÚBLICO DO QUE TRATAR COM INDUGÊNCIA QUEM DILAPIDA O ERÁRIO". IMPEACHMENT. NÃO HÁ OUTRA SOLUÇÃO!

3.12 MINISTÉRIO DA DEFESA

Uma das recentes polêmicas envolvendo estes grupos tem a ver com a pasta da Defesa. Já em 2003, o então ministro da Defesa José Viegas levou ao presidente Lula exemplares do jornal *Ombro a Ombro* para mostrar a insatisfação dos militares. Ele havia recebido o tablóide em uma cerimônia no Clube Militar. A publicação se referia “estar em curso uma campanha odiosa contra as Forças Armadas, originária de segmentos revanchistas e ideológicos que galgaram a escada do poder³¹⁹”:

“Ainda, segundo o jornal, há a intenção do governo em prejudicar as Forças Armadas na reforma da Previdência, ainda por conta da intervenção militar no país para impedir a *cubanização* do Brasil.”³²⁰

Anos mais tarde, a atuação de Nelson Jobim como ministro suscitou nestas entidades uma série de críticas, bem mais contundentes que as dirigidas ao seus antecessores. Jobim, que já havia sido recusado dois convites para exercer o cargo, foi saudado na imprensa como forte o suficiente para aplacar a crise do controle aéreo. Mas a capacidade do novo ministro seria contestada ainda mais por estes grupos. Um dos generais do Ternuma-Brasília explica o motivo:

As posições do ministro Jobim são mais incisivas, o que enseja respostas mais incisivas. O ministro Waldir Pires pouco ou nada fez na frente do ministério, enquanto que o ministro Jobim é uma raposa felpuda: foi presidente do STF, deputado federal. Com a projeção política que ele tem, ele possui uma maior visão da situação brasileira e toma posições que são contestadas.³²¹

Carlos Alberto Cordella, em um artigo para o Ternuma-Brasília, apresentou o atual ministro da seguinte forma:

³¹⁹ *Jornal do Commercio*, 27 de fevereiro de 2003 In: *Ombro a Ombro*, março de 2003, p.1.

³²⁰ *Idem*

³²¹ Entrevistado pelo autor em 7 de agosto de 2008.

“(…) Nelson Jobim, tão logo assumiu o cargo, publicamente fez uma ameaça aos militares, creditando a si poderes que a Constituição não lhe outorga. Na cerimônia de posse foi desrespeitoso com seu antecessor, ao qualificá-lo como incompetente. Fantasiou-se de General de Exército, como se estivesse num baile à fantasias, e arrota ser o comandante das Forças Armadas. Sua última peripécia foi afirmar que levará os militares, mesmo da reserva, a depor sobre a Guerrilha do Araguaia.”³²²

O que parece estar em jogo é manutenção de uma visão na qual somente *manu militari* é possível de tratar da Defesa. Para agravar o quadro, enquanto o novo ministério tentava resolver os impasses relacionados à crise aérea, novos atritos foram surgindo na relação entre a alta oficialidade e o gabinete.

Em 29 de agosto de 2007, a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência lançou o livro *Direito à Memória e a Verdade*, com a versão do ministério da Justiça sobre os mortos no regime militar. Nelson Jobim compareceu ao lançamento e deu apoio à causa. No final de seu discurso, ele tentou passar a imagem de uma instituição afinada com o trabalho do secretário de Direitos Humanos Paulo Vannuchi:

Não se trata de questão de governo, trata-se, sim, de questão de Estado. Portanto, senhor Secretário, as palavras de Vossa Excelência, referindo-se expressamente à colaboração que tem recebido das Forças Armadas na busca e no exercício da atividade vital de proteção aos direitos humanos, mostra efetivamente que todos nós, fardados ou não, temos um compromisso, um compromisso com o povo brasileiro e com a história do Brasil.³²³

Por outro lado, a alta oficialidade parecia seguir em outro tom. Um dos oficiais do Alto Comando do Exército, general Luiz Edmundo de Carvalho, que comandava o Estado-Maior - e interinamente o Exército -, ameaçou criticar publicamente o livro. O ministro, por sua vez, proferiu em uma solenidade no congresso, que “teria resposta” quem reagisse. Em conversa com o general, Jobim ameaçou a demitir todo o Alto Comando.³²⁴ No site do Ternuma, o artigo *Tamanho não é documento*, do general (R/1) Agnaldo Del Nero Augusto (Ternuma-Brasília), contestou o teor das denúncias do livro:

³²² CORDELLA, Carlos Alberto. *Um ornitorrinco no ministério da Defesa*. Ternuma. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/354.htm>, acesso em 08 de julho de 2008, às 11:57h.

³²³ Discurso do ministro da Defesa, Nelson Jobim, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos Palácio do Planalto, Secretaria da Presidência da República, Ministério da Defesa, 29 de agosto de 2007. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/UserFiles/File/ditadura.pdf>, acesso em 15 de setembro de 2008, às 16:06h.

³²⁴ GENERAL provoca o quinto atrito entre militares e governo. Agência Estado. *A Tribuna do Norte*, Natal, 20 de abril de 2008, disponível em <http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=73289>, acessada em 27 de julho de 2008, às 16:52h.

É esperar para ver se nessa história fabulosa constam os assassinatos de inocentes sentinelas, gerentes e guardas de banco, o do inocente major alemão morto por ser confundido com o boliviano Gari Prado, para vingar a morte do “Che”, o assassinato do industrial Henning Boilesen, do major José Júlio Toja Martinez, do delegado Otavio Moreira Júnior. O assassinato cruel, por esfacelamento do crânio a coronhadas do tenente PM/SP Alberto Mendes Júnior e dezenas de outros assaltos e seqüestros. Talvez o sr. Paulo Vannuchi não tenha pleno conhecimento desses crimes. Todavia, espero ver se o assassinato de Márcio Leite de Toledo, companheiro militante de seu partido, a ALN, catalogado com a cínica denominação de “justiçamento” é revelado. Este episódio ele deve conhecer em detalhes e, se for ocultado, será para mim o parâmetro para avaliar essa “coisa”, produzida nos **porões do Planalto. (...)**

O Alto Comando do Exército reuniu-se nesta tarde. Aguardemos.

Ninguém está pensando em virar a mesa. Mas reagir é preciso e reagiremos à impostura. Pela verdade estamos implorando há tempos. A culpa maior é nossa. Mas temos que pensar sobre o efeito que essas versões distorcidas exercem sobre nossa mocidade. Que moral terão os militares sobre seus jovens subordinados se esses aceitarem as versões que os revanchistas têm veiculado.³²⁵

Mais uma polêmica, desta vez com a divulgação por parte dos comandantes militares de uma nota de repúdio ao lançamento do livro. O general-de-brigada (R/1) Paulo Chagas (Ternuma-Brasília) escreveu o seguinte:

A atitude firme e ponderada do Alto Comando reafirma a maturidade, o preparo e a disposição do Exército para cumprir e assumir as responsabilidades que lhe incumbe a sociedade no texto constitucional.

Foi uma boa lição para todos. O Ministro pode apreciar a verdadeira dimensão de seu poder e aprendeu que a liderança militar é algo consentido e intimamente associado à humildade. A sociedade comprovou que pode continuar a confiar no bom senso e nas atitudes dos homens a quem confia o último recurso da razão. O Governo, por sua vez, deve ter aprendido que o Exército é “disciplinado, mas não está morto”.³²⁶

Poucos dias após, já no início de setembro, o ministro fez uma visita às tropas brasileiras no Haiti. Lá, Jobim vestiu um uniforme militar, protagonizando nova polêmica. O ato foi interpretado como agressão ao estatuto dos militares. Um dos integrantes do Ternuma em Brasília, coronel R/1 Cícero Novo Fornari, entrou com uma representação no Ministério Público Militar (MPM) contra a atitude do ministro. Com base no artigo 172 do Código Penal Militar, denunciava o uso indevido “uniforme, insígnia ou distintivo militar” por parte de Jobim. Assegurava que ele “usurpou a imagem de um general-de-exército” e que iludia os

³²⁵ Disponível em www.ternuma.com.br/bsb340.htm, acesso em 8 de julho de 2007, às 11:59h.

³²⁶ CHAGAS, Paulo. *Uma boa lição para todos*. Ternuma, disponível em <http://www.ternuma.com.br/bsb341.htm>. Acesso em 8 de julho de 2008, às 11:59h.

menos esclarecidos ao “fazer alguém acreditar em algo que não é verdadeiro”.³²⁷ O pedido foi indeferido duas vezes e o processo foi arquivado pela procuradoria do MPM. No artigo *A fantasia de general*, Carlos Alberto Cordella mostra Jobim como o “mais novo sátiro do picaresco governo protagonizado pelo Sr. Lula da Silva”. Em outra passagem, ele se refere ao ministro como “aquela figura grotesca usurpando a farda de General de Exército (sic). Era o novo bobo da corte do Rei Robalo”.

A questão do controle aéreo e o retorno à normalidade nos aeroportos do país foram os motes para criticar o ministro e o governo. E os fatos que depunham contra Jobim, na opinião dos integrantes dos grupos, pareciam somar-se como uma bola de neve. A demora na aprovação da proposta de reajuste dos militares fez com que se renovassem as críticas:

Uma pessoa amiga, movida por belas intenções, solicitou-me que deixasse de fazer carga contra o ministro da Defesa, pois que essa autoridade estaria comprometida, de corpo e alma, com a reestruturação das Forças Armadas e decisivamente empenhado com a justa solução para a penúria remuneratória dos militares, além de declarar-se tentando pôr fim à anarquia por que passa a aviação civil brasileira. Considerei o pedido, movido por disciplina intelectual e pela crença nos chefes. Os fatos, no entanto, vem mostrando o quanto pecamos pela nossa ingenuidade.(...)

O ministro Néelson Jobim, fardado de canhestro e bisonho oficial general, empenhou a sua palavra, acenando com reajuste para os militares a ser anunciado, no máximo, em dezembro, com retroação de uma primeira parcela, a contar de setembro de 2007. **Os homens verdadeiramente fardados, como sempre crédulos com o que falam seus chefes, acreditaram no blefe de um político. Afinal, ele estava uniformizado e a farda, para os militares, é o manto que sublima o compromisso de levá-los, até, ao sacrifício das próprias vidas. Ledo engano. (...)**³²⁸ (grifo deles)

O jornal do grupo Inconfidência, na edição de maio de 2008, publicou uma nota sobre o fato de que Jobim, quando fora deputado da constituinte (PTB), haveria manipulado a redação da Carta para que em um dos artigos sobre o pagamento da dívida externa, os credores fossem beneficiados. Um artigo do Ternuma, publicado em setembro do ano anterior, já o tinha qualificado como “falsificador confesso da constituição brasileira”:³²⁹

SAIBA COMO FOI FRAUDADA A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Não dá para entender por que razão a mídia gaúcha ignorou o seminário que a Ajuris promoveu no dia 18 de abril para discutir o trabalho de Adriano

³²⁷ MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. PROTOCOLO Nº 0969/2007. Diário Oficial da União- Seção 3- nº 189- pág. 113. Disponível em <http://www.mpm.gov.br/site/mpm/servicos/assessoria-de-comunicacao/sintese/2007/outubro/2007-10-01.pdf>, acesso no dia 7 de março de 2008, às 18:23h.

³²⁸ ESPÍNDOLA, Paulo Carvalho. Hipócritas, cínicos e incompetentes, Ternuma, disponível em <http://www.ternuma.com.br/bsb384.htm>, acesso em 08 de julho de 2008, às 11:55h.

³²⁹ SILVA. Murillo Neves Tavares. Já está na hora. Ternuma, Brasília, 23 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/bsb351.htm>. Acesso em 8 de julho de 2008, às 11:58h.

Benayon e Pedro Antônio Dourado de Resende, intitulado “*Anatomia de uma fraude à Constituição*”.(grifo deles). Pois os dois estudiosos produziram um alentado trabalho de 28 laudas, (...) concluindo que o atual ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o então deputado federal do PTB, Gastine Righi, fraudaram a constituição. **NR: Atenção para o que aprontou o general-fantasia.** ³³⁰(grifo deles)

É interessante lembrar que o ministério da Defesa foi criado em 10 de junho de 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso. Até então, o Brasil era o único país sul-americano³³¹ a manter uma estrutura ministerial com a defesa desdobrada em três Forças, todas com status de ministério. A nova organização significou não só uma nova etapa de intermediação entre autoridades militares e a presidência, como causou uma certa insatisfação no meio castrense, por pelo menos dois motivos. Para os descontentes, a primeira razão, é que a saída de oficiais-generais do cargo de interlocução direta com o presidente, privou, pelo menos formalmente, as Forças Armadas de seu canal histórico de comunicação (aí se inclui pressão) com o palácio do Planalto. Por outro lado, a presença de um civil, escolhido pelo presidente, no comando das três Forças pode ser interpretada não só como um suposto afastamento dos militares da política, mas a intromissão de um civil em assuntos de defesa.

Boa parte deste descontentamento pode ser creditada ao imaginário que os militares fazem dos civis³³², em que se pressupõe que aqueles que não passaram pelas experiências na caserna não teriam condições de entender o meio militar e por conseguinte dirigi-lo. Os civis estariam também desconectados dos costumes baseados na honra e no pundonor militar, e nos pilares basilares da instituição, a hierarquia e disciplina. Além disso, para certos militares, a designação do ministro da Defesa estaria condicionada a acordos políticos. Desconhecedores dos valores militares, os titulares da pasta não teriam o comprometimento necessário com os problemas inerentes à caserna.

De acordo com o site do ministério da Defesa, a constituição de 1946 já propunha a criação de um ministério único, que resultou na formação do Estado-Maior Geral, mais tarde Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Ainda segundo a versão oficial, no início do regime militar, o presidente Castello Branco propôs, através do Decreto-Lei 200, de 25 de

³³⁰ *Inconfidência*, número 126, de maio de 2008, página 30.

³³¹ Até 2002, 165 dos 179 países que faziam parte da ONU haviam adotado o ministério da Defesa em sua estrutura. Dos países restantes, se destacavam Japão e México. Ver mais em FUCCILLE, Luís Alexandre. *A criação do Ministério da Defesa no Brasil: entre o esforço modernizador e a reforma pendente*. Disponível em <http://www.ndu.edu/CHDS/Journal/PDF/2003/Fuccille-Article.pdf>, acesso em 1º de agosto de 2008, às 14:29h.

³³² Como ressalta Castro, esta diferenciação é uma criação dos próprios militares. Ver mais em CASTRO, Celso. *O Espírito Militar-Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

fevereiro de 1967, a elaboração de novos estudos para o ministério, mas a proposta foi rejeitada³³³.

Todavia, para os grupos pesquisados, tanto a criação como a situação atual do ministério da Defesa resulta do esforço dos esquerdistas que começaram a compor os governos a partir da redemocratização. A edição de fevereiro de 2008 do jornal do grupo Inconfidência dedicou um editorial sobre o ministério da Defesa, “que até agora ainda não conseguiu demonstrar, com proficiência, a razão de sua criação. Tem sido mais um estorvo, do que uma solução”. Intitulado “*Ministério da Defesa – História de uma segregação anunciada*”, o primeiro parágrafo apresenta algumas citações feitas pelo então senador Fernando Henrique Cardoso, em janeiro de 1985, para o jornal Estado de São Paulo. Dizia o parlamentar: “temos primeiro de limpar o entulho autoritário que está entupindo os canais de participação política em vários níveis (sic)”. Para o Inconfidência, estava ali lançada camuflada a “semente de uma desejável segregação do Poder Militar (sic) da nação”. Numa avaliação histórica do órgão, o editorial pondera que:

Embora, desde sempre, os Ministros Militares tenham ficado sob a direção direta do Presidente da República, a partir daquele momento, mudanças radicais aconteceriam na dinâmica da atuação dos novos Comandos Militares. Os primeiros passos para uma segregação intencional começavam a ser dados: a) nossas Instituições Nacionais Permanentes passariam a ficar afastadas do estudo das grandes questões nacionais; b) as vozes equilibradas dos seus Comandantes condenadas ao silêncio no contexto da nação, e - para gáudio das esquerdas — c) excluída, das reuniões ministeriais e presidenciais, a presença forte e marcante do simbolismo contido nos seus uniformes. Os Comandantes Militares passariam a receber a um tratamento excludente, praticamente isolados da sociedade brasileira, extinguindo-se uma convivência participativa histórica, que vigorava desde o raiar da nossa nacionalidade.

Interrompia-se o insubstituível contato direto, o olho no olho nas relações entre chefes militares e o seu Comandante Supremo. A tradicional cadeia de comando passaria a ser substituída por uma interlocução interposta, um entendimento intermediado, feito pelo Ministro da Defesa — método pouco seguro e tampouco confiável, em qualquer ramo de atividade, máxime no trato das questões castrenses que, não raras vezes, por sua natureza específica, exigem que a autoridade seja exercida diretamente, com determinação e presteza. (...)

A Nação e as Forças Armadas brasileiras clamam pela indicação de alguém que seja capaz de senti-las, interpretá-las e de representá-las com fidelidade

³³³ MINISTÉRIO DA DEFESA. Conheça o MD. Histórico. Disponível em https://www.defesa.gov.br/conheca_md/index.php?page=historico, acesso em 28 de julho de 2008, às 16:53h.

(...) Faz-se urgente que o Poder Militar da Nação venha a ser dirigido por um Oficial-General. Ganharão o Estado e a Nação Brasileira!³³⁴

Não está claro no artigo se este oficial-general seria da ativa ou da reserva. De qualquer maneira, a vaga, para o grupo, não deveria ser ocupada por um civil. Em abril, o editorial *Intimidar, Jamais!* reafirmou a ideia da criação do ministério da Defesa como uma maneira de afastar militares do centro decisório, e que a esquerda seria a principal empreendedora desta mudança:

“... quão antigo e sórdido é o sonho das esquerdas³³⁵, no sentido de afastarem nossas Forças Armadas da participação no estudo e nas decisões das grandes questões nacionais. Perseguido de maneira solerte, desde o início da chamada redemocratização, a fórmula engendrada para consegui-lo não poderia ter sido mais habilidosa e tentadora: a criação do Ministério da Defesa.(...) Se há um fato que hoje já está bem claro para a sociedade brasileira é que os petistas, apátridas por opção ideológica, possuem uma baixa estima pelos sentimentos patrióticos e pouca ou nenhuma consideração pelas noções de Independência e de Soberania Nacional.”³³⁶

Carlos Alberto Cordella, do *Ternuma-Brasília*, escreveu um artigo com críticas mais ácidas ao ministério, cuja criação serviu para o presidente da República “tentar expor os militares ao ridículo perante a nação”, e isto independente do titular da pasta, pois o objetivo seria apenas “humilhar os militares, numa demonstração velada de revanchismo inconseqüente”. Pelo que se nota, a campanha contra a presença de civis no cargo mais alto da Defesa não atinge só o ministério, mas também os seus titulares. Ele enumera e chama os ministros da defesa de ornitorrincos³³⁷ e afirma que nenhum dos titulares teria qualificação ou compromisso com as Forças Armadas. Para o autor, a instituição sofre com o sucateamento desde 1999, ano da criação do ministério, e que agindo desta forma, “o governo está

³³⁴ MINISTÉRIO DA DEFESA – História de uma segregação anunciada. *Inconfidência*, edição número 123, fevereiro de 2008. Disponível em www.grupoincofidencia.com.br/jornais/123/ministerio.php, acesso em 29 de julho de 2008, às 15:29h.

³³⁵ Vale ressaltar mais uma vez que vários países possuem ministério da Defesa, e que o próprio presidente Castello Branco elaborou um decreto-lei para a formulação de um ministério que englobasse as três Forças, o que mitiga a ideia de que o ministério da Defesa é fruto da lógica da esquerda.

³³⁶ INTIMIDAR, Jamais! *Inconfidência*, edição número 125, abril de 2008. Disponível em www.grupoincofidencia.com.br/jornais/125/intimidar.php, acesso em 29 de julho de 2008, às 15:29h.

³³⁷ O ornitorrinco é um mamífero ovíparo que tem bico e nadadeiras de pato e pêlo espinhoso.

acendendo um estopim, muito curto, junto a um barril de pólvora e torce por uma explosão”.³³⁸

3.13 LIBERAIS E CONSERVADORES

Atualmente, dos grupos pesquisados, apenas o Guararapes, o Ternuma e o Inconfidência mantêm páginas na Internet e, no caso do Inconfidência, um periódico impresso³³⁹. Estes grupos mais atuantes preparam eventos, como palestras e encontros, para debater a situação nacional. Um destes encontros foi organizado pelo Fórum da Democracia Representativa, uma entidade ligada à *American Economic Research*, ao Instituto Liberal e à Associação Comercial de São Paulo, e que tem como objetivos a difusão do pensamento liberal. A série de palestras teve a presença, entre outros nomes, do general Sérgio Augusto Coutinho de Avelar e do psicólogo Heitor de Paola, que foi militante da Ação Popular nos anos sessenta. Algumas das principais ideias sugeridas no colóquio foram:

- Que os partidos PCB, PC do B, PDT, PMDB, PPS, PSDB, PSB, PPO, PSOL, PSTU, PT, PV têm origem e/ou influência do antigo partido comunista e são todos da esquerda reformista (PMDB e PDT) ou revolucionária (demais partidos);
- Que, no Brasil, está em curso uma revolução comunista, pela via gramscista;
- Que os quilombolas, movimentos camponeses e indigenistas fazem parte do mesmo esforço revolucionário.

3.14 CONEXÃO PT – PCC

Em agosto de 2008, no seminário *Lei da Anistia – Alcances e Consequências* realizado no Clube Militar, foram convidados o general da reserva Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, conhecido entre seus pares com um especialista na obra de Antonio Gramsci, da

³³⁸ CORDELLA, Carlos Alberto. *Um ornitorrinco no ministério da Defesa*. Ternuma. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/354.htm>, acesso em 08 de julho às 11:57h.

³³⁹ Analisado nos capítulos Memória e Ideologia.

qual escreveu um livro a respeito, o presidente do grupo das Bandeiras, advogado Antonio José Ribas Paiva e o ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça Waldemar Zveiter. Foram distribuídos no evento os materiais de divulgação do grupo Guararapes, Ternuma e das Bandeiras.

O público, estimado em 600 pessoas, composto em maioria por militares da ativa e da reserva – oficiais gerais e oficiais superiores – lotou o salão nobre da entidade. Entre os presentes no salão nobre do Clube Militar, estavam o coronel Ustra, o presidente do Terrorismo Nunca Mais, o tenente-coronel aviador Juarez de Deus Gomes da Silva, integrantes do Ternuma Brasília e o ex-deputado Nina Ribeiro. O que originou o debate no Clube Militar foram as declarações do ministro da Justiça Tarso Genro, que pretendia iniciar uma campanha para a revisão da lei de 1979.

Para o general Coutinho, que foi chefe do Centro de Inteligência do Exército (CIEEx) em Brasília, a esquerda visa com a revisão “colocar no banco dos réus aqueles que cometeram o crime hediondo da tortura, esquecendo os crimes hediondos do terrorismo, que assassinaram, explodiram, seqüestraram”.

“O revanchismo tem como razões subjetivas, primeiro, o castigo exemplar, para apresentar para o Brasil e ao mundo um bode expiatório ou vários bodes expiatórios se for possível e em segundo lugar, este é o principal: a satanização das Forças Armadas. (aplausos) Pra quê? Para retirar-lhe a confiança da população – eles não esquecem de 64 – retirar-lhes o respaldo político das forças democráticas da nação, quebrar-lhes a coesão interna, despertando nos mais novos a vergonha do passado. Mais do que isso, porque isso se soma a outros objetivos, esses sim, revolucionários e concretos, da experiência malograda do passado, primeiro o afastamento das Forças Armadas das decisões nacionais (aplausos), segundo o enfraquecimento e organização das Forças pelo seu desaparecimento por falta de recursos, e finalmente, atentemos todos nós, a permeação – esta palavra é uma categoria das esquerdas mundiais – a permeação dos quadros militares, particularmente dos seus intelectuais. Quem são eles? Os oficiais nas escolas militares como é feito na área acadêmica. Mudar a cabeça de nossos oficiais, acostamá-los a conviver com o contraditório, a adquirir o senso comum modificado, a um passo, portanto de fazer o consenso com a revolução socialista (aplausos). Tudo isso para neutralizar as Forças Armadas como trincheiras da burguesia entre aspas, porque esta expressão é de Antonio Gramsci”³⁴⁰.

³⁴⁰ SEMINÁRIO LEI DA ANISTIA – ALCANCES E CONSEQÜÊNCIAS, 7 de agosto de 2008, Clube Militar, Rio de Janeiro. Transcrição do áudio do arquivo pessoal do autor. Para os interessados, a revista Carta Capital, edição de 27 de agosto, apresenta uma reportagem sobre este seminário. Ver mais em FORTES, Leandro. Circo ou Hospício? *Carta Capital*, São Paulo, 25 de agosto de 2008.

Ovacionado várias vezes, o general terminou sua fala afirmando que havia “um processo revolucionário comunista em curso, sutil e mascarado com aparência democrática”³⁴¹, aberto pelo revanchismo. Foi aplaudido de pé.

Após Coutinho, foi a vez do presidente do grupo das Bandeiras, Antonio José Ribas Paiva, afirmar que os defensores da revisão querem a revogação do instrumento de pacificação nacional e a cizânia da sociedade. “Eles estão trabalhando contra o objetivo nacional permanente que é a paz social, depois de 29 anos, estão trabalhando para que a sociedade volte a se dividir”. Sob aplausos, ele prosseguiu:

“Esses senhores que se insurgem contra a anistia e a pacificação brasileira, foram desmascarados pela imprensa internacional quando se desvelou que eles apóiam o narcotráfico e a guerrilha.(...) Não adianta o primeiro mandatário negar que apóia as FARC (aplausos) até porque ele é fundador do foro de São Paulo (aplausos). (...) Foram 48 movimentos terroristas que fundaram o foro de São Paulo. O primeiro mandatário inclusive, presidiu esta associação espúria que dedica ao tráfico, ao roubo, ao terrorismo. (...) Terrorismo é crime de tortura coletiva!”(...)³⁴²

A mescla entre ressentimento, defesa corporativista e ideologia deram o tom do discurso político do civil Paiva, que apresentou em uma tela um esquema que explica a relação entre o crime organizado e o governo. A esquerda passa a ser, mais uma vez, a encarregada de uma grande conspiração internacional, e através do relato de Paiva, responsável por uma série de delitos atribuídos ao Primeiro Comando da Capital (PCC):

“Dentro desta estrutura, o crime organizado doutrinariamente faz parte do quarto elemento, que são os movimentos subterrâneos, juntamente com as guerrilhas urbana e rural. Este quarto elemento foi lançado contra a cidade São Paulo no dia 15 de maio de 2006. Elementos patrióticos que fazem parte do Instituto Médico Legal, nos informaram com certeza que foram assassinadas 800 pessoas em um único dia em São Paulo. Isto foi o quarto elemento lançado contra sociedade. Quem coordenou, segundo as informações, este dia de guerrilha, este dia de terrorismo em São Paulo, foi o ETA [*grupo separatista basco*], que é o único grupo terrorista especializado em guerrilha urbana. Quem explodiu a sede do ministério Público paulista foi o IRA [*Exército Republicano Irlandês*] que tem conhecimento de engenharia militar com nitroglicerina. E as FARC [*Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia*] executaram as pessoas. A concentração de tiros com armas automáticas evidencia experiência de combate. Nós tivemos um dia de terrorismo contra a cidade de São Paulo. Por que? Porque a esquerda radical, revolucionária no poder, sentiu-se ameaçada por algum motivo, e lançou o terrorismo novamente. Bom, senhores, nós não estamos aqui para defender segmentos da nação, nós estamos aqui para defender a nação brasileira”(aplausos)
...³⁴³

³⁴¹ Idem.

³⁴² Idem

³⁴³ Idem.

Vale lembrar que Paiva, além de fundador do grupo Bandeiras e da União Nacionalista Democrática, entre outros cargos e funções foi procurador-jurídico do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (1988-2006), conferencista da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra em São Paulo (ADESG-SP), palestrante e conferencista na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) nos cursos de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército. Pecuarista, criador de gado nelore, é diretor-jurídico da União Democrática Ruralista Nacional (UDR).

Finalizando o seminário, o ex-ministro do STJ, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ex-presidente da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional do Rio de Janeiro (1973-1976), Waldemar Zveiter afirmou que a lei da anistia de 1979 não enquadra os casos de tortura porque esta só foi tipificada em uma lei de 1997:

O que os supostos donos do poder estão tentando fazer é que nós, a população brasileira, nós que temos já os 50 anos de idade, somos responsáveis porque concordamos com a tortura institucionalizada no Brasil. Eu não aceito isso! Os senhores militares também não! Nem a sociedade civil organizada e, muito menos, a desorganizada! Nós não somos a favor da tortura! É uma falácia o que o governo tenta passar para as massas. Nós estamos em ano eleitoral e eles estão jogando para a plateia, mas não é para a nossa plateia, não!. O senhor ministro da Justiça, ou desapeia do cavalo ou monta direito, porque senão nós vamos tirá-lo de lá. Ou sai pelo voto, ou sai porque nós vamos para a praça pública, em frente ao Palácio do Planalto, fazer comício lá também, não é só sem-terra, não! ³⁴⁴

Aplaudido pelo público, o magistrado comparou as eleições brasileiras com o processo polonês, onde também um sindicalista, Lech Walesa, foi eleito presidente. Para Zveiter, os poloneses porém “tiveram a inteligência de elegê-lo uma só vez”. A fala foi ovacionada pelo público.

³⁴⁴ Idem.

4 IDEOLOGIA

4.1. IDEOLOGIA NO MEIO MILITAR

As Forças Armadas não são um monólito. Em seu bojo, há várias correntes de pensamento e, em cada época, uma sobressai mais que as outras. Por outro lado, estas correntes não são unidades estanques em relação às linhas de pensamento no meio civil; elas refletem parte dos debates e das respostas às questões existentes na sociedade como um todo. Para entender a força de determinadas ideias nos grupos pesquisados, vale ressaltar dois tipos de ideologia que tiveram eco no meio militar: o nacionalismo e o anticomunismo. O inicial conceito brasileiro de nacionalismo, influenciado pelos modelos conservadores do século XIX, tinha como premissa a “defesa da ordem, da tradição, da centralização, contra as forças centrífugas da desordem”³⁴⁵. Nas Forças Armadas, este nacionalismo ganhou contornos com a influência de outras ideologias e com a própria participação política dos militares. O positivismo, o histórico de intervenções armadas, o legado da missão francesa no Exército, a modernização da Força, tanto no campo material, como no pessoal, com o serviço militar e a participação na Segunda Guerra contribuíram involuntariamente para uma interpretação peculiar do papel dos militares na busca de soluções para os problemas brasileiros.

Lembra-nos Manuel Domingos Neto que Benjamin Constant anunciou, após a deposição de D. Pedro II, que o Exército tinha “uma missão altamente civilizadora, eminentemente moral e humanitária que, de futuro, estaria destinada aos exércitos do continente sul-americano”³⁴⁶. Instrutor da Escola Militar, Benjamim Constant era o símbolo da tendência positivista que influenciaria a oficialidade até a primeira república. Ele foi

³⁴⁵ Em especial o romantismo alemão. Ver mais em GIL, José. Nação. In: Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989, v.14. apud: MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002., p.29.

³⁴⁶ DOMINGOS NETO, Manuel. *Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)*. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 1980, p.65.

também um dos articuladores do golpe militar que derrubou a monarquia. A ideologia positivista, interpretada por Constant e demais, fundou a figura do soldado-cidadão.

No início da república, o papel dos militares como disseminadores do sentimento nacional era uma resposta tanto a uma demanda da instituição, entre outros motivos, pela necessidade de implementação do serviço militar defendida pelos oficiais reformadores, como pela mobilização em torno de um projeto de transformação social. Explica Domingos Neto:

“A ‘ausência’ de sentimento nacional entre os brasileiros era interpretada como uma consequência da tradição escravista. A escravidão deixara sequelas que deveriam desaparecer. É preciso sublinhar que este também era o raciocínio dos intelectuais da Primeira República, considerados os fundadores do ‘pensamento autoritário’. A posição destes intelectuais é bastante conhecida: diante dos grandes problemas nacionais, somente uma autoridade incontestável, representando não os interesses das classes sociais, mas da Nação, poderia elaborar um projeto de transformação da realidade brasileira. Durante a Primeira Guerra Mundial, os oficiais reformadores obtiveram o apoio de elementos representativos dessa corrente de pensamento. Foi com eles que a campanha pelo serviço militar obrigatório ganhou amplitude. Partindo do princípio de que o Exército era pela ‘construção nacional’, repetia-se aos quatro ventos que a ‘maior prova de patriotismo’ que um brasileiro ofereceria era prestar o serviço militar”.³⁴⁷

Neste contexto, a revista *A Defesa Nacional*, porta-voz dos oficiais reformadores, constituiu-se como um acervo do pensamento destes militares sobre as questões nacionais e sobre qual seria o posicionamento do Exército a respeito delas. Criada em 1913, pelos jovens turcos, oficiais que estagiaram no Exército alemão, a revista se tornou um libelo para a promoção de profundas transformações na corporação, entre elas a instituição do serviço militar obrigatório. Para os editores da *Defesa*, a vantagem do serviço obrigatório era que as noções de civismo eram aprendidas no meio castrense, dentro da lógica do soldado-cidadão.³⁴⁸

Já na década de 1930, com a modernização institucional, as questões relacionadas ao desenvolvimento nacional tornam-se alvo dos oficiais do recém criado Estado-Maior do Exército. Ao longo do governo Vargas, alguns oficiais do Exército se destacariam na implementação e na condução de projetos de desenvolvimento econômico do país, entre eles, os generais Góis Monteiro e Horta Barbosa, confirmando a intensa participação dos militares no projeto nacional. Esta aliança entre os militares e o governo sofreria um desgaste com a participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra. A experiência como

³⁴⁷ DOMINGOS NETO, 1980, p.65.

³⁴⁸ Até hoje é possível notar nas entradas de algumas organizações militares uma inscrição do tipo: “aqui se aprende a servir a pátria”. Serve como um indicativo de um pretenso monopólio das forças armadas na formação do cidadão.

tropa aliada dos Estados Unidos transformaria a mentalidade dos oficiais da FEB a respeito do centralismo de Vargas e sua política econômica estatizante.

Com o fim do período Vargas, o debate sobre o papel do Estado no desenvolvimento econômico nacional tomava conta da sociedade e do seu braço armado. Refletindo o que acontecia no meio civil, o meio castrense apresentava duas correntes de pensamento em relação ao projeto nacional. Os nacionalistas defendiam a continuidade de uma forte atuação do Estado na economia, enquanto os antinacionalistas, muitos deles *febianos*, eram a favor de uma liberalização da economia, em detrimento do modelo varguista e apoiavam a presença do capital externo para o desenvolvimento. De acordo com Antonio Carlos Peixoto³⁴⁹:

“O nacionalismo, enquanto ideologia de um desenvolvimento do tipo nacional, não privilegiava qualquer das formas de exercício político: era partidário de soluções que estimulassem a industrialização e evitassem a penetração do capital estrangeiro. Mas o nacionalismo, sobretudo no interior das Forças Armadas, caracterizava-se por um forte conteúdo antiliberal, cujas origens devem ser buscadas principalmente na oposição aos grupos agro-exportadores, mas do que na oposição aos fundamentos do liberalismo enquanto doutrina”³⁵⁰.

Na visão dos militares estava em pauta, segundo o autor, além do modelo econômico, a organização da vida política do país e a sua relação com os outros países, em especial os Estados Unidos. Para Peixoto, os antinacionalistas temiam o nacionalismo excessivo, davam importância à interdependência com os Estados Unidos e à própria força do capital, que seria capaz de criar uma potência. Em um plano mais amplo, as correntes antinacionalistas – civis e militares – afastavam das massas possibilidade o poder decisório político:

“as correntes antinacionalistas reivindicavam a defesa da democracia ocidental... mas o conteúdo da democracia liberal propostas por tais correntes e por seus aliados civis ressalta todos os elementos típicos do tradicional liberalismo brasileiro: elitismo e caráter antimobilizador, e hostilidade à participação popular. Eles são, em última análise, partidários de uma democracia restrita, fechada, e que funcionaria em favor de camadas e setores minoritários da população”³⁵¹.

Ainda segundo o autor, durante os vinte anos após o suicídio de Vargas, estes dois grupos disputaram o poder, sem que a unidade das Forças Armadas fosse quebrada. Os nacionalistas se coligaram com o PTB e outros populistas, enquanto os antinacionalistas se

³⁴⁹ PEIXOTO, Antonio Carlos. *O Clube Militar e o confronto no seio das Forças Armadas (1945-1964)*. In: ROUQUIÉ, 1980, pp 75-89.

³⁵⁰ Idem, p.78.

³⁵¹ Idem, p.83.

articularam em torno da UDN. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) era o local para o desenvolvimento das ideias dos nacionalistas, enquanto a Escola Superior de Guerra (ESG) era o ponto de reunião para os antinacionalistas. Cabe ressaltar que a influência da ESG no meio militar era bem maior que a do ISEB, entidade subordinada ao ministério da Educação³⁵².

Outra diferença pontuada por Peixoto é que o projeto político e a ideologia nacionalista dos militares daquela época não prescindiam de um protagonismo das Forças Armadas. Na verdade, eles contavam com a mobilização popular como um motor para a promoção do desenvolvimento. Já a corrente antinacionalista pressupunha uma hegemonia das Forças Armadas e a sua aliança com setores da elite no processo político. Boa parte desta premissa estava embasada pela Doutrina de Segurança Nacional, principal escopo do projeto de poder dos antinacionalistas.³⁵³

Sob a presidência de Juscelino Kubitschek, ocorreu uma ligeira mudança no perfil dos nacionalistas. Kubitschek assumiu o poder graças ao golpe preventivo do general Lott, que impediu as ações do grupo militar ligado à UDN. Apesar do apoio dos nacionalistas, Kubitschek adotou uma política econômica de abertura ao capital estrangeiro, para que o país se desenvolvesse cinquenta anos em cinco. Os nacionalistas tomaram um posicionamento legalista e constitucionalista, para garantir a governabilidade, mesmo que o plano de metas não adotasse um projeto puramente nacionalista, enquanto os antinacionalistas ficaram tachados como golpistas.³⁵⁴

No período que vai do início do governo Jânio Quadros até o início do governo militar há uma nova variação nas tendências nacionalista e antinacionalista. Em especial, sob a presidência de João Goulart, embora a corrente nacionalista estivesse com o compromisso constitucional, ela vai perdendo o apoio dentro das Forças Armadas, devido ao caráter das reformas de Jango e a associação de seu governo com o comunismo e a sua própria submissão à hierarquia nas Forças Armadas³⁵⁵.

O golpe militar de 1964, levado a cabo pela corrente antinacionalista, acatado pelos nacionalistas, e com amplo apoio civil, foi resultado de um histórico de atuação política no qual aos militares era consignado, pela sociedade, o poder para intervir rapidamente e restabelecer a governabilidade. Segundo o Alfred Stepan, para boa parte do meio civil, em especial a imprensa, os militares eram confiáveis em seu papel interventor porque conheciam

³⁵² Idem, pp.86, 87.

³⁵³ Idem, p.87.

³⁵⁴ Idem pp. 106,107.

³⁵⁵ Idem, pp.110-113.

e respeitavam os limites que os impediam de assumir diretamente o governo.³⁵⁶ Outro aspecto que reforçava esta confiança era que, mesmo nos momentos de crise, havia a coesão mínima no meio militar para apoiar em bloco o grupo civil que ocuparia o poder. Ao contrário dos países vizinhos, a intervenção era curta e entregava o poder a um civil, sem prejuízo à instituição.³⁵⁷ Porém, o que ocorreu ao longo do governo de João Goulart é que a sociedade brasileira vivenciou uma crônica sensação de crise. Entre os políticos houve uma permanente descrença no funcionamento do regime³⁵⁸.

Momentos após iniciado o movimento militar, nacionalistas e antinacionalistas estavam reunidos em um novo projeto de poder que visualizava as Forças Armadas como o único ator político capaz de sustentar e garantir a governabilidade do país, a única instituição capaz de conduzir a nação ao progresso tão esperado, diante do quadro de crise institucional do governo Jango. Deve-se lembrar que, embora Antonio Carlos Peixoto divida as duas correntes no meio militar em anti e pró-nacionalistas, ambas correntes tinham aspectos semelhantes do nacionalismo militar, do qual destaco a visão das Forças Armadas como uma corpo íntegro, capaz de conduzir a nação em seus momentos mais difíceis. Esta visão também era partilhada com a sociedade na época. Como nos lembra José Murillo de Carvalho, significativo foi o fato de que, no dia 2 de abril, ainda sem saber que duraria tanto, um milhão de cariocas desfilaram pelas ruas da cidade comemorando o golpe. Os editoriais da época registraram loas ao movimento, e políticos e donos de jornais redigiram os primeiros artigos da revolução³⁵⁹.

Como boa parte dos oficiais que fazem parte dos grupos pesquisados viveram aqueles anos conturbados, é comum, nos discursos destas entidades, a defesa das Forças Armadas como instituição detentora da reserva moral da nação, principalmente nos momentos de crise. O que vemos na fala destes grupos é a imagem dos militares como

³⁵⁶ STEPAN, Alfred. Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p.73. e p.83.

³⁵⁷ Talvez a única dissensão que tenha sido tratada com mais rigor foram as que envolveram comunistas e integralistas, ambos expulsos até o fim da década de 1930. Nos demais casos, os rebelados continuavam fazendo parte da instituição.

³⁵⁸ Para Stepan, a falta de credibilidade sobre a própria república pôs em xeque a viabilidade de um projeto de sucessão, uma vez que também não haveria a confiança no novo governo civil que surgiria depois do golpe militar. Por este motivo, os militares deixaram de ser moderadores para se tornarem dirigentes. STEPAN, 1975, p.101.

³⁵⁹ Para José Murillo de Carvalho, mesmo com a intervenção, os políticos do governo deposto e da oposição não esperavam que o controle militar se estendesse por tanto tempo. Vale lembrar que os dois grupos políticos cogitavam a possibilidade de um golpe militar para se manter no poder, porém dentro do padrão anterior de intervenção rápida. A falta de percepção das elites civis sobre as transformações internas na instituição, pontuadas pelo autor como iniciadas desde 1930, e a própria omissão dos políticos, permitiu a hegemonia das Forças Armadas como principal ator político. CARVALHO, 2005, pp.119-122.

portadores de virtudes, dentre elas, o patriotismo, aprendido na caserna. Por outro lado, nesta visão, os civis não teriam desenvolvido a capacidade de amar ou se apegar à pátria.

Uma outra aproximação entre as duas correntes é a sua relação com os comunistas e o perigo que representava para a democracia brasileira nesta época. No plano das relações internacionais, se a influência e o alinhamento com os Estados Unidos era alvo de debate, não havia sequer cogitação de qualquer tipo de aproximação com a URSS ou os demais países comunistas. Se utilizarmos o conceito de nação de Benedict Anderson - uma comunidade imaginada, limitada e soberana -, podemos inferir que, para estes militares e os setores da sociedade a qual tinham apoio, o imaginário que compunha a nação brasileira excluía os comunistas. O comunismo, vindo de Moscou ou Havana, do PCUS ou do PCB, por seu internacionalismo, se apresentava como uma ameaça ao conceito unificador nacional.

O anticomunismo no Exército é um fenômeno que tem origem no entreguerras. De acordo com Motta, a primeira fase do anticomunismo nas Forças Armadas tem como clímax o levante comunista de 1935. O episódio, conhecido como Intentona Comunista, teve início com a sublevação das tropas do 21º Batalhão de Caçadores, em Natal, na noite de 23 de novembro. Os rebeldes eram comunistas locais que logo estabeleceram o controle da cidade e organizaram um governo estadual com base nos ideais da Aliança Libertadora Nacional. Na manhã do dia seguinte, a cerca de 300 quilômetros ao sul dali, se iniciava a revolta no 29º BC, em Recife, organizada pelos quadros do Partido Comunista (PCB) local e executada por integrantes da ALN. Na madrugada de 27 de novembro, foi a vez dos militares *aliancistas* da Escola de Aviação e do 3º Regimento de Infantaria, ambos na capital federal, tentarem a sublevação planejada pelos militantes do PCB³⁶⁰.

Nas três tentativas, os civis foram envolvidos. As mortes oriundas dos combates entre rebeldes e governo apontam a gravidade do caso:

“levando em conta os dados acima e mais, considerando que o Estado reconheceu oficialmente 31 militares mortos em defesa da ordem, pode-se concluir, numa estimativa conservadora, que a insurreição de novembro resultou num total aproximado de entre sessenta e cem mortos, além de algumas dezenas de feridos. Tendo em vista a curta duração do movimento, não há como fugir à impressão de que foi um episódio violento. Ressalte-se, não se trata de confirmar as acusações sobre ‘a violência inerente ao comunismo’. Mesmo porque tudo indica ter havido mais mortes no lado rebelde e, além dos mais, o caráter relativamente incruento dos fatos ocorridos na capital potiguar [*onde houve quatro mortes*] depõe contra as teses anticomunistas. ... Para uma simples quartelada, morreu muita gente inclusive um montante desconhecido de civis”.³⁶¹

³⁶⁰ MOTTA, 2002, p.186.

³⁶¹ MOTTA, 2002, p.190.

Com a tragédia, uma forte campanha anticomunista tomou conta da sociedade. Os integralistas, que perfaziam o outro extremo ideológico da época, e setores conservadores, como a Igreja e alguns jornais, contribuíram para a caça às bruxas aos comunistas. O governo Vargas, por sua vez, formalizou o processo, expulsando das fileiras militares esquerdistas e, entre outras medidas, criou o Tribunal de Segurança Nacional, onde mais de quatro mil pessoas foram condenadas³⁶². Dentro da caserna, o episódio teve uma peculiar recepção. Os revoltosos foram tratados como traidores da pátria, por supostas ligações com Moscou, e por quebrarem os pilares básicos da instituição, a hierarquia e a disciplina.³⁶³

Em termos extremos, cabe lembrar que o anticomunismo tem como argumentação uma premissa envolvente aos nacionalistas radicais. Como movimento que se pretende universal, o comunismo é entendido por nacionalistas como uma ameaça à soberania, uma vez que o caráter internacional de suas atividades e de seu alcance pretere o componente nacional.

Depois do levante, a participação do Brasil na Segunda Guerra, através da criação da Força Expedicionária Brasileira, iria mitigar a influência dos integralistas no movimento anticomunista. No entanto, o intercâmbio com os Estados Unidos fortaleceria, nas Forças Armadas, a resistência ao comunismo. Entre 1950 e 1965, quase 4 mil militares brasileiros participaram do convênio entre os dois países³⁶⁴. Neste ínterim, a criação da Escola Superior de Guerra aglutinaria uma corrente de militares anticomunistas. Porém, é errado pensar que toda a instituição fosse antiesquerdista, mesmo com as expulsão de oficiais *vermelhos* na época de Vargas. Motta ressalta que a segunda onda anticomunista surge na transição para os anos 60, quando ocorre a Revolução em Cuba e o governo João Goulart se aproxima de setores da esquerda, reacendendo a luz de alerta. Os anticomunistas se aglutinam em entidades, grupos, e a sociedade começa a se polarizar. Duas organizações tiveram um importante papel em reunir lideranças dessa causa comum:

A atuação conjunta das duas entidades, IPÊs e IBAD, que mantinham algum nível de cooperação, estimulou a proliferação de organizações anticomunistas na conjuntura 1961-1964. Além do suporte ideológico e político, o apoio passava pela ajuda financeira aos grupos menores. Sua atuação fomentou o surgimento de grupos

³⁶² Idem, p.204.

³⁶³ CASTRO, 2002, 51.

³⁶⁴ Para se ter uma ideia, entre 1953 e 1965 os Estados Unidos doaram mais 205,6 milhões de dólares em assistência militar. Entre 50-65, 3632 militares brasileiros realizaram treinamento diretamente nos EUA e 366 em bases norte-americanas extra-territoriais. ROUQUIE, A. p.153 apud BOILS G, *Los Militares y la política en México 1915-1974*, El Cabalito, México, 1980, p,158. op cit LOPEZ, Ernesto. *Seguridad Nacional y Sedición Militar*. Buenos Aires:Legasa, 1987, 63.

anticomunistas em diversos setores sociais, notadamente entre as mulheres, estudantes e trabalhadores.³⁶⁵

Depois da revolução anticomunista de 31 de março, estabelecido o controle do Estado, a ameaça pareceria descartada? Não foi a avaliação predominante nas Forças Armadas. Tanto que, baseando-se em um eventual perigo vermelho, articularam-se os militares da chamada linha-dura. Na visão destes militares, a esquerda nas Forças Armadas era ainda existente e ativa, mesmo com o expurgo. E o que era esquerda para os militares? O depoimento do general Sylvio Frota, que foi ministro de Exército e ambicionou a presidência, pode indicar que para determinados militares, a esquerda não estava somente nos sindicatos e universidades:

“A esta altura dos acontecimentos, já se delineavam no seio da Revolução três grupos militares, de tendências e aspirações diferentes: **o grupo castelista, de inclinações liberais centro-esquerdistas**, em que se destacavam os generais Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Golbery, homens em geral ligados à Escola Superior de Guerra, onde iam buscar as bases de suas atividades; **o nacionalista, de fortes tinturas socialistas** com Afonso Albuquerque Lima, Euler Bentes Monteiro e outros generais, dispondo, segundo se dizia, da valiosa simpatia de Juarez Távora; e, **finalmente o grupo ortodoxo, conservador sem ser imobilista, fiel às teses do Movimento de 1964** e que tinha na sua liderança a figura dominante de Costa e Silva.”³⁶⁶

De certa maneira, os episódios de 1935 e 1964, possibilitaram a criação no imaginário de uma associação da ideologia com a instituição. A esquerda passou a ser uma ameaça ao nacional e, conseqüentemente, às Forças Armadas. Nos depoimentos de oficiais que participaram do regime é comum a justificativa de que o golpe foi a resposta a uma revolução em andamento. Como exemplo, temos a opinião do general Ivan de Souza Mendes, chefe do gabinete militar nos governos de Jango, Castello Branco e Geisel, no qual as origens da Revolução de 31 de março podem ser “identificadas na resistência dos militares às ameaças de ocupação do poder, no Brasil, por grupos totalitários de inspiração comunista”.³⁶⁷

Por outro lado, o general Octávio Pereira da Costa, que também fez parte da cúpula militar no regime, crê que o movimento de 1964 é resultante do conflito entre varguistas e antivarguistas. Ele ressalta que o responsável pela psicose anticomunista foi o próprio Vargas.

³⁶⁵ DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*, Petrópolis:Vozes, 1981, pp.294-318, apud. MOTTA, 2002, p.243.

³⁶⁶ FROTA, 2006, p.84.Grifo meu.

³⁶⁷ MOTTA, 2003b,p.31.

Segundo o general, o então presidente foi quem inaugurou “a peregrinação anual ao cemitério São João Batista, no dia 27 de novembro, e toda aquela verborragia do repúdio ao regime comunista”. Para ele,

“a intoxicação foi de tal ordem que, entre nós, entre os nossos companheiros, uma quantidade imensa de pessoas admitiu que ser democrata era ser exclusivamente anticomunista. Até hoje isso existe. Companheiros extraordinários que tive, peças importantíssimas ao longo do regime militar, acreditavam que ser democrata é ser anticomunista. Não é bem assim, praticar a democracia é também admitir que alguém possa pensar em termos marxistas-leninistas.”³⁶⁸

Esta analogia está presente no discurso de vários grupos pesquisados.

4.2 AMEAÇA VERMELHA – O ANTICOMUNISMO

No discurso da maioria dos grupos deste estudo, o surgimento da ameaça comunista era costumeiramente mais alarmada na época de eleições. Para se ter uma ideia, no pleito de 1988, quando oito prefeitos da esquerda foram eleitos, o jornal *Ombro a Ombro* fez um editorial mostrando que “é sabido que em todos os países onde existe um partido representativo da II Internacional Socialista (social-democracia) o Partido Comunista lança um partido auxiliar denominado Partido Socialista e vale-se do Partido Verde a quem auxilia financeiramente (vide episódio recente na França)”.³⁶⁹ Neste mesmo ano, um artigo de Carlos Illich Azambuja analisava o PT. Indicava supostas ligações de quadros do partido com revolucionários nicaraguenses:

O deputado Luis Eduardo Greenhalgh (...) declarou que o PT mantém grupo permanente de solidariedade na Nicarágua. (...) O deputado Lula, que quer ser presidente da República, declarou que em 1989 visitará diversos países entre eles a URSS, Cuba e Nicarágua **para conhecer o socialismo.**(...) Sugiro que os leitores do *Ombro a Ombro* fiquem alertas, acompanhem os acontecimentos e observem o que Lula dirá ao retornar desse périplo de estudos, já que agora, antes de se lançar candidato e antes de conhecer o socialismo real, declarou: **“Vou estatizar os bancos, o transporte, a educação, o aço, o petróleo e a energia, Como presidente da República serei também o chefe supremo das Forças Armadas e, nessa condição, vou democratizar o Exército. Programa Roda Viva, TV Cultura, SP, 29/11/1988)”**³⁷⁰

³⁶⁸ Depoimento em MOTTA, Aricildes. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003b. Tomo 2, p.68.

³⁶⁹ A ESPERTEZA das esquerdas. *Ombro a Ombro* dezembro de 1988 p.1.

³⁷⁰ AZAMBUJA, Carlos Illich. Os parâmetros do PT, *Ombro a Ombro*, dezembro de 1988, p.5.

Na mesma página, o general R/1 Tasso Villar de Aquino argumentava em um artigo que a greve na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, “foi uma planejada e bem executada ação de guerrilha comandada por profissionais adestrados em Cuba do déspota Fidel e na Nicarágua do tiranete de terceira categoria Ortega”³⁷¹. A atividade sindical dos operários brasileiros ficou reduzida a uma tutela das nações comunistas do Caribe. Fica implícita, sem dúvida, a ideia de um movimento internacionalista comunista. A partir destas premissas se entende porque a possibilidade de um candidato da esquerda ganhar as eleições de 1989 representou para os grupos uma ameaça. O Partido dos Trabalhadores era uma nova força que juntava diversas correntes da esquerda brasileira. A vitória de um partido marxista, segundo estes grupos, resultaria no enfraquecimento do Estado Nacional. Anos depois, em que pese o muro de Berlim ter sido derrubado, o perigo seguia latente, como insinua este artigo do general Hélio Ibiapina, que seria mais tarde presidente do Clube Militar e dos grupos Estácio de Sá e Carta-Compromisso:

“É preciso, pois, muito cuidado. Os comunistas já viam que o processo, com base na luta armada, está sendo renegado no mundo inteiro e que só lhes resta a destruição da família e dos valores morais. Resta-lhes entretanto, seguindo o exemplo de Kerensky, a infiltração nas Forças Armadas, transformando-as em verdadeiros clubes e sindicatos”.³⁷²

As opiniões parecem cristalizadas sobre o tema. Em outro texto do *Letras em Marcha*, publicado em 1993, quatro anos depois do fim da queda do muro e dois anos após o colapso da União Soviética, lembra o leitor acerca do quadro ameaçador:

“O comunismo, aparentemente destroçado, morto, é cada vez mais atuante no Brasil. Ouso afirmar que somente em Cuba, no momento, ele é bem mais sucedido que no Brasil”.³⁷³

Este trecho traz a luz um dos aspectos dos textos produzidos por estes grupos que é a pregação de uma eterna vigilância contra os comunistas. Outro aspecto é a aglutinação na esquerda de setores opostos ao pensamento destes civis e militares. Tancredo Neves, político do PMDB, quando foi candidato à presidência em 1984, foi acusado de ser

³⁷¹ AQUINO, Tasso Villar. Idem. *Ombro a Ombro*, dezembro de 1988, p.5.

³⁷² LIMA, Hélio Ibiapina, O verdadeiro perigo: o socialismo. *Letras em Marcha*, novembro, novembro de 1989, p.9.

³⁷³ AQUINO, Tasso Villar de. Comunismo no Brasil, *Letras em Marcha*, setembro / outubro 1993, p.2.

comunista em um artigo do *Letras em Marcha*³⁷⁴. O general Euclides Figueiredo afirmou, em 1989, que “os partidos de esquerda, socialistas, não deveriam sequer serem (sic) legalizados, pois não são democratas e portanto não têm direito a democracia”³⁷⁵. Por sua vez, a presença de esquerdistas no governo Collor foi o motivo para a fundação do grupo Guararapes, um ano após ele ter assumido o poder. Nas eleições de 1994, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva foram considerados “como as duas faces da mesma moeda”³⁷⁶. Quando em 2002, Lula surgiu mais uma vez como candidato para as eleições presidenciais, o grupo Quero-Quero, de Porto Alegre, fez o seguinte comentário:

Pensando na defesa da Nação e no seu destino promissor – como a mais expressiva civilização do hemisfério austral – é que nos dirigimos àqueles que poderão levar a sociedade a agir como anseia. E apelamos para o papel inerente das Forças Armadas, inscritas constitucionalmente como fiadoras últimas da Soberania Nacional. Que está acontecendo em nosso país? Diríamos que está marchando, sem querer para um socialismo apátrida, ou para o caos civil.(..) ³⁷⁷

4.2.1 HISTÓRIA MARXISTA

Desde de 1998, o grupo Inconfidência iniciou uma campanha contra a *marxização* da educação e publica em suas páginas trechos de livros didáticos, cartas de pais e professores e artigos jornalísticos sobre que criticam a leitura marxista:

“Não é de hoje que a comunização da Educação vem ocorrendo em escolas de todo o país. Nos últimos 30 anos, a revolução gramscista, com o apoio/omissão dos governos federal e estaduais, vem ocupando os espaços da mídia e da cátedra. O objetivo não é educar o estudante, mas sim ideologizá-lo para, futuramente, como “socialista”, participar das lutas de classes e da tomada do poder, intentada desde os idos de 1935.”³⁷⁸

Um dos alvos do Inconfidência foi o livro *História e Vida*, de Nelson e Claudino Pilletti. O coronel Miguez, presidente do grupo, escreveu o artigo “*Nova Estória do Brasil*”

³⁷⁴ JORNAL de militares acusa Tancredo de comunista e critica Frente Liberal. *Folha de São Paulo*, 11 de novembro de 1984, p.10

³⁷⁵ EUCLYDES Figueiredo mantém articulações, *Diário de Natal*, 1º de março de 1989.

³⁷⁶ Ver mais no capítulo Política.

³⁷⁷ GRUPO Quero-Quero. Considerações sobre o momento atual, *Ombro a Ombro*, março de 2002, p.4.

³⁷⁸ GRUPO INCONFIDÊNCIA. A comunização da Educação, editorial, *Inconfidência*, 28 de julho de 2008, p.1.

publicado no *Estado de Minas*, em 8 de junho de 1998, no qual denunciava que o livro era “atentado à tradição de Minas, berço de heróis, como Tiradentes, e outros vultos como Santos Dumont e JK”. Ao longo do texto, Miguez argumenta que:

“Folheando as páginas, aflora a repulsa de todos os que orgulham-se em chamar-se brasileiros... Na página 29, orienta os alunos para assistirem o filme “Lamarca, capitão da guerrilha”. O capítulo 5 – “no campo, os trabalhadores lutam pela terra” já foi motivo de revolta de produtores rurais no Triângulo Mineiro, que acusaram o secretário de Educação de proselitismo e doutrinação dos invasores de propriedades. Na página 72, “quem é sem-terra”, são definidos cinco itens, faltando o mais importante: “São inimigos do regime que arregimentam famílias no campo e na periferia das cidades para levá-los a invadir prédios públicos, propriedades particulares e perturbar a ordem”...³⁷⁹

No mês seguinte, em entrevista realizada pelo *Diário da Tarde*, Miguez qualificou o conteúdo do livro como “verdadeira e perigosamente subversivo”. As críticas não pouparam o secretário de Educação João Batista dos Mares Guia. Para o articulista, ele era um ex-guerrilheiro que “está se mostrando irresponsável por adotar uma obra subversiva”. Com o tempo, novos livros e outros fatos despertaram a atenção do grupo para mostrar a “revolução” em curso no país. Pode-se destacar, entre eles, o modelo de aprendizagem nos acampamentos e assentamentos do MST, os eventos acadêmicos em prol de Cuba, a existência de escolas com nomes de guerrilheiros³⁸⁰ e o desenvolvimento de uma historiografia que omite os símbolos do patriotismo dos brasileiros, tal como duque de Caxias.

“Caso não haja uma maior reação por parte dos pais e professores, nenhum brasileiro poderá reclamar – Tiradentes será esquartejado por ser pobre; Caxias, esquecido; Calabar substituirá os patriarcas de Guararapes; os heróis da FEB darão lugar a Lamarca; o Decálogo de Lenine, o Livro vermelho e o mini-manual do guerrilheiro de Marighella serão adotados como currículo nas escolas...”³⁸¹

Outro aspecto de crítica do grupo é a transgressão dos valores religiosos cristãos, fato que corromperia a juventude. O Inconfidência mantém em seu site arquivos sobre as religiões católica, evangélica, e sobre a história da Opus Dei.

³⁷⁹ MIGUEZ, Carlos Cláudio. Nova “Estória” do Brasil. *Inconfidência*, 28 de julho de 2008, n° 129, p.2.

³⁸⁰ As escolas Fidel Castro e Che Guevara ficam em Canguaretama, Rio Grande do Norte, e em 2005, promoveram o evento Uma Noite Cubana. A festa foi motivo de reportagem do Diário de Natal (26/08) e artigo do *Inconfidência*, n. 85, setembro de 2005, p.6 e republicada em NOITE Cubana em Canguaretama. *Inconfidência*, 28 de julho de 2008, edição n° 129, p.19.

³⁸¹ COMENTÁRIO. *Inconfidência*, n°64, fevereiro de 2004. Republicado na edição n° 129 de julho de 2008, p.13.

4.2.2 PREGAÇÃO ANTICOMUNISTA

Um artigo escrito pelo civil Anatoli Oliynik, integrante do Fórum da Democracia Representativa (FDR) em Curitiba, e publicado pelo jornal do grupo Inconfidência, explica o que é o esquerdista:

“O esquerdista é um doente mental que precisa de ajuda e não sabe. Um sujeito miserável que necessita da piedade humana. Mas cuidado com ele. Por ser um ser desprezível, abjeto, infame, torpe, vil, mísero, malvado, perverso e cruel, todos sinônimos é verdade, mas insuficientes para definir seu verdadeiro perfil, ele é perigoso e letal. É um sociopata camuflado, um psicótico social que imagina ser Deus e centro do mundo. Na sua imaginação acha que é capaz de solucionar todos os problemas da humanidade e do mundo manifestado, mas que na verdade quer solucionar os seus próprios, que projeta nos outros para iludir-se de ser altruísta”.³⁸²

A descrição continua com outros adjetivos: invejoso, fracassado, cínico, ateu, narcisista, niilista e genocida cultural. A linha ideológica dos demais artigos não foge muito ao verniz antiesquerdista e anticomunista. Assuntos como o Foro de São Paulo e a suposta comunização do Brasil são recorrentes. A guerra de palavras contra o comunismo também atinge o partido dos Trabalhadores, como mostra este artigo, escrito pelo coronel R/1 Aluísio Madruga de Moura e Souza, do grupo Terrorismo Nunca Mais de Brasília:

“Este é o primeiro artigo de uma série de VI que tem como objetivo principal chegar àqueles com idade inferior a 40 anos, pois no meu entender, os de idade superior a esta e que ainda acreditam no comunismo e no Partido dos Trabalhadores já estão, invariavelmente, com suas mentes doentes e são irrecuperáveis. Sim, o comunismo é uma doença, semelhante à droga. Quem não se livra dela logo no início está fadado a morrer drogado ou comunista. A Revolução Petista, que busca implantar no País o Partido Único, está em pleno desenvolvimento e muito perto de atingir seus objetivos”.³⁸³

Ele destaca o comunismo presente no mundo, associa-o ao PT, e demonstra uma versão da história que correlaciona o comunismo com o flagelo a população, salientando os

³⁸² OLIIYNIK, Anatoli, O esquerdista, quem é ele? *Inconfidência*, 9 de novembro de 2007, p.1, disponível em <http://www.grupoinconfidencia.com.br/jornais/118/oesquerdista.php>, acesso em 7 de março de 2008, às 17:39h.

³⁸³ SOUZA, Aluísio Madruga de Moura. TERNUMA Regional Brasília. PARTIDO DOS TRABALHADORES. Seu desgoverno e as Forças Armadas - a Revolução Petista em marcha. In: INCONFIDÊNCIA, n° 123, fevereiro de 2008. Disponível em www.grupoinconfidencia.com.br/jornais/123/pt.php, acesso em 7 de março de 2008, às 17:40h.

exemplos de Rússia, Hungria, Cuba e Chile para ressaltar o risco que corre o Brasil. Ele finaliza da seguinte forma seu argumento³⁸⁴:

(...)“Na Rússia o povo e suas Forças Armadas estavam distraídos, exatamente como ocorre hoje entre nós, fragilizados e descrentes. O Comunismo se instalou em 1917, de forma sangrenta, cruel e assustadora, aliás como ocorreu nas demais partes do mundo onde se impôs. Reduziu o povo a nada, a uma multidão de miseráveis, sem direito à propriedade, às liberdades individuais, ao sonho, à religião. E este povo bebeu a lavagem do mesmo cocho, como porcos, por mais de 70 anos, enquanto que em Cuba continuam bebendo há 48 anos e sabe-se lá, até quando. Na Hungria, ninguém acreditava que aquela mesma tragédia fosse se repetir no País. Mas inesperadamente o comunismo surgiu e durante três meses fuzilou grandes massas de populares inocentes, burgueses, sacerdotes, industriais e comerciantes. E até hoje o país luta para erradicar as feridas deixadas na população por aqueles assassinos.

É preciso lembrar que no Chile, em 23 dias o comunismo provocou um verdadeiro flagelo e assassinou pessoas que, exatamente como muitos brasileiros na atualidade, estavam distraídas por acreditarem que tragédias só acontecem em outros países e com outras pessoas.

Muitos pensam que as Forças Armadas brasileiras nos garantirão a segurança e a das nossas famílias em qualquer situação. Este é um grande engano porque as Forças Armadas brasileiras começaram a ser destruídas no governo de Fernando Henrique Cardoso e, o governo do PT, sob a direção de Luís Inácio Lula da Silva, já levou esta destruição à um ponto de inflexão que, ou elas se impõem a partir de agora ou, certamente, se transformarão em guarda pretoriana. Lembremos de 1935 e da Revolta de 1963”.

Além do revisionismo histórico, há a discussão relacionada a temas mais atuais, ligados ao nacionalismo, à religião e às forças armadas. Na edição mais recente, publicada em fevereiro deste ano, há um editorial que defende o controle de um oficial-general sobre o Ministério da Defesa e uma nota criticando a proposta de emenda constitucional (PEC) do deputado Elton Bonfim Magela (PT-DF), que permitiria a afiliação política de militares da ativa..

4.3 NACIONALISMO

Mas nem todos os grupos partilhavam deste sentimento anticomunista. Como vimos, o Movimento Nativista, criado pelo general Hélio Lemos, reiterava que “as Forças Armadas são o instrumento militar da Nação e do Estado e não braços armados ou guarda pretoriana de governos, que são transitórios, ou de seus perfis ideológicos”.³⁸⁵ A publicação *O Farol*, do

³⁸⁴ idem.

³⁸⁵ LEMOS, Hélio. Movimento Nacionalista (Esclarecimentos). *Ombro a Ombro*, janeiro de 1995, p.6. Ver também no capítulo Grupos.

Movimento Nativista, era um recorte de artigos de jornais e de seus integrantes dentro da temática de se repensar questões nacionais. Não rara era presença de textos de jornalistas que sequer apareceriam em outras publicações anticomunistas. Cabe recordar, que em 1994, quando o Movimento é lançado, está em andamento a onda de privatizações iniciada no governo Collor e continuada na presidência de Fernando Henrique Cardoso. A abertura de capital das empresas de telefonia, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce e da Petrobrás, poderia retirar das mãos do Estado fontes de orgulho nacional. O mundo deixava de ser bipolar para se tornar cada vez mais globalizado.

Não à toa, de uma maneira geral, estes grupos apresentam uma defesa do nacionalismo, apesar de muitos de seus integrantes terem pertencido à corrente antinacionalista nas Forças Armadas. Boa parte desta mudança de percepção está relacionada à criação de uma série de empresas estatais no regime militar, muitas das quais tiveram os cargos de chefia ocupados pelos militares da ativa e da reserva. Outra questão que evoca o nacionalismo destes militares, é que tais grupos são criados em uma época de forte crítica ao fortalecimento do Estado. A onda neoliberal e a globalização sugerem um mundo mais competitivo sem o inchaço do Estado. Este esvaziamento da máquina pública também afetava as Forças Armadas. No plano diplomático, convém lembrar que os Estados Unidos já não representavam o modelo para alinhamento político e para isso contribuía o fato de Washington ter se posicionado contra os regimes ditatoriais do cone sul e também não ter apoiado os argentinos na Guerra das Malvinas.

4.3.1 ONGS E ESTADO

Nos demais grupos, que associavam nacionalismo e anticomunismo, são comuns temas como a demarcação de áreas ambientais e indígenas na Amazônia. Através dos textos lidos no *Ombro a Ombro* e em outros sites e jornais, nota-se que estes civis e militares da reserva percebem a gigantesca e despovoada hiléia como território propício à infiltração de estrangeiros, agentes estatais ou não. Na edição de outubro de 1991³⁸⁶, o general (R/1) Hélio Ibiapina, denunciava um documento do Conselho Mundial de Igrejas Cristãs que preconizava a preservação da floresta e dos aborígenes para desfrute das grandes civilizações européias. Ele usou como base uma reportagem de João Malato, publicada pelo jornal *O Liberal*³⁸⁷, dois

³⁸⁶ *Ombro a Ombro*, outubro de 1991 p.7.

³⁸⁷ MALATO, 1989.

anos antes. Em editorial, o jornal criticava a aprovação de uma reserva contínua para os ianomâmis. De acordo com o diário:

“Com isso estará aberto o caminho para no futuro, sob uma nova ordem mundial e sob o pretexto da ‘autodeterminação dos povos’, efetivar-se com base na ‘nação’ ianomâmi, às expensas da amputação do território brasileiro... é triste constatar que a tese de preservação cultural dos índios está alicerçada em ideias ecológicas e antropológicas, impedindo que seres humanos se aperfeiçoem, deixando o primitivismo de suas vidas, para se transformarem em cidadãos úteis à sociedade”.³⁸⁸

Com esta posição, Ibiapina reabre um debate em torno dilema dos militares no tratamento das questões indígenas: integrar o índio ou segregá-lo?³⁸⁹ A integração garantiria a participação das etnias envolvidas no serviço militar, no desenvolvimento imposto em valores não-indígenas e na diminuição do distanciamento cultural, em detrimento da cultura local, o que poderia mitigar a ideia de nacionalismo indígena, principalmente em região de fronteira. A segregação garantiria terras para os indígenas, onde não poderia haver desenvolvimento baseado em valores não-indígenas, e onde tal isolamento seria utilizado como fonte de infiltração de agentes não-estatais, como as ONGs. Ao mesmo tempo, a presença militar na região seria reduzida, o que seria um risco para a soberania e uma alavanca para a promoção de movimentos nacionalistas na região de fronteira. De uma maneira geral, estes grupos, e pelo que parece, as Forças Armadas, visualizam a atual política indigenista como eivada de uma lógica de segregação ao índio. Em um editorial publicado na revista institucional *Verde-Oliva*, em 2003, são expostos alguns dilemas acerca da presença do Exército na Amazônia, entre eles, o do contato da Instituição com o índio, que gera “dificuldades locais e críticas nacionais e internacionais”. Em um trecho, questiona-se:

“(...) estaria correto segregar os indígenas, privando-os da possibilidade de se integrar à Sociedade Nacional, de usufruir os benefícios do progresso?” (...)

“Até que ponto os laudos antropológicos que indicam os limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios estão isentos da contaminação ideológica ou dos interesses de Organizações Não-Governamentais (ONG), muitas delas patrocinadas com recursos do exterior (...) será que as ONGS são fiéis estritamente a esta causa?”³⁹⁰.

³⁸⁸ IANOMÂMIS, 1991.

³⁸⁹ Este temática foi desenvolvida em outro trabalho meu, em co-autoria, ver em SANTOS, Eduardo H.J., Alves, Vagner. Figueiredo, Eurico. O velho e o novo no discurso das Forças Armadas. Trabalho apresentado no GT32 – Forças Armadas e Sociedade, no 32º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2008.

³⁹⁰ *Verde-Oliva*, edição n.º 179, Out/Nov/Dez 2003, pp.34-35. Quatro anos depois, em um evento no Clube Militar o comandante militar da Amazônia disse considerar a política do governo em relação aos índios caótica e dissociada do processo histórico de colonização do país, ele argumentou que isto se deve ao fato que, uma vez estabelecida a reserva, a atuação das Forças Armadas poderia ser reduzida na região. Um dos principais motivos,

O que está em questão para estes militares da reserva é denunciar a possibilidade de infiltração na Amazônia e o enfraquecimento do Estado na região devido aos mecanismos institucionais criados pelo governo. Tais instrumentos trariam constrangimentos à ação militar na região e dariam chance para o surgimento de movimentos nacionalistas com amparo de organizações estrangeiras. De certa forma em sintonia com este pensamento, a estratégia de longo prazo do ministério da Defesa contempla um novo posicionamento do Exército na Amazônia, ampliando o efetivo militar na região.

para o general Heleno, é a existência de uma declaração das Nações Unidas, assinada pelo Brasil, que pressupõe a desmilitarização das áreas indígenas como fator para o desenvolvimento econômico e social destas regiões. Ele avaliou a existência de 14 problemas relacionados às fronteiras, sendo sete na região norte, que poderiam escalar para uma guerra. Ver detalhes em SANTOS, ALVES e FIGUEIREDO, 2008.

5 CONCLUSÃO

O estudo destes grupos mostra os efeitos do processo de distensão do regime militar e da redemocratização em setores ligados ao conservadorismo tanto no meio civil como na caserna, em especial os militares da reserva. Em primeiro lugar, é patente a insatisfação pelo rumo que as coisas tomaram na Nova República, uma vez que até mesmo no fim do regime militar estas pessoas já estavam fora dos principais círculos de decisão do governo e das Forças Armadas. Em segundo lugar, é perceptível o ressentimento com o tratamento dado pela sociedade aos militares, fruto de um processo de renovação de memórias em que o regime adquiriu uma carga negativa, e que os militares foram associados aos crimes de tortura denunciados pelas entidades de Direitos Humanos. Em terceiro lugar, observa-se uma negação da esquerda e do comunismo, traduzidos como sinônimos entre si, e relacionados também como ameaça à hierarquia, à disciplina e à soberania nacional.

Estes grupos não são unidades estanques. Há muita permeabilidade entre seus integrantes, ou seja, um membro pode participar de um ou mais grupos. No meio militar é comum que os laços de camaradagem tenham um importante papel no desenvolvimento das atividades em conjunto e pode-se inferir que nestes grupos, tanto a definição político-ideológica quanto os laços afetivos tenham sido importantes na arregimentação de colaboradores. Havia histórias, vivências e doutrinas em comum entre eles. Por outro lado, o grau de organização destas entidades era primário, com pouca força para que interagissem ou se aglutinassem em um partido informal.

Um perfil bem superficial dos integrantes destes grupos, com os dados obtidos nesta pesquisa, indica que são eles oficiais e civis que atuaram em 1964 e que a maioria já se encontra com idade acima dos sessenta anos. Há uma grande dificuldade de renovação das lideranças e dos quadros, o que faz com estes grupos deixem de existir ou se aglutinem a algum outro grupo. Além disso, boa parte destas entidades não possui mais do que uma centena de participantes. Exceção feita ao Guararapes, que lista mais de dois mil associados,

ao Inconfidência, com 200 e o Ternuma, com cerca de 150 integrantes. Outro fato a se destacar é a ligação com entidades civis como os clubes militares e com o Exército. Um dos locais de reunião destas entidades, o Clube Militar, sofre o mesmo processo de esvaziamento.

Como grupos de pressão, em especial no governo Itamar, onde uma forte crise deu contornos dramáticos e sugestivos pela imprensa para um golpe de Estado, eles conseguiram ter uma relativa atenção da mídia e o integrante de um deles, o general Torres de Melo, do grupo Guararapes, acabou fazendo parte de uma comissão de investigação responsável por apurar as irregularidades do governo Collor. Seu grupo apareceu nos jornais novamente em um manifesto direcionado ao presidente Fernando Henrique Cardoso. E o texto da tribuna militar *Ombro a Ombro*, serviu como justificativa para o ministro da Defesa José Viegas mostrar ao presidente Lula a indignação dos militares.

Em que pese o esforço para compor uma bancada parlamentar representante dos militares, nada foi conseguido, o que sugere que a influência destes grupos era reduzida aos seus integrantes e familiares, e que não tinham o apoio de toda a instituição.

Novas gerações vão se sucedendo nas Forças Armadas. E, neste quadro, há memórias específicas, em movimentos nem sempre harmônicos, assim como as diferentes avaliações sobre política. Os generais e coronéis do fim da primeira década do segundo milênio eram oficiais que iniciaram a carreira militar quando o regime já estava em distensão. Muitos dos tenentes-coronéis e majores de hoje deram o primeiro passo no portão da Academia Militar quando o país já possuía uma nova Constituição. E a classe mais recente dos jovens capitães indica que eram apenas crianças quando a guerra fria acabou. O discurso voltado para a ameaça comunista não parece ter tanta adesão como tinha no passado, uma vez que a suposta ameaça, simbolizada pela União Soviética, foi extinta em 1991. Para atualizar este suposto perigo, estes grupos têm escolhidos outros países e organizações para representarem o espectro comunista. Entre eles, temos Cuba, Venezuela, Irã, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o Foro de São Paulo. Além disso, aumentando a lista dos “elementos” da conspiração “vermelha” temos os próprios ex-militantes de esquerda no governo.

Porém não é só o anticomunismo revisitado que pode angariar adeptos. O discurso que coloca valores militares acima dos civis e que condena o jogo político, necessário à democracia, apresenta uma temporalidade mais longa que o antiesquerdismo. Escândalos políticos ressurgem a qualquer momento em uma democracia. Não é culpa dela, mas somente através de um regime democrático e sem cerceamento dos meios de comunicação podemos descobrir os defeitos e aprimorar as qualidades. Utilizar esta brecha para propor uma quebra

institucional, propor ordem e autoridade onde deve haver discussão política é algo que pode ocorrer a qualquer momento, em qualquer setor da sociedade. Por sorte, não há sinais de mobilização neste sentido, mesmo porque as gerações que hoje vivem no Brasil (e no Cone Sul) sabem quais são os resultados.

Ainda falando em gerações, pode-se inferir que há um processo de mudança no perfil dos militares que participam da política. Entre o Império e o fim da República Velha, as principais queixas eram manifestadas pelos cadetes e jovens oficiais. Entre o Estado Novo até 1988, os generais lideraram em bloco os movimentos e sufocaram as manifestações vindas dos escalões mais baixos. A partir de então, os generais e coronéis da reserva é que fazem o papel de porta-vozes de determinados setores descontentes da Instituição. Deve-se deixar bem claro que eles não representam a totalidade dos militares da ativa e tampouco da reserva.

Todo o trabalho de finalização desta pesquisa se encerrou em março de 2009. No fim do mês, completam-se 45 anos do golpe de 1964. Ao longo destes últimos vinte anos de período democrático, vários estudos foram elaborados para explicar a participação dos militares na política no regime e na Nova República. Entre os aspectos já pesquisados, temos o papel das articulações antes da Revolução, a atuação da oposição ao regime, a análise dos atores políticos e os bastidores do poder, as prerrogativas institucionais etc. Mas não há nada sobre o papel da reserva militar e dos civis nesta interação. Por isso, espero que este trabalho traga uma contribuição à bibliografia existente. Como esta pesquisa é um trabalho exploratório e descritivo, algumas lacunas ficam evidentes e sugerem novos campos de investigação. Uma delas é poder determinar a influência efetiva destes grupos nas Forças Armadas. Outra sugestão é saber grau de inter-relação entre estes grupos e os oficiais que estão deixando o serviço ativo. Espera-se que as informações aqui disponíveis possam servir para os trabalhos sugeridos e outros que possam aparecer no estudo das relações civis e militares.

6 BIBLIOGRAFIA

20 ANOS ruins que agora chegam ao fim. *Folha de São Paulo*, de 1º de abril de 1984, p.8.

31 de MARÇO de 1964 -1990, editorial, *Ombro a Ombro*, março de 1990, p.1.

A ESPERTEZA das esquerdas, editorial, *Ombro a Ombro*, dezembro de 1988 p.1.

A VERDADE SUFOCADA. “CIEX x Aeroporto de Guararapes”, disponível em: - http://www.averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&task=view&id=530&Itemid=34, acessado às 10:40h do dia 25 de março de 2008.

A VERDADE SUFOCADA. Endereço em <http://www.averdadesufocada.com/>, acesso em 6 de abril de 2009, às 12h.

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação*. Niterói: Eduff: Rio de Janeiro: Mauad, 1ª ed, 2000.

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ALMADA , Martin. Paraguay, *La carcel olvidada, el pais exilado*, Assunção: Internacional Editora , 3ª ed,1989.

ALVES, Vágner Camilo, “Armas e Política: o Exército e a constituição da Força Expedicionária Brasileira (FEB)” in *30º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2006.

AMADO quiere homenajear a procesados. *Últimas Noticias*, Montevideu, 10 de abril de 2007, disponível em <http://www.ultimasnoticias.com.uy/hemeroteca/100407/prints/act02.html>, acesso em 6 de abril de 2009, às 12h. Também disponível no portal EN VOZ ALTA. Endereço eletrônico em http://www.envozalta.org/Amado_Homenaje.pdf, acesso em 6 de abril de 2009, às 12h.

AMORÓS, Mario. *Chile: la Memoria como fuerza de la Historia*.Disponível em www.rebellion.org/noticia.php?id=32462, acesso em 16 de dezembro de 2008, às 13h.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

ANTÔNIO Bandeira, oficial da "linha dura". *Jornal do Commercio*, Recife, 9 de abril de 1998, disponível em http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0904/po0904i.htm

ANUNCIAN mensaje "fuerte" en acto cívico militar en Plaza de la Bandera, *La República*, Montevideu, 13 de abril de 2008. Disponível em <http://www.larepublica.com.uy/politica/306978-anuncian-mensaje-fuerte-en-acto-civico-militar-en-plaza-de-la-bandera>, acesso em 6 de abril de 2009, às 11h.

AQUINO, Tasso Villar de. Comunismo no Brasil, *Letras em Marcha*, setembro / outubro 1993, p.2.

ARGOLO, José. RIBEIRO, Kátia. FORTUNATO, Luís. A Direita Explosiva no Brasil. Mauad: Rio de Janeiro, 1996.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Eleições 1994. Votos dos Candidatos a Deputado Estadual - Coligação MPP. Disponível em <http://www.almg.gov.br/eleicoes94/Resultados/Partido/Municipio/CG7PCMPP.htm>, acesso em 8 de setembro de 2008, às 13:41h

ATASSIO, Aline P. *Coleção História Oral do Exército: 1964 - 31 de março: Uma análise da construção da história oficial do golpe de 1964 pela força terrestre*. Trabalho apresentado no I Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2007.

AZAMBUJA, Carlos, Illich. Construção da frente, tática permanente dos partidos comunistas. *Ombro a Ombro*, junho de 2002, p.8

_____. Os parâmetros do PT, *Ombro a Ombro*, dezembro de 1988, p.5.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. A CIA e a técnica do golpe de Estado. *Espaço Acadêmico*, nº58, março de 2006. Disponível em http://www.espacoacademico.com.br/058/58bandeira.htm#_ftnref21, acesso em 20 de janeiro de 2009, às 17h.

BARROS, Jorge Antonio, Nos quartéis também há amigos do rei. *Jornal do Brasil*, 21 de abril de 1993, p.5.

BETE Mendes pede lista de adidos para ver se há mais torturadores. *Jornal do Brasil*, 18 de agosto de 1985, p.24.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UNB, 2004. v 1 e 2.

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda - Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

BRANCO, Humberto Castello. *Discursos* 3.ed. Brasília, DF: Secretaria de Imprensa, 1965.

BRASIL. Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=80592>, acesso em 15 de abril de 2009, às 11h.

BRICKMANN, Carlos. Perseguição invade o terreno da galhoba. *Folha de São Paulo*, 1º de abril de 1984, p.6.

_____. Processo político leva muitos a mudar de lado, *Folha de São Paulo*, 1º de abril de 1984, p.4.

BROOKE, James. Brazil's Leader Makes the Army Toe the Line. *New York Times*. Nova Iorque, 9 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1990/09/09/world/brazil-s-leader-makes-the-army-toe-the-line.html?n=Top/Reference/Times%20Topics/Subjects/P/Politics%20and%20Government&scp=5&sq=Shoulder%20to%20shoulder%20brazil&st=cse>, acesso em 6 de abril de 2009, às 18h.

BORGES, Gustavo. Indenizações para familiares de mercenários. *Letras em Marcha*, novembro / dezembro de 1996 p.6

BUENO, Sillas. A canonização dos pecadores. *Ombro a Ombro*, outubro de 1995, p.6.

_____. Terrorismo Nunca Mais. *Ombro a Ombro*, edição de julho de 1996, p.11

CÂMARA absolveu 12 suspeitos de envolvimento com o "mensalão"; veja nomes. *Folha online*. São Paulo, 08 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u87563.shtml>, acesso em 15 de março de 2009, às 16h.

CAMARGO FILHO, Rodolfo B. Vamos mobilizar... *Ombro a Ombro*, abril de 1995, p.3.

CARDOSO, Henrique Carlos Assumpção. Eles jamais nos vencerão! *Letras em Marcha*, janeiro de 1990, p.8.

CARTA-COMPROMISSO DE 31 DE MARÇO, Rio de Janeiro, 31 de março de 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005

CARVALHO, Olavo. Democratizando a culpa. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 26 de setembro de 2002. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/culpa.htm>, acesso em 15 de março de 2009, às 13h.

CASAS. Juan Carlos. Um novo caminho para América Latina. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CASSÉTIA, João, Basta!, *Ombro a Ombro*, janeiro de 1989. p.7.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

_____. *O Espírito Militar - Um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs) – *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Ed FGV: Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Militares e política na Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001.

CASTRO, Celso, D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. *Visões do golpe: memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, RJ: Ediouro, 2004.

CASTRO, Celso. *Os militares e a memória do regime de 1964*. In: 1964-2004 – 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil, Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2004.

CERVO A.L. & RAPAPORT, M. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

CATAVENTO. *O Farol*, novembro de 1995, p.5.

CHAGAS, Paulo. *Uma boa lição para todos*. Ternuma, disponível em <http://www.ternuma.com.br/bsb341.htm>. Acesso em 8 de julho de 2008, às 11:59h

CINCINATO. V, *Acorda Brasil, Ombro a Ombro*, novembro de 2002, p.4.

COLMAN, Brigitte, Stroessner y la idolatría al único líder; entre la lealtad y la parodia. *Última Hora*. Assunção, 3 de fevereiro de 2009. Disponível em <http://www.ultimahora.com/notas/193359-Stroessner-y-la-idolatría-al-único-líder;-entre-la-lealtad-y-la-parodia->, acesso em 6 de abril de 2009, às 15h.

COMANDO MILITAR DO LESTE. Disponível em <http://www.cml.eb.mil.br>, acesso em 1º de agosto de 2008, às 00:16h

COMENTÁRIO. *Inconfidência*, nº 64, fevereiro de 2004. Republicado na edição nº 129 de julho de 2008, p.13.

CONTI, Luciana. Guararapes, o golpe que não houve. *Jornal do Brasil*, 27 de março de 1994, p.6.

CORDELLA, Carlos Alberto. Há palavras que choram e lágrimas que falam. Ternuma Brasília. Disponível em <http://www.ternuma.com.br>, acesso em 15 de março de 2009, às 19h.

_____. Um ornitorrinco no ministério da Defesa. Ternuma. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/354.htm>, acesso em 08 de julho de 2008, às 11:57h.

CLUBE MILITAR. Visita de candidatos a prefeito. Esclarecimentos. Disponível no site do Ternuma <http://www.ternuma.com.br>, acesso em 24 de outubro de 2008, às 14:08h

DEPUTADO denuncia os militares por ameaça. *Jornal do Brasil*, 27 de julho de 1993. p.4.

DI FRANCO. Carlos Alberto. Justiça ao cardeal. Ver artigo em http://www.masteremjornalismo.org.br/opiniaio_view.php?id=87, acesso em 1º de fevereiro de 2009, às 14:30h.

DIAS, Erasmo. O movimento revolucionário da esquerda brasileira. *Ombro a Ombro*, maio de 2002, p.7.

DISCURSO do ministro da Defesa, Nelson Jobim, durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos Palácio do Planalto, Secretaria da Presidência da República, Ministério da Defesa, 29 de agosto de 2007. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/UserFiles/File/ditadura.pdf>, acesso em 15 de setembro de 2008, às 16:06h.

DOMINGOS, Manuel. “Acerca da Modernização do Exército” in *Comunicação & Política*, vol. 22, n.º 3, 2004.

_____. “*Gamelin, o modernizador do Exército*” (mimeo)

_____. “O Militar e a Civilização” in *Tensões Mundiais*, vol. 1, n.º 1, 2005.

_____. *Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930)*. In: ROUQUIÉ, Alain. *Os partidos militares no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 1980.

DOMINGUES. Glacy Cassou. GRUPO GUARARAPES. À direita volver. Fortaleza, 16 de agosto de 2002.

Disponível em <http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/msg.asp?msg=48>, acesso em 15 de março de 2009, às 13h.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*, Petrópolis:Vozes, 1981.

ELEIÇÕES e expectativas, editorial, *Ombro a Ombro*, outubro de 2002, p.1

EN VOZ ALTA. Quienes Somos, disponível em <http://www.envozalta.org/quienessomos.html>, acesso em 6 de abril de 2009, às 14h.

ENTREVISTA com Lula. *Fantástico*, Rede Globo, 17 de julho de 2005. Disponível em <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA997182-4005,00.html>, acesso em 15 de março de 2009, às 19:55h.

ESCALANTE, JORGE. El general que entregó los presos a la Caravana. *La Nación*, Santiago, 27 de janeiro de 2008, disponível em

http://www.lanacion.cl/prontus_noticias_v2/site/artic/20080126/pags/20080126225344.html, acesso em 3 de abril de 2009, às 22:43h.

ESPÍNDOLA, Paulo Carvalho. Hipócritas, cínicos e incompetentes, Ternuma, disponível em <http://www.ternuma.com.br/bsb384.htm>, acesso em 08 de julho de 2008, às 11:55h.

EUCLYDES Figueiredo mantém articulações, *Diário de Natal*, 1º de março de 1989.

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO URUGUAI. Observatório Sul-Americano sobre Forças Armadas. Informe disponível no site <http://www.fcs.edu.uy/investigacion/observatorioFFAA/Informe%20Brasil/Informe%20Brasil144.htm>

FERRAZ, Francisco César Alves. Influência militar na atual política brasileira: erosão ou retirada? In: *Revista de Sociologia e Política*, nº 13, novembro de 1999.

FERREIRA, Oliveiros, S. *Vida e morte vida do partido fardado*. São Paulo: Sena, 2000.

FICO, Carlos. FERREIRA, Marieta de Moraes. ARAÚJO, Maria Paula Nascimento, QUADRAT, Samantha Viz. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2008.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. Gerais da reserva defendem livro. *Correio Braziliense*, 13 de maio de 2007, clipping da reportagem disponível em <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/clipping/maio-2007/gerais-da-reserva-defendem-livro/>, acesso às 21:59h do dia 06 de março de 2008.

_____. *O Ministério do Silêncio. História do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FORTES, Leandro. Circo ou Hospício? *Carta Capital*, São Paulo, 25 de agosto de 2008.

FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUCCILLE, Luís Alexandre. *A criação do Ministério da Defesa no Brasil: entre o esforço modernizador e a reforma pendente*. Disponível em <http://www.ndu.edu/CHDS/Journal/PDF/2003/Fuccille-Article.pdf>, acesso em 1º de agosto de 2008, às 14:29h.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CPDOC) *Revolta de Aragarças*. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/Revolta_de_aragarcas.asp, acesso em 25 de março, às 21h.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CPDOC) *Revolta de Jacareacanga*. Disponível em

http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/Revolta_de_jacareacanga.asp, acesso em 25 de março de 2009, às 21h.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CPDOC) *Manifesto dos Coronéis*. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/fotos/manifestocoroneis/pop_gv54_02_20_1.htm e http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/manifestocoroneis.htm. Acesso em 25 de março de 2009, às 22h.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CPDOC) *Os militares e o governo Goulart*. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/Os_militares_e_o_governo_JG.asp. Acesso em 25 de março de 2009, às 22h.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Centro de Documentação e Pesquisa Histórica (CPDOC). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, em http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/3388_2.asp. Acesso em 25 de março de 2009, às 22h.

GALLI, Ana Paula. Entenda o escândalo do Mensalão. *Época*. São Paulo, 22 de agosto de 2007. Especial disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG78680-6009,00-ENTENDA+O+ESCANDALOBRO+DO+MENSALAO.html>, acesso em 15 de março de 2009, às 16h.

GARCÍA Pintos: "Nos preocupamos por los Derechos Humanos de todos", *Radio Espectador*, Montevideu, 6 de fevereiro de 2009, disponível em http://www.espectador.com/1v4_contenido.php?id=143446&sts=1, acesso em 6 de abril de 2009, às 11h

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2002.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2002b.

_____. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2004.

_____. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed. 2004.

GENERAL provoca o quinto atrito entre militares e governo. Agência Estado. *A Tribuna do Norte*, Natal, 20 de abril de 2008, disponível em <http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=73289>, acessada em 27 de julho de 2008, às 16:52h.

GENERAL Santelices presentó "renuncia voluntaria" al Ejército. *La Nación*, Santiago de Chile, 4 de fevereiro de 2008. Disponível em http://www.lanacion.cl/prontus_noticias_v2/site/artic/20080204/pags/20080204105411.html, acesso em 3 de abril de 2009, às 22:43h.

GERCHMANN, Léo. Militares da reserva distribuem documento criticando FHC e Jader. Agência Folha. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 de maio de 2001. Disponível em

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1505200122.htm>, acesso em 7 de março de 2008, às 13:04h.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GODINHO, Javier. Amazônia Internacionalizada. *Diário da Manhã*, 19 de julho de 2006. Disponível em <http://www.dm.com.br/impresso.php?id=146031&edicao=6830cck=3> e http://www.supertextos.com/texto/Amaz%C3%B4nia_Internacionalizada/2401. Acesso em 21 de fevereiro de 2009, às 10h

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GOLDENBERG, M. *A Arte de Pesquisar*, Rio de Janeiro: ed. Record, 1997.

GOMES, Laurentino, PORRO, Alessandro. Foi fundado letras do B. Radar. *Veja*, 6 de julho de 1988, p. 49.

GRUPO ANHANGUERA. “Vamos mobilizar!” Mais que um dever. Goiânia, 24 de julho de 1993, *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.4.

GRUPO ARAUCÁRIA. 2º Manifesto, *Ombro a Ombro*, julho de 1993, p.4.

GRUPO ARAUCÁRIA. 3º Manifesto, Curitiba, 2 de setembro de 1993. *Ombro a Ombro*, setembro de 93, p.6.

GRUPO DAS BANDEIRAS, Alerta Brasil. São Paulo, 8 de julho de 1993. *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p. 3

GRUPO CABANOS. Manifesto do grupo. Belém, 15 de agosto de 1993, *Ombro a Ombro*, setembro de 93, p.6.

GRUPO CATARINA. Ata de Fundação. In: ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS. *Revista Direito Militar* Nº 02, outubro/novembro, 1996. <http://www.amajme-sc.com.br/revista2.htm>, acesso em 1º de fevereiro de 2009, às 15h.

_____. Manifesto à sociedade. In: ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS. *Revista Direito Militar* Nº 02, outubro/novembro, 1996. <http://www.amajme-sc.com.br/revista2.htm>, acesso em 1º de fevereiro de 2009, às 15h.

GRUPO EMBOABAS. Lista de discussão disponível em http://br.groups.yahoo.com/group/grupo_emboabas/

GRUPO FARROUPILHA. *Manifesto*. Disponível em http://www.paralerepensar.com.br/paralerepensar/texto.php?id_publicacao=1551 - 18k, acesso em 6 de janeiro de 2009. às 18h.

_____. Revisão da Constituição Federal de 1988. Porto Alegre, 14 de outubro de 1993. *Ombro a Ombro*, outubro de 1993, p. 6.

GRUPO GUARARAPES. A rebelião das elites. *Ombro a Ombro*, abril de 1992, p.1.

_____. Denúncias à Nação [S.l.:s.n], Janeiro de 2008.

_____. *Excelentíssimo Senhor Presidente. Fortaleza*, 7 de junho de 2005. Publicado em 06 de agosto de 2005. Disponível em <http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/msg.asp?msg=132>, acesso em 15 de março de 2009, às 13h.

_____. Manifesto. Fortaleza, 26 de março de 1992. *Ombro a Ombro*, abril de 1992, p.8

_____. Ontem e hoje, [S.l.:s.n], Julho de 2008.

_____. O tropel das legiões. *Ombro a Ombro*, abril de 1994, p.6.

_____. *Pior não será*. Fortaleza, 15 de setembro de 2002. Disponível em <http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/msg.asp?msg=51>, acesso em 14 de março de 2009, às 23h.

_____. *Quem somos*. Informação disponível em http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/quem_somos.asp?page=1, acesso em 8 de março de 2009, às 16h.

_____. *Relação de grupo*. Disponível em http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes/links_relacao.asp, acesso em 17 de março de 2008, às 11h12.

GRUPO INCONFIDÊNCIA. A comunicação da Educação, editorial, *Inconfidência*, nº 129, 28 de julho de 2008, p.1.

_____. Manifesto. Quosque tandem? ... Até quando? Belo Horizonte. 1º de agosto de 1993. *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.3.

_____. Não é hora de falar em golpe! *Ombro a Ombro*, 11 de novembro de 1993.

_____. *Estatuto*. <http://www.grupoinconfidencia.com.br/estatuto.php>, acesso em 15 de março de 2009, às 12:30h.

_____. *Quem somos*. Disponível em <http://www.grupoinconfidencia.com.br/quemsomos.php>, acessado em 25 de janeiro de 2008, às 10:00h

GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO. Alerta à Nação. *Letras em Marcha*, setembro / outubro de 1993, p.7.

_____. Convocação à união nacional. *Letras em Marcha*, junho de 1989, p.7.

GRUPO QUERO-QUERO. Considerações sobre o momento atual, Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2002. *Ombro a Ombro*, março de 2002. p.4.

GRUPOS em ação. *Ombro a Ombro*, outubro de 1993, p.6.

GUIBERNAU, Maria Monserrat. Nacionalismos : o estado nacional e o nacionalismo no século XX, tradução: Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1997.

GWYN, Prins. *História Oral* in: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HERSHBERG, Eric y AGÜERO, Felipe. *Memorias militares sobre la represión en el Cono Sur : visiones en disputa en dictadura y democracia* (orgs). Colección memorias de la represión. Madrid, Espanha: Siglo Veintiuno de España Editores, 2005. Volume 10.

HISTÓRIA DO TERRORISMO NO BRASIL, Ternuma:[S.l.:s.n], [2008?]. 1 CD-ROM

HUNTER, Wendy. *Eroding Military Influence in Brazil. Politicians against Soldiers*. Chapel Hill and London: University of North Carolina Press, 1997.

IANOMÂMIS, *Ombro a Ombro*, edição de dezembro de 1991, p.1.

INTIMIDAR, Jamais! *Inconfidência*, edição número 125, abril de 2008. Disponível em www.grupoincofidencia.com.br/jornais/125/intimidar.php, acesso em 29 de julho de 2008, às 15:29h.

INTERVENÇÃO militar, *Ombro a Ombro*, outubro de 1991, p.6.

JELIN, Elizabeth. Ana LONGONI (orgs) *Escrituras, imágenes y escenarios ante la represión*. Colección Memorias de la Represion. Madrid, Espanha: Siglo Veintiuno de España Editores, 2005. Volume 9.

JELIN, Elizabeth. Fechas en la memória social. *Iconos*, nº 18. 2004. Disponível em <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/509/50901816.pdf>, acesso em 6 de abril de 2009, às 11:30h

JORNAL de militares acusa Tancredo de comunista e critica Frente Liberal. *Folha de São Paulo*, São Paulo 11 de novembro de 1984, p.10.

KATCHATUROV, Karen Armenovitch. *A expansão ideológica dos EUA na América Latina*. Trad. de Ana Leocádia Prestes, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1ª ed, 1980.

KRIEGER, Gustavo, RODRIGUES, Fernando, BONASSA, Elvis César. *Os donos do congresso – A farsa na CPI do orçamento*, São Paulo: Ática, 1994.

KIRAS, James D. "Terrorism and Irregular Warfare" in John Baylis, James Wirtz, Eliot Cohen & Colin Gray (org.), *Strategy in the Contemporary World*. New York: Oxford, 2002

LAMOUNIER, Bolívar, *Partidos e Utopias: O Brasil no limiar dos anos 90*, São Paulo: Loyola, 1989, p.118 apud TRINDADE, Hélio. *América Latina – eleições e governabilidade democrática* Porto Alegre: EDUFRGS, 1991, p.17

LECHNER, Norberto, GÜELL, Pedro. *Construcción Social de las memorias en la transición chilena* In: JELIN, Elizabeth & KAUFMAN, Susana G.(orgs) *Subjetividad y figuras de la memoria*. Colección memorias de la repressão. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editora Iberoamericana; Nova York, Social Science Research Council, 2006.

LEIRNER, Piero de Camargo, *A pesquisa de campo com militares: Algumas questões metodológicas*, in: Revista Brasileira de Ciências Sociais no.34, 1992.

LEMOES, Hélio. Movimento Nacionalista (Esclarecimentos). *Ombro a Ombro*, janeiro de 1995, p.6.

LEÔNIDAS critica militares do jornal 'Letras em Marcha', *O Globo*, 1º de outubro de 1986, p? , recorte disponível na página virtual da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. *Arquivo Ana Lagoa*. <http://www.arqanalagoa.ufscar.br>, acesso em 26 de janeiro de 2009, às 21h.

LIMA, Hélio Ibiapina, Orquestração contra as Forças Armadas. *Ombro a Ombro*, outubro de 1991 p.7.

_____. O verdadeiro perigo: o socialismo. *Letras em Marcha*, novembro de 1989, p.9.

_____. Partido político das Forças Armadas. *Ombro a Ombro*, janeiro de 1992. p.7.

LOPES, Ruy. Comunicado do Front. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 de abril de 1984, p.2.

LOPEZ, Ernesto. *Seguridad Nacional y Sedición Militar*. Buenos Aires:Legasa, 1987.

LUZ, Sérgio Porto. Não li, mas gostei da ideia...*Ombro a Ombro*, março de 1992, p.4

MACIEL, Ayrton. Uma versão militar sobre 1964. *Jornal do Commercio*, Recife, 04 de novembro de 2001, disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/_2001/0411/po0411_9.htm e http://www2.uol.com.br/JC/_2001/0411/po0411_7.htm, acesso em 06 de março de 2008, as 22:07h.

MAGALHÃES, Mário e TORRES, Sérgio. Internet revela livro secreto. *Folha de São Paulo*, 5 de novembro de 2000. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200017.htm>, acesso em 9 de dezembro de 2008, às 14:37h

MALATO, João. Documento estarecedor, *Alto Madeira*. Caderno-2, Rondônia, 12-13 de novembro de 1989. Op. Cit In: Ianomâmis, *Ombro a Ombro*, edição de dezembro de 1991, p.1 e reproduzido integralmente em *Ombro a Ombro*, novembro de 1991, p.8

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os Pensadores”, vol. IX, 1973.

MARIANI, Bethânia. Discurso, Memória, Esquecimento e Acontecimento. Cadernos de Letras da UFF, Niterói, v. 14, 1997.

MARIANO. *As garras do condor*. Petrópolis: Vozes. 1ª ed. 2003.

MARTINS. Feichas. "Ternuma" inicia oposição com denúncias. *Agência Brasileira de Notícias*. Brasília, 28 de outubro de 2002. Disponível em <http://www.abn.com.br/colfeichas281002.htm>, acesso em 14 de março, às 23h

MAYRINK. José Maria. Militares recorrem de anistia a Lamarca. *O Estado de São Paulo*, 14 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.estado.com.br/editorias/2007/09/14/pol-1.93.11.20070914.24.1.xml>, acesso em 20 de janeiro de 2009, às 17h.

MIGUEZ, Carlos Cláudio. Nova “Estória” do Brasil. *Inconfidência*, 28 de julho de 2008, nº 129, p.2.

MILITARES condenam ação de políticos. *Jornal do Commercio*, 12 de junho de 1992, p.2.

MILITARES criticam a Vázquez y auguran fracaso en política sobre desaparecidos, *La República*, Montevideo, 15 de abril de 2006. Disponível em <http://www.larepublica.com.uy/politica/208101-militares-critican-a-vazquez-y-auguran-fracaso-en-politica-sobre-desaparecidos>, acesso em 6 de abril de 2009, às 11h.

MILITARES da reserva defendem saída de FHC, Agência Estado. *Jornal do Commercio*, Recife, 27 de julho de 1999. Disponível em http://www2.uol.com.br/JC/_1999/2707/po27071.htm, acesso em 28 de janeiro de 2009

MILITARES pasibles de extradicion por el archivo del caso Berríos. *La República*, Montevideo, 14 de fevereiro de 2006, disponível em <http://www.larepublica.com.uy/politica/202646-militares-pasibles-de-extradicion-por-el-archivo-del-caso-berrios>, acesso em 6 de abril de 2009, às 14h.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Conheça o MD. Histórico. Disponível em https://www.defesa.gov.br/conheca_md/index.php?page=historico, acesso em 28 de julho de 2008, às 16:53h.

MINISTÉRIO DA DEFESA – História de uma segregação anunciada. *Inconfidência*, edição número 123, fevereiro de 2008. Disponível em www.grupoincofidencia.com.br/jornais/123/ministerio.php, acesso em 29 de julho de 2008, às 15:29h.

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR. PROTOCOLO Nº 0969/2007. Diário Oficial da União- Seção 3- nº 189- pág. 113. Disponível em <http://www.mpm.gov.br/site/mpm/servicos/assessoria-de-comunicacao/sintese/2007/outubro/2007-10-01.pdf>, acesso no dia 7 de março de 2008, às 18:23h.

MISSA comemora a revolução de 64 e reúne 1 mil e 500. *Jornal do Brasil*, 1º de abril de 1983.p.4.

MORAES. João Quartim de. *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. Campinas: Ifch/Unicamp, 2001.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003a. Tomo 1

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003b. Tomo 2

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003c. Tomo 3

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003d. Tomo 4

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003e. Tomo 5

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003f. Tomo 6

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003g. Tomo 7

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003h. Tomo 8

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003i. Tomo 9

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003j. Tomo 10

_____. 1964 – 31 de Março. O Movimento Revolucionário e a sua História. Rio de Janeiro: Bibliex, 2003l. Tomo 11

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOULIAN, Tomás. Chile Actual: Anatomía de um mito, Santiago de Chile: Arcis Universidad – LOM Ediciones, 1997.

MOVIMENTO NATIVISTA. Manifesto à Nação. *Ombro a Ombro*, setembro de 1993, p.6.

MOVIMIENTO 10 DE SEPTIEMBRE DE 1973. *Quienes somos*. Disponível no site do <http://www.movimiento10deseptiembre.cl/xquienes.php>, acesso em 3 de abril de 2009, às 22h.

NÃO custa nada lembrar...*Ombro a Ombro*, junho de 2004, p.7.

NOITE Cubana em Canguaretama. *Inconfidência*, 28 de julho de 2008, edição nº 129, p.19.

O BRIGADEIRO aterrissa. *Veja*, 22 de junho de 1988, pp.32-37.

O MOVIMENTO Nativista não se vincula a nenhuma das correntes político-partidárias interessando-se apenas pelas questões nacionais. *O Farol*, dezembro de 1994, p.2.

O PRIMEIRO número. *Ombro a Ombro*, junho de 1988. p.1

OLIYNIK, Anatoli, O esquerdista, quem é ele? *Inconfidência*, 9 de novembro de 2007, p.1, disponível em <http://www.grupoinconfidencia.com.br/jornais/118/oesquerdista.php>, acesso em 7 de março de 2008, às 17:39h.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978.

OLIVEIRA, Eliézer .R. e SOARES, Samuel Alves, *Brasil. Forças Armadas, direção política e formato institucional*, In: D'ARAÚJO, M.C e CASTRO, Celso (orgs) – *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Ed FGV: Rio de Janeiro, 2000.

_____. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

ORVIL, [s.l.], 1987. Disponível em http://www.averdadesufocada.com/images/orvil/orvil_completo.pdf, acesso em 23 de novembro de 2007, às 10h.

OS DESAPARECIDOS nos bastidores do governo. *Ombro a Ombro*, setembro de 1995, p.1.

OS MILITARES inquietos, *Jornal do Brasil*, 8 de dezembro de 1993, p.5

PAINEL, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 de abril de 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1604200201.htm>. Acesso em 9 de dezembro de 2008, às 14:37h.

PALAU, Marielle. *Marzo paraguay y memorias sobre la dictadura. Memorias sobre la Dictadura en Organizaciones Juveniles*. Octubre. 2004. Disponível em

<http://168.96.200.17/ar/libros/paraguay/base/Documento%20memoria.doc>, acesso em 6 de abril de 2009, às 10h.

PEIXOTO, Antonio Carlos “O Clube Militar e os Confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)” in ROUQUIÉ, Alain (org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PEIXOTO, Demerval, *Memórias de um velho soldado*, Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

PINHEIRO, João Batista. Sem medo do Lula, *Ombro a Ombro*, novembro de 2002, p.3.

PINOCHET, o intelectual homenageado, *Letras em Marcha*, novembro / dezembro de 1997, p.1.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 2, nº 3, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*, Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 5, nº 10, 1992.

POLARIZAÇÃO induzida, editorial, *Ombro a Ombro*, agosto de 1994, p.1.

PRZEWORSKI, Adam, *Capitalismo e Social Democracia*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PRIMER grupo declarado stronista con ambiciones de poder en ANR. *ABC Color*, Assunção, 13 de setembro de 2005. Ver mais em <http://www.abc.com.py/2005-09-13/articulos/204176/primer-grupo-declarado-stronista-con-ambiciones-de-poder-en-anr>, acesso em 6 de abril de 2009, às 14h.

RIPARDO, Sérgio. Veja perfil de secretária de Energia do RS, indicada para equipe de Lula. *Folha On-Line*, São Paulo, 5 de novembro de 2002. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42152.shtml>, acesso em 14 de março de 2009, às 22h.

ROHTER, Larry. Groups in Brazil Aim to Call Military Torturers to Account. *New York Times*, 16 de março de 2007, disponível no site http://www.nytimes.com/2007/03/16/world/americas/16brazil.html?_r=1&scp=1&sq=ustra&t=cse, acesso em 9 de dezembro de 2008, às 14:37h.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*, São Paulo, SP: Alfa-Omega, 1984.

_____. *Os partidos militares no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 1980.

RUMO a 2006, editorial, *Ombro a Ombro*, dezembro de 2005. p.1

SANTOS, Eduardo H.J., Alves, Vagner. Figueiredo, Eurico. O velho e o novo no discurso das Forças Armadas. Trabalho apresentado no GT32 – Forças Armadas e Sociedade, no 32º Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – Anpocs, 2008.

SANTOS, Eduardo H. J. *Crimes de responsabilidade: Uma análise do caso peruano*, fevereiro de 2008. (Texto digitado)

SCHULZ, John. *O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo: um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília: Editora UNB, 1982.

SEMINÁRIO A LEI DA ANISTIA – ALCANCES E CONSEQÜÊNCIAS, 7 de agosto de 2008, Clube Militar, Rio de Janeiro.

SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE: ditadura militar e resistência no Brasil 1964-2004, Rio de Janeiro:7 Letras, 2004.

SENADOR Sarney contesta o general Ibiapina. *Ombro a Ombro*, junho de 1997, p.7.

SHY, John, COLLIER, Thomas W. Guerra Revolucionária.In: PARET, Peter, (org) *Construtores da Estratégia Moderna, De Maquiavel à Era Nuclear*, Tomo 2, trad de Joubert de Oliveira Brízida, Rio de Janeiro: Bibliex, 2003.

SILVA.Adriana Souza A mídia implorava pela intervenção militar, *Redação AOL*, 26 de março de 2004

SILVA, Aimar B. A Albânia e o 31 de março. *Letras em Marcha*, abril de 1997, p.3.

SILVA, Hélio, *1964: golpe ou contra-golpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA. Murillo Neves Tavares. Já está na hora. Ternuma, Brasília, 23 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/bsb351.htm>. Acesso em 8 de julho de 2008, às 11:58h.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. “Debate no Clube Militar”

SOHR, Raul. *Para entender los militares*. Santiago: Ed Melquiades. 1ª ed, 1989, 184p.

SOLDADO Brasileiro!, editorial, *Ombro a Ombro*, agosto de 2002, p.1

SONDEO: Stroessner fue um dictador pero se vivia bien, *Última Hora*, Assunção, Disponível em <http://www.ultimahora.com/notas/192783-Sondeo:-Stroessner-fue-un-dictador,-pero-se-vivia-bien>, acesso em 6 de abril de 2009, às 15h.

SÓ 30 vão à festa por revolução, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, de 1º abril de 1985, p.4.

SOUZA. Aluísio Madruga de Moura. Ternuma Regional Brasília. *Contra-Revolução*, [S.l.:s.n], 2008.

_____. Ternuma Regional Brasília. PARTIDO DOS TRABALHADORES. Seu desgoverno e as Forças Armadas - a Revolução Petista em marcha. In: INCONFIDÊNCIA, n° 123, fevereiro de 2008. Disponível em www.grupoinconfidencia.com.br/jornais/123/pt.php, acesso em 7 de março de 2008, às 17:40h.

STARLING, Heloísa Maria, *Os senhores das Gerais- os novos inconfidentes e golpe de 1964*, Petrópolis: Vozes, 1986.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975

_____. *Estado, corporativismo e autoritarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Os militares: da abertura à Nova República*; tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amêndola. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1986.

STRONISTAS recordaron cumpleaños del tirano. *ABC Color*, Assunção, 3 de novembro de 2004, disponível em <http://www.abc.com.py/2004-11-03/articulos/143133/Stronistas%20recordaron%20cumplea%F1os%20del%20tirano>, acesso em 6 de abril de 2009, às 15h.

TERNUMA. Apresentação. Disponível em <http://www.ternuma.com.br/apres.htm>, acesso em 25 de janeiro de 2008, às 10:15h.

_____. Curriculum Vitae de Aloysio Nunes Ferreira. *Ombro a Ombro*, novembro de 2001, p.7.

_____. A. Portal. <http://www.ternuma.com.br>. Acesso às 11:37h do dia 06 de março de 2008.

_____. Revanchismo. Texto disponível em <http://www.ternuma.com.br/revanche.htm#CORONEL>, acesso em 24 de novembro de 2008, às 13:04h.

TORRES DE MELLO, Francisco Batista. Sou brasileiro, *Ombro a Ombro*, edição de fevereiro de 1992, p.5

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS. Coordenadoria de Eleições / Secretaria de Informática, disponível em acesso em 08 de setembro de 2008, às 13:48h. Disponível em http://www.tre-mg.gov.br/eleicoes/eleicoes_recentes/eleicoes_98/deputado_estadual_nao_eleitos.htm acesso em 1° de fevereiro de 2009, às 2:46h

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ. Eleições Municipais. Dados disponíveis em <http://www.tre-ce.gov.br/tre/download/Eleicoes%201988.pdf> acesso em 7 de março de 2008, às 11:44h.

TRINDADE, Héglio. América Latina – eleições e governabilidade democrática Porto Alegre: EDUFRGS, 1991.

TRONCA, Ítalo “O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942)” in FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. Arquivo Ana Lagoa.
<http://www.arqanalagoa.ufscar.br>, acesso em 26 de janeiro de 2009, às 21h.

USINA DE LETRAS. Discursos. I Encontro Nacional por um Brasil Verde e Amarelo.
Disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=3136&cat=Discursos>
acesso em 7 de março de 2008, às 15:13h.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. Rompendo o Silêncio. Edição on-line disponível no site
“A verdade sufocada”. 1987.

VAMOS mobilizar! *Ombro a Ombro*, novembro de 1991, p.10

_____. mobilizar! *Ombro a Ombro*, setembro de 94, p.6.

VITÓRIA do PT, editorial, *Ombro a Ombro*, novembro de 2002, p.1

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres*, São Paulo: Ed. Ática, 1994.

_____. Jorge. *FHC, Forças Armadas e Polícia – entre o autoritarismo e a democracia*, Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

SITES:

Grupo Guararapes:
<http://www.fortalweb.com.br/grupoguararapes>

Grupo Inconfidência
<http://www.grupoinconfidencia.com.br>

ONG Ternuma
<http://www.ternuma.com.br>

JORNAIS

Jornal do Grupo Inconfidência - edições nº 93, 118,119,120, 123,126,127,128,129,130.

Letras em Marcha – edições de novembro de 1971; de novembro de 1988 a agosto de 2000.

O Farol - edições de dezembro de 1994 a maio de 1996.

Ombro a Ombro – edições de 1988 a 2005.

Correio Braziliense - maio de 2007.

ENTREVISTAS

BORGES, Zenóbio Cid de Aguiar. Entrevista concedida em 11 de novembro de 2008, por telefone.

GALVÃO, Dagoberto. Entrevista concedida em 22 de setembro de 2008, por telefone.

LEITE, José Renato. Entrevista concedida em 15 de setembro de 2008, por telefone.

LIMA, Hélio Ibiapina. Entrevista concedida em 26 de outubro de 2008, às 15h.

MONTEIRO, Abel. Entrevista concedida em 30 de janeiro de 2009, por e-mail.

MELLO, Francisco Batista Torres. Entrevista concedida em 26 de maio de 2008, às 20:30h, por telefone.

PAOLA, Heitor. Entrevista concedida em 12 de junho de 2008, às 9:30h.

PRUDENTE, Ana. Entrevista concedida em 28 de janeiro de 2009, por e-mail.

RIBAS, Antonio. Entrevista concedida em 7 de agosto de 2008, às 17h.

SILVA, Aécio Kauffman Colombo. Entrevista concedida em 1º de dezembro de 2008, às 9h, por telefone.

SILVA, Juarez Deus Gomes da. Entrevista concedida em 12 de junho de 2008, às 11:20h.

VEIGA, Aroldo. Entrevista concedida em 28 de janeiro de 2009, por e-mail.

7 ANEXOS

7.1 LETRAS EM MARCHA - ÚLTIMO NÚMERO - JULHO AGOSTO DE 2000

IMPRESSO
letras em marcha
 CULTURA & NOTICIÁRIO MILITAR

HEMEROTECA BIBLIOTECA NACIONAL SEC CONT
 LEGAL
 AVENIDA RIO BRANCO 219
 CENTRO
 20040008 RIO DE JANEIRO RJ

ISSN 0101-711 X
 PORTO PAGO
 DR/RJ
 ISR 52-153/81

ISSR 52-425-86
 ST PR/12/14

Ano XXIX
 Fundador: Cel. Neomil Portella Ferreira Alves
 Brasil - JUL-AGO/2000 - Nº 282

ILHA DA TIRANIA (273)

150 ANOS

Com a derrota do PRI no México, desalojando uma DITADURA quase perfeita, que predominou por 71 anos, só fica restando do lado ocidental a TIRANIA COMUNISTA DE CUBA.

Não convencem as explicações de duração (41 anos) de sangrenta DITADURA, de tirania policiaesca de um fanático, cujas mãos registram as ordens criminosas de fuzilamento no *paredón*, mais do que inimigos ideológicos, de ex-companheiros da torva causa totalitária, impiedosamente sacrificados.

O Ditador encanecido, que montou a oligarquia vermelha, tendo como sustentáculo seu irmão cruel na chefia do aparelho repressivo, requintou sua pretensão de degenerado, proibindo que os cubanos comemorassem, durante anos o NATAL, o que constitui prova incontestável de seu total desprezo às crenças religiosas.

Como passamos distante dele todos os freios de escrúpulo, o tirano barbudo envolveu o VATICANO, convencendo Sua Santidade o Papa JOÃO PAULO II, àquela temerária viagem à Ilha dos Perseguidos, não se constatando que tenha havido, até hoje, alteração alguma, pois a ilha penitenciária persiste com policialismo KGBLIANO, onde a vigilância é de quartelão em quartelão, e as cadeias continuam recheadas de presos políticos sem direito de defesa, porque na sistemática totalitária só impera a promotora pública, massacrando em nome do Estado Onipotente.

PARCE HAVER CHEGADO O MOMENTO DE desnudar a realidade do inferno caribenho, quando diante de nossos olhos estarrlecidos sopram, do outro lado da Guanabara, na amistosa NITERÓI, ventos cubanos, tentativas de imitações no realce de cidade gêmea de HAVANA, onde jovens são mistificados com a apologia de um criminoso convicto, carniceiro do Caribe, do genocídio, que trancafiou em masmorras infectas sem luz e sem espaço, durante 20 anos, idealistas do estofado de HUBER MATOS, que, revolucionário autêntico de primeira hora, não transigiu no desvio para a sarabanda totalitária de satélite soviético.

Não é por distração que focalizamos a necessidade de cuidado especial em tudo que vier daquela ILHA DE MALDIÇÃO SUBVERSIVA. Lá é o campo de capacitação de traidores; lá continua sendo, apesar da miséria e do racionamento, uma das fontes de alimentação de dinheiro sujo, para a perturbação da paz dos brasileiros, nos campos e nas cidades.

Ao Ditador impiedoso têm ido carreiristas da política, ignorantes da crônica de um povo simpático, porém coagido pelo "benefacto" do crime, e mais do que tirano: traidor, que abandonou seu companheiro de jornada CHE GUEVARA nas terras bolivianas, vigiado por espia alemã que lhe seguia as pegadas, informando ao DGI e ao KGB, pois o comunista facinoroso entregou a ilha aos burocratas policiais do DRU e não fora o mínimo de moderação de KRUCHOV - o bandido barbudo teria provocado o conflito atômico na retirada dos mísseis.

Na biografia do Ditador, entretanto, um crime hediondo reclama divulgação ampla, porque apresenta requintes de ignomínia: trata-se do fuzilamento do General OCHÓA, militar que comandou as tropas cubanas em Angola, com atuação discreta, moderada.

Ocorreu que na ilha maldita, já operava o narcotráfico, comprometendo parentes do TIRANO, de tal sorte que ele precisava de uma explicação que acomodasse as suspeitas crescentes.

A EXPEDIÇÃO ANGOLA, antes de solidariedade ideológica, representou a eficiência do roubo de diamantes e pedras preciosas, em benefício do Ditador, que utiliza até sósias, temendo as represálias pelo sangue que semeou. Livrando a cara suja do "irmãozito" RAUL, através de um processo escandaloso, enquadrou o General OCHÓA, fuzilando-o, suspeitando de bonapartismo, no desprezo total aos apelos da família.

Não é de pouco tempo que este criminoso tenta intervir no Brasil, subvencionando religiosos, treinando terroristas, alentando iniciativas de políticos aventureiros e até de Ministros de Estado, que disputam fotos com o ridículo estadista, administrador fracassado de pífia economia de uma pobre ilha produtora de cana-de-açúcar, charutos e fanatismo ideológico.

A queda daquele comunista lombrosiano será acontecimento universal, oferecendo remate a uma vida que a grande maioria dos brasileiros detesta, pelos princípios cristãos autênticos e repulsa à barbárie totalitária.

Jorn. WALDO R. VIANA

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:



- Gen. HÉLIO IBIAPINA LIMA
- Cel. Av. IVAN CARVALHO
- Cel. GODOFREDO DE A. NEVES
- Dr. ANTÔNIO VIEIRA BRANDÃO
- Cel. CLÁUDIO MOREIRA BENTO
- Gen. RAYMUNDO NEGRÃO TORRES
- Prof. Dr. ARNO WEHLING
- Dr. EMÍLIO MALLET N. RIBEIRO

1942 22 de Agosto 2000
 Há 58 anos o BRASIL reconhecia o ESTADO DE BELIGERÂNCIA que lhe fora imposto pelas POTÊNCIAS DO EIXO

7.2 LETRAS EM MARCHA - PRIMEIRO NÚMERO - NOVEMBRO DE 1971

letras em marcha

CULTURA & NOTICIÁRIO MILITAR

ANO I Brasil, 15 de Novembro de 1971 Nº 1

COMO SOMOS

LETRAS em MARCHA aparece nesta data, particularmente grata aos militares brasileiros, com a intenção de poder comemorar todos os anos, no dia 15 de novembro, uma existência profícua no campo de ação intelectual para prestar um serviço preciso: temos como principal objetivo promover e estimular a comunidade crescente, de ideias e sentimentos, entre todas as Forças Armadas, através da atividade cultural.

Este é o caminho da integração que devemos percorrer.

Para nós, a cultura deixa de ter, no plano em que desajustamos incrementalmente, o sentido acadêmico de exercício militar ou o aspecto mais comum de somatório de conhecimentos.

No âmbito antropológico que decidimos aplicar, o conceito de cultura ganha peso real. É ela que impregna a história das atividades militares — a história e as tradições, abarcam as tradições e os hábitos da própria vida militar, está presente no universo vocabular dos militares e nas suas formas de convivência profissional, social e familiar. Em suma, a cultura que pretendemos fazer é o próprio conceito de civilização, registrada e interpretada sob as mais variadas manifestações, quais sejam — o folclore, o aneddotário, as lendas, as canções e as artes castrenses.

Este é nosso fim superior.

Os meios que utilizaremos para alcançá-lo se alicerçam na vontade de servir e na ausência de qualquer sentido lucrativo, por via de atividade comercial. Todo o produto da publicidade demonstrada por nós se destina, exclusivamente, a custear a edição de LETRAS em MARCHA, no mais alto nível possível.

Não temos, nem pretendemos estabelecer, quaisquer vínculos oficiais, embora nossas páginas estejam abertas a toda colaboração em nome da necessidade dos Ministérios Militares.

A publicidade, destinada apenas a cobrir as despesas para produzir, imprimir e distribuir esta publicação, foi obtida a duras penas,

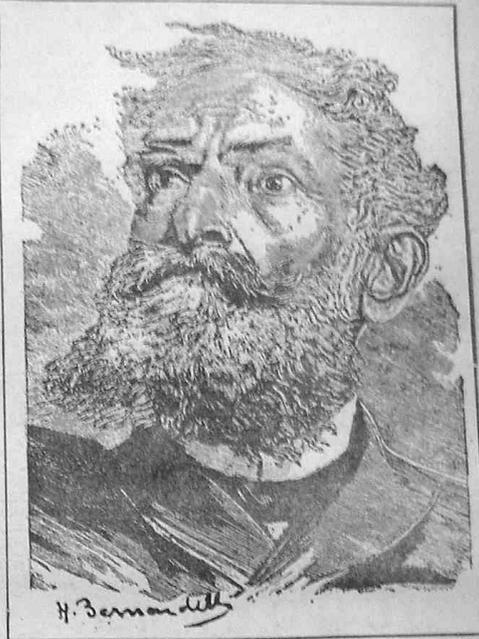
porque nos recusamos, em todas as ocasiões, a utilizar qualquer espaço ou meios destinados a existência de vínculos de natureza oficial.

Mantemos esta conduta como norma permanente de ação: a recusa de publicidade se destina a propiciar recursos para que LETRAS em MARCHA possa cumprir um roteiro eminentemente cultural de fortalecimento dos militares. A Arte pela Arte — dilematismo altruísta, amor sincero ao jornalismo e espírito de classe, num sentido criativo e ativo — são a convicção que move os oficiais que se aproximam em torno desta iniciativa de sentido cultural. Nenhum de nós receberá um centavo de remuneração, o que não é um fator e sim o cumprimento consciente da explicita e inspetiva prescrição dos Estatutos Militares.

Somos um grupo de militares que passaram pelo Curso de Comunicação Social do Exército ou pelo Curso de Opinião Pública e Relações Públicas do Exército. Através de LETRAS em MARCHA, estamos comprometidos em promover uma salutar "transferência de aprendizagem", nosso plano de ação.

A escolha deste nome — LETRAS em MARCHA — comporta uma explicação: com LETRAS queremos caracterizar o sentido cultural que nos propomos desenvolver; em MARCHA significará o dinamismo que desejamos imprimir e, também, evitar o sentido militar de nosso universo de trabalho.

Escolhemos o dia 15 de novembro para iniciar nossa atividade porque é uma data que está acima das datas particulares de cada uma das Forças Armadas Brasileiras — e portanto exprime união. Não haverá qualquer dúvida de que LETRAS em MARCHA possa estar mais a serviço de uma que de outra, ou em detrimento desta ou daquela. Somos a união dos mesmos ideais militares — em terra, no mar e nos céus brasileiros — sob a mesma vontade de servir culturalmente ao País, no plano da integração e da convivência militares.



H. Bernandelli

O ADMIRADOR DE FLORIANO

José Cândido de Carvalho, atual diretor da Rádio Recorde de Foz de Iguaçu (pertencente ao governo do Estado da Guanabara), laureado pela Academia Brasileira de Letras, autor de "O Coronel e o Labrioso", diretor da página dupla de excepcional humor "O Gramophone" (revista em "O Cruzeiro"), redator de "O Impossível Acontece" — e escritor epicurista que delicia os leitores com a recriação do folclore nacional. Em seu artigo da página 4, os leitores poderão constatar tudo isto.

ORIGENS & TRADIÇÕES CASTRENSES

- Salvas de 21 tiros
- Alamares dos Ajudantes-de-Ordens
- A Baloneta
- Os botões nas mangas dos Uniformes
- A Continência Militar

(página 2)

O Marechal Mascarenhas & Pedro Calmon

(Página 3)

ATRAS DO PORTÃO DAS ARMAS

Na última página, os mais palpantes assuntos ocorridos no interior das Casernas

DIA DO MARINHEIRO

O n.º 2 de Letras em Marcha vai circular, em todo o Brasil, no dia "13 de dezembro", em homenagem à nossa Marinha

O SOLDADO QUE EU FUI:



Jairzinho, ex-Soldado do 8.º GACosM, falou e disse — "A vida da Caserna é dura, mas nos dá muito senso de responsabilidade".

Na pag. 7, o craque tri-campeão aconselha os jovens em idade militar a não se furtarem a seus compromissos.

7.3 MANIFESTO DO GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO - LETRAS EM MARCHA - SET OUT 1993

SET/OUT DE 1993

LETRAS EM MARCHA

PÁGINA 7

ALERTA À NAÇÃO

Manifesto do Grupo Independente 31 de Março

O GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO, por seus objetivos básicos e por sua própria denominação, continua fiel aos ideais da Revolução de Março de 1964 e aos princípios que determinaram a revolta armada da época, em atendimento ao clamor popular e aos apelos da sociedade civil brasileira, então seriamente ameaçada — como o está agora —, pelos mesmos e eternos inimigos da Pátria.

Coerentemente com seus objetivos, o GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO não vacilará em continuar lutando pela preservação dos valores históricos da nossa nacionalidade, consubstanciados pelos princípios democráticos da Soberania, da Integridade Territorial, da Unidade Nacional, da Liberdade e da Paz Social, sem o ranço da demagogia esquerdista.

Da mesma forma, manter-se-á atento, vigilante e intransigentemente postado — como sentinela intransponível — às tentativas de implantação em nosso país de um regime de governo socialista de inspiração marxista ou da transferência para a nossa terra, através da divulgação ideológica, dessas idéias políticas amplamente fracassadas em diversos países do Oriente.

Tais propósitos que caracterizam nitidamente a posição política do GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO definem, concomitantemente, suas opções nos campos econômico e psicossocial na defesa dos princípios básicos do capitalismo democrático, da livre iniciativa e da economia de mercado em apoio a uma economia competitiva pela

melhoria da qualidade de vida do povo e do bem-comum.

Fica, assim, bem caracterizada nossa total oposição às tentativas, sempre presentes, e, agora, mais do que nunca atuantes, das esquerdas de sentido de estatização e de monopolização, além de evidenciar o desrespeito aos direitos da propriedade privada e com o visível aviltamento de propostas de uma reforma agrária, rural e urbana em termos totalmente descabidos.

Tais investidas e ameaças são consideradas como parte de um plano elaborado pelos herdeiros do marxismo internacional, buscando reagrupar-se na América Latina — tendo o Brasil como sede —, cujas lideranças “barbudas” insistem na conquista do poder como o fizeram em Cuba, e lá permanecem numa ditadura de 25 anos.

Deliberada e tenazmente, infiltram seus tentáculos mistificadores nos mais variados segmentos da sociedade brasileira anestesiando o povo, já tão enfraquecido em suas reações pelo sofrimento cotidiano que a situação caótica do país lhe impõe, econômica e socialmente falando. Agravando a situação, pontificam a descrença e a total falta de confiança nos políticos e nos homens públicos do Governo, por seus desmandos, incompetência e corrupção de forma generalizada, além da falta de ética e de decoro parlamentar e pessoal demonstrados — frequentemente e sem a menor cerimônia — no Congresso Nacional ou fora dele.

É compromisso de honra do GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO lutar com todas as suas forças e meios disponíveis

pela defesa das reais aspirações e expectativas da sociedade e do povo brasileiro, para evitar que mais uma desgraça venha acontecer no pleito de 1994, com um desastroso resultado das eleições, beneficiando as esquerdas pela inconseqüência de uns, pela ambição e insensatez de outros, e, ainda, pela omissão de muitos.

Por outro lado, o GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO sente-se no dever inadiável de alertar a todos os segmentos da sociedade brasileira (e, particularmente, aos empresários, aos trabalhadores, aos estudantes, aos ruralistas, aos bancários, aos funcionários públicos, o meio sindical, aos militares, o meio eclesiástico e aos homens e mulheres deste país) quanto aos graves riscos que a Nação e os brasileiros estão correndo, e conchamar a todos para participarem dessa luta de salvação nacional.

O Brasil não tem mais condições psicológicas, morais e materiais para resistir a uma experiência governamental com o poder em mãos totalmente despreparadas intelectualmente, sem a mínima prática administrativa, e de tendências políticas e ideológicas não condizentes com as expectativas do mundo moderno.

— O que poderá um político de esquerda, imbuído de teorias retrógradas, ultrapassadas e comprovadamente fracassadas, oferecer, por exemplo, em termos de um capitalismo democrático moderno, reconhecidamente desenvolvimentista?

— Que garantias e que confiança poderão ter investidores, nacionais e estrangeiros?

— O que poderá acontecer ao país sob a égide da estatização, com mais de 80% dos serviços públicos em mãos da Central Única dos Trabalhadores (CUT)?

— O que poderão esperar os empresários e os ruralistas com o cutelo das desapropriações espúrias e demagógicas, fazendo rolar suas cabeças?

— Como poderão as Forças Armadas manterem-se fiéis a uma Constituição que venha a ser elaborada e imposta sua promulgação, contendo teses, normas e prescrições que contrariem — frontalmente — nossas tradições e nossos valores históricos, nossas cultos religiosos cristãos, nossa cultura secular, enfim, os próprios interesses e objetivos nacionais?

Um mau julgamento e uma imatura e despreparada posição política pessoal poderão lançar o país — inapelavelmente — nas mãos de um governo embasado em teorias políticas e econômico-sociais desatualizadas e falidas, como é o caso do socialismo e do comunismo.

DEVEMOS DIZER NÃO À MARCHA DA INSENSATEZ PROGRAMADA PELAS ESQUERDAS NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA!

Devemos nos unir e somar esforços nesse sentido, despidos de quaisquer ambições pessoais e partidárias, livres de idéias políticas pré-concebidas que só levam à derrota eleitoral. Estejamos todos irmanados em um só propósito: SALVAR O BRASIL.

Este é o grito de alerta do GRUPO INDEPENDENTE 31 DE MARÇO.

ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL

7.4 OMBRO A OMBRO - PRIMEIRO NÚMERO - JUNHO DE 1988



OMBRO
OMBRO
 1 333
 3 35
 IMPRESSO
 ANO I - Nº 1 - JUNHO/88

I 333, 3, 35
 B: 47.320-0

Ombro A Ombro

Oa ombro", diz-se do modo e da ação. É unidade de repto ao esforço, par a par, lado a lado, para um objetivo em comum.

E para o objetivo de uma informação honesta que surge este jornal, onde, ombro a ombro, em interação absoluta, pretende-se que redatores, articulistas e leitores preencham, em suas trocas afetivas, os espaços vazios que, em veículos de comunicação mais preocupados com a versão dos fatos do que com estes, o que se traz ao público desserve aos propósitos da unidade nacional, impedindo ou tumultuando a formação segura de opiniões justas e equilibradas. E dizemos espaços vazios pois já os homens de bom senso não creem no que essa imprensa lhes diz — a mídia transforma-se em "tragico-mídia", isto é, ora tragédia, ora comédia. Só não é informação.

Eis-nos com "OMBRO A OMBRO"! Servir ao ideal, ao espírito, na crença da vitória sobre o materialismo. Luz contra trevas! Estaremos sós? Certamente que não. A força de nossas convicções reside nas almas de milhões de brasileiros, aos quais ora nos dirigimos, para fazer deste mensário um traço de união entre os que constroem muralhas para defender tudo que nos é caro e que vemos sob ameaça.

Ombro a ombro estaremos, civis e militares, nessa benedita cruzada. Vendo o indivíduo antes do Estado, como um ser maravilhoso da Criação, nascido para a liberdade, destinado ao convívio social fraterno, fruto de qualidades morais aperfeiçoadas e não de esquemas impositivos de gregarismo artificial, como no caso do marxismo. Trabalhando, não fosse a nossa origem, pelo fortalecimento dos laços de camaradagem das Forças Armadas, entre elas e dentro delas, pela divulgação de seus feitos, de suas realizações, de seus pleitos institucionais e, para seus integrantes, de apoio aos seus anseios de vida condigna, de remuneração compatível, de assistência familiar. Aproximando, intimamente, os cidadãos em armas e os, que fora, dos quartéis, bases ou belonaves labutam, todos no sonho de Justiça Social, no prestígio à iniciativa privada, no estabelecimento do equilíbrio entre o Capital e o Trabalho, cuja compatibilização, sem colocações demagógicas, é a via real para a efetividade do lema nacional — "Ordem e Progresso". Mantendo a crença em valores que são para nós o esteio de uma sociedade feliz — o patriotismo, o civismo, a moral pública, a probidade, o respeito à família, a religiosidade, a privacidade do indivíduo, o brio nacionalista, a tradição e o culto do nosso passado, o repúdio à violência e tantos e tantos valores que se vêm deixando de exaltar graças a uma propaganda demoníaca que, cotidianamente, presen-

Primeiro número

Este primeiro número do mensário "OMBRO A OMBRO" está sendo custeado pela publicidade angariada entre amigos que, desde a primeira hora, acreditaram no sucesso de nossa iniciativa e na oportunidade dela. Também vão, nesse custeio, economias amealhadas dos orçamentos domésticos de seus fundadores.

A esses amigos que, mesmo antes da circulação deste jornal, deram a prova concreta da confiança que em nós depositam, prestigiando o nosso empreendimento, fica registrada a nossa gratidão.

A tiragem deste primeiro número está sendo remetida a autoridades e organizações das Forças Armadas, da Administração Pública em variados níveis, além de a um seletor público de civis e militares, cujo cadastramento procede de várias fontes e cujos nomes, pela sua representatividade, nos asseguram a comunhão com nossos ideais.

A circulação inicial o contempla com apenas oito páginas, cuja ampliação é prevista para doze páginas tão logo se obtenha a receita necessária de adesões de assinaturas a este empreendimento de informação, cultura e lazer.

A continuidade da circulação dependerá, pois, da confirmação do interesse do público a que se destina. Só um elevado número de assinantes assegurará a permanência desta tribuna e que pretende ser a tribuna de seus assinantes. Solicita-se, por essa razão, o apoio de todos num trabalho de divulgação e adesão entre amigos e pessoas de idéias em comum. Em outro local, instruções para a tomada de assinaturas.

A origem e os criadores do distintivo do Exército Brasileiro.

Página 3.



"NESTA CASA ESTUDA-SE O DESTINO DO BRASIL". Palavras do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco ao referir-se à Escola Superior de Guerra, de cujo histórico e de cujos objetivos publicamos matéria à Pág.5.

- Colaboram neste número:**
- José Augusto Galdino da Costa
 - Valtor Javaroni
 - Lucio Quinto Cincinato
 - Coronel Pedro Schirmer
 - Ten-Cel Antônio Gonçalves Meira
 - Subtenente Sergio Chaves

A Saga da Nicarágua

Nem tão longe! A verdade sobre a Nicarágua deve ser conhecida por todos os brasileiros, pois a pátria de Ruben Dario e de Santos Zelaya não está tão longe de nós nem tão longe está a possibilidade de ocorrerem em nosso País as desgraças que se abateram sobre aquele país centro-americano. Leiam, pois, à página 6., o artigo "A Saga da Nicarágua"

A situação do idoso no Brasil e nas Forças Armadas.

Página 5.

No primado da razão, a pena não mente e a espada não desonra. Elas formam lado a lado, "OMBRO A OMBRO".

BIN: 56.455-9
 09100
 X
 2,82,6,12



O FAROL

BRASIL ACIMA DE TUDO

Periódico do Movimento Nativista



Nº 1 - Dezembro/94

Apresentação

Prezado leitor
Cordiais saudações

Na condição de órgão noticioso mensal do *Movimento Nativista*, O FAROL chega às suas mãos neste seu número inaugural com a esperança de poder contar com sua benevolência inicial e a pretensão de vir a tornar-se, mercê dos nossos esforços e com as graças de Deus, mais que uma eventual leitura interessante, um estímulo irresistível a uma reflexão profunda e cuidadosa sobre as coisas deste nosso país-continente de praias tão longas e chão tão largo e comprido quanto vário e dadivoso: a sua enorme, comprovada e cobiçada potencialidade ainda por dimensionar; a sua rara, indiscutível e insopitável capacidade criadora; a sua indelével vocação para uma grandeza digna e soberana, em contraste com a sua dura, injusta e parvoçal realidade; com as perdas que vem sofrendo; com as graves ameaças que o cercam.

Aos que se pretendem brasileiros praticantes e predicantes de sua nacionalidade é vedado o conforto do imobilismo contemplativo. Não vale o amuo inútil, o queixume choroso, nem tem cabimento levar para cama a sua indignação, buscando abafá-la no travesseiro noturno - o lugar dela é nas ruas, nos clubes, nos estádios, nas associações, nos diretórios, nos auditórios das casas legislativas, nas páginas da nossa pouca mas ainda existente boa imprensa, aquela que, mesmo em confronto desigual com a milionária mídia internacional, prossegue negando guarida aos forasteiros hegemônicos com suas polpudas gorjetas. E denúncias não se cochicham em desvãos penumbrosos, mas se gritam, deixando-as coruscantes no ar, e se registram, tomando-as indelévels, reclamantes de soluções.

Com o lançamento deste O FAROL, preenche-se uma lacuna e concretiza-se um sonho há muito sonhado. Se o leitor estranha termos sonhos antigos, lembramos-lhe que não nascemos ontem - com o nome de Centelha Nativista e a divisa BRASIL ACIMA DE TUDO, o *Movimento Nativista* surgiu no ano de 1969. Já faz um quarto de século que, com o mesmo elevado e nunca abandonado propósito, existimos.

E porque uma Nação é sobretudo o seu povo, encerre-se esta Apresentação com uma orgulhosa reverência à sofrida e maravilhosa gente brasileira, responsável pela epopéia dos Guararapes, surgida do singular, desordenado, exótico e feliz caldeamento luso-afró-indígena mais tarde enriquecido com a generosa presença de outros povos, raças e fés, no harmonioso e magnífico processo de aculturação de que resultou esta nossa admirável civilização tropical, até poucas décadas atrás desdenhada por frígidos etnólogos tiritantes, medrosos de sol e selva, hoje respeitada pelo que é e pelo que pode - pelo que pode, não: pelo que há de vir a ser.

Deseje-nos sucesso, caro leitor. Com o seu precioso e indispensável apoio, haveremos de alcançá-lo.

NÃO CUSTA LEMBRAR

Volta Redonda: o "x" da questão

Ignorando as dificuldades econômicas (o Brasil desde 1937 congelara o pagamento de suas dívidas, devido a difícil situação do café no mercado mundial), mas atento às possibilidades de negociar com os países em guerra, o Governo brasileiro, através do ministro da Fazenda, Sousa Costa, publicou, em 1940, um ambicioso plano quinquenal. O plano previa o reequipamento das ferrovias (tendo em vista especialmente o transporte do carvão em Santa Catarina e do minério de ferro de Minas Gerais), a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso, a instalação de uma indústria aeronáutica (além da importação de navios e equipamento militar pesado) e, finalmente, a construção de uma grande siderúrgica. Desde logo, a Usina de Volta Redonda transformou-se no "x" da questão. Era claro que a instalação de uma grande siderúrgica quebraria o monopólio da produção de aço que os Estados Unidos e a Europa detinham, permitindo que, em caso de guerra, o Brasil viesse a desenvolver uma indústria bélica autônoma e, em tempos de paz, contasse com infra-estrutura para sua própria indústria mecânica. Volta Redonda abriria caminho para diminuir a dependência brasileira em relação aos manufaturados estrangeiros, fazendo com que o país deixasse de ser mero exportador de matérias-primas. A Inglaterra, envolvida em sua autodefesa, não tinha sequer condições de pensar no assunto, e cancelara até mesmo uma modesta encomenda de seis aviões contratorpedeiros que o Brasil lhe fizera. Os Estados Unidos hesitavam: podiam montar bases aéreas no Nordeste, vender algum material bélico, conceder alguns financiamentos para importações brasileiras, mas uma siderúrgica era pedir demais. A United States Steel Corporation, embora reconhecendo o projeto brasileiro como exequível, vetou o negócio, afirmando que o melhor para o Brasil era continuar importando aço, o que "sairia mais barato". Enquanto isso, no Brasil, que continuava recebendo peças alemãs de artilharia, surgiam ameaças de cessar a entrega de minério de ferro aos norte-americanos. E, logo em seguida, o anúncio de que a empresa Krupp, alemã, construiria Volta Redonda. A notícia, que se associava à queda da França e à crescente tendência do Uruguai e da Argentina em se alinharem com a Alemanha, causou preocupação nos Estados Unidos, onde o subsecretário Welles afirmava que a oferta da Krupp "asseguraria a predominância da Alemanha na vida econômica e militar do Brasil, durante muitos anos". Rapidamente, a política dos EUA foi revista, e o financiamento de Volta Redonda aprovado. Ao preço de 70 milhões de dólares, a Companhia Siderúrgica Nacional começaria a funcionar a partir de 1946, usando ferro de Minas Gerais e carvão de Santa Catarina. Em torno de Volta Redonda, uma cidade começaria a crescer. Getúlio Vargas ganhara o primeiro round.

Da coleção *Nosso Século - BRASIL*, Volume 6, 1930/1945 (II) - Ed. Abril Cultural, 1960.

46 anos depois, com a privatização da CSN - tornada ao longo desse tempo a maior siderúrgica da América Latina -, a luta na qual "Getúlio ganhara o primeiro round" resultou impatrioticamente desfavorável para o Brasil. A Nação sofreu outras perdas (USIMINAS, CELMA, EMBRAER, etc.), e existe a grave ameaça de outras mais, igualmente atentatórias à nossa tão almejada e tão plausível independência econômica. É preciso que o inconformismo tome conta da sociedade brasileira e vá para as praças, sem esquecer a dos Três Poderes!

Índice

Banco do Brasil, Itamarati e as Forças Armadas
Um tópico do livro *O Esfacelamento da Nação*, de J.W. Bautista Vidal, recém - lançado pela Editora Vozes.
 Página 3

O Movimento Nativista
Entrevista com o presidente do *MN*, Gen Hélio Duarte Pereira de Lemos.
 Página 2

A Erosão dos Salários
Uma verdade incontestável, que se quer encobrir, analisada pelo economista Adriano Benayon do Amaral.
 Página 5

**OMBR
A OMBRO**

Grupo Inconfidência

"Quousque tandem...? Até quando...?"

- Companheiros, também estamos presentes!

- O Grupo Inconfidência
- Os figos estão maduros!
A situação já é insuportável.
Até quando, senhores, até quando devemos tolerar-vos?
O que fizeste com o nosso País?
Um País extenso de 8,5 milhões de Km², rico em recursos naturais de toda ordem; rico em sua gente simples mas trabalhadora; gente sofrida e paciente, iludida e chacinada por vossas promessas não cumpridas. O tema é Orwelliano pois os porcos estão ricos e gordos e são "mais iguais que os seus iguais". Senhores trafstes vossas promessas, trafstes o vosso povo e trafstes a nossa Pátria.
Por que fizestes isso?
Não vos preocupastes com a nossa segurança - as Forças Armadas estão sucateadas e ameaçadas em sua operacionalidade e em sua estabilidade familiar; não vos preocupastes com a nossa justiça; ela é pesada e lenta, não vos preocupastes com a nossa honra e o nosso orgulho no concerto das Nações - somos tomados por bárbaros; não vos preocupastes com os nossos valores fundamentais - educação, alimentação e saúde - há muito desemprego, muita fome, e falência da assistência sanitária e de saúde e o Estado economicamente desorganizado está falido; não vos preocupastes com a integridade do Território Nacional - já se ensaiam os separatismos; enfim, para que vos pagamos? Por que pedistes o nosso voto?
Os novos Centuriões já nos observam - pois nosso organismo está doente e enfraquecido. Montam-se bases militares estrangeiras na nossa fronteira. Os jornais já anunciam perigos de **Golpes**. O que tendes feito? Por que deixastes chegar a esta situação? O que tendes feito?

Estais ricos com as burras cheias.
Cuidais mais do vosso lucro e do vosso ganho que do País e do Povo a quem tudo deveis.
Por que nos trafstes senhores?
Profanastes o templo negociando de maneira espúria a **Nação** e a **Pátria**.
Destruístes a Ordem Moral e a Ordem Ética.
Por que fizestes isso senhores?
Pedistes o nosso voto e falastes abusivamente em desenvolvimento e confiança em vós. Não tivemos um retorno digno. Não cumpristes o que prometestes.
As nossas esperanças esvaíram-se.
A Ordem Social está ameaçada - destruístes a Classe Média.
Não foi para isto que vos concedemos a nossa confiança. Fomos vendidos por vossos interesses.
Ou será que sois mesmo incompetentes para o trato da Coisa Pública?
E logo mais voltareis a pedir mais uma vez o nosso voto e a nossa confiança. Vemos enojados o vosso rosto corado e bem nutrido, as vossas mãos bem tratadas e o cinismo do vosso riso farisaico.
Vejam senhores, a corrupção, o roubo, a sonegação dos compromissos com o Estado e outros escândalos, arrebentaram os esgotos. Tudo cheira mal.
Ah! Senhores, já não tendes o direito de pedir.
Tudo é lamentável!
Companheiros! Estamos presentes!
Os figos estão maduros.

Belo Horizonte, 01 de agosto de 1993

Grupo Inconfidência - 60 patriotas civis e militares

ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL

³⁹¹ *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.3.

Grupo Ananguera

"Vamos Mobilizar!" - Mais que um dever

"Quando nos tornamos soldados, não deixamos de ser cidadãos" (Caxias)

O ano é o de 1845. Caxias regressa de uma cruenta campanha, deixando a Pátria,

"... de novo fortalecida na sua unidade, e generosamente salva das dissensões e secessões a que esteve arrastada - o Brasil novamente unido, o Brasil integral"

Naquele mesmo ano, Caxias é eleito Senador, sem se deixar empolgar pelas seduções do mandato, ou pelas preocupações subalternas de política partidária. Tornava-se, assim, o então Conde de Caxias, o intransigente **Advogado da Classe e Seu Legítimo Intérprete**.

"O Exército lucrou de modo sensível com a presença do grande soldado na Câmara Alta...", em razão da virtude magna de sua responsabilidade.

No Senado, na Câmara Federal e nas Assembléias Legislativas, atualmente, encontram-se representantes de quase todos os segmentos da sociedade brasileira. Uma das exceções é o da Família Militar.

Entende o **Grupo Ananguera, (Núcleo/GO do Grupo Independente)**, que o tecido político deve ser, também, urdido pela linha vertical representativa da Classe Militar, posto que por linhas horizontais, **Sindicatos**, estariam as Forças Armadas sendo empuxadas, incidentalmente, para a defesa de seus interesses maiores através do processo da **Barganha**.

Impossível permitir-se o continuar do abastardamento da imagem das Forças Armadas, com o propósito de desviá-las, de sua essencialidade, para **Tarefas Subsidiárias**, muito ao gosto de interesses alienígenas apoiados, internamente, pelos que revelam falta de patriotismo.

À guisa de recordação, o **Grupo Ananguera** lista uma ordem de fatos reais, provenientes dos poderes componentes do Poder Político, e que têm por finalidade **Afastar as Forças de sua Destinação Constitucional**, tirando-lhes o caráter de permanência como Instituição e as bases legais para que possam atuar como instrumentos do Poder Nacional.

VERDADEIRAMENTE:

- Redução de seus efetivos.
- Corte no Orçamento para a defesa, reequipamento e manutenção, aquisição de armamento ao nível do conceito de guerra moderna.

OBS: - A participação das Forças Armadas no Orçamento da União sofreu uma redução de 24% (1970) para 2,76% (1992).

- Combate à pesca predatória, a danos ambientais e a queimadas.
- Repressão à delinquência.

OBS: - Presença de carros de combate e de soldados armados na ECO/92, no Rio de Janeiro.

- Apoio contra as invasões e saques em supermercados.
- Utilização da força Terrestre no combate à cólera.
- Rastreamento de contrabandistas.
- Participação, efetiva, em programas sociais de combate à miséria e à pobreza, com a distribuição e fiscalização de alimentos.
- Aumento, em número, dos tiros de guerra.

OBS: - Conseqüências:

- * redução de efetivos da Força Terrestre
- * utilização dos alunos dos alunos dos TG, praticamente, em ação social.

- Combate ao crime organizado.
- Extinção da **Justiça Militar**.
- Desativação de Projetos nas áreas da Ciência e da Tecnologias militares.
- Desvirtuamento do conceito de **Integração** para o de **Unificação** das Forças Armadas.
- Aviltamento salarial.
- Incitação à sindicalização.
- Defesa de Programas de Governo e sua propaganda.

OBS: - "Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei". (Mar. Castello Branco)

A inferência dos fatos expostos conduz às seguintes e indiscutíveis assertivas, todas inseridas em uma contextura que está a indicar os graves perigos que rondam nossa soberania e a nossa Unidade Nacional:

- Reduzir a capacidade operativa das Forças Armadas, base da disciplina e do moral do combatente.
- Destinar às Forças Armadas apenas tarefas subsidiárias.
- Impedir o acesso a armas modernas e de alta tecnologia.
- Comprometer o adestramento do soldado em seu preparo, reduzindo sua capacidade para combater.
- Levar à população a falsa crença de que não haverá mais guerras, daí convencê-la, do obsoleto das Forças Armadas no preparo para combater.
- Desvirtuar o senso de fortalecimento das Forças Armadas, para a decisão de conflitos pelas armas, altamente prejudicial e nocivo ao desempenho do combatente.
- Divergir o feixe dos objetivos inerentes às F.A.

Assessores Parlamentares dos Gabinetes dos Ministros Militares têm-se movimentado, amiudamente, próximo a Deputados e Senadores com vistas à defesa dos interesses da classe militar, provavelmente defrontando-se com barreiras ideológicas e posturas conflitantes de vários matizes. Suas presenças identificam a necessidade da representatividade da Classe Militar no Congresso Nacional, indiscutivelmente.

"**Ombro a Ombro**", em seu número de ABRIL/93, página 6, publica significativo artigo sob o título "**Vamos Mobilizar**". É uma convocação à Família Militar pela ocupação dos espaços preenchidos por

"...aventureiros e profissionais da política que buscam mandatos eleitorais para satisfações de caráter pessoal, sem qualquer compromisso com os sagrados ideais do povo brasileiro".

Entende o **Grupo Ananguera** que o militar, ao ingressar na vida política do País, não deslustrará a tribuna que lhe for confiada, porque não se deixará levar pelas seduções e nem pelas preocupações subalternas de política partidária, a exemplo do Senador Caxias.

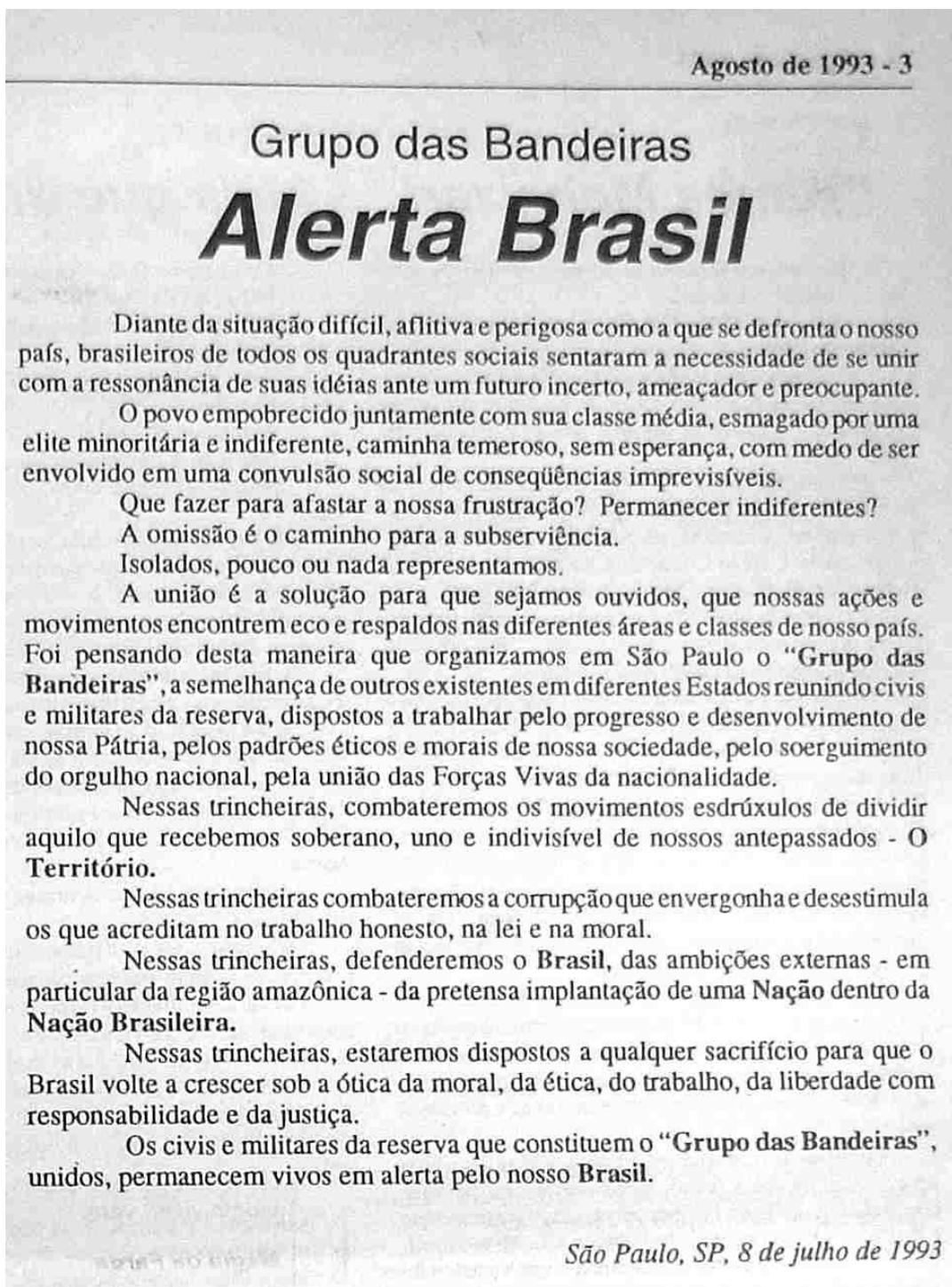
Certamente, a Família Militar precisa ter seus representantes no Congresso Nacional. É **Mais Que um Dever**; é uma "ordem" que deve ser cumprida sem condição, pois trata-se de uma necessidade imperiosa.

"Unidos somos força, desunidos somos nada".

Ação Tardia é Desmoralizada

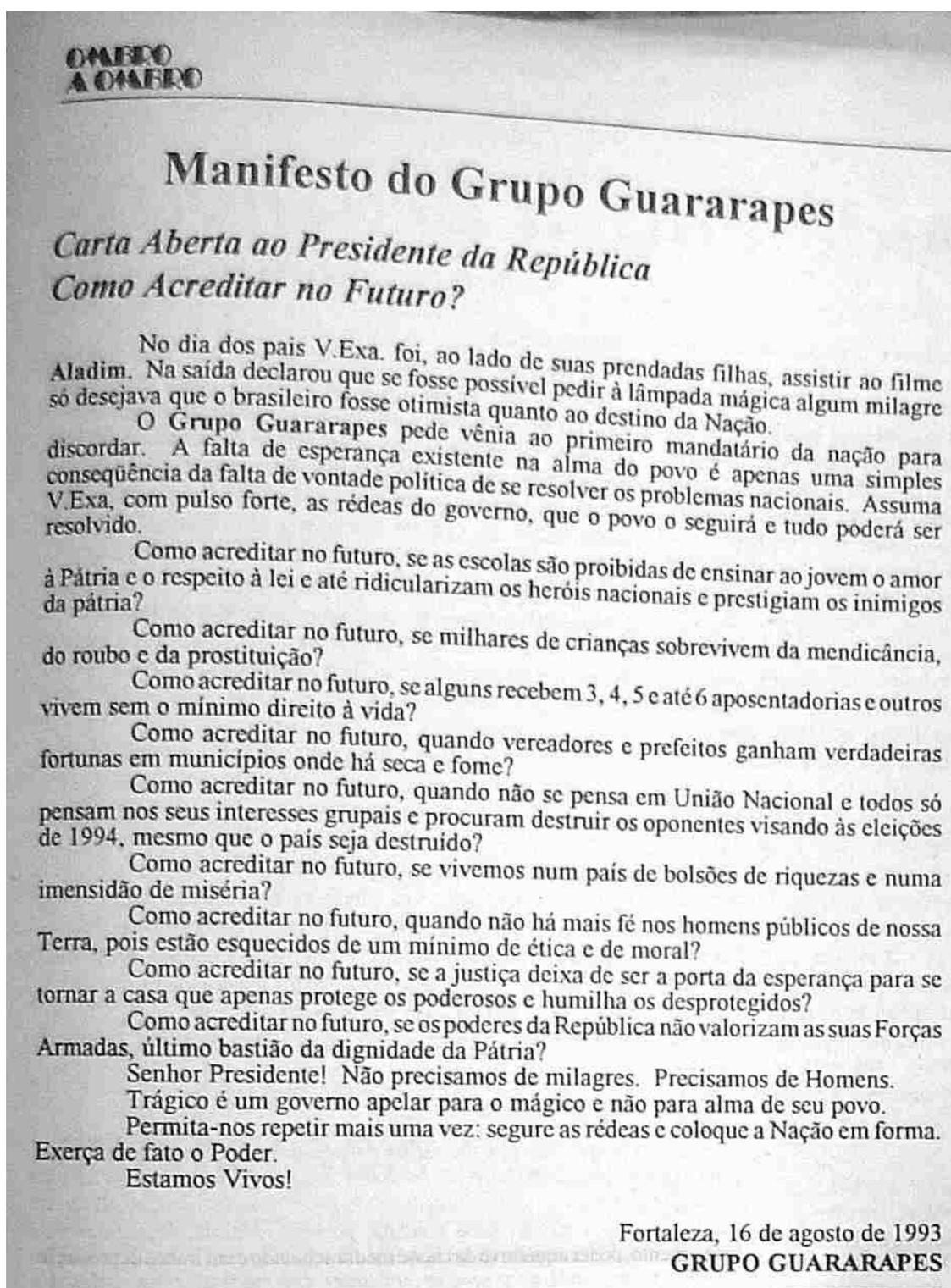
Goiania, 24 de julho de 1993.
Grupo Ananguera.

(Assinam este manifesto 19 civis e militares).



ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL

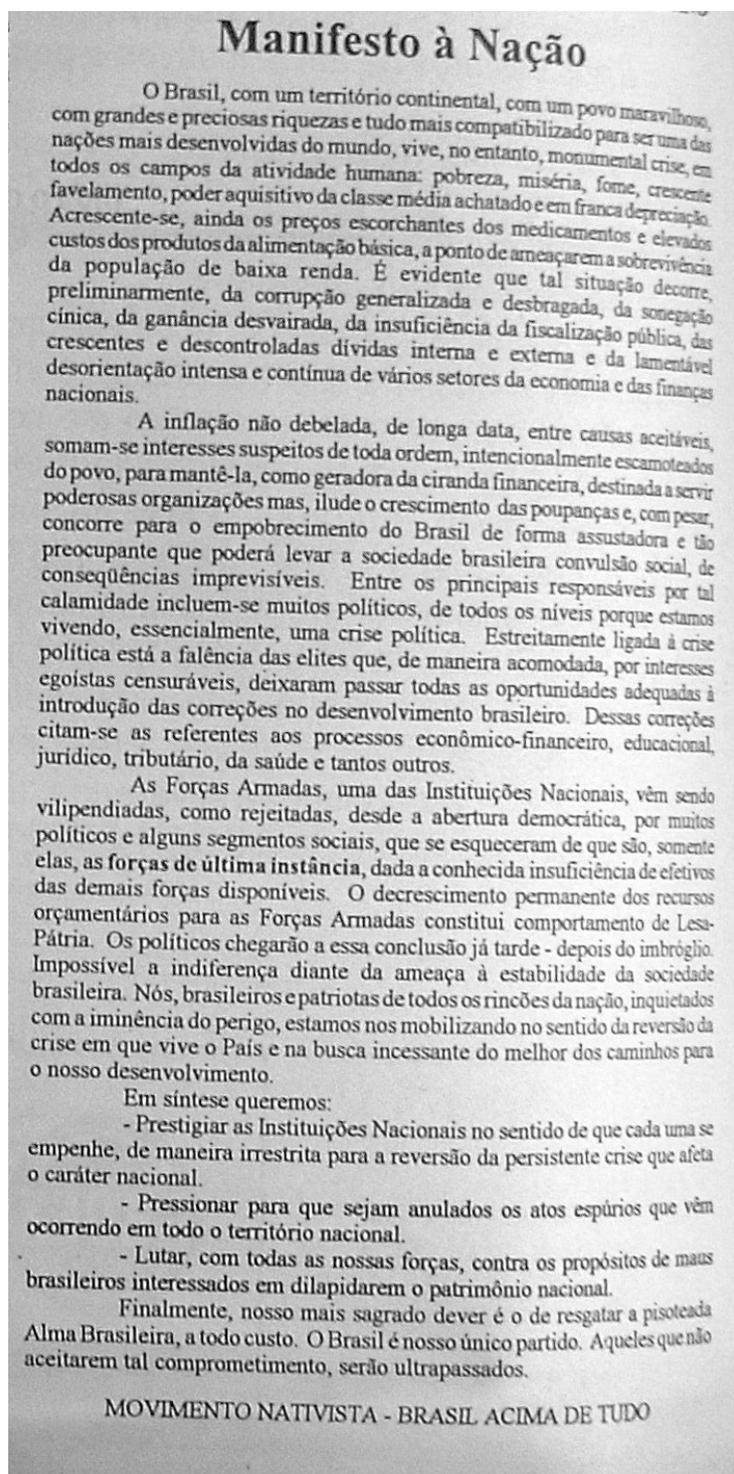
³⁹³ *Ombro a Ombro*, agosto de 1993, p.3.



ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL

³⁹⁴ *Ombro a Ombro*, setembro de 1993, p.7.

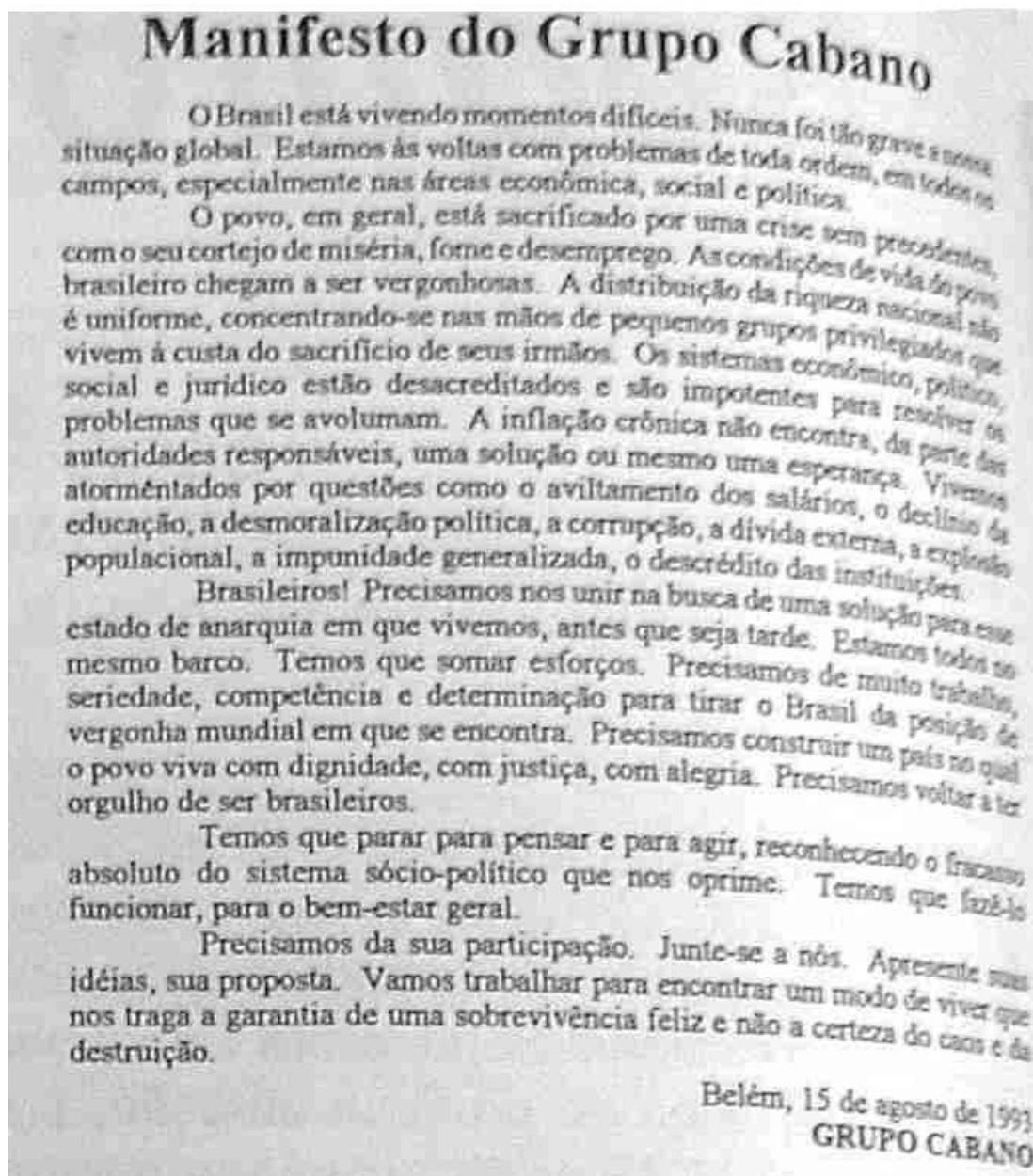
7.10 MANIFESTO DO MOVIMENTO NATIVISTA³⁹⁵



ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL

³⁹⁵ *Ombro a Ombro*, setembro de 1993, p.7.

7.11 MANIFESTO DO GRUPO CABANO³⁹⁶



ACERVO DA BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL

³⁹⁶ *Ombro a Ombro*, setembro de 1993, p.7.

MANIFESTOS

3º Manifesto do Grupo Araucária

Delinqüência e molecagem: eis as palavras mais adequadas para caracterizar a atuação da enorme maioria da classe política brasileira. Se considerarmos ainda a grande quantidade de elementos omissos, acomodados às benesses dos cargos, chegaremos à quase totalidade, restando como raríssimas exceções aqueles realmente patriotas, competentes e honestos.

Ao iniciarmos nossa luta pelo resgate dos valores morais no país, sabemos estar sujeitos a frustrações e repressões; afinal, vamos afrontar os detentores do poder, aparentemente inatingíveis, pairando acima das leis e da ética.

Mas decidimos, mesmo expostos a riscos, colocar claramente nossas posições, não só criticando os absurdos rotineiros apontados pela imprensa e que desesperam nosso povo, mas propondo caminhos para a recuperação. As idéias que externamos nunca objetivaram benefícios pessoais, pois não apelamos para reivindicações corporativistas; elas sempre representaram, sim, a ansiedade de toda a gente trabalhadora e sofrida do país. Merecíamos, portanto, respostas prontas e sérias das elites dirigentes; estas respostas teriam que vir sob a forma de atitudes inequívocas quanto a uma correção de rumos, ou de uma contestação radical a nossos conceitos, caso estivessemos errados. No entanto, as reações dos pseudo-representantes do povo só fizeram cobrir-nos de razão nas acusações que formulamos:

- para mostrar que são realmente incompetentes, continuam conduzindo o Brasil à ruína, numa sucessão de trapalhadas e desencontros dignos de uma novela de humor negro;

- chamados de vadios, trabalham cada vez menos, pouco conseguindo gerar de útil;

- acusados de corruptos, e face à indignação da existência de ladrões até mesmo entre parlamentares do Congresso Nacional, simplesmente se calam, como se isto fosse um fato da menor importância, que não exigisse qualquer satisfação à sociedade que os mantém;

- pedem austeridade e sacrifícios ao povo, mas não esboçam qualquer intenção de baixar seus altíssimos salários, reduzir o empreguismo descarado com seus familiares e amigos, acabar com as aposentadorias indecentes e tantas outras mordomias ofensivas;

- colaboram com a disparada da inflação, promovendo aumentos superiores em todas as tarifas públicas, mas arrocham os salários (dos outros) para obter compensação aritmética dos índices;

- acenam com planos econômicos de redenção nacional, mas prosseguem nos enganando, trocando votos por verbas imensas destinadas aos currules eleitorais, ficando a maior parte escarroteada pelos meandros da burocracia criminosos;

- apelam à caridade da nação para reduzir a fome dos pobres, mas permitem que milhares de toneladas de alimentos apodreçam, sem a devida responsabilização dos correligionários

colocados em funções para as quais não estão qualificados, técnica ou moralmente. E os imensos prejuízos acabam sendo pagos, entre outros, pelos próprios miseráveis que eles fingem querer ajudar;

- mostram indignação. Às vezes até derramam lágrimas face a tragédias tais como massacres de menores e violências impunes; então prometem as tais apurações rigorosas, comportando-se como se não tivessem a menor culpa nesses fatos;

- alocam seus afilhados despreparados nos altos cargos das empresas estatais, criando verdadeiros feudos geradores de prejuízos astronômicos, sempre cobertos às custas da população trabalhadora;

- responsabilizados pela recessão, inflação, desemprego e todas as demais causas da infelicidade geral do país, defendem-se culpando os antecessores, isentando-se de qualquer ônus presente ou futuro, numa admissão tácita de sua incapacidade.

A bem da verdade, devemos admitir que alguns políticos não de estar interessados em reverter a situação de caos que se instalou no Brasil. Já sentiram que suas galinhas de ovos de ouro estão correndo o risco de serem jantadas pela população exaurida em seus limites de tolerância e gostariam de salvá-las para seu próprio bem. A questão é que foram longe demais em sua ganância, degradando-se até um ponto sem retorno: não conseguem mais consertar o país, pois perderam o controle da situação.

Quanto ao povo, que sustenta esse festim diabólico e é diariamente agredido pelas mentiras e pilantragens dessa elite terminal, que esperança lhe resta?

Quem sabe uma nova pajelança política para enganá-lo por mais alguns meses, algo como extirpar a inflação por decreto, ao tempo em que se apresenta algum outro ministro genial como candidato ao Prêmio Nobel?

Ou talvez a indispensável e urgente revisão da Constituição. Mas será que alguém ainda acredita que esses congressistas incapazes vão conseguir transformar o monstro em algo aproveitável? Nossa sugestão é que se forme uma Constituinte com gente séria, competente, fora das lides viciadas da política, não para revisar, mas para elaborar uma nova Carta. Quanto à atual, talvez a pior do mundo em todas as épocas, que ficasse intocada, a servir de exemplo como tornar um país ingovernável. Mas duvidamos muito que esse políticos mostrem grandeza e altruísmo, uma só vez que seja. Vão é querer usar a reforma como vitrine eleitoral!

E assim vai o Brasil em direção ao abismo, conduzido por essa gente mentirosa que afirmava ter solução para todos os males e só consegue resolver suas próprias questões, constituindo a Nova Classe, bela e abastada. Faltalhe, porém, entender duas lições que a História nos ensina: a primeira é que algum ajuste haverá que ocorrer, pois povo nenhum, por mais pacato e tolerante, suporta viver indefinidamente sob o tacão de uma minoria tão privile-

giada. A segunda é que quando essa situação atinge o nível de tragédia nacional a ruptura não costuma seguir os trâmites da normalidade institucional, como querem, por motivos óbvios, os políticos e seus fantoches.

O grande risco para a nação brasileira é que essa quebra de normalidade, quando vier, não se processe de forma pacífica. Se por um lado existe um número imenso de cidadãos revoltados e dispostos a romper com a desordem, há por outro uma grande quantidade de pessoas usufruindo das mamatas, e talvez dispostas a lutar por elas. Esta é a face estratégica do empreguismo e do clientelismo desenfiados: cada político acerta a vida do maior número possível de asseclas, e estes passam a constituir uma espécie de guarda mercenária dos interesses pessoais de seu guru.

O outro aspecto dessa atuação estratégica de auto-defesa dos políticos reside no enfraquecimento material e na tentativa de desmoralização das Forças Armadas perante a opinião pública. Nesta campanha, valem todas as calúnias. Mas felizmente o povo já percebeu que os aproveitadores, donos dos piores defeitos de caráter, não haviam de ter por qualidade o hábito de dizer a verdade: portanto, já não faz eco a suas difamações sobre a organização que sempre será capaz de atender ao chamamento da nação, na hora oportuna.

E não que sejamos favoráveis ao envolvimento da instituição militar nesse processo. Podemos imaginar o terrível desgaste, a imensa responsabilidade que envolverá a reconstrução do país, saqueado, falido, pois já passamos por isso e não temos saudades. Além disso, já afirmamos e reiteramos: nossa luta é para a real implantação do regime democrático, se preciso até, pela força física da nação indignada. Não aceitamos é que esta roubalheira, esta impunidade, esta irresponsabilidade, enfim este jogo estúpido de moleques e delinqüentes, seja apelidado de Democracia.

A decadência moral no Brasil atingiu, realmente, um nível insuportável. A classe política ultrapassou todos os limites de desprezo pela miséria do país, e só será depurada a partir da hora em que as pessoas de bem passarem a atuar incisivamente para exigir seus direitos. Para nós, do Grupo Araucária, esta hora já chegou.

O barril de pólvora está carregado, o rastilho quase pronto, e em breve só faltará alguém riscar o fósforo. Quando isto ocorrer, peçamos a Deus que nos dê sabedoria e juízo para chutarmos o cordão em chamas antes da explosão total, encontrando o caminho da razão sem precisarmos trilhar tragédia maior que a atual.

Que este nosso libelo, tanto quanto os anteriores, sirva para ajudar na reconstrução de uma pátria menos triste.

Prometemos ação, e estamos agindo!

Curitiba, 02 de setembro de 1993
GRUPO ARAUCÁRIA (Oficiais da Reserva das Forças Armadas, residentes no Paraná).

7.13 ATA DE CONSTITUIÇÃO E MANIFESTO DO GRUPO CATARINA³⁹⁸

GRUPO CATARINA ATA DE CONSTITUIÇÃO - GRUPO CATARINA

Os Oficiais da Reserva das Forças Armadas do Brasil, residentes em Florianópolis, na intenção precípua de atuar para resguardar a imagem, o moral e a inatacável credibilidade do militar brasileiro perante a nação Brasileira, bem como restabelecer a verdade dos fatos que têm sido, propositalmente ou não, publicamente distorcidos, resolvem se reunir para estudar e analisar qualquer notícia ou ato tendencioso, propondo à coordenação do Grupo o posicionamento que for julgado adequado, no momento considerado.

O Grupo, como homenagem ao soldado Barriga-Verde que sempre se distinguiu em todas as missões que recebeu, tornando-se um exemplo de disciplina, de destemor, de amor ao Brasil, em âmbito nacional e internacional, adotará a denominação de:

GRUPO CATARINA

Desde logo, será estabelecido um estrito contato e um patriótico relacionamento com os Grupos congêneres, como são os Grupos Inconfidência, Guararapes, Farroupilha, Araucária, Estácio de Sá, além de outros que vierem a se constituir no Brasil, e com o Clube Militar.

Florianópolis, SC EM 05 DE OUTUBRO DE 1996.

Coordenador: Gen Div. Ref. ABDON SENNA
Assistente-Secretário: Cel R/1 JONAS JOSÉ DA ROSA LUZ
Tesoureiro: Ten Cel R/1 WÁLMORE PEREIRA DE SIQUEIRA
Assessoria: Gen Bda R/1 FÁBIO MOURA E SILVA LINS
CMG (RRm) SÉRGIO CRUZ QUINTIERI
Cel R/1 AROLDO JOSE MACHADO DA VEIGA
Cel Av (RRm) ALAMIRO PEREIRA DOS SANTOS

MANIFESTO À SOCIEDADE - GRUPO CATARINA

Os militares da Reserva das Forças Armadas, integrantes do GRUPO CATARINA, preocupados com o rumo que tomaram os acontecimentos ligados a pretensas reivindicações que estão sendo adjudicadas aos familiares de participantes da guerrilha armada desencadeada entre os anos de 1968 a 1974, vem a público manifestar sua estranheza e repúdio pela forma distorcida e imoral como vem agindo certas autoridades, no julgamento dos fatos.

Cabe lembrar que, ao ingressar no oficialato das Forças Armadas, o militar presta um juramento solene, em cerimônia pública, perante as autoridades superiores da Nação e perante seus familiares, onde declara sua dedicação exclusiva ao serviço da pátria, alcançando essa dedicação até ao sacrifício da própria vida.

³⁹⁸ In: ASSOCIAÇÃO DE MAGISTRADOS DAS JUSTIÇAS MILITARES ESTADUAIS. *Revista Direito Militar* Nº 02, outubro/novembro, 1996. <http://www.amajme-sc.com.br/revista2.htm>, acesso em 1º de fevereiro de 2009, às 15h.

É um juramento solene, exclusivista e abrangente, a exigir uma dedicação permanente nas vinte e quatro horas do dia, durante toda uma vida.

Tentam agora os antigos subversivos, hoje encastelados em importantes funções públicas do governo, transformar em herói o ex-Capitão CARLOS LAMARCA, excluído das fileiras do Exército por crime de deserção, ao fugir do quartel do 4º Regimento de Infantaria - Quitaúna/SP- para incorporar-se às forças da subversão comunista que recebiam orientação cubana e chinesa.

Acresce que, ao abandonar aquela unidade militar onde servia, levou consigo armamento e munição que estavam sob sua responsabilidade direta, além de aliciar para o movimento revolucionário vários subordinados, seus comandados, tornando-se com certeza, recordista mundial de enquadramento em artigos do Código Penal Militar.

Apesar de tudo, estamos convictos de que as Forças Armadas brasileiras sobreviverão galhardamente às turbulências presentes, seja pelo sempre forte espírito de união que é apanágio de seus integrantes, seja pela atuação de seus Chefes.

Não reconhecemos afronta às Forças Armadas na indenização aos familiares do traidor LAMARCA, mas sim à toda sociedade brasileira que vive, estupefata, o silêncio do inconformismo e da vergonha.

O senhor Hélio Gregori, Secretário-Geral do Ministério da Justiça, sob inspirações e orientação de autoridades governamentais, credencia-se como o mentor intelectual da Comissão dos Desaparecidos e de seu nefando ato, a conspurcar o nome do Brasil em âmbito internacional, por ser o único País que transformou em herói e indenizou financeiramente um oficial das Forças Armadas desertor e traidor de sua Pátria.

A História haverá de lhes fazer justiça.

Companheiros: Terrorismo nunca mais!

GRUPO CATARINA. n

7.14 CARTA COMPROMISSO

CARTA COMPROMISSO DE 31 DE MARÇO

Rio de Janeiro, 31 de março de 1998

O CLUBE MILITAR e os grupos CATARINA (SC), ESTÁCIO DE SÁ (RJ), GUARARAPES (CE), INCONFIDÊNCIA (MG), INDEPENDENTE 31 DE MARÇO (RJ) reunidos nesta data, decidiram assinar esta **CARTA COMPROMISSO** para reafirmar que estão unidos em torno da **DEFESA E UNIÃO DAS FORÇAS ARMADAS**, empenhando-se pelo **RESTABELECIMENTO DA VERDADE HISTÓRICA** e lutar pela manutenção da **UNIDADE E SOBERANIA NACIONAIS**.

Não aceitamos nenhuma ação que possa, sob qualquer aspecto, **denegrir nossas Forças Armadas**. Elas representam, para nós, a garantia da sobrevivência da sociedade brasileira, livre e independente e existem **para a defesa da Pátria e jamais para garantia da politicagem que humilha e explora o povo brasileiro**.

Um país não poderá sobreviver sem Instituições civis.

Juntos estaremos sempre, **militares da ativa e da reserva, da marinha, do Exército e da Aeronáutica**, inclusive os seus representantes ao lado dos civis que queiram pelo seu elevado grau de CIDADANIA, unidos na luta pela sobrevivência nacional. Esqueçam aqueles que imaginam que um dia poderão nos encontrar desunidos. Somos brasileiros que amam a Pátria. Abominamos os que pretendem destruir **A ALMA E O CARÁTER NACIONAIS**, em proveito próprio, através da corrupção, da permanência no poder e exploram um povo humilhado, analfabeto e sem saúde. Estamos conscientes dos valores dos nossos chefes. Eles estão atentos à marcha da história e jamais a bandeira da baderna, da canalhice política, do engodo e da mentira triunfará no País.

Não adianta querer inverter a verdadeira história. Ela será sempre o grande apanágio da civilização brasileira. **Nenhum assassino, corrupto, assaltante de banco, subversivo, seqüestrador, comunista, esquerdista ou traidor da Pátria** terá estatua para a eternidade. Lenine, Stalin, Hitler e Mussolini as tiveram e foram destruídas pelos seus povos. Às vezes, ate momentaneamente, elas são colocadas pelos covardes e transitórios ocupantes do Poder, mas logo os valores humanos da civilização emergem na sua verdadeira grandeza.

Nesta **CARTA COMPROMISSO** queremos afirmar que nos orgulhamos de ser uma Nação livre e soberana e não admitimos, nem de leve, que a nossa **UNIDADE E SOBERANIA NACIONAIS** sejam arranhadas.

Aqui, neste torrão brasileiro, manda o brasileiro, com todo o seu sentimento patriótico. Ainda não aceitamos o **DEUS DO DINHEIRO** e, muito menos, que aqui venha alguém tentar quebrar a nossa Unidade Nacional.

Somos o AMAZONAS, o SÃO FRANCISCO, o TIETÊ, o PARAGUAI, o ITAJAÍ, o URUGUAI e o PARAÍBA DO SUL. Podem suas águas ter cores diferentes, mas, no final, formam as cores verde e amarelo. Neles não há **a cor vermelha do ódio, da destruição, da morte e da traição**.

Gritem! Esbravejem! Mintam! Escarneçam! Até menosprezem, mas, **em 31 DE MARÇO DE 1964**, vencemos a caterva vermelha, por antecipação, pois a Queda do Muro de Berlim veio confirmar a nossa verdade.

O povo confia nas suas FORÇAS ARMADAS e, daí, a nossa honra em usarmos a **FARDA BRANCA, VERDE ou AZUL**. No nosso peito nada mais queremos do que o orgulho e o privilégio de sermos brasileiros. Acredita, também, nas Instituições Civis que lutam contra os que as querem destruir e corromper os que não se rendem.

RELAÇÃO DE ADESÃO (Fundação)

Grupo Guararapes (Fortaleza/CE) (175) Brig Paulo Vasconcelos **Souza e Silva** e Gen Fº B **Torres de Mello**;

Grupo Estácio de Sá (Rio de Janeiro/RJ) (52) Gen **Murillo** Gomes Ferreira;

Grupo Inconfidência (Belo Horizonte/MG) (200) Brig **Mario Lott** Guimarães;

Clube Militar (Rio de Janeiro/RJ) (14.000) Gen Helio **Ibiapina** Lima;

Anhanguera (Goiânia/GO) (20) Cap **Marcus Antonio B Fleury**;

Instituto Catavento (Porto Alegre/RS) (10) Cel **Péricles** Augusto A da Cunha.

OBS. Nenhum dos grupos deve querer ser o dono da verdade. Para tanto, desde que sejam respeitadas as regras estabelecidas a seguir, cada um terá o pleno direito de, sem perda de tempo, lançar documentos de sua criação, colocando, na lista de adesões, seu nome em 1º lugar, seguindo-se os demais.

As regras são:

1. Não atacar os nossos chefes a menos que cometam absurdos contra as FFAA ou contra a Nação.
2. Usar uma boa linguagem, dura, porém, respeitosa.

3. Apresentar os fatos e definir posições sem uso de palavrões, desaforos, mentiras.
4. Expedi-las com oportunidade; não perder tempo com consultas prévias.
5. Expedir documentos para todos de seu grupo e pacotes com 20 exemplares para cada um dos grupos da lista de adesão.

Respeitadas estas regras básicas os grupos não terão direito de reclamações por não terem sido consultados.

Assim procedendo o Grupo marca sua posição, não perde sua personalidade e a FORÇA DAS MANIFESTAÇÕES É VALIOSA.

Solicitamos que esta mensagem seja divulgada pela Internet por todos que tiverem esta possibilidade, para os seus amigos deputados, senadores e autoridades deste País.

Aos que não disponham de Internet solicitamos o empenho de divulgar ao máximo, por meio de fax, carta, viva voz, etc.

Fazemos questão de sermos conhecidos.

Ligue-se à “Carta Compromisso” e ponha a sua mensagem em sua Home Page (Portal ou Página)..

Vamos mobilizar! (VII)

CMG (RRm) *João Mar Aragão Dutra*

“A reação perturba, a ação edifica”. (Joanna de Angelis).

Estas são as últimas palavras que lançamos aos companheiros antes do pleito de 4 de outubro próximo, objetivando a eleição de uma bancada de deputados federais e outra de estaduais.

Nossos argumentos foram sobejamente expostos nos números anteriores. Reiteramos o cuidado de concentrar votos naqueles companheiros mais capazes eleitoralmente, evitando consequentemente a dispersão de votos, que ocasiona a eleição de pessoas alheias aos ideais da Família Militar. Tal fato é mais observado no Estado do Rio de Janeiro pelo grande número de candidatos.

Divulgamos os nomes dos candidatos que nos solicitaram, a seguir nomeados:

A Deputado Federal

■ Goiás: Major **Zamor Magalhães** (PMDB – N° 1552)

■ Minas Gerais: Coronel-Médico Francisco **Ozéas** (N° 1571)

■ MS: Nival Duarte (PPB – N° 1120)

■ Pará: Ten Aer **João** de Castro Alves (N° 2301)

■ Pernambuco: Sargento **Cil Farnel** de Lacerda (PRONA – N° 5656)

■ RGN: Ten-Cel Av **Luiz Roberto** Moura e Souza (PRONA)

■ (PPB – N° 1114)

■ Cap. Dentista **Enir** Garcia dos Reis (N° 1530)

■ (PFL – N° 2579)

■ Capitão **Jair Bolsonaro** (N° 1120)

■ General **Nilton Cerqueira** (PSDB – N° 4598)

■ R. **Garcia** (PSDB – N° 4554)

■ SP: Cap **Renato Bolsonaro** (PPB – N° 1120)

A Deputado Estadual

■ Minas Gerais: Coronel Carlos Cláudio **Miguez** (N° 15171)

■ (N° 18018)

■ Paraná: Subten **Elias Vidal** (PPB – N° 11500)

■ Pernambuco: Coronel José Al-

ves de Oliveira (PTB – N° 14110)

■ RGN: Cap Esp Era João Vanderlei **Calazans** (PRONA)

■ RGS: Sargento **Carlos Smidt** (PMDB – N° 15250)

■ Coronel **Pedro Américo Leal**

■ RJ: Coronel Paulo Gonçalves **Roma** (PRONA – N° 56.298)

■ Sargento José Maria Ibiapina **Ramalho** (PSDB – N° 45.122)

■ Subten **Carlos Franco** (PPB – N° 11120)

■ São Paulo: Coronel Antônio **Erasmio Dias** (N° 11211).

É bom lembrar que o voto é proporcional e que a concentração de votos é indicada, evitando-se a eleição de elementos alheios à FAMÍLIA MILITAR.

Lembramos que não basta o voto de cada um; é preciso que cada um de nós pugne para trazer pelo menos 10 votos de familiares e amigos.

Nossa União é nossa Força!

³⁹⁹ *Ombro a Ombro*, setembro de 1998, p.7.

7. 16 ESTRUTURA DO CRIME ORGANIZADO - GRUPO DAS BANDEIRAS E UND - QUADRO APRESENTADO NO SEMINÁRIO LEI DA ANISTIA: ALCANCES E CONSEQUÊNCIAS, REALIZADO NO CLUBE MILITAR EM 7 DE AGOSTO DE 2008.

**Governo Real – Crime Organizado
Estrutura**



- - Controlador → Terrorismo como instrumento de dominação
- - Agentes Conscientes → Ideologias como instrumento de dominação
- - Agentes Inconscientes → Dominação através de diferenças regionais: econômicas, sociais, religiosas e raciais

Objetivos:

- Exploração econômica da Nação e dos Recursos Naturais do seu território;
- Contenção das potencialidades sócio-econômicas, políticas e militares, na medida exata dos interesses transnacionais do Controlador.

ARQUIVOS DA "DITADURA" VI

O ESQUERDISTA, QUEM É ELE?

"A ambição diabólica do esquerdista é querer mandar no mundo"



* Anatoli Oliyik

O esquerdista é um doente mental que precisa de ajuda e não sabe. Um sujeito miserável que necessita da piedade humana. Mas cuidado com ele. Por ser um ser desprezível, abjeto, infame, torpe, vil, mísero, malvado, perverso e cruel, todos sinônimos é verdade, mas insuficientes para definir seu verdadeiro perfil, ele é perigoso e letal.

É um sociopata camuflado. Um psicótico social que imagina ser Deus e centro do mundo. Na sua imaginação acha que é capaz de solucionar todos os problemas da humanidade e do mundo manifestado, mas que na verdade quer solucionar os seus próprios, que projeta nos outros para iludir-se de ser altruísta.

É um invejoso. A inveja é a sua marca registrada. Sente ódio doentio e permanente pelas pessoas de sucesso, notadamente aquelas realizadas financeiramente e economicamente. O sucesso alheio corrói suas entranhas. É aquele sujeito que passa pelo bosque e só vê lenha para alimentar a fogueira de seu ódio pelo sucesso alheio.

É um fracassado em todos os sentidos. Para justificar o seu fracasso busca desesperadamente culpados para a sua incompetência pessoal, profissional e humana. No seu conceito, a culpa é sempre dos

outros, nunca atribuída a ele mesmo. É um sujeito que funciona como uma refinaria projetada para transformar insatisfações pessoais e sociais em energia pura para promover a revolução proletária.

É um cínico. Não no conceito doutrinário de uma das escolas sócráticas, mas no sentido de desdramatização. Portanto, um sujeito sem escrúpulos, hipócrita, sarcástico e oportunista. Para justificar seu fracasso e sua incompetência pessoal, se coloca na condição de defensor do bem-estar da sociedade e da humanidade, quando na verdade busca atender aos seus interesses pessoais, inconscientes. Para isso, se coloca na postura de bom samaritano e entra na vida das pessoas simples e desprovidas da própria sorte, com seu discurso mefistofélico.

É um ateu. Devido a sua psicose, já comentada anteriormente, desstitui Deus e se coloca no lugar d'Ele para distribuir justiça, felicidade e bem-estar social, solucionar todos os problemas do mundo e da humanidade, dentre outros quejandos. É um indivíduo que tem a consciência moral deformada e deseja, acima de tudo, destruir todos os valores cristãos e construir um mundo novo, segundo suas concepções paranóicas.

É um narcisista. A sua única paixão é por si mesmo, embora use da artimanha para parecer um sujeito preocupado com os outros, no fundo não passa de um egoísta movido pelo instinto de autoconservação.

É um nihilista. Um sujeito que renega os valores metafísicos divinos e procura demolir todos os valores já estabelecidos e consagrados pela humanidade para substituí-los por novos, originários de sua própria demência. Assim, ele redireciona a sua força vital para a

destruição da moral, dos valores cristãos, das leis etc. Sua vida interior é desprovida de qualquer sentido, ele reina no absurdo. É o "profeta da utopia" e o "filósofo do nada".

É um genocida cultural. Na sua vasta ignorância da realidade do mundo manifestado, o esquerdista acha que o mundo é a expressão das ideias nascidas de sua mente deformada e assim se organiza em grupos para destruir a cultura de uma sociedade, construída a custa de muitos sacrifícios e longos anos de experiência da humanidade.

Agora que você conhece algumas características do esquerdista, fica um conselho: jamais discuta com um deles, porque a única coisa que ele consegue falar é chamá-lo de reacionário, nazista, capitalista e burguês. Ele repete isso o tempo todo e para todos que o contradizem, pois a única coisa que sua mente deformada consegue assimilar, são essas palavras. Com muito custo ele consegue pronunciar mais um ou dois verbetes na mesma linha aos já descritos, todos para desqualificá-lo e assim expressar a sua soberba.

Os conceitos atribuídos ao esquerdista se aplicam em gênero, número e grau aos socialistas, marxistas, leninistas, stalinistas, trotskistas, comunistas, maoístas, gramscistas, fidelistas, chevaristas, chavistas e especialmente aos membros da família dos moluscos cefalópodes.

Para finalizar, porém longe de esgotar o assunto, o esquerdista é aquele sujeito cuja figura externa é enormemente maior que a própria realidade. Sintetiza o cavaleiro solitário no deserto do absurdo, cuja ambição diabólica é querer mandar no mundo. (Curitiba/PR) 15/10

* Administrador e consultor de empresas

A COMUNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Não é de hoje que a comunicação da Educação vem acontecendo. Nos últimos vinte anos, a revolução cultural gramsciana, pouco a pouco, foi ocupando os espaços na cátedra e na mídia. O senso comum modificado consiste no domínio dos corações e das mentes. O objetivo não é educar o estudante, mas sim ideologizá-lo, incutindo-lhe na mente, antes sub-repticiamente, e agora, escancaradamente, que funcionará como um agente "socialista" e contestará a verdadeira História. Os livros didáticos estão totalmente dominados pela militância comunista e o exemplo maior é a apologia à luta de classes mostrando Mao Tsé-Tung, Lenine, Stalin, Fidel Castro, Sandino e Guevara lutando contra a "opressão e o imperialismo".

Já é dado destaque ao MST (o braço armado do PT), considerando-o um movimento social, reformista e popular, em vez de uma organização paramilitar (tal qual as FARC), revolucionária comunista e até ao Movimento dos Sem-Teto.

Se existiam dúvidas, quanto aos objetivos e intenções das esquerdas brasileiras, capitaneados pelo Ministério da Educação, em relação ao caminho para o qual estão conduzindo a Nação e a juventude, estas deixam de existir ao se manusear os livros didáticos adotados nas escolas públicas, destacando-se os de Minas Gerais, marxistas e deturpadores da História Pátria: História & Vida Integrada - Nelson e Claudino Piletti - PNLD/2004; Nova História Crítica - Má-

rio Furley Schmidt - PNLD/2005; OSPB - Introdução à Política Brasileira - Frei Betto, Refazendo a História - Editora Ática; Para Compreender a História; TV Escola e outros.

Caso não haja uma maior reação dos pais e professores, nenhum brasileiro poderá reclamar. Tiradentes será mais uma vez esquarterado por ser pobre, Caxias não é citado nem na guerra contra o Paraguai, Santos=Dumont ainda não decolou, Calabar substituirá os patriarcas de Guararapes, Joaquim Silvério dos Reis, será homenageado em Ouro Preto junto com Fidel Castro e Guevara, os heróis da FEB darão lugar a Lamarca, Prestes e Marighella, que terão seus nomes em logradouros públicos.



Fonte: MEC, Guia de Livros Didáticos Livro do Professor PNLD/2004. Capítulo - 15. Pág. 219

E agora, o livro acima, adotado nas escolas do Rio Grande do Sul. **ACREDITE SE QUISER!! Cuba não é ditadura!** Que professores são esses que engolem essas barbaridades? E onde estão os pais que não tomam conhecimento da comunicação de seus filhos?

7.18 TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM HEITOR DE PAOLA REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2008, ÀS 9:30h.

Venho acompanhando artigos do Ternuma e, nesta semana, eu li um texto do jornal Inconfidência, um artigo do senhor que foi parte da palestra ministrada no Farol da Democracia Representativa. Eu gostaria de saber: o senhor foi militante da Ação Popular (AP). O senhor participou da Juventude Universitária Católica (JUC)?

Não. Eu tinha contatos, desde a minha vida no secundário eu me metia na política estudantil, e o meu contato sempre foi com comunistas e católicos de esquerda, embora eu não seja católico e nunca tenha sido do partido comunista. Quando eu entrei na faculdade é que começou a militância maior, em 1963, exatamente seis meses antes da Revolução.

O senhor fazia psicologia?

Medicina, estava no primeiro dano de medicina em 1963. Fui do diretório acadêmico e entrei para a AP. Eu entrei em definitivo no dia primeiro de abril, logo no dia da revolução.

Em 1964?

Em 1964, já estava na AP. Se você ler no livro que eu escrevi, eu falo no que é uma *ampliação*, - vem do termo ampliação de quadros, do partido comunista – acabou se transformando em um substantivo – o sujeito é uma ampliação, ainda não é militante. Tem acesso a poucas coisas, mas não a tudo, então em 1964 eu passei a militante mesmo.

Como surgiu o interesse em participar da AP?

Olha, eu não sei muito bem, como poucos sabem como entraram nisso. Há um certo entusiasmo inicial - comecei a trabalhar, como secundarista ainda, com o pessoal que dava aulas em escolas populares em favela, com a assessoria dos capuchinhos, e foi aí que eu aprendi o método Paulo Freire, que estava começando a elaborar a proposta pedagógica dele – a pedagogia da libertação [*a pedagogia do oprimido*] e comecei a tomar contato já aí. A minha entrada para a AP se deu por uma razão: sou de esquerda, sou contra esse negócio aí, sou socialista e tal; não sabia se eu ia entrar, porque eu sempre tive uma pinimba por ser – como chamavam a época – teleguiado de Moscou. Embora fosse, sem saber. Este era o grande problema. Não me agradava o partido comunista, para o qual fui convidado várias vezes. A minha cidade, Rio Grande (RS), é uma cidade industrial e portuária, portanto é o caldo de cultura para o partido comunista. O que diminuiu muito a ação do partido comunista lá foi o trabalhismo, tanto que na última eleição para prefeito, em 1963, o candidato do PTB ganhou e o candidato do partido comunista ficou em segundo lugar, pertinho – eram cinco candidatos - e o resto veio na rabeira. Então eu fui criado neste meio, o meu pai era trabalhista, foi getulista e fez a Revolução de 1930, veio ao Rio.

Ele foi militar?

Não, era comerciante, civil. Tinha 21 anos na época. Era getulista doente. Getúlio era o presidente do estado do Rio Grande Sul, como se chamava na época., e ele veio para o Rio como revolucionário e tal. Mas ele depois abandonou Getúlio, nunca quis se meter na política diretamente. Comerciante, não aceitou ser candidato a prefeito. Com Jango e Brizola, ele não topou mais o PTB. Ele disse: “não, sou getulista”, ele era da antiga tradição do Alberto Pasqualini, ideólogo do trabalhismo no Brasil, Ele era *pasqualinista*, o Pasqualini nunca se meteu direto em Política, era um ideólogo do trabalhismo. Mas eu comecei neste

troço e aí, quando eu fui decidir, pensei: eu tenho de meter em alguma coisa, estava perdido, eu sou de esquerda, mas esquerda, o quê? A AP me atraiu por ser não comunista – entre aspas - e por ser cristã. Embora não seja religioso - nunca fui -, eu tenho muito respeito pelo cristianismo. Meu pai era cristão e minha mãe, não sei o quê era... Eu tenho muito respeito pelo cristianismo e pela figura de Cristo, que eu acho a mais admirável de toda história. Eu sempre me liguei muito aos cristãos, embora nunca aceitasse a parte mística e religiosa. Foi natural para mim, porque a AP tinha sido fundada entre 62 e 63 pelo Betinho (Herbert de Souza) e pelo padre Vaz.

O primeiro congresso da AP foi o da JUC que a transformou em AP, em Belo Horizonte. Depois o pessoal de São Paulo entrou. Os mais destacados que estão aí são o (José) Serra, o Paulo Renato (Ministro da Educação do FHC) e tem um pessoal bem importante que tem mais ou menos a mesma idade. O Serra tem quanto? 65 anos? O Serra foi eleito presidente da UNE em 1963 e eu estava começando a minha carreira na SP. A distância de militância era muito grande.

Bom, depois eu entrei para a AP e decidi que era onde eu iria ficar. Em 1965, aconteceu o seguinte, a UNE foi extinta pela lei Suplicy, e foi feita uma campanha para reativá-la. Aqui no Rio de Janeiro começou pela Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (AMES), com o Alberto Abissâmara, que mais tarde foi candidato a vereador. Ele era presidente da AMES e quando se tornou universitário assumiu a Presidência da UNE, que estava acéfala. A sede era lá no antigo calabouço, onde é agora o trevo do aterro do Flamengo, onde mataram estudantes mais tarde e tal. Ele formou um grupo ligado ao partido comunista com o apoio da AP, que convocou um congresso em São Paulo, no centro Politécnico. Eu fui como candidato à vice-presidência da UNE - quinto vice - a minha área era intercâmbio internacional, troço importantíssimo, ministro das relações exteriores da UNE [*risos*] , durou seis meses.

Então o senhor foi eleito?

Fui, a chapa da AP ganhava de tudo mundo. O partido comunista nem apresentou chapa. Então foi a AP com a Polop e tinha um ou outro dos marxistas independentes de Brasília e eu acho que o resto era AP.

E como se deu sua militância na AP e qual foi o motivo para a sua saída?

Esta história é a seguinte, eu vim para o Rio, assumi a vice-presidência e fui preso em Fortaleza, em outubro de 1965, fazendo campanha de reestruturação da UNE, campanha também financeira, de pedir dinheiro. Fui preso, fiquei dois meses no 23º BC, e quando eu saí, a UNE acabou a diretoria, porque todos foram presos em algum lugar do Brasil, menos um que não tinha assumido, se chamava José Fidélis, da Bahia, era o primeiro vice-presidente. E ele assumiu sozinho a UNE, me procurou e eu disse: “*não vou entrar mais nisso, vou ficar na minha, vou curtir um pouquinho, voltar para a faculdade porque tinha cancelado a matrícula...*” e aí voltei e exatamente neste momento em que eu retornei, havia adquirido uma certa importância na AP por ter sido vice-presidente da UNE, por ter sido preso.

Voltei para a fortaleza em 1966 para responder o processo e acabamos sendo absolvidos pelo Superior Tribunal Militar, por quatro votos a três. O voto de minerva foi dado pelo general que desencadeou a revolução de 1964, o Olimpio Mourão Filho. Imediatamente eu fui levado para o que chamavam comando zonal sul. A AP era dividida no comando nacional, comandos regionais, que equivalia mais ou menos os estados - o estado que tinha pouca gente como Santa Catarina estava englobado no regional Porto Alegre, e onde tinha

condições de formar outro comando -, havia os comandos zonais. Então Pelotas, tinha o comando zonal litoral sul, que abarcava Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Pedro Osório, etc. E nós tínhamos uma militância bastante razoável. Eu fui para o zonal litoral sul, éramos quatro, e lá eu fiquei do início de 66 até 1968, dois anos. Porquê que eu saí? Eu saí quando começou a luta armada, e depois eu já estava com um certo pé atrás, uma pulga atrás da orelha porque o negócio acabou, o negócio do socialismo cristão, isso nunca foi verdade, era igual uma mentira para atrair gente. Logo que vim para a UNE, nós tivemos uma reunião com o comando nacional da AP, e depois tivemos várias aulas com o Duarte Pacheco do Lago, que era um dos membros do comando nacional, o Aldo Arantes, o Betinho, que era coordenador nacional, e o Vinicius Caldeira Brandt, que vivia foragido em Paris.

Seu grau conhecimento sobre outros militantes era bem limitado para zona...

Fora da zona, só conhecia um representante do comando regional de Porto Alegre.

E o Betinho?

Isso foi antes, eu conheci o nacional antes do regional, porque eu fui para UNE e conheci o nacional que era em São Paulo, então conheci o Betinho lá e tal. E depois eu voltei, fui apresentado ao regional. E fiquei dois anos nisso, a única atividade. Bom, fizemos lá umas coisas, conseguimos uns operários, conseguimos um camponês, que fez um movimento e sumiu, entrou na luta e desapareceu. Eu acabei sendo um dos montadores da passagem por Jaguarão, perto de Pelotas, que ligava a Rio Branco, no Uruguai, embora não saiba o nome de quem entrou ou saiu, ninguém. Um e outro eu fui buscar de ônibus, mas a gente nem conversava.

Era um esquema de transporte de militantes para o outro lado da fronteira...

Militantes, eu nem sabia nem quem era, alguns falavam espanhol, outros falavam português. A minha missão era levá-los. Dois eu levei até Porto Alegre, e um, ou dois, eu levei até Pelotas e de lá pegaram um ônibus com outro cara que vinha de lá.

Com o agravamento da luta armada o senhor começou a se afastar...

Eu me afastei porque estava suspeitando de muita coisa esquisita. A coisa começou a virar maoísta pura, e eu comecei a pensar: estes caras estão malucos lá na China. Inicialmente, eu me encantei com aqueles troços que vinham da China. Comprei e depois, quando estava preso, a minha mãe queimou as obras escolhidas de Mao-Tsé Tung, em papel bíblia, editado em Pequim e em espanhol! (risos) É uma preciosidade hoje em dia! A minha mãe fez um buraco no fundo do quintal e tocou fogo. Eram 18 volumes em papel bíblia. Eu me encantei e depois me desencantei, quando comecei a ver o que era aquilo mesmo. Em janeiro de 68, faço questão de dizer, foi desencadeada oficialmente a luta armada - já existiam outros movimentos - mas a coordenação disso tudo ocorreu em janeiro de 68, portanto 11 meses antes do AI-5, e não como eles dizem que foi uma reação ao AI-5. É mentira, o AI-5 foi uma reação à luta armada, foi a única maneira que os militares encontraram de liquidar os caras foi decretando aquilo. Em janeiro de 68, houve uma reunião numa praia em Laranjal e com o pessoal que eu suponho que era cubano, nas não tenho certeza - eles falavam espanhol e a gente que mora ali na fronteira tem facilidade para “pegar” as nuances do espanhol, e esse pessoal do caribe fala diferente, canta um pouco mais, mas poderia ser venezuelano, não sei - e nos fizeram aprovar entrar na luta armada. Nesta reunião eu pulei fora: não vou topar esse negócio, acho isso uma loucura, vocês nunca vão conseguir enfrentar o exército brasileiro,

não conseguir porra nenhuma, vocês são malucos! Muita gente vai morrer e eu não quero ser um desses e nem responsável por mandar ninguém para a morte. Eu pulei fora e evidentemente sofri algumas ameaças dos meus ex-companheiros, inclusive do próprio do comando zonal, que eu nunca mais vi.

Eles começaram a me ameaçar e à minha namorada e eu fiz uma jogada que há pouco tempo eu revelei. Inventei que tinha escrito uma carta com três cópias e que eu revelava os nomes de todo mundo, inclusive do pessoal de Porto Alegre – é claro que eu nunca iria fazer isso, nunca pretendi denunciar amigos – mas fiz isso para ver se paravam. Se qualquer coisa acontecesse com a minha namorada ou comigo, esta carta seria entregue para o advogado João Carlos Gastal – advogado da família que tinha cuidado do processo em Fortaleza, ex- vice-governador e prefeito de Pelotas – outra cópia foi para Porto Alegre. E aí acabaram as ameaças, acabou tudo.

Eu saí em termos de militância, mas é uma merda, porque você sai, mas você passou o tempo pensando dentro do pensamento marxista. Não consegue sair sozinho ou ao menos sem muito estudo, ou sem muita autopercepção, ou seja, olhar para dentro de mim, e ver as merdas que eu fiz e tal. Foi muito difícil e eu levei um tempo muito grande para poder sair deste troço. Depois eu me formei e vim para o Rio.

Você ainda se considera de esquerda?

Não. Totalmente contra.

Seu pensamento ideológico estaria em qual matriz?

Este negócio de direita e esquerda é muito complicado. Hoje, eu sou um liberal na economia e um conservador em moral e em religião - que eu não tenho -, mas até nisso eu sou conservador, dos valores religiosos. Nós nos chamamos, acho que o Olavo [*de Carvalho, filósofo*] também se chama assim, Luis Afonso [*engenheiro e blogueiro do site Nadando Contra a Maré Vermelha*] que criou o termo, liberais conservadores. Quer dizer, liberalismo na parte econômica, completo, sou contra estatais, de maneira geral, tem que acabar com isso, tem privatizar tudo, desestatizar, não o que o Fernando Henrique fez, privatizou os lucros para a turminha dele, e manteve o controle estatal total através das agências reguladoras. Eu sou proprietário da Light, mas não posso aumentar o preço, a não ser que ANEEL, e então corre grana por fora, para ser aprovado, isto não é desestatização.

Na palestra no FDR, o general Coutinho apresentou um quadro do desenvolvimento da esquerda no Brasil e muitos trechos da obra de Antonio Gramsci. Qual os pensadores servem como fonte para a visão de vocês sobre a situação atual do país?

Depende do setor. Por exemplo, em economia, os austríacos, como [*Friederich*] Hayek e principalmente, [*Ludwig*] Von Mises, são os autores mais importantes na área, são as verdadeiras pessoas que lançaram do liberalismo moderno. Adam Smith é o papa, completo e total para todo o sempre (risos), mas ler *A Riqueza das Nações* é trágico, ler a venda de alfinetes durante cinquenta páginas é um exagero – é mais ou menos assim. O Adam Smith é quem deu o início disto tudo. [*John*] Locke, o liberalismo inglês. Do século passado, eu gosto também de certas idéias do Milton Friedmann, da Escola de Chicago, que foi quem tomou conta do Chile quando o Pinochet deu o golpe. Na parte filosófica, eu comecei a pesquisar por mim mesmo muita coisa, mas quando eu conheci o Olavo eu sistematizei melhor o meu estudo através dele. Eu voltei aos tempos passados da humanidade, mas os meus, porque o meu pai era leitor de Platão e Aristóteles, falava tudo aquilo e tal, aquilo entrava por aqui, saía

por ali, mas ficava um pouquinho, sabe? E quando comecei com o Olavo, eu comecei a me dedicar a esta filosofia grega, com os cursos dele. Acho que a grande filosofia está lá e na filosofia medieval, na escolástica e patrística.

E Gramsci?

Na minha trajetória, eu cheguei a conhecer um pouco da Escola de Frankfurt. De Gramsci, eu não conhecia nada. Passei a conhecer a poucos anos atrás, através do Olavo e logo depois o general Coutinho lançou os livros dele sobre Gramsci. O primeiro, *A Invasão Gramscista no Ocidente*. O Olavo tem um livro que é talvez o mais importante dele que é *A Nova Era e A Revolução Cultural* – o subtítulo é *Antonio Gramsci e Fritjof Capra* – aí é que eu comecei a ver Gramsci. Aqui no Rio eu tinha comprado os *Cadernos do Cárcere* e os *Intelectuais e a Organização da Cultura*, mas não tinha conseguido ler tudo.

O senhor participa do Ternuma e do Inconfidência há muito tempo?

Do Ternuma, há muito tempo. Para o Inconfidência, eu escrevi o quinto artigo, estou desde janeiro, sou articulista do jornal. Não participo do grupo porque é lá em Belo Horizonte, mas eu faço parte. No Ternuma, estou desde de 2002.

Na História das Forças Armadas, nós tivemos grupos localizados, feitos por militares da ativa que publicavam revistas, tinham a Tribuna Militar, O Soldado, eram cadetes que se reuniam para promover a difusão do pensamento e hoje a gente tem o material que é feito por estes grupos de militares da reserva e civis. Como o senhor conheceu estes grupos, e qual a sua avaliação sobre a existência deles?

Como conheci? Escrevendo e eles me lendo. O que disparou esta minha fase literária, foi o atentado às torres gêmeas de Nova York. Quando houve o atentado, eu comecei a receber tantas asneiras antiamericanistas no meu computador que eu disse: isso não dá, não engulo isso! Comecei a distribuir artigos e fui formando amizades, como a Graça Salgueiro, do *Mídia Sem Máscara*. Comecei a escrever e muita gente gostava do que eu escrevia, cheguei a ser membro do Fórum dos Federalistas, mas me desentendi e sai. A partir daí entrei para o Instituto Liberal. Começou a chover um monte de pedidos. Um deles foi do Ternuma e veio através do coronel Odin. Um dia ele me convidou para ir ao Clube Militar, me apresentou ao Juarez (presidente do Ternuma), e no dia mesmo eu paguei a mensalidade e desde então estou lá. O Inconfidência, o Miguez me conhece há muito tempo. Já republicou artigo meu e agora me convidou para ser articulista fixo. No Guararapes, eu tenho uma ligação direta com o general Torres de Melo. A ligação é meio estranha e até eu emocionei a família dele com a história. Quando estava preso, meu pai, que era maçom, falou como doutor Learsi, grão-mestre do Rio Grande do Sul, e pediu para ele fazer contato com o grão-mestre do Ceará, que era o pai do general Torres de Melo.

E este contato ajudou?

Ajuda, sempre ajuda. Um sargento, escrivão do IPM, olhou para mim no momento em que chamaram o major encarregado para falar com o Torres de Melo (pai). Quando eu voltei para outro interrogatório, o cara estava sozinho e me perguntou: *por que não falou que era sobrinho, rapaz?* Os maçons se chamam de irmãos, aí eu falei – “Tio”, *como eu ia saber que o senhor era maçom? Esses sinais de vocês o meu pai conhece, mas eu não!* Eles devem ter dado uma amaciada, embora eu nem tenha falado com ele. Quando eu saí da cana, aí sim.

Estava sem dinheiro, eu tinha a passagem de volta de Fortaleza para o Rio e uma passagem permanente na ponte-aérea dada pelo coronel Fontana para a diretoria da UNE, desde que o vôo fosse feito em aviões da Sadia. Pensei, até São Paulo, eu chego, até o sul, vou ter que conseguir dinheiro. Eu fui agradecer ao Torres de Melo (pai) e conversando, ele me diz: de quanto é que você precisa? Eu digo: *olha, eu não sei...* Ele abriu o cofre e me entregou setenta mil cruzeiros. Eu disse: *mas o senhor não me conhece! Não tem ao menos um recibo?* Ele respondeu: *entre nós não existem estas coisas. Você vai dizer para o seu pai que eu lhe emprestei setenta mil cruzeiros e ele vai me pagar, não tenha a menor dúvida.* Tempos depois, eu conheci o Torres de Melo, o general, escrevi para ele e ele me perguntou, *como você conheceu o meu pai?* Escrevi um email para o general que chegou no dia em que mãe dele fazia aniversário. Foi uma comoção e tal. Ficamos amigos, mas nos desentendemos porque eles são muito nacionalistas...

É uma questão interessante, o senhor sendo liberal, em termos econômicos, e ele sendo nacionalista. Há pontos de atrito?

Há, inevitavelmente, e há pontos de contato, claro. O liberal não é antinacionalista, eu sou patriota, mas não nacionalista no sentido de acreditar que a Petrobrás tem que ser estatal porque é estratégica. Isso eu discuto com estes caras, a vida inteira. Os Estados Unidos não tem a estatal do petróleo, mas a hora que eles quiserem, eles fecham tudo, pegam o petróleo, e fazem a guerra que bem entendem. O Brasil tem a Petrobrás que nos explora, sou contra este troço, é um absurdo!

Uma coisa que eu noto é que são grupos de forte viés ideológico, tanto o Ternuma, como o Guararapes e o Inconfidência. Tem duas questões, além da ideologia, que são muito importantes, que é a questão da memória, e outra, que não está muito clara, é a política. O senhor ou algum integrante dos grupos foi candidato nas eleições? O general Torres de Melo foi candidato a vereador em Fortaleza....

Do Ternuma tem um cara que já era político, antigo, o Wilson Leite Passos [*ex-vereador do Rio*], e o doutor [*Emilio Antonio Mallet de Souza*] Nina Ribeiro [*ex-deputado estadual*].

E o Marcos Coimbra também...

É verdade. Este é ultranacionalista. O Ternuma em si não é. Este inclusive prega algumas coisas antiamericanistas.

O Guararapes está mais para o nacionalismo, o Ternuma mais para o liberalismo, tem como definir esta fronteira?

O Guararapes está mais ao nacionalismo. O Ternuma é meio saco de gatos. Há uma diferença de função. O Guararapes é um grupo mais político. O Ternuma foi formado contra o Tortura Nunca Mais porque estavam mentindo para burro e resolveram formar o Terrorismo Nunca Mais. É mais interessado em produzir, trazer à luz uma memória que o pessoal da esquerda quer sepultar completamente. E nesse ponto, entra o cara mais importante, que é de Brasília, o Ustra, que está fazendo de tudo para ser processado e não processam. O segundo livro dele é fantástico, *A verdade sufocada* e o primeiro também, *Rompendo o silêncio*. O Ustra é um pouco mais para o lado nacionalista, o pessoal de Brasília é mais do que o do Rio, tanto é que são dois nomes, Ternuma-Brasília, Ternuma. O pessoal lá é muito atuante e

embora sejam um pouco nacionalistas, eu fui convidado para fazer a palestra do dia 31 de março em Brasília também. Só não fiz porque tinha sido convidado antes. E quando soube que já estava convidado e ia fazer a palestra e para o pessoal da ativa, ele falou: *esquece Brasília! Você vai falar com o pessoal da ativa que é muito mais importante!*

E como foi a recepção do pessoal da ativa no Palácio Duque de Caxias?

Eu diria que foram muito bem educados, não sei se gostaram. Aplaudiram muito. Diz o general Coutinho que conhece esta turma toda, que a repercussão ainda continua muito grande. Quando eu fui comprar o livro do coronel Lício Maciel, no lançamento da obra, muitas pessoas vieram falar comigo, dizendo que era muito importante... e depois, em outra recepção, vieram me dar os parabéns.

Pessoal da Ativa?

O pessoal da ativa.

Se fosse traçar um perfil das pessoas que vieram lhe cumprimentar, se interessaram pelo tema, seriam os oficiais tenentes, capitães, ou coronéis?

Não dá para limitar por posto. Fui muito bem cumprimentado, veio muita gente falar comigo, majores, coronéis e até generais. Bom, quem me convidou foram dois generais de quatro estrelas, da ativa, o Comandante Militar do Leste, o Cesário, e o chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa, que é o general Castro. Eu fui muito bem recebido por estes oficiais.

7.19 ENTREVISTA COM O GENERAL TORRES DE MELO, COORDENADOR DO GRUPO GUARARAPES. REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2008, ENTRE 20:32H E 21:09H, POR TELEFONE.

Qual o diferencial do grupo Guararapes em relação aos demais grupos como o Ternuma e o Inconfidência?

Todos eles estão mais ou menos na mesma linha na defesa da democracia, da História do Brasil, da ética, da dignidade da pessoa humana. Porque nós fomos criados? É o que você deveria perguntar primeiro. Nós estamos no Ceará e fomos procurados por companheiros no início do governo Collor.

Quem procurou o senhor?

Foram oficiais [*generais e coronéis*] que viam que o governo Collor não ia dar certo. Quando o presidente [*Collor*] fez a sua campanha, adotou uma postura conservadora, de direita. Quando ele ganhou, passou de uma postura de esquerda. Pessoas que eram do staff do candidato da oposição foram chamados. Haveria um choque, mas não sabíamos como. Determinadas atitudes não condiziam com o presidente da república, tais como fechar a pesquisa de energia nuclear e mostrar-se como o salvador da pátria.

Na mensagem do grupo, os senhores indicam que não estão sozinhos. Há quantos grupos deste tipo no país?

Nós conhecemos o Inconfidência, o Ternuma...

Quem forma estes grupos?

Como o senhor pode ter visto no site, são mais civis que militares. [*neste sentido*]

Como o grupo se mantém?

Cada um dá o que pode. Toda a semana, mandamos os documentos para a reunião. Nós temos 65 documentos e vamos aprovar amanhã mais dois, o 66, que é o *Sacripantas* e o 67 ... [*o entrevistado tenta, mas não lembra o nome*] Discutimos, analisamos, ...

Quem é o público alvo?

Às vezes sonhamos em atingir 200 mil pessoas... [o grupo] é voltado para todo o brasileiro... advogados, médicos, pessoas que tenham a capacidade de pensar para mudar o país. Uma nação como a nossa não pode prescindir das Forças Armadas potentes. Não queremos atacar ninguém... É preciso por trás da política a força.

Há diferenças entre os grupos?

Somos de uma mesma escola, nós fazemos o curso de Estado Maior, a Escola Superior de Guerra. O militar tem uma unidade de doutrina, que é a defesa da soberania.

Mudando um pouco de assunto, um dos temas presentes nas mensagens do grupo é a questão da abertura dos arquivos, do pagamento de indenizações...

Que abram os arquivos! O governo não é do presidente Lula, da ministra Dilma Roussef. Que abram, qual é o problema? A verdade está começando a surgir. Não fomos nós que jogamos uma bomba no aeroporto de Guararapes. Foram eles.

E sobre a questão Amazônia?

A Amazônia sempre foi levada pelos pelotões do Exército, pela Marinha, pela Aeronáutica, eu mesmo salvei a vida de índios no pelotão. Sempre foram as Forças Armadas que garantiram a paz na região. Agora tem o índio, o afro-descendente. Quando eu comandeí na Amazônia, para mim o índio era um homem aculturado... agora querem criar reservas, então por que não chamam o Exército? Por que se o Exército entrar, vai resolver.

Qual sua percepção sobre o ministério da Defesa?

O ministério da Defesa não foi criado para resolver os problemas dos militares, mas para afastá-los do poder! Em todos os países que tem ministério da Defesa, eles dão palpite, só no Brasil que não. Eles [*o governo*] são cheio de rancor.

7.20 ENTREVISTA POR E-MAIL COM ANA PRUDENTE, COORDENADORA DO GRUPO ATITUDE NACIONAL, EM 28 DE JANEIRO DE 2009.

Quando o grupo Atitude Nacional foi formado?

O Atitude Nacional foi se formando em 2001, mas oficializado apenas em março de 2002, num processo bastante natural que foi a identificação de ideais.

O que motivou a criação do grupo?

Tudo começou pela internet, durante o processo por parte do governo FHC de assinar o "Acordo de Alcântara". Não éramos mais do que seis pessoas tentando mobilizar internautas, levando informação, contra o aluguel de parte da nossa base espacial aos EUA. Nenhum de nós era antiamericanista e nem o é até hoje porém, aquele acordo não poderia ser assinado COM NENHUM PAÍS SOB AQUELES TERMOS [*grifo da autora*]. Tratava-se de um acordo muito mal explicado e que feria gravemente o Estado Soberano do Brasil. A comissão que tratava do acordo jurava que ele havia sido redigido por eles, brasileiros. Ronaldo Sardemberg assinou-o sozinho (sem levar ao conhecimento da Câmara para que fossem formadas as 3 Comissões pertinentes para analisar o tema) e tudo estava em andamento quando uma notinha de jornal chamou a atenção de meia-dúzia de pessoas espalhadas pelo país. E nos tantos repasses de informação pela rede, acabamos nos encontrando, além de angariar apoios dos mais diversos. Éramos 4 civis e 2 militares da reserva travando batalha de mobilização e mesmo sendo poucos, conseguimos impedir que aquele acordo fosse aceito. Uma comissão votou a favor e duas contra. Ninguém se conhecia pessoalmente até que tomei a iniciativa de organizar um encontro em Avaré, do qual se originou a Carta de Avaré. Neste encontro compareceram representantes de mais de 15 grupos espalhados pelo país. Presente tivemos por volta de 30 pessoas, que vieram em confiança e esforço mútuo, já que ninguém se conhecia. Neste encontro abriu-se o debate sobre outros temas preocupantes, que foram listados no nosso documento final. Portanto, desde lá, o Atitude Nacional é um fórum formado por líderes de vários grupos que mantinham os mesmos propósitos - defender os interesses do povo brasileiro.

Quantos integrantes a entidade chegou a ter?

O Atitude sempre manteve a média de 40 integrantes, já que agrega apenas representantes de grupos. Não se trata de um fórum de debates múltiplos e/ou linhas ideológicas e sim, de troca de informações entre amigos e chamados a diversas mobilizações.

Havia militares da reserva?

Sim, havia e estão no grupo até hoje. E muitos outros chegaram com o tempo.

Qual o meio de comunicação do grupo? Informativo? Reuniões? Manifestos?

Nossos membros estão em todas as regiões do país. Por este motivo, a forma mais adequada de conversarmos é mesmo pela internet. Mas sempre que um de nós viaja a alguma região, tratamos de nos encontrar e conversar pessoalmente. Já viajei muito, conheço praticamente todos os filiados. Fiz isso com recursos próprios, já que não temos apoio financeiro de qualquer ordem. Faço parte de outros grupos mobilizadores também, estes em São Paulo e de corpo presente, como por exemplo a UND (União Nacionalista Democrática) e que lançou, no ano passado, o Foro do Brasil, um contraponto ao Foro de São Paulo. Da UND sou sócia fundadora. O Foro do Brasil foi lançado durante um seminário de grandes proporções no 2º semestre de 2008 e do qual fiz parte da organização junto à Associação Comercial de SP, CIESP, FIESP e muitos outros. Vieram representantes de grupos de todo o Brasil. O tema girou em torno da nossa preocupação com as demarcações de reservas

indígenas contínuas, em foco, a Raposa Serra do Sol no momento mas que servirá de modelo para as demais. Também junto ao CIESP organizei uma viagem à Amazônia, levando empresários do sudeste para conhecer de perto os problemas dos quais tanto falávamos. Toda a agenda foi organizada pela equipe do general Heleno, já que fomos recebidos oficialmente pelo CMA (Comando Militar da Amazônia). Depois dali, todo o entendimento daquelas pessoas mudou e voltaram encantados com os esforços e organização do nosso valoroso Exército Brasileiro. A ideia é que estas viagens se tornem uma prática, pois existe grande interesse de parte de várias classes produtivas. Durante muitos anos a UND também organizou muitas passeatas, principalmente na Av Paulista, com direito a carro de som, ambulância acompanhando, até com trabalho de inteligência, detectando e realizando um perfeito rastreamento por ruas e metrô da proximidade, de grupos formados (pagos por inimigos do Estado de Direito) para atrapalhar nossas manifestações. Portanto, como pode ver, a Atitude Nacional não se restringe à internet. Nossos membros estão em todos os lugares e nossa movimentação é bastante complexa. Este item poderia ser bastante vasto, tentei apenas passar uma ideia das múltiplas formas que temos para nos comunicar entre nós e o mais importante, com a sociedade.

7.21 ENTREVISTA POR E-MAIL COM O CORONEL R/1 ABEL MONTEIRO,
COORDENADOR DO GRUPO QUERO-QUERO.
REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2009.

Quando o grupo Quero-Quero foi formado?

O grupo Quero-Quero (GQQ) foi formado em 27 de março de 2001, em Porto Alegre, numa reunião realizada no auditório do GBOEx [*Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército*], à qual compareceram mais de 70 oficiais da reserva do Exército Brasileiro.

O que motivou a criação do grupo?

A criação do grupo foi motivada pelos anseios que a comunidade tinha, então, por uma "redescoberta" do Brasil. Foi montado um ciclo de estudos denominado "500 anos depois", cujo escopo foi resumido pelo mote "Ordem e Autoridade";

Quantos integrantes a entidade chegou a ter?

Ao longo de 2001 e 2002 chegamos a ter por volta de 200 associados. Em 2003 o GQQ implementou um movimento em âmbito nacional, denominado "Legião Nacional" e procurou coordenar o planejamento de suas ações com um movimento denominado "Pau Brasil", originado em Brasília, e integrado por vários grupos de todo o país;

Havia civis?

Havia civis entre os associados, notadamente no Rio Grande do Sul e em São Paulo, com alguns também no Rio de Janeiro.

Qual o meio de comunicação do grupo? Informativo? Quantas edições teve? Reuniões? Manifestos?

O principal meio de comunicação intragrupo e intergrupos era o correio eletrônico (e-mail). Houve a edição de folhetos para, principalmente, divulgar o ideário. Na época (2001/02) chegou a haver uma ponderável cobertura em jornais e várias entrevistas e debates na televisão, principalmente em Porto Alegre.

Qual era seu posto em 1964, e em qual unidade servia?

Em 1964, eu era capitão e servia como instrutor na AMAN [*Academia Militar das Agulhas Negras*].

8 ÍNDICE REMISSIVO

Abdon Senna, 45
Abel Monteiro, 51, 212
Academia Militar, 26, 40, 150
Aécio Kauffman Colombo da Silva, 30
Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, 18
Agnaldo Del Nero Augusto , 49, 66, 78, 123
Alberto Rodrigues Verde, 104
Alfredo Stroessner, 83, 84, 85
Aloysio Nunes Ferreira, 110
Aluizio Aragão Villar, 36
Ana Prudente, 52, 111
Anatoli Oliynik, 145
Antonio Augusto Brasil Lanes, 105
Antônio Bandeira, 29
Antônio Ferreira Marques, 34
Antônio Gonçalves Meira, 20
Antonio José Ribas Paiva, 33, 34, 129, 130
Arca de Noé, 27, 28, 29, 41
Aricildes Motta, 60
Aristóteles Drummond, 37, 38
Armando Avólio Filho, 106, 107
Armindo Correa, 19
Aroldo Veiga, 44
Associação Civil Argentinos pela Memória Completa, 80
Associação de Engenheiros da Petrobrás - AEPET, 22
Associação Permanente dos Mortos em Defesa das Instituições Democráticas e da Liberdade, 86
Attila Bailari Barroso, 104
Augusto Pinochet, 80, 81, 82, 88, 107, 108
Aurélio Valporto, 104
Bayma Denis, 100
Bete Mendes, 46, 50, 67, 68, 76
Brasil Nunca Mais, 110
Carapintadas, 9, 107
Carlos Affonso Dellamora, 24
Carlos Alberto Brilhante Ustra, 44, 46, 50, 66, 67, 68, 69, 75, 76, 77, 78, 79, 129
Carlos Alberto Cordella, 120, 122, 124, 128
Carlos Cláudio Miguez, 35, 40, 101, 104, 108, 144
Carlos Franco, 108

Carlos Ilich Azambuja, 141
 Carlos Lamarca, 50, 144, 166
 Carlos Smidt, 108
 Castello Branco, 64, 102, 126, 128, 140
 Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica - CISA, 24
 Cícero Novo Fornari, 124
 Cil Farnei de Lacerda, 108
 Cláudio Buchholz Ferreira, 52
 Clube Militar, 21, 39, 43, 44, 45, 46, 62, 70, 76, 94, 100, 109, 111, 129, 130, 142, 148, 150
 Comissão de Homenagem aos Militares Mortos pela Subversão, 80
 Coordenação do Pessoal da Reserva das Forças Armadas - Coperffa, 82
 Dácio Giordano, 100
 Daniel García Pintos, 86
 Dia de Homenagem às Vítimas da Insanidade, 85
 Dilma Rousseff, 117
 Dom Evaristo Arns, 46, 47
 Domingos Dutra, 98
 Elis Vidal, 108
 Emilio Antonio Mallet de Souza Aguiar Nina Ribeiro, 49, 130
 Emílio Médici, 47
 Enir Garcia dos Reis, 105
 Enir Garcia dos Santos, 108
 Erasmo Dias, 108
 Eri Gonçalves, 104
 Ernesto Geisel, 42, 61, 63, 140
 Escola Superior de Guerra - ESG, 19, 49, 136
 Euclides de Oliveira Figueiredo Filho, 94, 100, 102, 104, 143
 Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, 34, 77, 131
 Fernando Collor de Mello, 20, 21, 26, 27, 28, 92, 94, 98, 99, 105, 143, 147, 150, 199
 Fernando Henrique Cardoso, 43, 74, 89, 98, 105, 106, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 116, 120, 126, 127, 143, 146, 147, 150, 195
 Fórum da Democracia Representativa - FDR, 129, 145
 Francimá de Luna Maximo, 41
 Francisco Batista Torres de Melo, 26, 27, 28, 41, 94, 95, 101, 102, 104, 150, 196, 199
 Francisco Martins de Lima, 28
 Francisco Ozeas, 108
 Frente Ampla, 87
 Gonzalo Santelices, 82
 Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército - GBOEx, 31, 39, 51
 Grupo Ad Summus, 52, 55
 Grupo Anhanguera, 40, 41, 55, 111, 179, 187
 Grupo Araucária, 30, 44, 55, 96, 97, 98, 184
 Grupo Atitude Nacional, 52, 55, 111, 201
 Grupo dos Bandeirantes, 50, 53, 55, 69, 97
 Grupo das Bandeiras, 33, 34, 52, 55, 97, 111, 129, 130, 131, 136, 180, 187, 201
 Grupo Cabano, 97, 183
 Grupo Catarina, 44, 45, 55, 109, 162, 185, 186, 187
 Grupo Catavento, 100, 103, 187
 Grupo Carta-Compromisso, 45, 55, 109, 142, 187
 Grupo Emboabas, 53, 55

Grupo Estácio de Sá, 43, 45, 55, 94, 103, 106, 187
Grupo Farroupilha, 30, 31, 32, 44, 55, 185
Grupo Guararapes, 6, 7, 9, 13, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 41, 43, 44, 45, 46, 50, 53, 55, 71, 76, 77, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 109, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 121, 129, 143, 144, 150, 181, 187, 198, 199, 200
Grupo Inconfidência, 6, 13, 22, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 48, 50, 55, 71, 72, 73, 78, 97, 101, 109, 111, 125, 127, 178, 191, 192, 196, 197
Grupo Independente 31 de Março, 40, 55, 92, 96, 100, 102, 103, 106, 111, 175, 196
Grupo Marinheiros, 52, 55
Grupo Potiguar, 33, 55, 97
Grupo Quero-Quero, 51, 55, 112, 143, 203
Grupo Terrorismo Nunca Mais - Ternuma, 22, 39, 46, 47, 50, 55, 79, 106, 109, 110, 117, 120, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 145, 196, 197, 198
Gustavo Borges, 24, 106
Hamilton Franklin Machado, 41
Haroldo Veloso, 75
Heitor de Paola, 38, 39, 48, 129, 192
Hélio Lemos, 27, 28, 146
Henrique Carlos Assumpção Cardoso, 92
Henrique Carlos de Assumpção Cardoso, 23
Hélio Ibiapina Lima, 22, 43, 44, 45, 47, 70, 94, 103, 106, 108, 109, 142, 147, 148, 128, 129, 143, 144, 145, 150
Informativo *O Farol*, 13, 41, 47, 177
Informativo *Vontade Nacional*, 97, 174
Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, 136
Itamar Franco, 25, 27, 43, 95, 99, 100, 102, 103
Ivan Frota, 98, 104
Jacob Ennes, 104
Jader Barbalho, 110, 111
Jair Bolsonaro, 95, 96, 108
Jânio Quadros, 27, 70, 136
Joaquim Victorino Portella, 17, 65
João Batista Figueiredo, 42
João Cassétia, 93
João Batista Figueiredo, 60, 63, 100
João Goulart, 31, 63, 136, 137, 140
João Manoel Sinch Brochado, 104
João Nolasco de Carvalho, 104
João Paulo Burnier, 48, 74, 75
João Vanderlei Calazans, 108
Jonas José da Rosa Luz, 45
Jornal *Letras em Marcha*, 17, 18, 19, 23, 24, 43, 55, 65, 69, 70, 71, 92, 93, 96, 97, 105, 106, 107, 108, 142, 143, 173, 174, 175
Jornal *Ombro a Ombro*, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 29, 32, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 47, 55, 67, 69, 70, 71, 93, 96, 97, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 110, 122, 141, 142, 143, 147, 150, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 189
José Alves de Oliveira, 108
José Apolônio de Fontoura Neto, 51
José Augusto Galdino da Costa, 19
José Maria Ibiapina Ramalho, 108

José Sarney, 20, 65, 70, 91, 93, 171
José Viegas, 122, 150
Juarez de Deus Gomes da Silva, 47, 129
Juscelino Kubitschek, 136
Leão Serrano, 105
Leonel Brizola, 38
Leônidas Pires Gonçalves, 17, 18, 49, 60, 66, 76
Lino Oviedo, 83
Liszt Vieira, 110
Luis Henrique de Oliveira Domingues, 94
Luis Maria Argaña, 83, 84
Luiz Edmundo de Carvalho, 123
Luiz Gonzáles Macchi , 84
Luiz Inácio Lula da Silva, 18, 34, 52, 66, 92, 105, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 141, 143, 146, 150
Luiz Paulo Macedo Carvalho, 107
Luiz Roberto Moura e Souza, 108
Mães da Praça de Maio, 79, 88
Manoel Góes, 41
Manuel Teófilo Gaspar Neto, 94
Márcio Coqueiro Leal, 24, 58, 96, 103
Marcos Coimbra, 104
Marcus Antonio Fleury, 41
Mario Pessoa, 17
Mauro Stadler de Souza, 30, 98
Messias Carneiro, 104
Michele Bachelet, 81, 88
Ministério da Defesa, 50, 123, 126, 127, 128, 146, 159
Mohamed Seineldín, 107
Movimento Cívico-Nacional, 97
Movimento Nativista, 55, 97, 147
Movimiento 10 de setembro de 1973, 81
Movimiento por la Identidad Nacional e Integracion Iberoamericana, 107
Nede Soares, 105
Nelson Jobim, 122, 123, 125
Néri Kluwe de Aguiar, 18
New York Times, 20, 46
Newton Cardoso, 64
Newton Cruz, 102
Nilton Cerqueira, 108
Nilton de Albuquerque Cerqueira, 104
Nivaldo Duarte, 108
Octávio Pereira da Costa, 140
Olavo de Carvalho, 5, 50, 115
Olympio Mourão Filho, 36, 74, 99
Oswaldo Pereira Gomes, 104
Partido Colorado (Paraguai), 83, 84
Partido Colorado(Uruguai), 86
Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, 17, 36, 62, 63, 91, 129, 143
Partido dos Trabalhadores - PT, 92, 100, 142, 145

Partido Trabalhista do Brasil - PTB, 118, 125, 136
Partido da Reconstrução Nacional – PRN, 92, 93
Partido da Re-edificação da Ordem Nacional – PRONA, 49
Partido Verde Amarelo, 93
Paula Silva, 104
Paulo Chagas, 124
Paulo Gonçalves Roma, 108
Paulo César Farias, 93
Pedro Américo Leal, 105, 108
Pedro Ivo Rostey, 104
Pedro Pola, 108
Pedro Schirmer, 19, 23, 107
Péricles da Cunha, 99, 100, 103, 105
Prisioneiros de Guerra – Força Aérea Chilena, 82
Ramos Magalhães, 108
Raul Mermot, 86
Renato Osvaldo Winter, 19
Roberto Dias Torres, 105
Roberto Gama e Silva, 104
Ronaldo Cunha Lima, 96
Rudá de Silveira de O. Freitas, 105
Salgado Campos, 94
Salvador Allende, 81, 82, 88
Sebastião Ramos de Castro, 99, 100
Sérgio Augusto Coutinho de Avelar, 129
Sérgio Porto da Luz, 22, 104
Sérgio Tasso Vasquez de Aquino, 107
Serviço Nacional de Informações - SNI, 19, 20, 21, 26, 49, 99
Sillas Bueno, 46, 47, 106, 109
Silvio de Magalhães Sampaio, 28
Sylvio Frota, 140
Tabaré Vasquez, 86
Tancredo Neves, 17, 60, 64, 143
Tasso Villar de Aquino, 107, 142
Terrorismo Nunca Mais – Ternuma – veja grupo Terrorismo Nunca Mais.
Tortura Nunca Mais, 44, 46, 47, 48, 106, 129
Tribuna Militar, 90
União Democrática Nacional, veja grupo das Bandeiras.
Valêncio F. S. Picolli, 105
Vital do Rego, 95, 96
Waldemar Zveiter, 129, 131
Waldir Abbês, 35
Walter Pires, 79
Wilson Veado, 35
Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, 71, 93